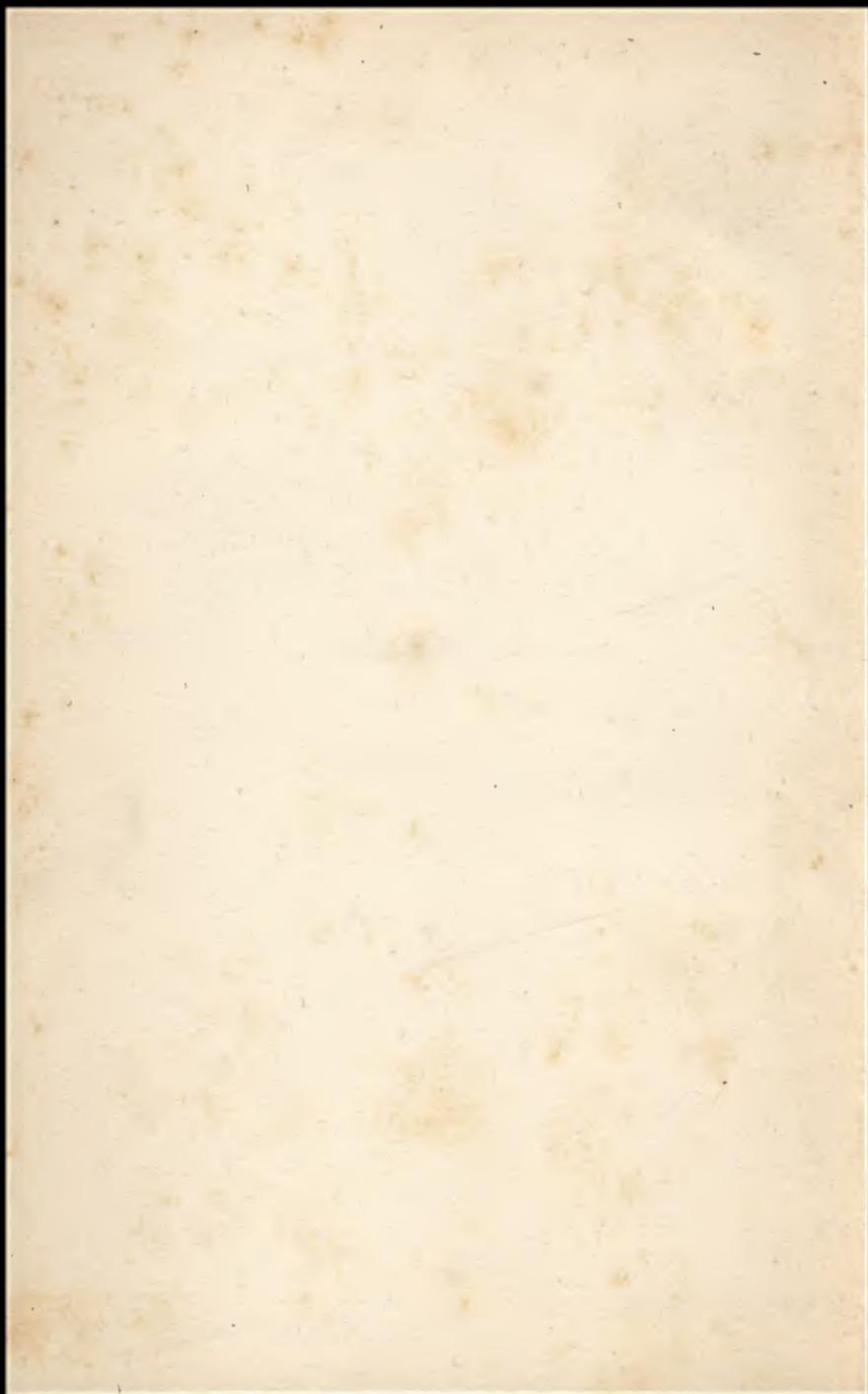


TOBIAS MONTEIRO



PESQUISAS
E
DEPOIMENTOS





TOBIAS MONTEIRO

PESQUISAS
E
DEPOIMENTOS
PARA A HISTORIA

2.º MILHEIRO

FRANCISCO ALVES & C^{ia} 93
RIO DE JANEIRO
166, RUA DO OUVIDOR, 166
S. PAULO
65, RUA DE S. BENTO, 65
BELO HORIZONTE
1055, RUA DA BAHIA, 1055

AILLAUD, ALVES & C^{ia}
PARIS
96, BOULEVARD MONTFARNASSE, 96
(LIVRARIA AILLAUD)
LISBOA
73, RUA GARRETT, 75
(LIVRARIA BERTRAND)

1913





INTRODUÇÃO

Ha alguns annos, publiquei no Jornal do Commercio sete artigos de primeira pagina, sob o titulo « Reminiscencias ». O primeiro delles tinha a forma de entrevista e continha revelações do visconde de Ouro-Prcto ácerca dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 e seus antecedentes. O segundo foi escripto nos mesmos moldes e encerrava quanto me tinha referido o barão de Lucena a respeito do golpe de Estado de 23 de novembro. Ambos provocaram grande polemica, em que se apuraram factos interessantissimos.

Animei-me depois a ouvir outros personagens ácerca de outros casos historicos e tive logo quem me suggerisse a idéa de reunir tudo isso em livro. Vi então que refundindo o que escrevera, aproveitando o material das polemicas e acrescentando novos elementos que colhesse, poderia realmente formar um volume com relativa homogeneidade, capaz de ser aproveitado como contingente para a historia.



Fôra meu fim colher o depoimento de pessoas que haviam tido acção decisiva naquelles acontecimentos. Atguns desses homens viriam a morrer sem deixar nada escripto ; os documentos que possuissem poderiam perder-se em mãos de parentes ou de cxtranhos ; seria, pois, de utilidade fazel-os contar o que houvessem feito e o que houvessem visto, deixando a outros a tarefa de emprestar-lhes papel diverso do que tivessem desempenhado.

Disse-me um dclles que como actor ou por estar nos bastidores assitira, como quem melhor podcsse ver, a varios succssos da nossa scena historica ; entretanto tinha verificado depois que tudo era narrado de modo muito differente. E' por isso que a gente fica a pensar se a historia não será em grande parte um romance de historiadores. E' possivel que até os proprios actores, sobretudo depois de alguns annos, possam alterar inconscientemente as cousas de que melhor acreditam lembrar-se. Em todo o caso elles são as melhores testemunhas desse processo a que os povos ligam tanta importancia e que constitue o proprio interesse da sua vida. Acareal-as e analysar-lhes os dizeres é mais facil ao historiador que formar á custa de outros elementos o esqueleto das suas construcções. A polemica que



esses escriptos proovearam serve de exemplo á utilidade desses depoimentos.

Além disso, procurei por meu lado fazer pesquisas nas fontes mais puras, que eram os documentos da epocha ao meu alcance. Passei horas bem agradaveis, vivendo, á distancia dos tempos, a vida dessas fortes impressões. O passado tem um grande encanto para quem tem a sensução da historia. Val a pena descer ás suas camadas subterraneas, onde ás vezes só se vive e conversa com os mortos. Raramente estamos satisfeitos do presente, em que as aspirações de cada dia quase sempre nos geram dissabor. O futuro é incerto e envolve nos seus mysterios o imprevisto, que pode ser desillusões. Só o passado pode dar-nos horas inteiras de conforto e de ealma, pois quando nos voltamos parà elle é em busca de cousas, que, ainda tristes, são as que mais soem despertar quanto ha de sympathia em nosso ser. Foi talvez desse fundo da alma humana que a nossa lingua tirou a doce poesia da saudade.

A nossa historia é curta e tem marcos bem difinidos. O periodo colonial, a independencia, o primeiro reinado, a regencia achavam-se mais ou menos explorados, quando Joaquim Nabuco apprehendeu, em torno da vida de seu pai, a historia dos acontecimentos que decorreram até



o gabinete Rio Branco, durante o qual se fez a lei de 28 de setembro e se produziu a questão religiosa. No largo período que a sua obra abrange desenrolou-se a guerra do Paraguay, que outros escriptores têm estudado com minucia.

D'ahi por deante pode-se dizer que quase tudo está por fazer, principalmente porque ainda é cêdo. Isso não exclue, porem, a reunião do material. A despeito de Nabuco ter-se occupado magistralmente da lei de 28 de setembro, onsei ajuntar algum contingente nesse particular, por me ter sido dado colher de um dos protogonistas da epocha elementos pessoas de informação. Depois da queda do ministerio Rio Branco os factos capitaes que se seguiram foram a eleição directa, de que os partidos monarchicos esperavam a regeneração do systema parlamentar, e mais tarde o abolicionismo e a republica, a qual nasceu da questão militar que a preceden.

Quanto á republica só me pule occupar do que se passou para a sua proclamação, do banimento da familia imperial e do facto caracteristico da dissolução do congresso pelo primeiro presidente militar. A vida do governo provisorio e a revolta da armada não são factos isolados, mas períodos relativamente longos, que exigirão livros quando tiverem de ser analysados.



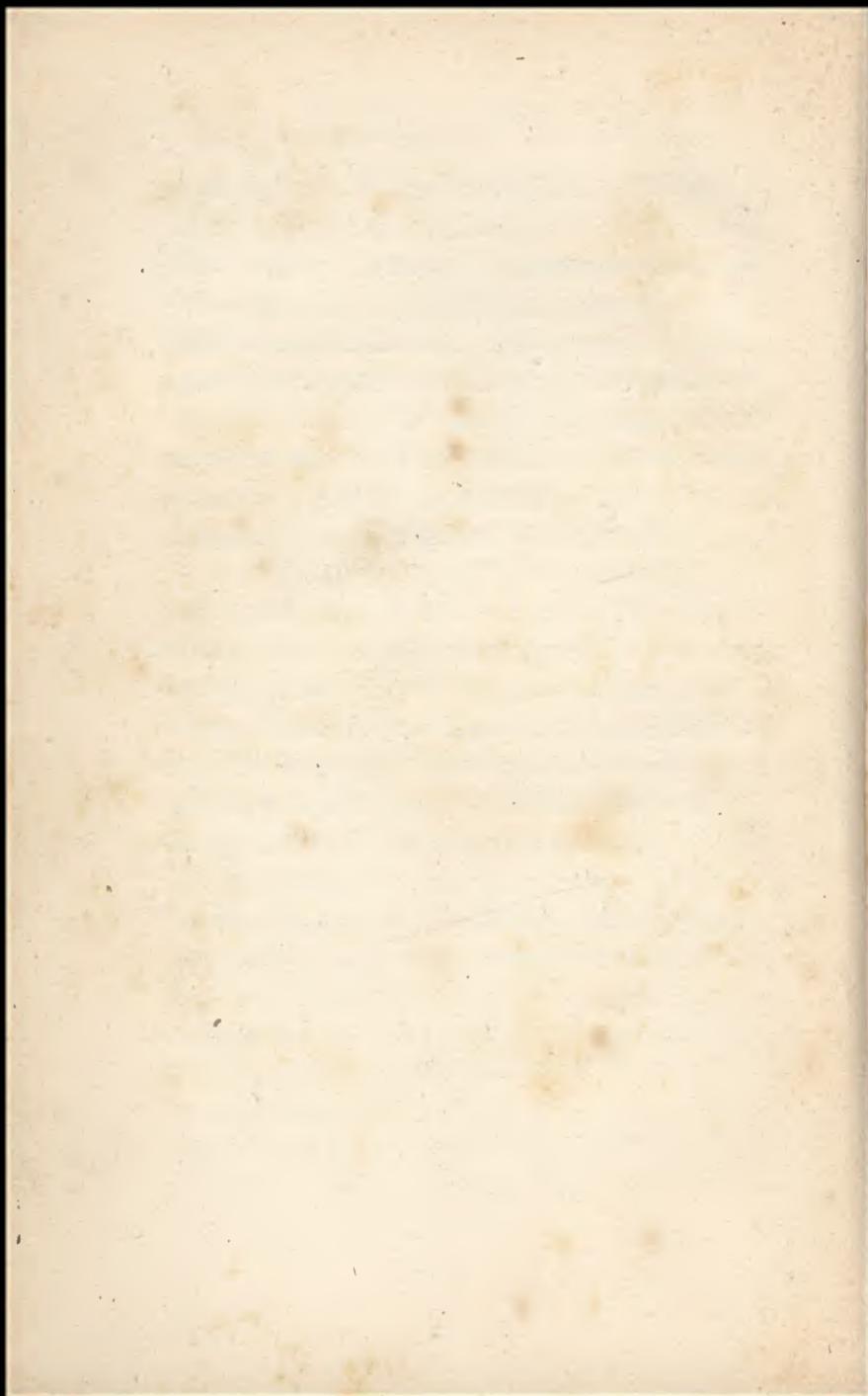
O abolicionismo merece que se lhe faça um estudo completo, mostrando todas as phases e aspectos da propaganda. A meu ver, porem, sobretudo no terreno parlamentar, a sua phase culminante é constituída pelo ministerio Dantas. Por isso, com os documentos e informações que logrei juntar, consagrei-me a dar desenvolvimento maior ao exame desse periodo historico, tão cheio de ensinamentos, do qual, como da questão militar, não tinha tratado nos artigos do Jornal.

Quer-me parecer que a resistencia ao ministerio Dantas precipitou a abolição, como a questão militar estragou o que havia de disciplina no exercito e ainda na marinha, convencendo as classes armadas que sahindo da ordem e esquecendo os juramentos poderiam fazer o que quizessem, até a republica. Igualmente por este motivo dei a largueza que pude á analyse dessa questão, que todos os brasileiros deveriam bem conhecer, para della tirarem proveitosa licção.

Versailles, 26 de maio de 1913.

T. M.





A LEI DE 28 DE SETEMBRO

Depois da abolição do trafico em 1850, a questão servil jazia adormecida. Uma ou outra voz isolada procurava agital-a, e logo se extinguia sem repercussão nem abalo. Eram apenas manifestações de philanthropos ou philosophos. No campo da politica, entre os homens de responsabilidade na vida publica, não havia signal de preocupação ácerca desse assumpto. Por fim se foi suppondo que o imperador desejaria encaminhar o problema e chegou-se a acreditar que em 1863 fizera tentativas junto ao marquez de Olinda, o qual repellira *in limine* occupar-se da materia.

Saraiva, que foi membro do gabinete 24 de maio, ultimo presidido pelo marquez de Olinda, contestou formalmente essa intervenção do imperador. Quando se discutiu na camara em 1885 o seu projecto, substitutivo do projecto Dantas, alguns conservadores ainda fizeram certa resistencia, embora attenuada, em comparação com a lucta que acabava de cessar. Houve um dia em que Gomes de Castro alludiu de novo á intervenção



imperial, dizendo que parecia haver no imperio « um genio perverso, dotado de admiravel agudeza, que andava perscrutando quando as nossas circumstancias eram mais tristes e afflictivas, para suscitar no parlamento as mais incandescentes questões ». E para comproval-o lembrava justamente a fala do throno de 1868, escripta quando estavamos em plena guerra com o Paraguay e que vinha recommendar uma solução para a questão servil; depois a lei Rio Branco, pleiteada num momento de grandes difficuldades financeiras; por fim as condições em que se organizara o ministerio Dantas.

Saraiva rebateu de modo categorico a allusão á coroa : « Alguns dos meus collegas », dizia elle, « instaram com o marquez de Olinda, mesmo na epocha, no fervor da guerra do Paraguay, para que s. ex.^a chamasse na fala do throno ou em qualquer outro documento official a attenção das camaras para essa questão; e não o conseguimos, porque o marquez de Olinda resistiu pelo motivo da guerra. » Acrescentou que Nabuco de Araujo foi um dos que mais trabalharam nesse intuito e concluiu dizendo que foram *unicamente* os ministros os responsaveis pela agitação da idéa e pela reserva de não a levar ao parlamento. Nenhum genio perverso os tinha então inspirado. Quanto ás outras phases da questão, dizia Saraiva que Zacharias não era homem para seguir inspira-



ções alheias e Rio Branco, que traduziu a idéa em projecto, teve a favor da mesma todos os conselheiros de Estado, liberacs e conservadores. A esta observação contradizia Andrade Figueira, lembrando que o conselho de Estado contestara a oportunidade da reforma; mas Saraiva ponderava que um dia a oportunidade haveria de chegar.

E' verdade que como presidente do conselho Saraiva não podia ter outra linguagem, desde que se accusava o imperador; quantos, porem, lhe reconhecem a independencia, que elle timbrava em ostentar, devem admittir que elle não falaria assim se não tivesse essa convicção.

Certo é que logo em janeiro de 1866, espontaneamente ou por suggestão do imperador, Pimenta Bueno tinha concluido e lhe entregava a redacção de cinco projectos, tendentes a resolver a questão. Em agosto do mesmo anno, Zacharias de Góes succedia ao marquez de Olinda na presidencia do conselho e em fevereiro de 1867 submettia os projectos de Pimenta Bueno ao estudo do conselho de Estado, em cujo seio já então tinha assento o autor, condecorado com o titulo de visconde de S. Vicente, como uma especie de galardão á sua obra.

Entrementes os abolicionistas francezes dirigiam uma representação ao imperador a favor dos escravos brasileiros e Martim Francisco, mi-



nistro da justiça, respondia-lhes, em nome do governo imperial. Abria-se o parlamento em maio e pela primeira vez a fala do throno consignava um topico, embora muito cauteloso, relativo ao « *elemento servil no imperio*, que não pode deixar de merecer opportunamente a consideração do parlamento, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade actual, e sem abalo profundo em nossa primeira industria, a agricultura, sejam attendidos os *altos interesses que se ligam á emancipação* ».

Apezar de todos esses circumloquios, a idéa foi considerada uma temeridade; os conservadores julgaram-na uma loucura e houve liberaes que abandonaram a sorte do gabinete, reputando-o uma ameaça á paz e á riqueza publica. José Bonifacio rompeu com o irmão e profligou a sua solidariedade em tão nefasta obra. Respondia-lhe Martim Francisco, citando versos em que o grande orador e poeta exaltava o eredo da abolição, do qual, quase vinte annos depois, viria a ser um dos arautos.

A tentativa do ministerio Zacharias ficou reduzida a uma manifestação platonica; mas os projectos de S. Vicente tinham ficado no solo, como sementes esperando o tempo de germinar.

Em meados de 1868, com quase dous annos de vida agitada no periodo mais afflictivo da guerra com o Paraguay, o gabinete estava combalido.



O pedido de demissão de Caxias, em desavença com o governo, e a sessão do conselho de Estado, em que o imperador propoz saber qual deveria conservar, se o ministerio, se o commandante do exercito em operações, deram a Zacharias a sensação da sua fraqueza. Coagido a permanecer no poder pelo voto do conselho de Estado, o ministerio não podia esquecer o dilemma proposto pelo imperador. Zacharias tinha uma grande altivez, um grande orgulho, para ficar mais tempo á mercê de nova intervenção de Caxias, e parece que apenas esperou uma porta larga para sahir.

Até então o imperador gosara da regalia de escolher livremente os senadores, regalia que foi pouco e pouco cedendo, como perdera a que a constituição lhe garantia de nomear e demittir livremente os seus ministros. Tendo escolhido Ferraz pela Bahia, sob o ministerio Paraná, após a grande campanha que aquelle fizera contra este¹, entendeu o imperador que podia escolher

¹ Dizem que Paraná referia que o imperador tomou em tempo uma precaução, que privou a elle Paraná de oppor-se á escolha de Ferraz. Um dia, o imperador perguntou-lhe se elle não era de opinião que a escolha de senadores era da exclusiua competencia da coroa. O presidente do conselho respondeu que sim. Quando veio a lista triplíce e o soberano declarou que escolheria Ferraz, Paraná quiz resistir; mas o imperador lembrou-lhe a opinião expendida e Paraná inclinou-se a essa decisão, que no fundo o magoava.



Salles Torres-Homem, visconde de Inhomerim, pelo Rio Grande do Norte, sem provocar nenhuma crise. Zacharias, porem, que a principio parecia apoiar a eleição de Torres-Homem, a quem nomeara, em momento difficil, presidente do banco do Brasil, mudou depois de alvitre, porque, segundo dizem, nas vespersas da escolha, em sessão do conselho de Estado, Inhomerim qualificou o ministerio de execravel. Tal juizo não podia deixar de ferir a susceptibilidade de Zacharias. Quando a lista subiu á coroa e esta declarou que escolheria Inhomerim, o presidente do conselho contestou o acerto da resolução. O imperador insistiu. Então o chefe do gabinete invocou o principio, que antes sustentara, da responsabilidade dos ministros nos actos do poder moderador e lançou o dilemma : ou a escolha de Amaro Bezerra, chefe politico na provincia, a que Inhomerim era extranho, ou a demissão do ministerio. O imperador aceitou o segundo alvitre.

A Zacharias succedeu Itaborahy, a quem se attribuiu o lemma : « o rei reina, governa e administra ». A situação financeira era aterradora ; o credito afundava na voragem da guerra e o thesouro foi forçado a lançar um emprestimo interno em ouro, com juros de seis por cento. Fallar então no elemento servil seria insensatez.

De julho de 1868 á sessão de 1870 a situação



tinha melhorado. Lopez havia morrido em março desse anno e a guerra podia considerar-se acabada. Parece que realmente o imperador não abandonava a idéa e apenas espreitava oportunidade de fazel-a avançar. E' o que se deduz de um testemunho que colhemos em conversa com o Sr. João Alfredo. S. ex.^a foi ministro com São Vicente e delle ouviu uma confideneia, que hoje pode referir. Exatamente nesse anno de 1870, pediu o imperador a Itaborahy que incluisse na fala do throno nova referencia ao elemento servil. Itaborahy recusou peremptoriamente, mas declarou ao monarcha que se houvesse um chefe conservador, que quizesse assumir essa responsabilidade, não seria elle obstaculo e lhe passaria o poder. Continuando a conversa, lembrou Itaborahy que S. Vicente tinha projectos ácerca do assumpto e era estadista capaz de tamanha empreza.

Ficou então combinado que os tres se reuniriam a sós. Nessa reunião confessou S. Vicente que não se julgava apto, por não ser um dos chefes activos do partido. Não tinha relações na camara, ignorava as suas correntes, não conhecia os homens novos ; propunha, pois, se adiasse a solução que lhe pediam e que Itaborahy meditasse ainda, até verem como ia proceder a camara, prestes a reunir-se.

Itaborahy guardou esse segredo e, que se saiba, nunca a elle alludiu.



Aberto o parlamento, começaram manifestações da camara no sentido da reforma. Teixeira Junior (muito tempo depois visconde do Cruzeiro), cuja carreira politica tomava vulto, interpellou o presidente do conselho, mostrando que o paiz desejava adeantar o problema; Itaborahy, porem, respondia que não era prudente sahir do *statu quo*.

Apezar disso, resolveu a camara nomear uma commissão de cinco membros para estudar o assumpto e apresentar projecto. Teixeira Junior, relator, obteve as assignaturas de Junqueira e do Sr. Barros Barreto para o seu parecer, que teve os votos contrarios de Rodrigo Silva e Andrade Figueira. Como se ia acreditando que era dominante no alto o pensamento de reforma, tambem pouco e pouco o terreno ia faltando ao ministerio. Em julho, num dos seus mais famosos discursos, Nabuco de Araujo reconhecia que havia no partido conservador « uma parte estacionaria, representada no ministerio », mas que no mesmo partido havia homens com « pendor para as reformas ». Lembrava S. Vicente, Torres-Homem, Bom Retiro, Tres Barras (depois Jaguarhy) « e muitos moços illustres da camara, que já se tinham declarado pelas reformas ».

Correram os dias e no fim da sessão o estado-maior do partido liberal, com assento no senado, preparou ao orçamento um aditivo, que Pa-



ranhos, ministro com Itaborahy, chamou um fogueiro à Congrêvc. O primeiro signatario, que o sustentou na tribuna, foi Nabuco de Araujo. Disponha o aditivo que do saldo do orçamento ficasse o governo autorizado a despender mil contos de réis em alforria de escravos, preferindo os do sexo feminino de doze a quarenta annos e dentre os ultimos os de menor idade. Outrosim, determinava que reunido o pcculio, correspondente ao seu valor, o escravo tivesse direito á alforria, que, recusada pelo senhor, seria outorgada pela autoridade publica.

Respondendo ao discurso de Nabuco, Paranhos, apoiado por Cotegipe, procurou adiar a questão, prometendo uma solução no anno seguinte. Este, porem, não era o pensamento de Itaborahy, e dias depois, em fins de setembro, o ministerio, cuja cohesão estava abalada, se demittia e passava o poder a S. Vicente.

Exactamente como confessara na conferencia com o imperador e Itaborahy, o novo presidente do conselho não se mostrou muito pratico na formação do gabinete. Começou por querer formal-o de cinco senadores e dous deputados, cingindo-se talvez, em parte, á suggestão de Nabuco no discurso de julho. Realmente, convidou, lembrados pelo chefe liberal, Torres Homem, Tres Barras e Bom Retiro, que recusou tenazmente, apesar da insistencia do imperador, de quem era



intimo, e por iniciativa propria o barão de São Lourenço. Todos eram senadores. Da camara convidou os Srs. João Alfredo e Gomes de Castro. As recusas deste, de Bom Retiro, São Lourenço e do general Camara (Pelotas) permittiram a entrada de Pereira Franco, Teixeira Junior e Araujo Lima.

São Vicente contava que a dissidencia irromperia em seu partido, mas confiava no concurso dos liberaes. A *Reforma*, porem, recebeu-o com opposição desabrida, em que a satyra de Joaquim Serra não poupava ridiculo. Nomeado para o conselho de Estado, Zacharias recusou formalmente a nomeação. Ao lado disso, no seio do proprio ministerio surgia discordia. Parece que Tres Barras só tinha aceito uma pasta para frustrar o plano do governo. Um dia, após uma conferencia ministerial, o ministro da justiça surprehendeu o entusiasmo de Teixeira Junior, perguntando-lhe se tomava a serio a reforma.

Seis mezes depois via São Vicente que não tinha forças para chegar á abertura das camaras e propunha resolutamente ao imperador que chamasse Rio Branco, já propositalmente de volta da sua missão ao Paraguay. A 25 de fevereiro houve o primeiro encontro deste com o imperador e logo depois uma reunião com os proceres do partido no senado. Itaborahy aconselhou-o a organizar, declarando, porem, que do seu apoio resalvava a questão do elemento servil. Da mesma opinião



foi Muritiba. Caxias, Bom Retiro, Tres Barras prometteram franco apoio.

A organização do novo ministerio, que só a 7 de março se apresentou ao soberano, foi levada a cabo com labor. O Sr. João Alfredo continuava ministro do imperio; entraram Sayão Lobato (depois Nictheroy), Manoel Francisco Corrêa, Theodoro Machado e Duarte de Azevedo. Reservava-se a pasta da fazenda para Cotegipe, ausente na Bahia. Este, porem, ao chegar em maio, declarou não a aceitar, vindo em seu lugar Jaguaribe, que foi para a pasta da guerra, da qual sahiu para o thesouro o presidente do conselho. Cotegipe allegou não concordar com o tom peremptorio da falla do throno, que dizia « ser tempo de resolver a questão ».

A 8 de março já se trabalhava com afincio; cada ministro já recebia as primeiras linhas do seu roteiro. Dizia-me assim o Sr. João Alfredo, para dar-me idéa da vida intensa que o gabinete vinha viver. Quase diariamente repetiam-se as conferencias e ao fim de dous mezes todos os ministros sabiam qual ia ser a tarefa para toda a sessão legislativa e para o tempo que seguisse, se longa fosse a vida do gabinete.

Rio Branco dera a todos, desde logo, a impressão de um verdadeiro chefe de governo, sobretudo pela vastidão da sua capacidade. Á frente dos assumptos estava a questão do elemento servil, que



devia ser estudada em torno do projecto Teixeira Junior; mas, por maior que fosse a sua importancia, o ministerio não se absorvia nas difficuldades que ella encerrava. Decidiu desde logo encarar a reforma judiciaria para a alteração da lei de 3 de dezembro, a reforma da guarda nacional e da instrucção publica, com a creação da Polytechnica, da escola de Minas, de asylos, e a vulgarização do ensino primario. Mais tarde, concluida essa obra, as escolas estavam augmentadas de cerca de tres mil em todo o imperio e havia para ellas varias casas apropriadas, de grandes proporções, que serviriam de modelo. Cuidou de augmentar a viação publica e de reorganizar o exercito, tarefa que depois se tornou popular sob a acção de Junqueira, que passou a ser ministro da guerra; traçou e começou a executar um vasto plano de reorganização naval, sob fundamento de que um paiz de longa costa, como o Brasil, deve ter uma marinha poderosa, prompta para qualquer eventualidade. Nasceu dahi a construcção do *Javary* e *Solimões* e de um encouraçado fortissimo naquella epocha, o *Independencia*, vendido muito depois á Inglaterra, antes de vir ás nossas aguas.

O imperador não occultava o seu contentamento; declarava que havia um sopro de vida nova e desde muitos annos não se trabalhava assim. Os ministros notavam que elle « namo-



rava Rio Branco », talvez empenhado tanto em animal-o como em dar-lhe uma reparação por tel-o demittido injustamente da primeira missão ao Prata.

Foi sob essa impressão de entusiasmo e confiança que o ministerio se apresentou ao parlamento. Apesar do seu programma e da firmeza da fala do throno, era tal a placidez da camara, que nada fazia presentir tempestade. Uma ou outra reticencia nas palestras traduziria cautelas ou resalvas. O ministro do imperio era o órgão do governo nas combinações da assembléa, e tudo lhe parecia tão tranquillo que ia propondo a reeleição das commissões de confiança. Foram Ferreira Vianna e Andrade Figueira que lhe deram a sensação do perigo proximo, recusando-se a aceitar a reeleição, por terem de oppor-se ao ministerio. Tomaram-se então algumas precauções, sem comtudo se acreditar que a separação viesse a ser profunda.

Approximou-se a epocha da primeira viagem do imperador á Europa. Quando o assumpto foi tratado na camara, José de Alencar mostrou-se levemente ferino, talvez antes vizando o soberano que com o proposito de desgostar o gabinete. Foi então um dos momentos em que Rio Branco revelou mais alta comprehensão do seu papel constitucional. Pela primeira vez, após trinta e um annos de reinado, o imperador se ausentava do



paiz, num dos momentos mais melindrosos da nossa historia. Pode-se dizer que a guerra com o Paraguay tinha apenas findado e mal começavam a cicatrizar as suas feridas. A mais grave questão que interessava ao trabalho, sobretudo á lavoura, fonte principal da riqueza publica, ia ser decisivamente agitada, e era em taes circumstancias que, em lugar de haver no throno a autoridade moral e a experiencia do imperador, a nação ia provar pela primeira vez a efficacia da regencia dynastica, entregue ás mãos de uma mulher.

A princeza tinha apenas vinte e seis annos e era de temer que o ascendente do seu esposo, já então muito informado das cousas publicas e ao demais recém-vindo da guerra, onde commandara todo o exercito, podesse vir a ser um obstaculo ás boas relações do gabinete com a regente. Rio Branco abordou francamente o assumpto com o imperador, definindo, como entendia, o papel do principe consorte. « Fique tranquillo, nada receie ; tudo ha de correr bem », assegurou o imperador.

Realmente, segundo o testemunho do Sr. João Alfredo, nunca, no seu caminho, o ministerio encontrou o conde d'Eu, a não ser num ou noutro signal do seu espirito de minucia atravez do exame, pela regente, de um ou outro papel comum da tarefa administrativa.



Foi quando se houve de eleger a commissão espcial para dar parecer sobre a reforma, já ausente o imperador, que o ministerio teve de modo difinitivo a impressão real da situação da camara, que logo depois se revelou na eleição da mesa. A victoria ministerial dependeu de poucos votos e o escrutinio secreto, sob que fôra feita a eleição, ainda deixava encobertas as fileiras opostas.

Dentro em pouco tempo, nas primeiras refregas que seguiram, os campos estavam definidos. O ministerio contava seguros apenas sessenta e tres partidarios, numero absolutamente restricto para fazer casa, numa assembléa de cento e vinte e cinco membros; era a metade e mais um. A minoria tinha numero mais reduzido, devido ás vagas e ausencias.

Deante dessa fragilidade a opposição redobrava de argucia para frustrar a marcha dos debates. A tactica habitual era evitar a todo transe que houvesse numero, quer para scssão, quer para votações. Tudo se inventava para distrahir os amigos do governo, arredando-os da camara. Os opposicionistas retrahiam-se, escondiam-se, e sempre que era preciso só penetravam no recinto quando a sessão estava aberta. Era uma lucta de todos os dias, em que não se sabia mais que admirar, se a habilidade e a argucia dos chefes, se a dedicação dos soldados. Estes não podiam allegar molestia



nem baixa ao hospital ; nos momentos mais criticos, havia quem se apresentasse ardendo em febre, arriscando a propria vida.

Nunca se tinha visto no parlamento opposição tão numerosa nem mais brilhante. Na pleiade dos seus oradores poderiam ser vibradas todas as notas da eloquencia : a elevação litteraria de José de Alencar, a ironia mordente de Ferreira Vianna, a fertilidade de Duque Estrada Teixeira, a crudição juridica de Perdigão Malheiros, a dialectica, a assombrosa variedade de argumentos de Andrade Figueira. A opposição, porem, preferia a violencia. Sentia-se bem que havia alli uma causa tocando um valor que iria desaparecer, causa de interesse sobre a propria terra e que ia ferir fundo a fortuna publica e privada. Passava um vento de paixão, que vinha dos cafesaes ameaçados. Entretanto, essas hostes eram commandadas por um homem ameno e maneiroso.

Paulino de Sousa tinha então trinta e sete annos e já sentia que lhe ia passar ás mãos o bastão de Itaborahy. Conhecemol-o já velho, fóra da politica mas influindo nella, revelando a mesma doçura na voz e nos gestos, a mesma firmeza em commandar. Ninguem diria que havia alli uma vontade dura, de rocha, sob aquelle velludo de mansidão. Era um chefe que não mandava, pedia ; que não ameaçava, convencencia. Tudo nelle, porem, revestia tal aparato



de forma, de gravidade, que os seus lhe aceitavam a direcção como uma especie de guia sacerdotal.

Quem commandava o lado opposto era o Sr. João Alfredo, igualmente joven e já prevendo a herança de Camaragibe, em Pernambuco, herança que se tinha de alargar com a morte de Rio Branco e a scisão dos conservadores. A camara unanime, eleita por Itaborahy, estava destinada a cavar fundo o leito das duas correntes a que alludira Nabuco de Araujo, quando oppunha as iniciativas de São Vicente á immobildade do chefe « cascudo ». O ministro do imperio de então devia vir a representar no futuro, contra a « junta do couce », o « pendor para as reformas », donde havia de sahir a lei de 13 de maio.

O que lhe valeu desde logo a designação de chefe foi a sua comprehensão das difficuldades, a redução do seu papel ao manejo das massas votantes, a mobilidade que lhe dava a quase omnipresença, a dedicação aos companheiros da camara, a sua indifferença, que parecia irritante, á violencia da opposição. O maior dos seus collaboradores nessa tarefa, ingrata mas efficaz, foi Teixeira Junior, que um incidente tempestuoso da discussão elevou á presidencia da camara. Um dia, um dos deputados mais vehementes da camara lembrou que Rio Branco, falando do modo pelo qual fôra demittido da sua primeira missão ao Rio da Prata, citara as palavras de que



se servira Chateaubriand para queixar-se de tratamento igual que lhe fôra infligido. Dissera Chateaubriand que o governo o tinha despedido, como a um laçao, do seio de um congresso internacional. O deputado queria mostrar que Rio Branco reconhecia já ter sido tratado como laçao. O presidente do conselho teve um assomo de indignação e usou de uma phrase aliás muito parlamentar, mas que nesse caso especial podia ser tomada como de segunda intenção : « O nobre deputado não está em estado de deliberar. »

O tecto da camara parecia desabar e no meio de um alarido infernal, de gritos e campanhas, o conde de Baependy, presidente da camara, chamou á ordem o presidente do conselho, mas não o deputado aggressor, que pudera dissimular a sua intensão de aggreidir. O facto acarretou o pedido de demissão de Baependy e um combate de votos, donde sahiu eleito Teixeira Junior.

A peleja estava no ponto mais acceso e o concurso que á causa do governo trouxe o novo presidente da camara foi de uma utilidade incomparavel. Era de admirar-lhe o sangue frio, a abundancia de recursos, a promptidão das soluções no meio de tanta agitação. Os momentos criticos da assembléa eram os pedidos de encerramento das discussões. O projecto tinha



muitos artigos e por fim Rio Branco já se arrendia de tel-o feito tão longo. Se, porem, o governo não empregasse esse recurso, não haveria meio de adiantar um passo ; a opposição falaria o anno inteiro. Ver-se privada de falar era para ella o esmagamento, a certeza da derrota. Cada homem que começava a articular as palavras fataes, a formula parlamentar do encerramento, era recebido como um reprobato. Sobre a sua cabeça choviam imprecações, uma tormenta de gritos e docstos que ameaçavam sepultal-o. O desgraçado punha-se de pé como designado para uma missão de sacrificio, portador de uma bomba, cuja explosão ia feril-o de morte nas relações com os adversarios.

Ao lado delle, para correr a mesma sorte, ia collocar-se o ministro do imperio, frio, resolutto, na sua sobranceira mudez de « *leader* taciturno dos encerramentos ». A ultima destas manobras decisivas foi para encerrar o penultimo artigo do projecto na segunda discussão. Já desfalleciam as forças dos mais bravos para a provação cruel. O ministro preveniu o presidente da camara do estratagema que imaginara. Ia collocar-se junto a um deputado do Pará e, apenas se sentasse o orador que falava, o presidente deveria declarar que tinha a palavra pela ordem a victima escolhida. Ao ouvir, inadvertido, a phrase que o condemmnava, o sacrificado olhou com espanto



para o vizinho implacavel, que o fez levantar. Não foi preciso pronunciar uma palavra, porque nenhuma palavra poderia ser ouvida. A maioria poz-se de pé e Teixeira Junior gritou a formula fulminadora : « Está encerrada a discussão ».

Referiu-nos o Sr. João Alfredo que a princeza sempre se mostrou corajosa, animando os ministros e confiando na victoria. Apenas, quando se referia aos debates, perguntava se não haveria meios de ir adiante sem os encerramentos, de que a opposição tanto se queixava.

Os encerramentos foram decididos como recurso de vida ou de morte. Os debates tinham a maior amplitude, mas não se podiam perpetuar. Do lado do governo tambem havia oradores, embora, feita excepção de Rio Branco, talvez menos fortes. Falaram Theodoro Machado, que apresentara a proposta como ministro da agricultura, maneiroso, insinuante ; Sayão Lobato, dogmatico, magistral ; Junqueira, luminoso e captivante ; Araujo Lima, discutidor e impetuoso. João Mendes commentava na imprensa todas as peripecias do debate, escrevendo diariamente no *Jornal do Commercio* sob o pseudonymo « Guarda Constitucional ».

Os governistas sentiam que não precisavam fazer maior esforço, offerecer outros concursos. Rio Branco sósinho arrostava toda a opposição. A sua saude, a sua força, a sua concepção, a sua



cultura, a sua eloquencia eram em gráo tão intenso que resistiriam a toda fadiga e illuminariam todo o debate. A sua palavra não tinha arroubos, não inflammava, não era feita para arrastar multidões; era um instrumento limpo, rutilante, sonoro, adequado a demonstrar e convencer. Professor, jornalista, diplomata, Rio Braneo conhecia profundamente a technica do debate, a alma dos auditorios, a sensibilidade do publico. O estylo era sempre puro, a fôrma impecavel. Explicava elle o segredo dessa correção, dizendo que aprendera a cultivar-a com o marquez de Abrantes. « Converse sempre em linguagem apurada, como se tivesse de falar em publico », ensinava-lhe o arbitro das elegancias na politica, naquelles tempos de rigoroso formalismo. Dia a dia firme no seu posto, estava sempre prompto para bater-se. Nunea o tomaram de surpresa. Quando o assalto parecia mais violento, mais inesperado, viam-n-o logo de pé, prompto para a réplia. A figura majestosa desde logo impressionava. Os seus bustos e retratos, hoje abundantes, dão idéa da sua belleza, que passava por ser das maiores, entre os homens do tempo. Alto, esbelto, a fronte espaçosa prolongando-se numa calva profunda; o rosto amplo, adornado de fartas suissas braneas, muito brancas; o bigode rapado, a boeca rasgada, de labios finos, como um longo côrte vermelho de bordos con-



chegados; o nariz rectilíneo, os olhos pequenos, o olhar profundo e luminoso, — quando elle se levantava, impunha, até aos que não queriam, silencio e respeito. Quando a vozeria acalmava, era então que começava a falar, raramente forte, quase sempre brando, lentamente, para subir num crescendo dominador. Commummente parco de gestos, batendo ás vezes, brandamente, com o indicador encurvado sobre a mesa dos ministros, todos lhe conheciam, porem, o ardor da peleja, quando o viam distender os braços, de um e outro lado, procurando segurar os punhos que escapavam. Outro signal de vivacidade na lucta, era a vermelhidão da calva transudante.

Todos os que lidavam com elle, de perto, achavam-n-o alegre, primoroso nas maneiras, acolhendo com bondade ou afago desde os velhos até as creanças, que a todos encantava. Muito tolerante, esquecia facilmente as magoas que soffria e perdoava os offensores. Vivia para a familia e o trabalho. Terno para os filhos, condescendente para os serviçaes, era, entretanto, severo e exigente nos deveres do serviço publico. Grande trabalhador, tinha sempre prompta a sua tarefa, como um estudante brioso; tudo via, tudo fiscalizava. A primeira cousa que fazia, quando lhe entregavam um papel para exame, era molhar a penna, a que não lograria escapar nenhuma falta de virgula.



Foi esse o heróe da luta grandiosa, que findou com a alvorada de 28 de setembro. Durante toda ella, a não ser as classes, cujo interesse era ameaçado, as sympathias publicas estavam com o governo. Os applausos, que coroavam os discursos de Rio Branco, prolongavam-se á sahida da camara. Não se pode dizer quando elle mais os mereceu, porque os seus triumphos eram igualmente grandes e todos se pareciam.

Vencida a campanha na camara, desde logo se cantou victoria, tão seguro era considerado o apoio do senado. A moderação ou antes, a facilidade que o projecto alli encontrou asseguraram-lhe um acolhimento bem diverso da lucta sustentada na camara. A atmospheria do senado, resfriada pela idade e a experiencia dos seus membros, não era propicia a debates violentos. Apenas Itaborahy approvou a opposição, dirigida por Paulino; mas ao marco da sua immobilidade oppoz Salles Torres Homem um dos mais altos monumentos da nossa eloquencia parlamentar. Todo o grupo liberal, Nabuco de Araujo á frente, foi fiel aos compromissos do passado. Apenas Zacharias de Góes revelou divergencias, que não eram profundas. Quando o projecto passou em ultima discussão, o povo que enchia as tribunas, as galerias e todo o espaço livre por traz do recinto, irrompeu em grandes applausos e acclamações, que Abaeté, agitando com as mãos



tremulas a campainha de prata, por pouco tempo tentou em vão dominar.

Na tribuna do corpo diplomatico estava, entre outros, o ministro dos Estados Unidos. Quando a sessão terminou, desceu elle ao recinto e colheu com as proprias mãos algumas flores, das que o povo atirara a Rio Branco e aos senadores que sustentaram o projecto. « Vou mandar estas flores ao meu paiz », declarou, « para mostrar como aqui se fez, deste modo, uma lei que lá custou tanto sangue. »



OS LIBERAES E A ELEIÇÃO DIRECTA

Havia quasi dez annos que os conservadores se mantinham no poder. O acto da coroa, que os elevou ao governo com o gabinete Itaborahy, fôra considerado pelos liberaes um verdadeiro golpe de Estado. Estes tinham grande maioria na camara quando em julho de 1868 lhes faltou a confiança do alto, a proposito da escolha senatorial de Inhiomerim.

A camara recebeu Itaborahy no meio de uma verdadeira tormenta. Felizmente para elle os orçamentos já estavam votados, apesar de ter ainda o governo necessidade de pedir creditos indispensaveis á continuação da guerra. A camara chegou ao ponto de recusal-os, talvez por não ter Itaborahy annunciado que estava disposto a dissolver-a. Foi José Bonifacio quem recebeu de lauçã em riste o ministerio, comparado a um salteador que se introduzisse no eseuero em casa alheia. A moção que elle apresentou a 17 de julho e a camara approvou traduz bem a impressão do momento: « A camara dos deputados viu com profundo pesar e geral surpresa o extranho



apparecimento do actual gabinete, gerado fóra do seu seio e symbolizando uma nova politica, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda dos seus antecessores. Amiga sincera do systema parlamentar e da monarchia constitucional, a camara lamenta este facto singular, não tem e não pode ter confiança no ministerio. »

Os membros da camara dissolvida partiram para as provincias, espalhando por toda a parte as queixas dos liberaes expoliados.

Os chefes que ficaram no Rio deliberaram organizar a opposição e exercel-a com vehemencia. Fundou-se o club da Reforma, creou-se com este ultimo nome um orgão na imprensa, destinado a ter as sympathias da opinião, e logo em 1870 os proceres do partido, com assento no senado, firmavam o notavel manifesto, escripto por Nabuco de Araujo, que terminava por um lemma de desespero : « Reforma ou revolução. »

Grande era o rol das reformas exigidas nesse documento ; mas dentre todas, como necessidade suprema, se destacava a da eleição directa. Para encarecel-a, o manifesto formulava o celebre sorites, do qual decorria o governo como obra do poder pessoal, que escolhia os ministerios, emquanto estes nomeavam os presidentes, que por sua vez faziam as elições, donde provinham as camaras, que apoiavam os gabinetes.

A idéa abriu caminho, e já em 1875 os mais



abalizados chefes conservadores, como Rio Branco, Cotegipe e Inhomerim, declaravam accital-a. Este ultimo sustentou-a num discurso notabilissimo, com brilho maior do que o resultante até então da propáganda dos liberaes. Mas os liberaes não tinham cogitado da questão de methodo, não haviam assentado ácerca do modo pelo qual deviam realizar a reforma. Ora, a constituição considerava materia constitucional tudo que dissesse respeito aos limites dos direitos do cidadão. Na eleição de dous grãos todos os brasileiros votavam, embora uns apenas para escolher os electores que deviam eleger os serventuarios dos cargos electivos. Eliminar esse voto pela decretação do censo eleitoral restricto era alterar os limites dos direitos individuaes.

Em fins de 1877 o duque de Caxias, que presidia o ministerio, ficou muito doente. Para certificar-se do estado de saude do velho servidor, o imperador foi visital-o na fazenda de Santa Monica e verificou que elle não podia continuar incumbido de tarefa tão ardua. O anno bom de 1878 appareceu como « festas » para os liberaes. Recebendo o pedido de demissão de Caxias, o soberano attendeu-o, e na carta de resposta alludiu ao « resto do ministerio ». Cotegipe, que ficara interinamente como presidente do conselho, comprehendeu que havia chegado o ultimo momento do gabinete e pediu a demissão collectiva.



Então o imperador chamou ao paço o visconde de Jaguarý, presidente do senado, e Paulino de Souza, presidente da camara, para ouvir-os ácerca da situação. A reforma eleitoral foi o ponto principal dessas conversas. Os conservadores não consideravam impossivel leval-a a effeito, pois que alguns dos seus chefes, como vimos, já lhe haviam proclamado a necessidade. Pensavam elles evitar desse modo a ascenção dos liberaes. O proprio Cotegipe considerava urgente a reforma e declarava que daria o voto ao adversario que quizesse realizal-a em lei ordinaria. Quando, pela resposta dos conselheiros a quem quiz ouvir, verificou o imperador que era esse o sentimento dos conservadores, declarou, nesse caso, caber a vcz aos liberaes, que haviam feito a propaganda da reforma e tinham a responsabilidade da idéa.

Quando se manifestou a crise, renasceu entre os liberaes a esperança do poder, e um delles, Adolpho de Barros, que na situação a inaugurar-se viria a ser presidente de Pernambuco, referiu-nos os sobresaltos e impressões desses dias.

Os mais graduados corriam á casa de Nabuco de Araujo, que era o « sacerdos magnus » da grey. Morto Zacharias, havia pouco tempo, ninguem lhe disputava a primazia. Alem da posição de presidente do club da Reforma, elle era apontado como a culminancia intellectual do partido e fôra o redactor do manifesto. O salão e o vasto gabi-



nete do sobrado da rua Bella da Princeza, esquina da praia do Flamengo, donde elle raramente sahia, estavam cheios, dia e noite. As noticias que chegavam de idas e vindas de S. Christovão não alteravam a confiante perspectiva. Nabuco explicava que o imperador queria « vider la question ». Era a sua expressão textual. Essa especie de certeza do advento proximo augmentava o prestigio da sua figura. Todos lhe fitavam o bello porte, a cabeça bem formada, o rosto escanhado, procurando adivinhar nas palavras pontificaes o segredo da futura organização. Muitos já viam approximar-se a pasta tantas veses sonhada.

Uma vez chegou a nova de que o imperador mandara chamar Cansação de Sinimbú. Todos sentiram que havia uma preterição eom o esquecimento de Nabuco ; mas este, se no fundo da alma sentira a amargura de uma decepção, não a deixou entrever. Achou que Sinimbú era o indicado. Elle mesmo, se tivesse sido ouvido, o teria inculcado, pois nem tivera outro intuito concorrendo para fazel-o vice-presidente do club, e ao demais era de esperar que o viesse consultar. Com essa expectativa crescia a curiosidade dos circumstantes.

Soube-se por fim que Sinimbú descera de Nova Friburgo e, esperado por F. Octaviano, fôra jantar com este no hotel do Globo. Os dias passaram e não se realizou a esperada visita á



praia do Flamengo. A roda foi pouco e pouco deixando escapar o resentimento desse abandono e começou-se a ouvir que Sinimbú estaria organizando « com a gente do Octaviano ». Entretanto acreditava Adolpho de Barros que Octaviano só no « Globo » vira a Sinimbú, o qual a mais ninguém consultara ácerca da sua tarefa.

As reminiscencias mais preciosas seriam, pois as do proprio Sinimbú. Procurámos colhel-as indirectamente por intermedio de um seu amigo, que o via sempre, e tinha por elle a devoção de uma profunda amizade ¹. Tinha elle então noventa e tres annos ; mas o seu aspecto não dizia que fosse essa a sua idade, comquanto um bastão lhe ajudasse ás vezes o passo enfraquecido. Conservava a mesma correção de vestir, a mesma polidez, que tornaram tão característica a sua nobre figura. Todas as manhães fazia a propria barba e á noite, só quando as filhas se recolhiam, fumava o unico charuto que sempre fumou na vida a essa hora, sem receio de incomodar ninguém. Já nem sempre ouvia distinctamente, como já nem sempre a memoria lhe era fiel. Ás vezes, quando as cousas o interessavam, reanimava-se um pouco, e a circulação estimulada accendia a lembrança dos factos adormecidos. A sua vida era

¹ O Sr. Lourenço de Albuquerque, que ao demais era ligado á sua familia.



um profundo retiro entre o Silvestre e o Engenho Novo, em companhia de duas creaturas, modelo de amor filial, que o não deixavam um instante, desde o acordar até o adormecer. Ahi, nesse recanto esquecido, onde augmentava a veneração que elle infundia, o seu amigo ia vê-lo sempre, podendo colher, nas horas propicias, as reminiscencias que nos transmittiu.

Quando o imperador chamou Sinimbú, foi porque lhe conhecia o pensamento. Uma vez, em conversa com o chefe liberal, o imperador colheu-lhe as intenções a respeito da reforma eleitoral. D. Pedro era dos que entendiam que a materia era constitucional e essa foi tambem a opinião que lhe expendeu Sinimbú, declarando que a reforma deveria ser feita como tinha sido feito o acto adicional. Sem ser muito sympathico á reforma, o imperador não hesitaria em encaminhal-a, mas a subordinando sempre a essa condição.

De posse da opinião de Sinimbú e conhecendo-lhe o character, o soberano estava certo de que os seus escrupulos seriam respeitados. Sinimbú era alem disso, um homem de autoridade. Fôra ministro mais de uma vez, com chefes como Paraná e Olinda, e quer na missão que desempenhou no Rio da Prata, quer na presidencia da Bahia, em momento de amotinação popular, procedera com rara energia e grande calma.

Parecia ao Sr. Lourenço de Albuquerque que



Adolpho de Barros se tinha enganado, pois de certo modo se lembrava que Sinimbú ouvira a Nabuco. Podia em todo caso garantir que elle consultou Martinho Campos e Octaviano a respeito da organização.

Combinado com o imperador o programma do gabinete, nos termos ácerca dos quaes estavam de accôrdo, Sinimbú tratou de formar a sua lista de ministros. A entrada de Silveira Martins era não só o reconhecimento dos seus grandes serviços na opposição, mas tambem a satisfação de uma especie de compromisso. O notavel tribuno era assiduo frequentador da casa de Sinimbú, onde por vezes repetia que este devia ser o primeiro organizador liberal. « Qual ! » rotorquiava Sinimbú. « O senhor não pense nisto, pois bem deve saber que será o Nabuco. » Silveira Martins insistia. Um dia Sinimbú atalhou-o : « Pois bem, se eu organizar, o senhor será o ministro da fazenda. » Embora não sendo rei, não quiz o presidente do conselho que a sua palavra voltasse atraz.

Osorio foi ministro da guerra por causa do seu valor militar e da grande veneração que Sinimbú lhe tributava. O barão da Villa Bella, que entrou para a pasta dos negocios estrangeiros, era seu velho amigo particular e alem disso chefe do partido em Pernambuco. Andrade Pinto foi indicado por Octaviano e acolhido com carinho por Sinimbú,



migo da sua familia e intimo de seu irmão, o conselheiro de Estado José Cactano, que era juiz municipal ao tempo em que elle era juiz de direito em Cantagallo. Leoncio de Carvalho foi ministro do imperio, porque isso pareceria agradavel a José Bonifacio, de quem gozava a estima e porque José Bonifacio recusara uma pasta.

A entrada de Leoncio e a do Sr. Lafayette produziram espanto. O primeiro era muito joven, lente da faculdade de direito de S. Paulo, desconhecido no grande circulo liberal; o segundo, que outrora fôra liberal, presidente do Ceará e Maranhão, tinha assignado o manifesto republicano de 3 de dezembro e mantinha as ligações politicas desse compromisso.

Dizia-se na epocha que o Sr. Lafayette praticara esse acto para libertar-se da politica e entregar-se á advocacia e aos seus estudos predilectos de direito, de que os encargos de partidario liberal o poderiam afastar. Tentando attrahil-o, Sinimbú procurava desfalecar os republicanos de tão valioso elemento e ao mesmo tempo conquistar um collaborador eminente. Parece verdade que o Sr. Lafayette, que foi á casa de Sinimbú responder ao convite que recebera, não achou grandes difficuldades em acceder aos desejos deste, como embaraço não encontrou o imperador em aceitar toda a lista que lhe foi apresentada.

Organizado o ministerio, manifestou-lhe o seu



elhe a conveniencia de não dissolver desde logo a camara, cuja grande maioria era conservadora. Entendia que devia pedir-lhe os meios de governo e que só depois de recusados estes lhe cabia recorrer á medida extrema. Silveira Martins oppoz-se a esse alvitre, entendendo que a camara devia ser immediatamente dissolvida, poisurgia que o governo fizesse uma emissão de papel-moeda, de que precisava o thesouro, impossibilitado de satisfazer a despeza ordinaria e ainda menos de organizar o serviço de soccorros publicos, exigidos pela secca do norte.

Não foi sem constrangimento que o presidente do conselho accedeu á opinião de Silveira Martins. Sinimbú tinha em grande conta a amizade e o prestigio de Ozorio e este apoiava a exigencia do seu conterraneo.

Quando o parlamento se reuniu, a camara ficou constituida unanimemente de liberaes. Nessas condições era inevitavel a scisão do partido, tanto mais quanto desde logo se agitou a questão do elemento servil. Sinimbú apresentou o seu projecto, conducente a obter a reforma eleitoral. Esse projecto era o da convocação de uma constituinte com poderes limitados para tratar da mesma reforma, mas em termos que ficavam previamente traçados.

A limitação levantou grande celeuma. José Bonifacio hostilizou-a, qualificando de « consti-



tuinte constituida » a assembléa por convocar. A procella rebentou dentro do proprio governo. Silveira Martins exigiu que entre as condições da reforma figurasse a elegibilidade dos acatholicos, dos quaes muitos, de origem allemã, habitavam a sua provincia. Villa Bella acompanhou-o. Participando a sua divergencia ao presidente do conselho, o ministro da fazenda esperou entretanto o dia do despacho para pedir pessoalmente demissão ao imperador, expondo-lhe os motivos que o impelliam. Naquelle epocha interpretou-se esse proccdimento, dizendo-se que Silveira Martins esperava com a sua eloquencia abalar o soberano e, decidindo-o a seu favor, conquistar a presidencia do conselho. O facto é que depois do seu discurso o imperador lhe fez muitos elogios e disse que elle « precedia como um homem de character », conceito de que depois o tribuno se gabou na camara.

Na discussão da reforma allegou Silveira Martins que quando entrou para o ministerio fizera questão da sua idéa; mas Sinimbú contestou delicadamente a affirmação.

Era notorio que já o presidente do conselho tinha desgostos das expansões do ministro da fazenda, cujo grande talento parecia não se conformar com as posições secundarias; como tambem era corrente que Villa Bella tomou por pretexto a elegibilidade dos acatholicos, mas na rea-



lidade foi levado a sahir por não ser attentido em exigencias da politica local.

A opposição que se iniciara na camara ganhou mais alento com a retirada dos dous ministros e o concurso que lhe vinha trazer a eloquencia de Silveira Martins. Affonso Celso e Moreira de Barros occuparam os lugares vagos. As opiniões eram muito divergentes. Uns entendiam que a constituinte deveria ser soberana; outros aceitavam limitações, mas não tão estreitas como o governo exigia; e um deputado muito ligado ao gabinete, o Sr. Lourenço de Albuquerque, chegou a sustentar, isolado, que o senado devia collaborar com a constituinte por convocar. Essa foi a opinião depois defendida no senado pelo visconde do Bom-Retiro.

Finalmente a reforma passou na camara; no senado sorte mais dura a aguardava. Cotegipe foi fiel aos seus compromissos, mas a queria em lei ordinaria; Rio Branco opinava pela constituinte, com a collaboração do senado, mas achava que Sinimbu não demonstrava cabalmente a necessidade da lei.

Antevendo o resultado da camara alta, o presidente do conselho expoz a situação futura ao imperador, sustentando que a camara deveria ser dissolvida, uma, duas vezes, até o senado submeter-se á vontade manifestada nação, se esta se pronunciasse pela reforma. A recusa do senado,



alem desse limite, seria um procedimento faccioso, seria a revolução, pois que o senado « não podia fazer politica ». O imperador mostrava-se de accordo.

No dia em que o senado rejeitou o projecto, Sinimbú recolheu-se á casa e, em vez do decreto de dissolução, mandou lavrar um decreto de adiamento das camaras. Era seu intuito ganhar tempo, meditar maduramente ácerca das consequências da medida extrema. Quando chegou ao paço, o imperador perguntou-lhe : « Trouxe o decreto da dissolução ? » « Não, senhor. Trago o decreto do adiamento. » O imperador manifestou tal contentamento, que abraçou o presidente do conselho.

Como até então, continuaram depois as provas de confiança da coroa ao gabinete. Occorreu, porem, que na elaboração do orçamento para 1880 o relator da respectiva commissão, Buarque de Macedo, deputado por Pernambuco, suggeriu ao ministro da fazenda, Affonso Celso, a criação do imposto de um vintem por passagem de bonde. Quando se tratou da materia, Sinimbú impugnou-a, mas o seu collega insistiu, confiante no acerto da medida, e esta triumphou.

Como se sabe, a sua execução tornou-se irrealizavel. Houve graves motins na cidade e o governo precisou empregar a força para reprimil-os, dahi resultando mortes.



Quando foi ao paço relatar o occorrido e justificar as providencias empregadas, notou Sinimbú que o imperador não estava satisfeito, revelando descontentamento, como era seu costume, por ter-se usado da força para reprimir o movimento. Mas, como elle não manifestasse desconfiança no ministerio, algum tempo depois, em conversa prévia antes do despacho, se animou Sinimbú a falar-lhe na conveniencia de dissolver a camara, realizando-se em março as eleições. O imperador perguntou senão seria possivel que outro realizasse a reforma. E como Sinimbú quizesse saber quem seria capaz dessa tarefa, o imperador declinou o nome de Saraiva.

Ponderou então Sinimbú que sempre estivera em contacto com Saraiva a respeito da questão e elle lhe dissera que não quereria ser governo para fazer a reforma. Verdade é que nunca Sinimbú o ouvira pronunciar-se ácerca do meio de leval-a a effeito, ignorando se elle entendia ser indispensavel a constituinte ou se achava bastante uma lei ordinaria.

« Pois Saraiva escreveu a Paranaguá, dizendo-lhe que faria a reforma por lei ordinaria », declarou o imperador.

Paranaguá tinha substituido Ozorio na pasta da guerra.

Depois dessa conversa, passou-se ao despacho com todos os ministros e quando se falou em dis-



solução, o imperador balbuciou umas palavras, que ninguem podia entender. De repente levantou-se, chamou de lado o presidente do conselho e disse-lhe que uma vez que Saraiva accitava a tarefa de fazer a reforma por lei ordinaria, não havia necessidade da dissolução.

Vexado por ver os collegas de parte, o presidente do conselho procurou que o imperador encurtasse a confidencia e ambos voltaram á mesa commum. Ali expoz Sinimbú as difficuldades da situação, justificando a recusa do imperador, em vista dos ultimos acontecimentos, que tinham impopularizado o ministerio, e da perspectiva de um resultado mais facil com a intervenção de outro chefe liberal.

O despacho terminou com o pedido de demissão collectiva. Saraiva aceitou a missão, que levou a cabo, de realizar a reforma da eleição directa pela legislatura ordinaria, instituindo o censo restricto, mediante a exclusão dos analphabets e a prova de determinadas condições de capacidade, pelo exercicio de profissão ou por presumiveis recursos pccuniarios, e tornando a escolha dos representantes dependente da maioria absoluta dos votos, apurada em segundo escrutinio no caso de não ser verificada no primeiro.

O nome de Saraiva será lembrado na historia do regimen representativo no Brasil como o homem de governo que demonstrou de um modo



impressionante o desejo real da « verdade das urnas », expressão todos os dias usada e aspiração sempre fraudada por quantos poderam influir para fazer triumphar o seu partido.

Sanccionada a lei, em janeiro de 1880, elle nomeou para as provincias presidentes, em cuja imparcialidade era dado confiar, e attendeu a todas as reclamações dos adversarios por occasião das eleições, que se realizaram em outubro. A prova mais estrondosa da lealdade dos seus intuitos foi a derrota no Rio de Janeiro e em S. Paulo de dois dos seus ministros, o dos negocios estrangeiros e o do imperio, Pedro Luiz Pereira de Souza e o barão Homem de Mello, homens de brilho e renome no partido liberal. Os conservadores elegeram uma minoria possante, de mais de quarenta deputados, e notadamente a provincia do Rio de Janeiro elegeu conservadores para a maior parte da sua representação.

Esse procedimento deu a Saraiva uma enorme autoridade moral, que Ferreira Vianna uma vez definiu, dizendo que elle « assumira uma posição politica nunca attingida por outrem ».

Parece que o imperador estimaria realmente poder contar com a verdade elcitoral para dirigir-se entre os partidos, pois é de notar que desde então o chefe liberal passou a ser para elle o conselho mais escutado. Foi assim que logo depois de uma curta existencia de cinco meses,



em meados de 1881 cahiu o ministerio Martinho Campos, que substituíra o ministerio Saraiva, e o imperador não quiz resolver a crise sem ouvir o senador bahiano, que nessa ocasião se achava no seu engenho da Pojuca. A crise prolongou-se dias e dias, até que Saraiva chegasse da Bahia para declinar da missão de organizar gabinete e indicar Paranaguá em seu lugar. O facto era virgem nos annaes do regimen e a imprensa reflectiu a impressão que elle produziu, qualificando o chefe liberal de « Messias da Pojuca ». A Paranaguá succedeu o Sr. Laffayette, que se demittiu nos primeiros dias de junho de 1884 e indicou Saraiva para substituil-o. Saraiva recusou aceitar a tarefa de organizar ministerio, mas o imperador insistiu em demovel-o desse proposito, porque « julgava do seu dever fazer o possivel para que as proximas eleições de deputados fossem as mais regulares e para isso Saraiva lhe inspirava inteira confiança ». Era a segunda vez que se ia experimentar a lei da eleição directa.

Mais tarde, quando em 1885 se demittiu o gabinete Dantas, o imperador de novo recorreu a Saraiva afim de que achasse uma solução de momento para a questão do elemento servil. Porfim, após a situação conservadora, que se seguiu e durou quatro annos, elle o ouviu antes de outrem, disposto a aceitar as reformas liberaes que lhe propuzesse, inclusive a federação; e ainda a



13 de novembro, no momento em que o throno desabava, Saraiva foi o ultimo estadista a quem debalde o imperador incumbiu de salvar as instituições.

A prova de que o Brasil não estava apto para praticar o systema representativo e que este será por longo tempo entre nós apenas uma ficção benéfica, é que essa mesma lei eleitoral, que nas mãos de Saraiva deu taes resultados, sob um regimen em que era possivel ao poder central intervir efficazmente para assegurar o direito das minorias, foi depois cedendo cada vez mais na effectividade das suas garantias, até produzir, sob o ministerio Ouro Preto, cinco annos depois, uma camara unanime, ou quasi unanime, exactamente como pela eleição de dois grãos.

Na ultima vez que foi presidente do conselho, em 1885, Saraiva lembrou já ter dito no parlamento que « a coroa exercia no Brasil poder absoluto, poder igual ao de Napoleão III, com a differença que a lei tinha dado esse poder a Napoleão e entre nós não succedia o mesmo ». Saraiva parecia esquecer que a faculdade de nomear e demittir livremente os ministros e de escolher os senadores estava na constituição. Mas recordava elle tambem que « acressentara logo a razão porque a coroa exercia esse poder e que era a falta de liberdade eleitoral ». Como isso era dito para fazer a apologia da eleição directa, de que todos os liberaes esperavam a purificação das



instituições, ponderou Campos Salles, então deputado, que ainda com a reforma eleitoral se poderiam fazer camaras unanimes, o que na realidade se viu quatro annos depois.

A isto respondeu Saraiva com razão que nesse caso a culpa seria dos partidos, que estariam corrompidos, quereriam a dictadura da coroa e teriam satisfação em dar-lhe o poder absoluto. « Si os partidos se colligarem num alto intuito », dizia elle, « não ha perigo que a coroa ultrapasse os limites da constituição, pois é sabido que o imperador por seus habitos não coage nem quer coagir ninguem. »

O imperador foi sempre accusado de exercer o que todos os partidos chamavam o poder pessoal, mas a verdade é que se elle não substituisse a nação, se assim se pode dizer, o partido que tivesse subido ao poder nunca cahiria. O defeito não era do regimen politico, era e continúa a ser da incapacidade nacional para pratical-o, como está sendo demonstrado na republica. Todos os partidos que têm tomado o poder nos Estados não o têm deixado, a não ser por deserção dos governadores, que querem formar nova agremiação pessoal, ou pela violencia, empregada pelo governo federal ou por grupos, aos quaes elle protege e cuja victoria sanciona. E' verdade que o imperador podia nomear e demittir livremente os ministerios e encontrando obstaeulo na camara



poderia dissolver-a uma e mais vezes, até encontrar deputados submissos.

O imperador, que era um príncipe illustre, de índole infensa á violencia e até a luctas muito accesas, foi pouco e pouco cedendo de prerogativas que a constituição lhe assegurava e caminhando para a pratica real do systema parlamentar. A prova é que acabou por nomear os ministros, conforme as indicações da camara e só sahia dessa regra, de tempos a tempos, para evitar que um partido se perpetuasse no poder. Era pois uma excepção bemfazeja, que a metade ou a maior parte da nação applaudia. Ao demais tinha deixado aos presidentes do conselho, pode-se dizer de um modo effectivo, a liberdade de compor os ministerios com partidarios da sua confiança e por fim, depois da lucta com Zacharias, tinha até cedido na prerogativa, que lhe era exclusiva, de escolher os senadores. Ainda ahi os gabinetes exerciam grande influencia. Elle acabaria por submetter-se completamente á regra do regimen parlamentar quanto a mutação dos partidos, se a nação soubesse pratical-o. Mas a nação não sabia, nem sabe ainda, praticar o systema representativo, ou os partidos se formavam e ainda se formam para impedil-a de aprender.



A EVOLUÇÃO ABOLICIONISTA

O MINISTERIO DANTAS

Depois de decretada a lei Rio Branco em 1871, a nação passou sete annos despreoccupada da questão do elemento servil. Cahindo, porem, do poder os conservadores em 1878, appareceu na camara unanime, que os liberaes então elegeram, um homem novo, com o patrimonio de um nome tradicional, e cuja eloquencia desde logo reboou no paiz inteiro como um grito de peleja. Havia nelle alguma cousa fascinante. Moço, de cêrca de trinta annos, grande, forte, elegante, de rara belleza varonil, a voz poderosa, limpida e sonora, o gesto sobrio, possuia ao demais um que de exotico, que as viagens lhe tinham impresso no espirito e impregnado no corpo, algo das exterioridades inglezas e da paixão liberal dessa raça sem par e ao mesmo tempo o ardor dos tribunos latinos, a imaginação exaltada dos meridionaes, a abnegação, o desprendimento quixotesco de um cavalheiro hespanhol.

Todos esses predicados geravam entre os



homens, contra elle, grandes prevenções, não só alimentadas da inveja — diathese corrosiva da nossa gente — mas tambem do espirito nacionalista e sobretudo provinciano, no seio do qual o viam como um extranho. Inventaram, para prejudical-o, verdadeiras lendas, e até o rigor do seu traje foi convertido em excesso deprimente, attribuindo-se-lhe então a suprema vergonha, de usar pulseiras de ouro, que aliás elle dizia nunca nenhuma possuir. Epaminondas de Mello, sub-chefe do partido liberal de Pernambuco, declarava em conciliabulo de correligionarios que prefereria cortar a mão a assignar uma circular que o recommendasse a eleitores. Foi preciso o prestigio de um chefe como o barão de Villa Bella, devotado á memoria do senador Nabuco, para vencer em favor do seu filho tão mesquinhas quão fortes resistencias.

Tudo isso, porem, ruiu um dia ao sopro da sua palavra encantadora. Quando, dissolvida a camara unanime, os partidos foram pleitear a representação nacional, sob as garantias da lei Saraiva, elle teve de disputar a sua cadeira, no meio do povo do Recife, em repetidos comicios. Recebido com reserva, quiçá com hostilidade, fez-se-entretanto, quase de repente, o dominador da opinião, o idolo da mocidade, o conquistador das massas populares.

Foram essas qualidades excepçionaes que elle



poz ao serviço da causa abolicionista, quando appareceu no parlamento. A questão dominante era a reforma eleitoral. A desmoralização da eleição de dous grãos, sob cujo guante tinham gemido os liberaes dez annos de ostracismo, dava a todo o partido a illusão de uma era regeneradora com o advento da eleição directa. Foi esse enlevo do sonho futuro, logo depois desfeito, que Joaquim Nabuco veio perturbar. Quando os artifices do liberalismo constitucional teciam as filigranas das theses da competencia ou incompetencia da legislatura ordinaria para decretar a reforma, e a formula da « constituinte constituída » passava e repassava na urdidura como o fio capital do problema, a voz do tribuno abalava a assembléa, avisando-a que havia no horizonte signaes de um perigo maior, pois a sorte de uma classe e a liberdade de uma raça já se estavam impondo á solução dos pais da patria.

A grande massa dos seus pares não lhe dava ouvidos; mas um pequeno grupo se foi chegando a elle como os primeiros discipulos do propheta. Saldanha Marinho, Ladario, Belfort Duarte, Joaquim Serra, Manoel Pedro, José Mariano, Pedro Beltrão, Sancho Pimentel, Marcolino Moura, Jeronymo Sodré, Bulhões Jardim, talvez outros, que nem chegavam a quinze. Começou-se a falar nos « abolicionistas », como no embryão de um partido radical, cuja aspiração era



extinguir, o mais depressa possível, o elemento servil. Outros diziam-se apenas « emancipadores », denominação cautelosa, que abrigava todas as restricções, os moldes de 28 de setembro, sem abjuração do sentimento humanitario.

Mas realmente fazia mêdo, no sul, fallar em tom radical. Uma vez offereceram um jantar significativo a Joaquim Nabuco e até pessoas das que lhe eram mais chegadas não ousaram comparecer. Seria arriscar a carreira, entregar-se ao cerco da poderosa reacção. O Centro do Café organizara a resistencia, entrincheirado na imprensa e em todas as posições da vida publica. O combate estava iniciado.

Mas o campo da acção era muito vasto; agora eram apenas as avançadas que se encontravam e havia ainda muito terreno que percorrer pelo grosso das legiões. Já o norte estava preparado para interessar-se na acção como o corpo da vanguarda. Com a decadencia da canna e o desenvolvimento crescente do café, foi-se enfraquecendo alli o regimen da grande propriedade e os escravos restantes sobravam nas cidades e nas herdades empobrecidas. O café foi disputal-os a preços seductores, estabelecendo entre as duas regiões do paiz um novo trafico, que a reacção popular e algumas leis provinciaes vieram depois soffrear e abolir. Era o norte que convinha primeiro abalar.

A raça negra tinha dado ao jornalismo tres



homens de talento, Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, todos ajudados por outro de igual procedencia, André Rebouças, que era um dos espiritos mais elevados e cultos do seu tempo. Patrocínio era mameluco e se porventura tinha todos os defeitos daquella origem proxima, possuia entretanto em alto gráo grandes qualidades da intelligencia humana. Ninguem o excedia em eloquencia nem em exuberancia. Disse Joaquim Nabuco que elle era o mais pocta dos nossos escriptores. Pobre pharmaceutico desempregado, tornava-se em pouco tempo o chronista politico da *Gazeta de Noticias*. As « Semanas Politicas » de Proudhomme passaram da folha de Ferreira de Araujo para a *Gazeta da Tarde*, que por morte de Ferreira de Menezes ia ter ás mãos de Patrocínio.

Foi dessas columnas que elle secundou na imprensa o movimento parlamentar iniciado pelo deputado pernambucano. E' estupenda a somma de talento e a variedade de moldes que esse homem extraordinario consumiu nessa obra meritoria. Não houve nota de paixão humana, desde as mais sublimes até as mais sombrias, que não passasse na sua penna, formando uma symphonia assustadora, em que se erguiam as mais altas aspirações do espirito humano, gemiam as mais angustiosas lamentações da raça negra e reboavam as mais crueis imprecações do captiveiro. A



liberdade, o trabalho, a dignidade humana, a resignação, a piedade, o perdão, a caridade, a submissão, a lisonja, a mentira, a calúnia, a confissão da culpa, o arrependimento, o cansaço, a dor, a revolta, o crime — tudo passava de roldão, ferindo todas as gammas, levando a cada ouvido a impressão que o devia abalar.

Por um encontro feliz de faculdades, Patrocínio também era orador. Todos os que o ouviram lembram-se que ninguém tinha na tribuna maiores fulgurações de eloquência. O que caracterizava o seu verbo era sobretudo o ardor, a inspiração imaginativa e o poder comunicativo da sua exaltação revolucionária.

Foi essa arma formidável que elle experimentou no norte, na excursão que emprehendeu ao Ceará. Ninguém pode calcular o effeito de certas palavras nas raças em que a imaginação predomina. A nova denominação de « Terra da Luz », com que o missionario abolicionista chrisinou a ardente provincia, espallhou-se como um clarão de aurora sobre os campos que a sécca acabava de crestar. Municipios sobre municipios libertavam os escravos, disputando a vez de entrar para o « quadro de honra », que a imprensa formava para constituir o começo da « patria livre ». Quando Patrocínio voltou, condecorado com o titulo de « cidadão do Ceará », atraz delle foi augmentando o rastilho do incendio. Todo



o norte começava a apaixonar-se pela abolição.

Desde a iniciativa de Nabuco em 1878, nunca mais o problema saíra do parlamento, embora não lograsse desde logo forçar-lhe o exame definitivo. Em 1880, Saraiva cortava a discussão, declarando « não cogitar da questão do elemento servil »; em 1881 Martinho Campos dizia resistir a todo transe e confessava-se « escravidora da gemma »; mas já no mesmo anno, quando o « Messias da Pojuca » foi esperado em S. Christovão como o salvador da situação ameaçada, limitou-se a declinar da honra de formar gabinete, por entender que o assumpto merecia preoccupar o governo e não se sentir com forças de tomal-o então sobre os hombros. Em vez d'elle veio Paranaguá, que embora nos moldes dos « emancipadores » lançou logo a questão no seu programma ministerial. Não só pediu reforço para o fundo de emancipação, como tambem pediu um imposto sobre a transmissão na venda de escravos e até a prohibição do trafico entre as provincias. As duas ultimas medidas foram propostas em seguida pelo Sr. Lafayette, cuja idéa de um imposto de 500 reis foi considerada uma ninharia, tal o avanço que tinham ganho as aspirações radicaes.

Apezar dessas reservas do ministerio 24 de maio, entre 1883 e 1884 a propaganda caminhou extraordinariamente. Presidentes de pro-



vincia, como o Sr. Satyro Dias no Ceará e Theodoro Souto no Amazonas, associavam-se ás festas abolicionistas e commungavam com as assembleas provinciaes na decretação de medidas que prohibiam a exportação de escravos. Do Ceará e do Amazonas a agitação passava ao Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que começavam a libertar municipios, e abalava todo o norte, principalmente Pernambuco e Bahia, onde o novo credo tinha pregadores de talento.

A questão ia pois amadurecendo quando cahiu o ministerio 24 de maio. Indicado por Lafayette para substituil-o, Saraiva declarou ao imperador que subsistiam as razões em virtude das quaes deixara de assumir a responsabilidade do governo no anno anterior, isto é, que não tinha segurança de poder organizar ministerio forte e duradouro, capaz de resolver e encaminhar para uma solução satisfatoria questões graves, agitadas no parlamento e fóra do parlamento, como a questão do elemento servil. Mas o imperador julgava do seu dever fazer o possivel para que as proximas eleições de deputados fossem as mais regulares; Saraiva lhe inspirava inteira confiança e não pertencendo ás opiniões extremas podia encaminhar a questão do elemento servil a uma solução que não compromettesse os grandes interesses economicos do paiz.

Respondeu Saraiva ao imperador que pelas



declarações feitas na camara em 1880 não lhe era licito tomar a responsabilidade do poder sem occupar-se especialmente da questão do elemento servil, sendo que em relação a este assumpto não poderia organizar naquelle momento ministerio homogeneo, com efficaz influencia no partido liberal. E concluiu dizendo que sem o apoio forte do seu partido ninguem pode no governo ter segurança de bom exito, ainda que o pensamento predominante seja uma aspiração nacional.

Foi então ouvido Sinimbú, o qual declarou ao imperador que a execução da lei de 28 de setembro, com o desenvolvimento de que era susceptivel, bastava para resolver a questão. O imperador não se decidiu; quiz ouvir Affonso Celso, depois visconde de Ouro Preto. Este, porem, punha acima de tudo a questão financeira. No seu entender de nada se podia cogitar antes de a resolver e sahir da politica, até então seguida, de contrahir emprestimos para pagar juros de dividas antigas. Comtudo achava que de par com a garantia da propriedade, reconhecida por lei, e a segurança pessoal dos proprietarios, era mister que o gabinete, para organizar, desse maior impulso ao movimento emancipador da lei de 28 de setembro, por demais moroso, já augmentando a dotação do respectivo fundo, já adoptando todas as medidas que o tornassem mais efficaz, mantido sempre o pensamento car-



deal desse acto legislativo, que devia assignalar o limite ou linha divisoria « até onde a prudencia permittia e a civilização impunha chegarmos », expressão usada por Dantas no seu discurso de apresentação ás camaras.

Quiz então o imperador ouvir a Dantas e depois dessa entrevista, que se realizava ás seis horas da tarde do dia 4 de junho, ouvia outra vez o Sr. Lafayette, o qual á meia noite entrava em casa do novo presidente do conselho, annunciando-lhe a solução da crise e a boa nova : « Papam habemus ».

De todos os papaveis da epocha Dantas era talvez o mais activo dos chefes liberaes. O mal do seu partido consistia justamente nessa abundancia de cardeaes, que preparavam occultamente uns contra os outros toda especie de difficuldade, donde podesse resultar a vacancia da suspirada « sedia gestatoria », que era a presidencia do conselho. Emquanto os conservadores dividiam as sympathias entre Paulino e o Sr. João Alfredo, que ambos reconheciam a supremacia de Cotegepe, os liberaes hesitavam entre Saraiva, Sinimbú, Paranaguá, Martinho Campos, Silveira Martins, Affonso Celso, José Bonifacio e Dantas. Foi dessa lucta subterranea de competidores que em 1883 surgiu como um imprevisto o Sr. Lafayette, de extraordinaria capacidade, mas sem antecedentes de chefe, o qual, conforme disse



então Ferreira Vianna, teve de apanhar o poder, abandonado na rua pela recusa dos mais graduados, todos convencidos das rivalidades intestinas que os esperavam.

Desde 1880, Dantas sempre exercera papel proeminente nas combinações ministeriaes. Ao gabinete Saraiva já se chamara ministerio Saraiva-Dantas, porque o ministro da justiça representava alli o elemento mais activo, quiçá mais partidario da situação. Dizia-se que quando Saraiva annunciava que se retiraria, apenas fosse obtida a reforma, achava o imperador que o ministerio poderia continuar, assumindo Dantas a presidencia do conselho. Dantas, porem, só queria ser governo como agente de reforma e naquelle momento não tinha nenhuma para propor. Certo é que não tendo Paranaguá organizado ministerio, foi elle quem preparou a situação para Martinho Campos, que, na sua linguagem pittoresca, chamou na camara ao seu ministerio « a canoa em que o tinha mettido o Sr. Dantas » e na qual entrara Rodolpho Dantas, com toda a sua mocidade de vinte e quatro annos. Depois disso, sobretudo no ministerio Lafayette, o dedo do senador bahiano era distinctamente sentido.

Dantas tinha sem duvida predicados de chefe. O seu talento consistia principalmente no dom de recrutar os homens capazes de secundal-o. Dotado



de raras qualidades de seducção, difficilmente era possível resistir-lhe ao encanto. Presidente de provincia, deputado, ministro com Zacharias em 1867, ainda muito joven ganhara na Bahia as mais vivas sympathias pessoas. O seu partido, porem, era alli muito fraco. Os conservadores, graças á direcção de São Lourenço, constituíam um feudo, difficil de vencer. Dantas vira que o velho chefe conservador alimentava a sua influencia com a pleiade de homens de talento que formara e elevara até o senado. Cahido do poder em 1868, consagrou-se á tarefa de despertar sympathias para os liberaes, de organizar na sua provincia um grande partido. Os chefes mais graduados não seriam seus concurrentes. Nabuco e Zacharias viviam exclusivamente no Rio e Saraiva era por indole inclinado a construir a torre de marfim, onde acabou encastellado.

Nos dez annos do decantado ostracismo, a Bahia tornou-se um dos centros mais vivos da opposição liberal. A actividade de Dantas era assombrosa. Diziam que vinha dessa epocha o seu habito de vestir-se sempre de preto e de sobrecasaca, porque nas primeiras horas da manhã já era visto em todas as egrejas para as missas de setimo dia. Todo o seu tempo era consumido em mil cousas, destinadas á servir a toda a gente, para quem a sua casa estava sempre aberta. Ao lado, porem, desses meios de cabalista, elle



empregava os mais elevados recursos de propaganda. O *Diario da Bahia* reunia a pleiade dos homens novos que se iam salientando no partido e era em todo o paiz um dos orgãos liberaes mais autorizados. Tendo feito uma viagem á Europa e visitado a Inglaterra, Dantas voltou imbuído de idéas inglezas, cada vez mais entusiasta do concurso da opinião publica para o exame das questões politicas e logo iniciou na Bahia a formação de comicios.

Essa alma de liberal, essa pratica de luctador, essa ambição de renome, essa paixão de popularidade, foram armas que elle trouxe para o governo no momento em que ellas eram as mais propicias para dar maior impulso á questão abolicionista.

As suas duas entrevistas com o imperador e as condições em que se dispoz a aceitar o poder foram desde logo assumpto de porfiado debate. Os conservadores accusavam-n-o de ter organizado ministerio sem força no seu partido para triumphar, e mostravam o contraste desse procedimento com o procedimento de Saraiva, que confessara não contar com maioria liberal para resolver a questão servil. Corrêa, que quase diariamente atenzava os liberaes no senado, lembrava as palavras que Dantas proferira, dando as razões porque recusara o poder em 1883, antes do Sr. Lafayette, justamente por entender que não podia dispor



de apoio para as medidas ou reformas que tivesse de propor. A camara era a mesma, a situação não se alterara e agora Dantas pensava de outro modo.

No seu discurso de apresentação ás camaras Dantas disse que tinhamos chegado a um momento em que « o governo carecia intervir com a maior seriedade na solução progressiva do problema servil, trazendo-o francamente para o seio do parlamento, a quem competia dar-lhe solução ». Proclamou então a sua divisa : « Neste assumpto não parar, não retroceder, não precipitar », e consubstanciou em tres pontos a base da reforma que viria propor : a localização provincial da propriedade escrava ; o augmento do fundo de emancipação por meio de uma contribuição nacional em que entrassem todos os contribuintes, em vez da organização então vigente para que concorriam apenas os senhores de escravos ; a libertação incondicional dos escravos de sessenta annos.

Os conservadores e a dissidencia liberal, que logo se formou, receberam a ultima dessas medidas como o inicio de um cataclysm. Era a morte da propriedade escrava, garantida pelo Estado. « Dê-mos ao menos um nikel », foi a formula em que o deputado Lacerda Werneck condensou mais tarde o protesto contra a ameaça desse perigo. Parece que conhecendo o seu meio, Dan-



tas quiz deixar entrever que contava com o imperador, acreditando que d'ahi lhe viria na camara a força, de que talvez não estivesse certo, e avançou a proposição de que tinha um pacto com sua majestade.

Realmente a palavra « pacto » foi pronunciada por elle ao proprio imperador, ao discutir as condições em que aceitaria o poder, considerando ser indispensavel toda a confiança da coroa até o fim, quando a reforma estivesse votada. Seu filho, o Sr. J. P. de Souza Dantas, ouviu-o narrar esse incidente e nol-o referiu. O imperador aceitou o pacto sob condições e serviu-se de uma imagem pittoresca : « Pois bem, Sr. Dantas, mas quando o senhor quizer correr, eu o puxo pela aba da casaca ». Ora, esta mesma phrase ouvimos uma vez o Sr. Ruy Barbosa attribuir ao imperador, justamente para sustentar que este nunca esposara francamente a causa abolicionista e queria apenas fazer um ensaio com o senador Dantas, mas disposto a puxal-o para traz quando conviesse.

Dantas deixou escapar a phrase, sem nunca a explicar, nem dizer em que consistia o pacto; os conservadores, porem, passaram a glosal-a para attribuir ao imperador a responsabilidade da idéa e censurar a sua intervenção extra-constitucional na elaboração do programma ministerial. Andrade Figueira declarava que era « o eleitor dos minis-



tros » quem queria a reforma e chegara até Dantas, que lhe aceitara as condições, a que não se tinham subordinado nem Saraiva, nem Sinimbú, nem Affonso Celso. Dantas, porem, bem via que, de proposito ou por descuido, tinha descoberto a coroa e esforçava-se por sustentar que não havia no seu procedimento inversão das boas normas do systema parlamentar. Dizia elle : « Formulei, em ultima analyse, os termos nos quaes, fazendo os maiores sacrificios, me seria possivel aceitar aquella incumbencia. Estes termos foram acceitos. Deu-se o accordo, o mutuo consenso. » E acrescentou : « Tive então certeza que podia, nos termos em que me submetera ás ordens da coroa, contar com a sua confiança, digo mais, com toda a sua confiança. » Concluia o presidente do conselho que se ouvisse o imperador expor idéas, que pudesse aceitar, não via onde poderia estar o inconveniente de adoptal-as. Isso entretanto não queria dizer que no caso vertente o imperador fosse o iniciador das idéas do gabinete, pois essas eram suas desde ha muito tempo, como poderiam testemunhar os seus collegas do gabinete Saraiva.

Entretanto Dantas não ousava desde logo commungar francamente com as aspirações do abolicionismo. « Não sou abolicionista, como já me querem pintar », declarava elle no senado em 1.º de julho, explicando que o governo era emancipador. Apesar disso os abolicionistas o recebiam



em festa e os reaccionarios não tinham illusões acerca do golpe que elle vinha desferir com o principio da liberdade incondicional dos sexagenarios. Desde o primeiro momento os adversarios o desafiaram a experimentar as suas forças e a 15 de junho já Andrade Figueira garantia que elle não arrancaria da camara o projecto que tinha em mente.

Esses signaes da lucta violenta que se ia travar faziam o governo cuidar antes de tudo de obter a lei de meios. A 20 de junho o presidente do conselho dizia contar que a camara lhe concedesse a prerogativa do orçamento, pois a sessão terminaria em agosto e a 1.º de julho iniciava-se o exercicio financeiro. A camara votou a prerogativa, mas Gomes de Castro requereu o adiamento da discussão da receita até ser votada a resposta á fala do throno. A maioria negou assentimento a esse pedido, mostrando confiança no ministério. Estavamos no fim de junho e a opposição, anciosa por derrubar o gabinete, intimava-o quase todos os dias a que apresentasse o projecto.

Dantas acalmava-a, garantindo que o projecto havia de vir, depois de ouvido o conselho de Estado, de cuja experiencia não se podia privar. Realmente a 25 o governo reunia as sessões de fazenda, justiça e imperio, e precedia de alguns algarismos a consulta que lhes fazia.

Informava o governo que conforme o relatorio



de 1884, do ministerio da agricultura, até 1873 se tinham matriculado, em virtude da lei de 28 de setembro, 1.541.819 escravos, dos quaes, até 1883, haviam morrido 195.348, haviam sido manumittidos por particulares 115.625 e pelo Estado 18.900, ao todo 329.873. Abatido este numero daquella primeira somma, restavam 1.211,946, o que correspondia, em dez annos, a 21,4 % ou á media annual de 2,4 %.

Continuando essa media a vigorar, para que a população escrava podesse ser reduzida a 20 % do que era em 1873, teriam de decorrer sessenta e sete annos a contar daquella data. Para a redução attingir 10 % seriam precizos noventa e seis annos.

Em sua maioria, o conselho de Estado foi contrario ás ideas do governo. O voto de Paulino de Souza foi o mais categorico e consubstanciava o espirito de resistencia que elle representou até o fim dessa questão e que uma vez definiu comparando-o á junta do couce dos carros de bois, opposta como medida de salvação contra o precipio preparado pelo abolicionismo. « Nada se deve por emquanto tentar », escrevia o chefe conservador, « adiando-se para ensejo mais opportuno a realização de qualquer plano, ainda aquelle que se possa afigurar amadurecido e aceitavel. » Comtudo admittia a localização dos escravos nas provincias, onde estivessem residindo, mediante



um imposto prohibitivo sobre a respectiva transferencia; uma nova matricula geral, á razão de mil reis por escravo, quota esta destinada ao fundo de emancipação; preferencia na libertação pelo fundo de emancipação aos escravos que tivessem de ser vendidos judicialmente ou estivessem sujeitos a inventario ou partilha. Quanto á libertação dos sexagenarios a sua intransigencia era absoluta. O elemento servil era ou não era propriedade legal. Si era, os senhores deviam ser indemnizados, pois a faculdade de libertar escravos de sessenta annos se estendia aos de idade inferior e isso seria a desmoralização da propriedade servil, que ficaria sem razão de ser em direito.

Sinimbú e José Bento eram pela localização provincial e contra a libertação dos sexagenarios, sendo que o ultimo entendia que o escravo devia acompanhar o senhor que mudasse de provincia. Vieira de Silva, contra a libertação dos sexagenarios. José Cactano de Andrade Pinto seria pela desapropriação de todos os escravos mediante indemnização e só nestes termos admittia a libertação dos sexagenarios validos, devendo o estado proteger os invalidos, como pessoas miseraveis, obrigando os senhores a alimentar-os, nos termos da lei de 28 de setembro. Affonso Celso era pela localização, mas quanto aos sexagenarios considerava que havia inconvenientes serios em libertal-os sem indemnizar os senhores, alem disso



obrigando estes a alimentar-os. Não sómente tal medida seria uma dupla extorsão, como os outros escravos passariam a *statu-liberi*, isto é, passariam a ser homens que adquiriram a liberdade, dependendo a effectividade dessa medida de uma questão de tempo. Lafayette era pela localização, mas não respondia categoricamente á questão principal. Achava generosa a idéa, mas considerava que a medida lembrada envolvia metade da escravatura e que as circumstancias do paiz não admitiam golpe de tamanho alcance. Reconhecia entretanto ser de justiça que se tomasse alguma providencia no sentido de restituir a liberdade ao escravo de idade avançada. Martim Francisco, pela localização e pelos sexagenarios, entendendo, porem, que seria melhor conceder indemnização, ainda minima, para attenuar, senão diminuir a principal objecção contra a medida. Apenas Paranaguá era francamente pela libertação dos sexagenarios, sem indemnização, entendendo ainda que o escravo não devia ser objecto de mercancia, nem dentro da propria provincia onde vivia.

Annunciando ás camaras os votos do conselho de Estado, Dantas reconhecia que havia nos pareceres materia em parte aproveitavel.

A 15 de julho era satisfeita a espectativa do parlamento e da nação. Rodolpho Dantas, filho do presidente do conselho, apresentava o projecto, « formulado de inteiro accordo com o gabinete »,



requerendo na mesma occasião que elle fosse enviado ás commissões reunidas de orçamento e justiça civil. O governo não apresentara o projecto como proposta do poder executivo, porque havia creação e alteração de impostos, materia de iniciativa parlamentar. Vinte e nove deputados o assignavam e delles só um era conservador, Severino Ribeiro Carneiro Monteiro, do Rio Grande de Sul.

A medida capital do projecto era a libertação dos escravos sexagenarios, cabendo aos senhores alimental-os, vestil-os e soccorrel-os, quando os conservassem em sua companhia e ficando elles, nessa hypothese, obrigados a prestar os serviços compatíveis com as suas forças. Em caso de invalides dos libertos ficavam ao Estado todos aquelles encargos. Abrir-se-hia nova matricula, mediante a taxa de mil reis e os escravos não arrolados seriam declarados livres. O valor maximo do escravo menor de trinta annos era fixado em oitocentos mil reis. Os proprietarios pagariam por escravo o imposto de 5 0/0 nas grandes cidades, 3 0/0 nas outras cidades e villas, 1 0/0 nos outros logares. O projecto tambem estabelecia as taxas sobre transmissão da propriedade escrava e dispunha acerca da localização provincial. Eram estes os pontos essenciaes.

Terminada a leitura do projecto, Moreira de Barros desce da cadeira presidencial e pede a sua demissão á camara. Se até aquelle momento



se tinha mantido em tal posto, fôra porque o presidente do conselho mais de uma vez lhe pedira que esperasse a apresentação do projecto. Era pela localização provincial, mas contra o artigo 1.º, que concedia liberdade aos sexagenarios. Considerava que o partido liberal, num fim de sessão, não podia tomar por bandeira um principio dessa ordem, que não fôra agitado durante o periodo eleitoral.

Pede então o Sr. A. de Siqueira que o governo declare se considera o pronunciamento da camara a respeito do pedido de Moreira de Barros como um voto de confiança, pois havia outros deputados, como elle, que queriam discutir e emendar o projecto e não o abafar no nascedouro. Responde-lhe Rodolpho Dantas, declarando que nos termos em que a questão estava posta, era evidente que o voto da camara traduziria a sua confiança ou desconfiança no governo.

A demissão é concedida por cincoenta e cinco votos contra cincoenta e dois, votando com o governo os conservadores Severino Ribeiro e Antonio Pinto, do Ceará, e com os conservadores seis liberaes. Os vencidos, porem, não se dão por completamente derrotados e tentam novo combate. Apoiado pelos conservadores, requer o Sr. Lourenço de Albuquerque que o projecto seja enviado a uma comissão especial. Baseado no regimento, mas no meio de uma agitação significativa, o presidente recusa accitar o requerimento.



Se não se verificava desde logo a prophécia de Andrade Figueira, ficava entretanto demonstrado que a maioria do governo era muito precaria. A opposição passa então a espreitar todas as oppor-
tunidades de ferir-o de morte e na discussão da receita aproveita varios incidentes de votação para tornar clara a sua fraqueza. O gabinete, porem, desviava todos os golpes que lhe atiravam e na sessão de 17 de julho, Dantas declara « alto e bom tom que não podia, sem faltar ao seu elevado dever, acceitar outra questão de confiança que não fosse deante do projecto ».

Apesar desta declaração, os opposicionistas insistem em derrotar o governo. O dia 23 é um dia de grande agitação, de novos combates, de votos clarissimos contra o ministerio. Severino Ribeiro propõe um voto de regosijo pela emancipação dos escravos do Amazonas. Requerida urgencia para o requerimento, a camara recusa. Discutia-se a receita. Requerido o encerramento do artigo 2.º, declara o presidente que cincoenta deputados tinham votado a favor e cincoenta e um contra. Feita a verificação, annuncia o presidente cincoenta e quatro votos a favor e cincoenta e tres contra, recusando conceder votação nominal. O debate pela ordem torna-se mais que acceso. No meio dessa agitação, Paulino, que fala raramente, apella para o presidente, Alves de Araujo, cuja autoridade queria abrigar contra a suspeição



de parcialidade manifesta; mas Alves de Araujo mantem o resultado annuciado, por considerar que não é possivel requerer novo processo de votação desde que a votação está feita.

Era um duelo de morte entre os dois lados da camara e um delles queria liquidar de vez a sorte do governo. Figueira, cujos reeursos de regimentista eram extraordinarios, já não acha meios usuaes para empregar e soecorre-se de expedientes que ninguem poderia esperar. Ia-se votar um paragrapho da receita, determinando que a correspondencia official pagasse sello. Figueira propõe que a votação seja nominal e que os votos pro ou contra sejam considerados pro ou contra o adiamento que não vingara. O presidente concede a votação nominal, mas o debate se torna cada vez mais violento. O Sr. A. de Siqueira qualifica o requerimento Figueira « recurso de politicagem » ; o Sr. Ruy Barbosa mostra o absurdo de applicar o sentido de um voto ácerca de materia differente a assumpto vencido noutra votação; Rodolpho Dantas encerra o incidente, declarando que nem o governo nem a maioria considerariam a votação requerida como expressão de confiança, a qual só scria aceita no terreno da questão servil.

A maioria de que elle falava deixava de ser maioria. Cincoenta e seis votos manifestam-se do lado da opposição, e cincoenta e tres do lado do



governo. Deante de tal resultado, que não era a primeira vez que se produzia, sustentavam os conservadores, não só na camara mas também no senado, que não era licito ao governo escolher o terreno da confiança, que a camara podia propor quando e como entendesse. Desde que o gabinete era uma comissão do parlamento, conforme o principio basico do systema parlamentar, nenhum governo podia impor á camara as condições em que ficava ou não dependente do seu apoio.

Cinco dias depois se renova a accão, cujo resultado fôra frustado pela declaração de Rodolpho Dantas. Ratisbona, deputado pelo Ceará, requer o adiamento da discussão da receita por cinco dias, afim de que o gabinete tenha ensejo de obter uma prova de confiança da camara ; sem negar-lhe meios do governo, « quer que elle se colloque nas condições normaes do regimen parlamentar ». Presente á sessão, o presidente do conselho tenta um esforço supremo e inda uma vez recusa aceitar a lucha neste terreno. Recorda a sua declaração do dia 17, de que só considerava questão de confiança a que se baseasse nas idéas do projecto. A lei do orçamento não podia ser assumpto dessa natureza, pois ahi os seus mais intransigentes adversarios até então não lhe tinham negado o voto, visto que nenhum governo regular deve administrar sem leis de meios. Si pois, em virtude das suas dissensões intestinas, a opposição não lograva chegar a



acordo acerca da moção de confiança, relativa ao projecto, não havia de ser com a moção Ratisbõna que ella havia de forçar o governo a aceitar a lucta. A receita ainda estava em segunda discussão e ainda teria de ir ao senado ; do senado pendia a discussão da despesa ; o parlamento fecharia a 3 de setembro ; restavam vinte ou trinta dias para trabalhar, nenhum dos quaes podia ser perdido em adiamento. Cada um devia ter a coragem da sua posição ; a questão do projecto devia ser de honra para que cada um se pronunciasse conforme a sua consciencia. Já annunciara no senado que o respectivo parecer seria dado para a ordem do dia 1.º de agosto e ninguem podia comprehender essa precipitação por quatro dias de espera.

Admiravel na sua dialectica, Dantas luctava como quem que estivesse certo de cair e quizesse apenas escolher o terreno da queda. O adversario enfrentava-o e elle ladeava ou recuava, buscando o logar onde, por terra, crescesse aos olhos da multidão e causasse o effeito que desejava causar. As suas ultimas palavras foram o ultimo appello á intelligencia dos seus contrarios, que não comprehendiam a transacção representada pelo projecto, unica que poderia sustener no seu caminho a pedra que rolava da montanha : « A escravidão é uma causa perdida, ferida de morte desde 1871 e o governo apenas trata de dar-lhe morte lenta. »



A opposição sentia que já era impossivel tergiversar deante dessa resistencia tremenda e que o gabinete só cahiria, ferido no ponto essencial da sua existencia, que era o projecto de 15 de julho. Mas o Sr. Lourenço de Albuquerque tenta ainda contornar a difficuldade, apresentando uma moção, cujo sentido, dizia elle da tribuna, « era a condição que fazia a camara das idéas principaes do projecto ». A moção dizia assim : « A camara dos deputados, deplorando que sem o seu apoio o ministerio continue na gestão dos negocios publicos, extranha este facto, que considera de funestas consequencias para o regimen parlamentar e os altos interesses do Estado. »

E' indiscriptivel a agitação a que attinge a camara. Os governistas fazem o ultimo esforço de quem defende a vida e a opposição redobra os ataques, como quem vê que a derrota do adversario depende desse momento decisivo. « O pensamento não está escripto ! » bradam os governistas. « Votos ! votos ! » grita a opposição, anciosa da victoria de que está certa. E' então que um deputado de Minas, João Penido, dissidente e depois republicano, num movimento de sinceridade e franqueza, apresenta a seguinte moção, que o Sr. Ruy Barbosa declara que é aceita pelo gabinete e a maioria : « A camara dos deputados, reprovando o projecto do governo sobre o elemento servil, nega-lhe a sua confiança. »



Apenas eincoenta e dois votos, dos quaes tres conservadores, se pronunciam pelo governo ; eincoenta e nove approvam a moção ; mas como hōuvesse tres ministros reeleitos, o presidente não tivesse votado, e se achasse ausente um dos signatarios do projecto, na realidade a differença era de um voto. Nestas condições, como bem ponderava Silveira Martins no senado, não poderia ser chamado um membro da colligação para organizar o governo, porque, devendo sahir da camara tres ou quatro ministros, nesse momento a maioria tornar-se-hia minoria. Só havia o recurso da dissolução, que o gabinete pediu ao imperador.

Na exposição escripta, dirigida á coroa, cujo raseunho tivemos em mão e cujas palavras reproduziremos quanto possivel, o presidente do conselho fez uma resenha dos incidentes passados na camara, desde a apresentação do gabinete e passou a sustentar que não havia hypothese em que mais rigorosamente coubesse aquelle recurso constitueional. Duas vezes a camara tinha anteriormente declarado a sua confiança ao ministerio ; era pois o caso de invocar o pronunciamento do paiz entre dois votos diversos e oppostos daquella mesma assembléa em relação ao mesmo ministerio. Numa questão capital para o paiz, como a do elemento servil, a differença de um voto não devia resolver o litigio. Prejul-



gando o projecto, antes de o discutir, a maioria tinha cedido ao impulso de uma opinião preconcebida; a nação carecia, portanto, de intervir pelo órgão de novos representantes, já que a maioria dos actuaes recusava encerrar o problema. A questão não podia sahir do parlamento sem uma solução; o projecto não fôra debatido nem votado; permanecia na mesa sem poder entrar na ordem dos trabalhos, qualquer que fosse o gabinete, a não ser perante uma camara nova. Como, porem, dois orçamentos da despesa estavam em discussão no senado e o da receita na camara, julgava o ministerio que, obtida a dissolução, lhe cumpria apresentar-se ao parlamento, e declarar que só a faria effectiva depois de obtidos os meios de governo.

No dia 29 reuniu-se o conselho de Estado e só tres votos, todos liberaes, foram favoraveis á dissolução, Paranaguá, Martim Francisco e Lafayette. Muritiba, Paulino, Teixeira Junior, José Bento, Vieira da Silva, conservadores, Sinimbu, Affonso Celso, Andrade Pinto, liberaes, foram contrarios. O imperador concedeu a dissolução.

Seria um começo de execução do « pacto? » Podendo nomear e demittir livremente os ministros, nos termos da constituição, embora a camara tivesse conquistado a prerogativa de impor-lhes a sua confiança e tivesse nas mãos o recurso de negar meios de governo, o soberano poderia ter



desde logo abandonado o ministerio ; mas sendo impossivel organizar gabinete entre os colligados, não havia outra sahida para a crise senão a dissolução, e nesse caso melhor seria concedel-a ao gabinete e aguardar o voto de outra legislatura. Parece, pois, que independentemente do « pacto », o imperador não poderia proceder de outro modo.

Na sessão de 30 Dantas annunciou á camara que pedira a dissolução, mas que esta só se tornaria effectiva depois de votados os orçamentos, que esperava lhe fossem concedidos no mais curto tempo que fosse possivel. A essa dissolução á prazo, que na realidade devia esperar o fim da sessão, chamou o *Jornal do Commercio*, uma dissolução meramente nominal.

A dissidencia não fez a menor objecção ao desejo do gabinete ; concedia-lhe a lei de meios, satisfeita como estava por ter evitado, conforme disse o Sr. Lourenço de Albuquerque, « que o projecto fosse votado de surpresa naquella sessão, sem que o paiz tivesse tempo de proferir sobre elle o seu juizo ». Paulino, que era o verdadeiro órgão dos conservadores, guardava reservas ; os seus amigos ainda não tinham deliberado, mas « quando tivessem de votar haviam de proceder sob as inspirações do patriotismo e a consciencia dos seus deveres parlamentares ». Era sempre o seu amor ás formas, nos actos e nas palavras.



Entretanto dos bancos da sua deputação partiram as únicas manifestações de intransigência. Dantas não annunciara claramente que a dissolução estava concedida; dizia que a tinha pedido e que ella se tornaria effectiva depois de votada a lei de meios. Figueira tentou então o recurso supremo e declarou categoricamente que negava os meios de governo, porque o imperador nunca concedera a dissolução sem que os orçamentos estivessem votados. Em 1868, quando a camara liberal recusou a Itaborahy os creditos para a guerra do Paraguay, a votação dos orçamentos já estava feita. Se a camara recusasse a lei que lhe era pedida, o imperador não tornaria effectiva a dissolução promettida. « E se dêsse », exclamava Figueira, « ficaria em posição melindrosa, seria um poder faccioso, impondo um ministerio que a camara julga indigno da sua confiança, ao ponto de negar-lhe os meios de governo ». Nun crescendo ameaçador contra a coroa, que pela primeira vez se arriscaria a dissolver a camara sem orçamentos, e para responder aos que lhe lembravam que a ausencia de lei de meios seria a dictadura financeira, talvez a revolução, concluia Figueira, que « se o governo assumisse a dictadura financeira e os contribuintes se recusassem a pagar impostos, elle preferiria essa revolução á revolução das ruas, que o governo protegia contra os homens de bem. »



Deante de linguagem tão violenta, falada por um dos mais conspicuos representantes da escola conservadora, o presidente do conselho descobriu todo o seu pensamento e annunciou que a dissolução se tornaria effectiva ainda que a camara negasse a lei de meios, cousa que nenhuma ainda tinha feito. Em 1868 os creditos foram recusados, porque Itaborahy os pedira antes de alludir á dissolução e essa experiencia agora aproveitava ao governo.

O momento era de suprema gravidade; o quadro tinha incontestavel grandeza. De um lado, Dantas, com todo o seu ardor sempre juvenil, representava as aspirações liberaes de uma causa popular, mais que popular, humanitaria; do outro, Figueira encarnava os principios mais duros de conservatorismo, a defeza de uma instituição barbara, mas que o Estado garantira, e a resistencia a uma usurpação da coroa, que elle suppunha decidida a fraudar o voto do parlamento.

Não se podia imaginar scenario mais propicio á intervenção de Paulino. A gravidade da sua compostura, a serenidade da sua expressão, o primor das suas maneiras, a sobriedade, a preizão, a doçura da sua palavra, tudo nelle revestia uma autoridade, que a herança de Uruguay e a successão de Itaborahy pareciam augmentar e eingir de uma aureola pontifical. No meio de um silencio impressionador, as suas pala-



bras cahiam uma a uma, debulhadas, de forma lapidar. Desde que o presidente do conselho declarava que a camara seria dissolvida, ainda que lhe negasse a lei de meios, elle viã-se forçado a antecipar o voto da opposição conservadora. « Não achando outro remedio a tamanho mal, declarava formalmente que tal excesso não se havia de consummar, porque os seus amigos quase unanimes haviam de votar os meios de governo ». E concluia : « O partido conservador dá ao governo o exemplo da prudencia, do patriotismo, da sinceridade da sua adhesão á causa, que o mesmo governo compromette, da monarchia representativa constitucional no Brasil ».

Dir-se-hia que a tempestade tinha serenado e que o oleo destas palavras iam acalmar as ondas, sobre as quaes tinha passado a colera neptuniana de Figueira. A sessão, porem, devia terminar pelas mais tremendas apostrophes desferidas no parlamento contra o imperador. Ferreira Vianna levantou-se e toda a camara se voltou para elle, enamorada daquella cloquencia encantadora, que fazia rir e fazia chorar. Vinha negar os meios de governo, « porque não tinha outro modo de pronunciar a sua indignação contra o principe conspirador ». Um clamor de protesto irrompeu e Vianna insistiu : « O que disse está dito e não é o que tenho dito hoje; é o que disse hontem e o que tenho repetido annos



inteiros. A minha vida inteira não é senão um protesto. »

Apesar de tudo, a camara parecia surprehendida; mas o orador lhe recordava a lieção de outros tempos : « Se pudesse agora repetir o que tenho ouvido, o que tenho lido dos que sobem e dos que descem; se pudesse renovar hoje as scenas de todas as dissoluções havidas neste reinado, o que disseram os que cahiram da graça e o que affirmaram os que subiram até á graça e ao throno; si pudesse cotejar as contradições de uns e de outros, palmares, grosseiras, tristes, teria feito a psychologia moral e politica do systema constitucional representativo do Brasil. Os que caliêm blasphemam, os que são agasalhados ou acariciados pelo senhor do imperio victoriam-n-o. Vêde como eramos grandes nesta camara antes de 1831 e depois de 1831; vêde o que é hoje a representação nacional, nivelada com o conselho d'Estado! »

Depois era um appello á energia de todos os cidadãos contra o imperador : « Liberaes e conservadores, republicanos, homens de todas as seitas, reunidos em roda do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo de uma omnipotencia usurpadora e illegal, que tem estragado todas as forças vivas da nação. »

Nunca se ouvira naquelle recinto palavras mais crueis contra o soberano : « Estou cança-



do de representar nesta comedia politica. E' uma decoraçao tristissima, onde só ha espectros e uma unica realidade. Este poder omnipotente e só afflige-me, irrita-me e quero por minha parte escapar de todas as tentações. » Dizia Vianna que se despedia do parlamento, onde não esperava voltar e ao qual queria talvez impressionar de um modo tragico, que era um dos seus recursos predilectos de eloquencia : « Si fosse mais moço » dizia elle, « talvez soubesse lavrar estes protestos com o proprio sangue, porque a liberdade vale bem este preço. »

Não faltava a esse discurso admiravel nenhuma nota de violencia; todo elle era uma construcção formidavel, feita de imprecações de desespero e de gritos de revolta. Digno remate de tal obra foi esta synthese monumental, exagerada ou injusta, que os adversarios do regimen passaram a repetir como a condemnação de um reinado :

« Quarenta annos de oppresões, de omnipotencia e de victorias inerentas do poder armado contra a opinião do paiz desorganizada; quarenta annos de desfallecimentos, de sugeições, de murmurações, de timidos protestos; quarenta annos de usurpações bem succedidas, de liberdade constitucional quase supprimida, terão talvez animado o poder a affrontar a opinião do paiz e a desferir sobre a camara o golpe da dissolução. Sobre as ruinas do principado popular, o novo Cesar



earicato ousa encorajar os que vacillam ou temem, repetindo : « *Quid times? Cesarem non vebes!* »

Findo esse dia, as discussões da camara passaram a lograr a serenidade, que fugira daquella assembléa; a 24 de agosto era apresentado o parecer das commissões reunidas ácerca do projecto, sendo relator o Sr. Ruy Barbosa, e a 3 de setembro o parlamento fechava, tendo votado a lei de meios.

O imperador, porem, não devia ter esquecido as palavras abrazadoras de Vianna nem a irritante objugatoria de Figueira. Por seus talentos e por sua actividade incomparaveis eram elles os arautos do partido conservador e todo o seu esforço, desde a apresentação do gabinete até a dissolução, tinha consistido em attribuir ao imperador a iniciativa da reforma, em dar-lhe a responsabilidade dos seus resultados futuros e em apresental-o ao paiz como defraudador da pureza do regimen parlamentar, logo depois do primeiro ensaio da eleição directa, de que se esperava o funcionamento regular das instituições e a subordinação constante da coroa ao voto da camara, agora escolhida por um systema que ambos os partidos consideravam perfeito.

Foi sob a impressão desse sentimento que o imperador viu começar a lucta eleitoral. Desde a organização do ministerio elle revelara a maior preo-



cupação a esse respeito. Dantas fizera os maiores esforços para ter como ministro o Sr. Ruy Barbosa e encontrou da parte do soberano a mais decisiva resistência. E' ainda o Sr. J. P. de Souza Dantas quem nos revela este incidente da composição ministerial e nós descreve o que elle eustou de amargura a seu pai e a seu irmão Rodolpho, que tinham pelo maior dos seus colaboradores admiração e dedicação sem limites. O imperador estribava-se na razão de que o Sr. Ruy Barbosa não tinha districto forte para elegel-o e que a sua fraqueza determinaria fatalmente a intervenção do governo a seu favor. Realmente na eleição de 1.º de dezembro o Sr. Ruy Barbosa foi derrotado.

Dantas era muito suspeitado de paixão partidaria e já no ministerio 28 de março era accusado de contrariar a imparcialidade do seu chefe para fazer quanto podia pelos seus correligionarios. Quando elle affirmou á camara, na apresentação do seu ministerio, que garantiria a liberdade eleitoral, os opposicionistas receberam a declaração com gargalhadas, embora entre os partidos politicos ninguem, salvo Saraiva, tivesse autoridade moral para saeudir-lhe a primeira pedra. Dantas doeu-se dessa manifestação e desafiou quem quer que fosse a apresentar provas da sua intervenção no pleito de 1880, quando era ministro da justiça.

Ou para livrar-se da pecha de chefe da idéa,



que a timidez da sua indole transformava numa responsabilidade por de mais pesada e que os conservadores lhe atiraram, para comprometer-lhe ainda mais a reputação de soberano constitucional; ou pela preocupação, que ninguem lhe pode contestar, de que todas as opiniões se manifestassem livremente e que por fim chegassemos a ter eleições verdadeiras, certo é que o imperador se tornou o fiscal-mór da opposição junto ao ministerio, ao ponto de Dantas considerar que aquella preocupação, por exagerada, quase redundava em preferencia pelos seus adversarios.

Tivemos em mãos talvez todas as cartas dirigidas a Dantas pelo imperador e entre ellas, de julho de 1884 a janeiro de 1885, vinte e nove occupam-se de materia eleitoral. No mez de dezembro dezenove veses o imperador escreveu ácerca desse assumpto, tudo isso sem contar as sabbatinas do despacho ministerial, em que elle se constituia orgão das reclamações da opposição, que lhe telegraphava ou escrevia directamente.

Já em 1.º de agosto escrevia elle ao presidente do conselho : « Nesta epocha, em que deve actuar sobre os actos do governo a determinação firme de evitar accusação de influencia nas eleições, não me parecem acertadas as mudanças de juizes e autoridades que não forem exigidas pelo bem publico. » E mais adeante, na mesma carta :



« As autoridades não devem pedir votos. Sei qual é o seu empenho, mas também é dever meu insistir em que só intervenham nas eleições, seja em que fórma for, os que não sejam autoridade. »

Em toda essa correspondencia nunca o imperador deixou de sustentar boas idéas. A 16 de novembro, quinze dias antes da eleição, aconselhava elle que fosse expedido telegramma « a todos os presidentes de provincia, ordenando-lhes que reduzissem seus actos, relativos a pessoal, ao mero expediente, caso não exija o contrario a noticia de perturbação da tranquillidade publica. » « E' quase sempre a força publica », acrescentava « que tem sido causa de desordens nas eleições. Não é dos eleitores que receio; mas do povo que se reuna. Eleição directa com derramamento de sangue seria um contrasenso. Felizmente ver-me-hei brevemente livre de tanta inquietação de espirito. »

Como se tivessem dado graves desordens em 1º de dezembro, devido, á intervenção de povo em algumas secções eleitoraes, a 3 de janeiro, nas vespersas do segundo escrutinio, voltava elle a desenvolver a sua idéa : « A força deve estar perto das secções onde se vota, para acudir a tempo de evitar a entrada de povo onde se faça a eleição. Cavallaria é a melhor força para isso. Eu não duvidaria postar força de commandantes



de confiança bem ás claras, junto á casa onde votasse cada secção. »

Não só os juizes, mais os militares e todos os funcionarios tiveram nelle um defensor da independencia eleitoral. « Empregado, seja do partido do governo, seja do da opposição », escrevia o imperador, criticando doutrina de certo presidente de provincia, « pode pedir livremente por qualquer candidato, caso o emprego que elle occupar não possa facilitar coacção, mesmo moral, no eleitor, e o faça respeitando sempre seus superiores. Sustento este principio ha quarenta e quatro annos ». Remettendo ao presidente do conselho um telegramma que recebera, perguntava : « Para que a remoção de officiaes, eleitores da opposição, se o serviço publico não exigiu que tal se fizesse em epocha de eleição? » Um simples agente de correio, demittido por causa das eleições, « segundo diziam », merecia a sua intervenção favoravel.

Nenhuma circumstancia lhe escapava ; feita a eleição, conhecia todas as duplicatas e estava ao corrente de todas as irregularidades. Parece incrível como esse homem tão sobrecarregado de trabalho achava tempo para ler tantos jornaes, de todas as provincias, a que alludia em muitas das suas cartas. De tudo, porem, quanto se passou a 1.º de dezembro o que mais o impressionou foi o grave conflicto da freguezia de S. José, no



Recife, em que Nabuco era candidato e onde foi assassinado um mesario conservador. De 1.º a 21 elle escreveu ao presidente do conselho nada menos de treze cartas áerea deste assumpto e no dia da eleição duas veses lhe deu as suas impressões : « Talvez morresse o menos culpado, senão innocente. O ex-deputado José Mariano bem podia deixar de andar capitaneando o povo ou antes a populaça. » Dera ordem para que o chamassem a qualquer hora; estaria sempre prompto.

No dia 10 recebia o senador Barros Barreto e um irmão do candidato Portella, opposto a Nabuco, que lhe iam mostrar um telegramma do Recife; contava a Dantas o que lhes dissera, pois censurava a intervenção de José Mariano e de pessoas extranhas á eleição, e reconhecia o procedimento correcto do presidente Saneho Pimentel. Terminava referindo ter-lhes dito que comtudo era forçoso concordar que « não tinha havido as luctas de d'antes, até na capital do imperio; que os exaggeros e falta de consciencia de ambos os partidos deviam corrigir-se, o que era de esperar do tempo; que lhes falava assim, porque não podia ser conservador nem liberal, mas de todos os que queriam o bem da nação. »

O resultado da eleição, de um modo geral, não sorriu aos abolicionistas. O ministro dos negocios estrangeiros, Matta Machado, não fôra reeleito e dos dois maiores oradores com que elles contavam,



um, o Sr. Ruy Barbosa, fôra derrotado e outro, Nabuco, tinha o diploma contestado e viria a ser depurado no terceiro escrutinio, como se passou a qualificar a operação de certos reconhecimentos. Numa carta a Rodolpho Dantas, datada de 14 de janeiro, dizia Gusmão Lobo, que era na imprensa uma das grandes forças do gabinete: « A ninguém se não a você direi : estamos batidos. Tão convencido estou disto que já tenho pensado em transacção com Lourenço e os outros liberaes que combatem a alforria sem indemnização, concedendo-lhes um ou dois annos de serviços a titulo de indemnização. » Já em janeiro Gusmão Lobo previa o que ia acontecer em maio. Achava que valia a pena ceder nesse ponto para salvar as demais medidas do projecto, ainda que se reduzisse o imposto sobre os escravos. Considerava que nova dissolução seria inexequível e, ainda que o governo a obtivesse, a nova camara seria peor. No seu entender a politica de só aceitar questão de gabinete a respeito do projecto era impraticavel e com certeza nem o projecto entraria em discussão. Iamos presenciar scenas deplorabilissimas.

Seria impossivel, como vamos ver, prophetizar com mais segurança.

A primeira sessão preparatoria da camara, que fôra convocada extraordinariamente, deixava prever o que ia acontecer. Estavamos a 11 de fevereiro



e presidia os trabalhos o deputado mais velho, Antonio José Henriques, eleito pela Parahyba. Um requerimento de Zama para que não fosse considerado diploma « o papel » trazido por Passos Miranda, que no 1.º districto do Amazonas se oppunha ao Sr. Satyro Dias, o ex-presidente abolicionista do Ceará, levantou uma verdadeira tempestade. O presidente recusou acceitar o requerimento e os liberaes abolicionistas declararam não consentir que se fizesse a eleição da mesa.

No dia seguinte os dois lados da camara já estavam convencidos de que era indispensavel definir o que devia ser considerado diploma, do contrario não se daria um passo para deante, tamanho era o numero das duplicatas. Foi Moreira de Barros quem tomou a iniciativa de propor que se organisasse nova lista dos deputados, só se admittindo como taes os que tivessem diploma expedido por junta presidida pelo juiz de direito com numero legal de mesas parochiaes. Assim votado, a nova lista deu cento e dez diplomas liquidos.

No dia 13 faz-se a eleição da mesa, sendo eleito Moreira de Barros por cincoenta e seis votos contra quarenta e cinco, dados a Martim Francisco e quatro em branco. Os vice-presidentes são Lourenço, Antonio Prado e Guahy, signal da alliança entre conservadores e dissidentes. Carlos Affonso declara que se estivesse presente teria



votado em Moreira de Barros, « como protesto contra o projecto que se quer impor á camara em nome de pactos celebrados pelo presidente do conselho no paço imperial ». A commissão de cinco membros, que tem de dar parecer ácerca dos diplomas, fica composta de dois dissidentes, dois conservadores e um governista e apresenta sessenta e nove sem contestação e quarenta e cinco constestados.

A 8 de março abrem-se as camaras e a fala do throno consigna o seguinte topico, relativo á questão servil : « A presente sessão extraordinaria foi aconselhada pela necessidade a que certamente corresponderéis com a maior solícitude de resolver ácerca do projecto que o governo julga util á extincção gradual da escravidão em nossa patria, conforme os desejos de todos os brasileiros, de modo que o sacrificio seja o menor possivel, sem obstar ao desenvolvimento das forças productoras da nação. A vossa sabedoria reconhecerá a alta conveniencia de assegurar a tranquillidade necessaria para completar-se a substituição do trabalho servil. »

Para a mesa definitiva são reeleitos Moreira de Barros, Lourenço e Guahy. Frankilim Doria é eleito 2.º vice-presidente contra Prado, e Affonso Celso Junior 1.º secretario contra Mac-Dowel. Como se vê as forças quase se equilibravam e o menor desvio alterava o resultado das votações.



A 20 de março ainda a camara não estava funcionando e a opposição conservadora no senado extranhava semelhante facto, asseverando que Dantas não tinha maioria e vivia de meros expedientes. Dantas respondia que o dever da camara era constituir-se antes de tomar conhecimento do projecto. Se o debate fosse antecipado, seria delle excluido grande numero de deputados, tão bem eleitos como os que já estavam reconhecidos. E concluia dizendo que só se poderia saber se a maioria seria pro ou contra o projecto, depois que a camara estivesse constituída integralmente. Emfim, a 8 de abril, o ministro da guerra, Sr. Candido de Oliveira, pede em nome do governo que o projecto seja dado para a ordem do dia de 13, pois era de esperar que nesse dia já estivesse concluido o reconhecimento dos poderes.

Ninguem que tenha assistido a essa sessão memoravel poderá esquecer a expectativa anciosa que reinava no recinto, nas tribunas, nas galerias. Sentia-se que algo se ia passar de extraordinario, que deixasse ver desde logo qual seria a sorte do gabinete e da idéa que elle encarnava. De repente, Moreira de Barros desce da cadeira presidencial, toma um logar nas bancadas e dirige a palavra á camara. Considerava que era preciso não prolongar aquelle estado de excitação e anciedade geral e que se tornava indispensavel tranqui-



lizar as classes produtoras, justamente alarmadas pela propaganda official do abolicionismo. Vinha portanto apresentar a seguinte moção, assignada por onze membros da dissidencia liberal: « A camara dos deputados não acceta o systema de resolver sem indemnização o problema do elemento servil e nega seu apoio á politica do gabinete ».

Depois de orar o ministro da guerra, que censura Moreira de Barros por fugir á discussão do projecto, Affonso Celso Junior propõe uma moção substitutiva: « A camara dos deputados, interpretando o sentimento geral do paiz, approva a politica emancipadora do actual gabinete. » Ulysses Vianna ainda apresenta outra moção para que, aguardando a discussão do projecto, a camara passe á ordem do dia.

Vê-se então o presidente do conselho surgir no recinto e tomar a palavra. Nunca talvez em toda essa campanha elle falou com mais entusiasmo. A moção não era inteiramente verdadeira quando dizia que o governo tinha como systema resolver sem indemnização o problema do elemento servil. Essa medida só attingia os escravos sexagenarios e a opposição não queria ter a coragem de dizer num voto, depois de aberta a discussão ácerca do projecto, que queria indemnização pela alforria dos mesmos. Os seus adversarios podiam fazer os que quizessem, mas lhes seria tão impossivel



deter essa idéa no seu caminho victorioso como deter o Amazonas no seu curso. Dantas termina por declarar que acceta a moção Affonso Celso Junior, porque ella define claramente a situação, em quanto a outra, ainda que approvada, deixaria o paiz no mesmo estado de duvida.

Logo depois de terminar o discurso, Dantas, perde os sentidos e é retirado do recinto em braços. Havia por toda a parte uma grande commoção. Nos ultimos tempos o seu estado moral era de grandes inquietações. As luctas que havia sustentado tinham-lhe abalado profundamente o systema nervoso, donde lhe provinham frequentes crises de insomnia. Se de um lado se sentia muito animado pela popularidade que desfructava; se contava com as sympathias ou apoio franco da maioria dos jornaes fluminenses; se tinha nos « apedidos » a defesa do ministerio feita por Gusmão Lobo, Ruy Barbosa, Nabuco e Rodolpho Dantas, aos quaes, por causa dos seus pseudonymos, chamava Martinho Campos « os inglezes do Sr. Dantas »; por outro lado encontrava a cada passo difficuldades extraordinarias, que lhe eram creadas pelas classes mais poderosas, interessadas em manter a escravidão. Dizia Andrade Figueira que elle só tinha o applauso dos que não tinham que perder. A situação do thesouro era difficillima, á mingoa de recursos, e os bancos fechavam-lhe as portas; o cambio baixara tanto, como só



descera durante a guerra do Paraguay. No famoso pacto ja elle não confiava. O imperador não lhe daria nova dissolução, e os apertos em que se vira, sugeito á sua fiscalização, dia por dia, no periodo eleitoral, nem o animaria siquer a pensar nesse recurso. Por outro lado elle sentia que lhe ia fugindo o apoio de alguns chefes. Se elle fizesse a reforma, o seu prestigio creceria immensamente no partido liberal, sobretudo festejado pelo abolicionismo, que se tornava uma força popular. Saraiva não podia ver com bons olhos essa ascenção, que feria um pouco a sua autoridade sem par, e Silveira Martins, que talvez já lobrigasse a presidencia do conselho, começava a tornar-se esquivo na taba do « pagé », que assim chamava elle o velho amigo. Dantas acreditava que se a sorte do ministerio dependesse dos deputados rio-grandenses, que eram os ultimos a votar, elles não lhe dariam apoio.

Requerido o encerramento da discussão das moções, houve empate, apesar de terem votado com o governo os raros conservadores abolicionistas e mais Prudente de Moraes e Campos Salles. A sessão ficou suspensa porque tinha findo a hora.

No dia 15, o proprio Andrade Figueira vinha declarar que o empate tinha mostrado que a verificação total dos poderes era indispensavel e que só assim se poderia obter o resultado genuino da resposta dada pela nação á consulta que lhe fôra



feita. No mesmo sentido escrevia Dantas ao imperador, acerescentando que a votação empatada não podia determinar o ministerio a pedir demissão. Nesse momento faltavam para reconhecer dezeseis deputados e Figueira promettia que a opposição não daria numero enquanto não estivessem reconhecidos os poderes de todos os membros da camara. Desse modo não pôde continuar a discussão das moções do dia 13.

Emquanto, porem, a camara ficava nessa quietude, que se prolongou por muitos dias, o senado começava a agitar-se e dar signal de outra borrasca proxima. No dia 14, allegando que havia crise ministerial, como se tornava evidente pela ausencia dos ministros, Cruz Machado requeria que fosse adiada por tres dias a discussão da resposta á fala do throno. O senado, porem, preferiu adoptar o adiamento por vinte quatro horas, que propoz Affonso Celso, o qual sustentou que o adiamento, concedido sob o fundamento allegado por Cruz Machado, seria uma manifestação politica imprudente, que o senado não podia fazer.

A 20 já era franeo o sopro do pampeiro. Inimigo de conspirações, Silveira Martins queria proceder ás elaras. Desde os primeiros dias da vida do gabinete lhe dera apoio completo e da parte de Dantas tivera sempre as maiores provas de lealdade ; não tinha, pois, motivo pessoal para obrar contra o governo. Mas não havia duvida



que este tinha ficado em minoria na camara, porque um dos signatarios da moção deixara de votar por estar occupando a presidencia. Não se protela questão de confiança. Só haveria um meio de poder o ministerio continuar e este seria uma transacção com a dissidencia. Nesse sentido fizera tentativas, com sciencia do presidente do conselho. Convocara os dissidentes e todos se apresentaram dispostos a transigir a respeito do projecto, menos quanto a confiar no ministerio. O parlamento vota contra o governo, a este só resta demittir-se ou dissolver-o; o contrario seria inaugurar praticas de Jorge III. Via symptomas de perturbação da ordem publica. O *Paiz* reproduzia a opinião da *Gazeta da Tarde* de que se o governo não fizesse a reforma o povo a faria, e o *Jornal do Commercio*, interessado directamente no respeito á propriedade, invocava o concurso da força publica para decretar a reforma.

O fecho desse discurso é uma intimação ao presidente do conselho. Se elle tem maioria na camara, pode contar com os seus amigos do Rio Grande; se não, não tem o direito de sacrificar os amigos, o partido, o paiz, e deve deixar a outrem a gloria de realizar a reforma. E a intimação termina por um requerimento de informações ao governo, para que diga quaes as medidas tomadas com o fim de assegurar a ordem e a tranquillidade publicas.



Dantas levanta-se para confirmar a revelação de Silveira Martins ácerca da reunião dos dissidentes, mas lhe ajunta pormenores curiosos. Realmente a divergencia real não é por causa do projecto, mas por causa de pessoas. Houve dissidentes que declararam estar prontos a votar o artigo 1.º e ainda mais, sob condição de que seja outro o ministerio que patrocine a reforma. Entretanto, no dia 13, Moreira de Barros declarava o contrario, dizendo não ter nada a allegar contra o gabinete, com quem viveria de bom grado se não fosse o ponto capital do projecto. O proprio Andrade Figueira, um dos chefes da opposição conservadora, estava de accordo com o governo em que era preciso constituir definitivamente a camara para haver legitima manifestação da representação nacional. Antes disso não pode deixar o poder, pois não ha-de immolar o ministerio a paixões meramentê pessoaes, quando os principios é que devem prevalecer sobre os individuos.

Deante dessa resistencia, na sessão seguinte Silveira Martins retirou o requerimento. Estavamos a 28 e a camara não tinha terminado o reconhecimento. O governo era forçado a adiar a sessão extraordinaria até 20 de maio, porque, como explicava no senado o ministro do imperio, não seria possivel redigir a fala do throno para abertura da sessão ordinaria, a 3 de maio, sem dizer que a camara levava dois meses em traba-



lhos de verificação de poderes e não tratara do assumpto da convocação. A coroa não podia censurar nem louvar o parlamento.

Essa desidia parlamentar, a resistencia dos opposicionistas á discussão do projecto e o seu proposito, tantas vezes revelado, de derrubar o ministerio sem examinar a questão, irritavam em alto gráo o elemento popular, cansado dessa expectativa interminavel. Todos os dias as tribunas e galerias regorgitavam de expectadores e na rua sobrava tanta gente que as vizinhanças da camara estavam sempre muito povoadas. Como acontecc em casos taes, essa turba era composta de elementos facilmente excitaveis e dispostos á violencia ; uns, pela condição do seu estado social, revoltados contra a escravidão ; outros, pelo verdor dos annos e o ardor da paixão liberal, inconciliaveis com a madureza e a reflexão dos conservadores.

A opposição bem via que esses elementos poderiam de um momento para outro comprometter o governo, ao qual queriam mostrar o seu apoio, e Silveira Martins dera o rebate nessa ordem de idéas, quem sabe se assentada na reunião dos dissidentes como o meio efficaz de forçar o ministerio a acceitar a lucta de que sempre fugia.

Aconteceu realmente que a 30 de abril um deputado por Pernambuco, que aliás até então tinha acompanhado o gabinete, mas que por suas res-



tricções ácerca do projecto já era suspeito de alliança com os colligados, foi, ao sahir da camara, acolhido com « apodos, insultos e aggressões », sendo-lhe atirado pesado projectil, que feriu no rosto um engenheiro militar, que lhe dava o braço. Soares Brandão, que no dia seguinte relata o incidente ao senado, requer informações ao governo para saber que medidas tinham sido tomadas para garantir a independencia da camara e a segurança pessoal dos deputados, pois que na camara se achavam ministros e o chefe de policia, que nenhuma providencia tinham dado.

Dantas informa que o deputado aggreddido procurou-o immediatamente para referir-lhe o que se tinha passado. Dera sem perda de um momento em presença do queixoso, todas as ordens precisas para que não se reproduzissem taes scenas, pelas quaes não podia ser responsavel. Tinha tambem a lamentar que o proprio presidente da camara houvesse soffrido no mesmo dia identicos desacatos; mas podia citar o *Brasil*, órgão conservador, o qual informava que os amotinadores só não atacaram Moreira de Barros, porque um delegado de policia desenvolvera a maior energia e o acompanhara sempre, até que o pozera a salvo.

No dia 5 de maio o proprio deputado aggreddido narra os acontecimentos e accusa a policia de assalariar desordeiros, que postava em volta da



camara. Tinha visto bem de que especie era a gente que o apupara e que não passava de doze ou quatorze maltrapilhos, ao que ponderava um deputado governista que a policia não podia ter interesse em desacatar um deputado, que até então era considerado amigo do gabinete. O discurso terminou por uma moção, semelhante aos requerimentos de Silveira Martins e Soares Brandão, e que ficou sendo conhecida por « moção das vaías »: « A camara dos deputados, convencida de que o ministerio não pode garantir a ordem e segurança publicas, que são indispensaveis á resolução do projecto do elemento servil, nega-lhe a sua confiança ».

Na discussão desta, como das demais moções de confiança, todas apresentadas pela dissidencia liberal, os conservadores recolhiam-se á maior reserva e nenhum dos seus oradores tomava a palavra; deixavam que os liberaes se devorassem entre si e lhes abrissem facilmente o caminho do poder. Ao ministro da guerra, Sr. Cândido de Oliveira, coube responder ao autor da moção, cujo voto, elle lembrou, ainda a 13 de abril tinha sido pelo governo numa questão de confiança. De lá até o momento a que se chegava, nada se tinha passado além dessa manifestação de doze ou quatorze maltrapilhos, qualificada assim pelo proprio deputado agredido. A moção estava em desacordo com a declaração de Figueira, de que sem



terminar a verificação de poderes não poderia haver manifestação legitima da camara.

Isso, porem, não foi obstaculo a que os conservadores, ainda uma vez ficassem calados e votassem em massa com a dissidencia liberal. A moção passou por cincoenta e dois votos contra cincoenta, dos quaes tres conservadores abolicionistas, do Ceará, e dois republicanos, de S. Paulo.

Desta vez o ministerio cahia. Dantas declarou ao imperador que em vista do voto da camara só com a dissolução o gabinete poderia continuar, mas que esse recurso extraordinario não deveria ser reclamado senão depois de praticamente demonstrada a impossibilidade de formar-se novo ministerio, que se encarregasse de levar por deante a reforma. Foi a hypothese que se apresentou, nos termos que havemos de ver.

Tendo começado por dizer, em julho do anno anterior, que « não era abolicionista, como já o queriam pintar », Dantas sahia do governo, dez mezes depois, sagrado como o chefe parlamentar do abolicionismo. Durante toda a reacção do seu ministerio, Cotegipe o apontava como o extremo opposto e o convertia em signal de ameaça: « ou eu ou o Sr. Dantas. » Nessa noite de 5 de maio elle recebia, deante da sua casa, uma estrondosa manifestação dos « que não tinham que perder, » aos quaes elle lisongeou, dizendo que cahia nos braços do povo. Tres annos apenas se passa-



ram e a logica caprichosa da politica não fez que fosse elle o successor de Cotegipe. Mas a 13 de maio de 1888, terminada a sessão do senado, onde parcia que era elle o verdadeiro triumphador, a sua entrada na rua do Ouvidor foi feita nos braços do povo, onde elle cahira, havia tão pouco tempo, para levantar-se agora com a victoria final da abolição.



A QUESTÃO MILITAR

Essa questão vem a ser um dos factos capitaes da nossa historia. Ella excitou nas classes armadas o espirito de revolta, que precipitou a proclamação da republica, já prevista por varios estadistas do imperio, pouco confiantes no advento do terceiro reinado.

Quando foram publicadas as revelações do barão de Lucena ácerca do golpe de Estado de 23 de novembro, condensadas num dos capitulos que se seguem e nas quaes havia referencias muito interessantes á questão militar, levantou-se uma grande polemica a respeito deste assumpto. O Sr. João Alfredo foi o primeiro que veio a campo, e logo após o debate se enriqueceu mediante o concurso de varios personagens, que tiveram papel mais ou menos importante naquelles acontecimentos.

Tão copiosas foram as informações trazidas por todos, que mais tarde, procurando reunil-as para formar um « post-scriptum » ao capitulo ácerca do 23 de novembro, fui tentado a rever os



documentos da epocha e a escrever um trabalho especial a respeito da questão militar, nelle incorporando quanto foi dito pelo Sr. Lucena.

A agitação abolicionista, aggravada em 1885 pelo mallogro do projecto Dantas, alimentava na atmospherá politica uma corrente revolucionaria, donde poderiam provir complicações de toda especie. Varios militares manifestavam-se francamente ao lado dos que pregavam a abolição immediata e sem indemnização, medida que viria a ser, ao mesmo tempo, uma obra de humanidade e uma lei expoliadora, um golpe de revolução desferido contra a boa fé dos possuidores de escravos pelos proprios orgãos do Estado, que lhes garantira a odiosa propriedade.

Aos principaes propagandistas da republica não repugnava a collaboração de militares. Todos ou quase todos elles entendiam que sem o concurso do exercito seria impossivel chegar á republica e a republica, para elles, era um idéal posto acima de certas condições fundamentaes, indispensaveis á segurança do Estado. Era esse aliás o criterio dos paises sul-americanos, de que então só o Chile fazia honrosissima excepção.

A maior praga destes paises tem consistido na exploração do clemento militar pela velhacaria politica. Nelles tudo favorece esse desvio da função nacional da força publica. O fim principal dos seus homens de Estado, dos seus patrio-



tas deveria ser a implantação definitiva da autoridade civil e a subordinação das classes armadas ao seu papel unico e meritorio de garantia da ordem interna e da paz com o estrangeiro. Em vez disso, sempre que se offerece uma situação delicada, em que um « elemento extranho » possa « desviar o eixo da politica ' », não falta quem esteja disposto a accordar nos quartéis os soldados de promtidão e os venha trazer pelo braço, como salvadores do momento que transformam a espada em talisman.

Homens feitos para o mister de commandar, rarissimamente se poderão adaptar ao governo da sociedade civil, cuja tendencia, cuja ambição é a conquista cada vez maior de liberdade, a independencia cada vez mais accentuada da pressão do Estado. Quando elles se adaptam á função de governar normalmente a sociedade civil, faltam-lhes, regra geral, as qualidades matrizes do commando. E' pois natural que elles extranhem as transacções e transigencias da politica, as suas accomodações, os seus manejos, a subordinação

(*) Expressões de Q. Bocayuva num artigo do *Paiz* e num discurso no senado, justificando a intervenção politica de militares na crise do PRF com o presidente P. de Moraes, por occasião da retirada das munições, e consequente fechamento da escola militar, e na escolha de um candidato á presidencia da republica, donde resultou a eleição do marechal Hermes.



absoluta da autoridade á lei e á justiça, a sua dependencia, embora indirecta, dos outros poderes, cuja collaboração é indispensavel á harmonia das cousas publicas.

Cabe aqui referir um facto caracteristico, que nos foi narrado por uma das testemunhas do 10 de abril de 1892. Apenas se espalhou na cidade a noticia dos acontecimentos daquella tarde, affluiram ao Itamaraty varios proceres da situação. Floriano tinha resolvido decretar o estado de sitio e mandar prender varios membros do congresso. Houve quem levantasse uma objecção á legalidade daquellas prisões, que não deveriam ser effectuadas antes da manhã seguinte, quando o decreto do sitio, publicado no *Diario Official*, só então produziria os seus effeitos. Havia quem contestasse o fundamento da objecção. Nesse momento apparece Floriano, que atravessa a sala e detendo-se um instante pergunta de que se trata. Apenas informado, foi seguindo, não sem deixar um conselho e um aviso: « Bom. Vão discutindo, que eu vou mandando prender. »

Esse episodio é uma grande lição de psychologia militar. Nem aliás poderia ser de outro modo. O commando é cousa diversa do governo civil. Ha regulamentos, artigos de guerra, além de cuja dureza o official não pode passar. Não só, porem, elles satisfazem todo o desejo de mando, como tambem, dentro dos seus limites, ha uma dose for-



midavel de arbitrio, cujo manejo é indispensavel ao homem que tem de manter, subordinada á sua autoridade, uma massa, ás vezes immensa de seus semelhantes, que de momento pode ser forçoso levar ao perigo e á morte. E' preciso que essa massa sacrifique a vontade, domine varios impulsos da natureza humana, abdique uma somma consideravel de liberdade, para vizar o fim superior e grandioso de dar a vida pela sociedade ou pela patria em caso de conflagração interior ou em caso de guerra exterior. O commandante reprehende, ordena, prende ; não discute nem explica.

De posse do poder civil, se mantem vivas as suas virtudes, o militar será fatalmente levado a conflictos de natureza politica, donde resultará um estado permanente de inquietação e desordem, cujo maior perigo consiste na intervenção de outros militares nessas contendadas.

Vê-se então que as divergencias, embora na ordem civil, entre os militares, governantes e governados, se liquidam pelos meios militares : de um lado, punição, agravada pela paixão politica; do outro, insubordinação e ás vezes revolta. Desde que lhe é permitido inflamar-se nas paixões dessa natureza, continuando na actividade, com as armas ao alcance da mão, o soldado fatalmente desvia-se do seu dever, com sacrificios de toda a ordem para a nação, dos quaes



um dos mais graves é o enfraquecimento e depois a ruína da defeza contra o estrangeiro.

Infelizmente, com as tradições do sete de abril, o Brasil não se achava isento desse mal. E' verdade que nessa epocha já remota, de que na tropa não restavam contemporaneos, a inspiração dominadora tinha sido o nacionalismo da Independencia, que procurava eliminar quanto restasse da influencia sobrevivente da metropole. Apesar disso, pode-se dizer que desde então o exercito viveu disciplinado. Apenas a elegibilidade dos officiaes elevava ás culminancias do parlamento muitos delles, alguns generaes, que investidos nas respectivas immunidades davam á tropa o espectáculo dissolvente de criticar, da mais alta das tribunas, e ás vezes com azedume, a administração e os actos dos seus superiores.

Durante a guerra do Paraguay, porem, houve um triste signal do que poderia vir a ser o peso de uma espada nas soluções da politica. A incompatibilidade levantada por Caxias entre elle e o gabinete Zacharias inspirou ao imperador o lamentavel dilemma, proposto ao conselho de Estado, para saber qual deveria conservar, si o ministerio, se o commandante do exercito em operações. Comprehende-se que as preoccupações da guerra e a maior confiança do imperador na capacidade de Caxias o levassem a tudo sacrificar para o interesse capital do momento, que era



a victoria das nossas armas ; mas os estadistas que compunham o conselho de Estado attendiram á delicadeza da situação e salvaram o principio da independencia do poder, aconselhando a permanencia do ministerio.

Pode-se dizer que desde então havia incubado no fundo da nossa politica o microbio do militarismo, que mais tarde a temperatura revolucionaria faria proliferar, determinando todas as devastações da indisciplina. Os conservadores cultivavam a prestigio de Caxias como um relicario do partido e os liberaes viam na popularidade de Ozorio um signo de esperança. Vamos ver que, morto Caxias e reconstituído o amuleto de Ozorio pela escolha de Pelotas, que o succedera no senado, Cotegipe, aliás o chefe mais perspicaz dos conservadores, começava a despertar a ambição de Deodoro, revelando ao barão de Lucena os seus planos de elevar aquelle que se lhe afigurava em futuro proximo « o nosso Caxias », isto é, o general conservador, levando para o senado, o conselho de Estado, o ministerio da guerra, quiçá a presidencia do conselho, a espada valorosa, com os copos enflorados de brasões de nobreza.

A permanencia, por mais de cinco annos, do exercito e dos voluntarios, depois restituidos á sociedade civil, nas republicas do Rio da Prata, foi-nos sem duvida nociva. Aquelles paizes eram então uma escola de despotismo e caudilhagem. O



espírito de Mitre apenas surgia como signal da regeneração argentina, mas na propria Argentina, como no Uruguay e no Paraguay o que era vivo e palpitante era o espirito dos Rosas, dos Riveras, dos Lopez.

Até o ultimo destes, que nos levou á guerra, despertou admirações. Não ha muito tempo, em artigo publicado na imprensa, referiu o general Cunha Mattos que, voltando de assistir ao desfecho de Aquidaban, em que Lopez morreu recusando render-se, dizia Floriano Peixoto, então major da columna expedicionaria : « De um homem daquelles é que nós carecemos no Brasil ». Esse exemplo ficou-lhe na alma e annos mais tarde, do seu engenho de Alagôas, escrevia elle ao seu amigo de então, tenente-coronel e depois general João Soares Neiva, dizendo que só uma dictadura militar poderia salvar o Brasil¹.

¹ Graças á bondade do Sr. tenente-coronel Neiva de Figueiredo, sobrinho do finado general Neiva, posso aqui transcrever o texto dessa carta, de que elle guarda o original autographo :

« 10 de julho de 1889 — João Neiva. — Com a tua ultima recebi a cautella da Cruz. Continúo cá pelo interior tratando de restabelecer as finanças, que como sabes, encontrei em pessimo estado. A saúde vae na mesma, sinto-me doente, mas não tenho tempo de cural-a seriamente. Vi a solução da questão da classe, excedeu sem duvida a expectativa de todos. Facto unico, que prova exuberantemente a podridão que vae por este pobre paize portanto a



Ainda está bem viva a lembrança de que os militares do Prata conseguiram passar certos hábitos aos nossos officiaes e praças, sob a influencia do clima e das necessidades da guerra naquellas paragens : a calça-balão irmã da bombacha, o rebenque preso ao pulso por uma corrente de prata, a cabeleira basta e oleada, o bonné de lado. Apenas alguns annos depois da republica começaram a desapparecer esses signaes exteriores de fanfarronice e arrogancia, vestigios de raça, aggravados pela transplantação. Hoje, delles quase nada resta, mas infelizmente o garbo e a elegancia européas, que principiam a distinguir os nossos officiaes, ainda os não curaram do virus interior e profundo, que o clima dos pronunciamentos lhes espalhou no sangue, atravez das gerações.

Si não houvesse no amago do exercito esse germen de insubordinação, entretido sobretudo pela officialidade lettrada, não seria possivel em 1886 e 1887 avolumar um incidente sem maior

necessidade da *dictadura militar* para expurgal-a. Como liberal, que sou, não posso querer para meu paiz o governo da espada; mas não ha quem desconheça e ahí estão os exemplos de que é elle o que sabe purificar o sangue do corpo social, que como o nosso está *corrompido*. O que pensas a respeito? Os meus saúdam affectuosamente a toda tua exm^a. familia. Adeus, sempre o amigo velho obrg^o. — Floriano Peixoto .»



importancia até as proporções de uma ameaça de rebelião.

A fraqueza das instituições militares sul-americanas reside justamente na ausencia da verdadeira tradição militar, que é a base principal das corporações armadas. Nas tropas formadas depois da Independencia havia por toda parte o espirito de nacionalismo, infenso aos adherentes, provinidos da metropole, e esses dois elementos, com as suas rivalidades inevitaveis, viriam a ser fatalmente forças dissolventes da ordem e da subordinação absoluta, sem que não é possivel exercito regular.

Mais tarde essas tropas começaram a ser empregadas para conter movimentos naturaes na formação de nacionalidades, oriundas de raças irrequietas, como são em geral os meridionaes da Europa. Ninguem dirá que esse spectaculo de rebeldia, de agitações frequentes dentro da propria nação, pudesse ser uma escola de disciplina para exercitos recém-formados, compostos de gente interessada, por suas varias ligações e de modo diverso, na solução desses conflictos. Não é de extranhar que esses exercitos viessem a ser atingidos pela influencia de tacs spectaculos e acabassem scindidos e tomando o partido das facções.

Do nosso lado, pois que a guerra da Cisplatina foi na realidade uma guerra separatista, só na



campanha contra o Paraguay viemos a pelear numa verdadeira guerra externa. A missão das nossas forças na Argentina e no Uruguay teve sempre um que de lucta intestina, desde que eramos alliados de partidos contra partidos. Nosso interesse teria sido esse, a fatalidade das cousas ter-nos-hia arrastado a essas consequencias, mas taes campanhas não foram uma escola de pureza militar; ellas pozeram as nossas tropas em plena collaboração com caudilhos estrangeiros, cujos exemplos haviam de ferir a imaginação de homens da mesma raça, e nellas se formou contra nós esse espirito de rivalidade, ainda renitente, herança do odio dos vencidos, que não podiam perdoar ao invasor a intervenção nas suas guerras civis.

Fôra d'ahi, em quase trinta annos de vida nacional, as nossas forças só combateram em luctas intestinas, no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, em São Paulo, em Minas e na demorada guerra dos farrapos, no Rio Grande, onde houve defecções de officiaes. Foi em quase todas essas campanhas que se formou o prestigio de Caxias, cuja fidelidade ao imperador nunca diminuiu. O exercito conheceu-o do extremo norte ao extremo sul e a sua acção pessoal concorreu de modo decisivo para consolidar a unidade nacional, o prestigio da autoridade e a cohesão do exercito. Eis ali talvez porque, passados apenas



cerca de quinze annos após a cessação das desordens internas, o imperador estremezia deante do descontentamento revelado contra o ministério pelo maior dos seus soldados.

Terminada a guerra do Paraguay, pouco tempo depois houve o desmembramento da escola central, com a criação da polytechnica. A parte pensante do exercito, que se destinava ao estado maior e ao corpo de engenheiros e vinha formar-se em conjuncto com a mocidade civil, ficou concentrada nos cursos da escola militar, segregada no isolamento do seu internato. O que poderia ser uma medida destinada a aperfeiçoar o sentimento e a instrucção militares serviu para constituir uma especie de gymnasio politico-litterario-militar. O excesso dos programmas lectivos, sobretudo nos ultimos tempos; menor preocupação das cousas praticas da guerra e maior cuidado no estudo de disciplinas formadoras do espirito de generalização; os vicios do bacharelismo, desde os methodos de aprender de memoria, de improvisar e discursar, até a variedade dos titulos scientificos e o symbolismo dos anneis; a divulgação, feita por professores, de uma escola philosophica, inspiradora de sectarismo politico; tudo isso foi preparando alli uma casta intermedia, interessada nas contendas civis, pela direcção do espirito, e ligada ao exercito, pela indentidade da profissão legal. Os resultados obtidos



atingiram tal importancia que mais tarde, no actual regimen politico, se viu a escola militar á frente de varios pronunciamentos contra os poderes constituídos e exercendo tamanha influencia na decisão dos negocios publicos, que determinou o rompimento de quase metade do congresso nacional contra o chefe do Estado, que para defender-se de golpes dessa natureza ousou mandar retirar as munições da Praia Vermelha, proclamada então « baluarte da republica » pelo chefe e principaes do partido que se scindiu.

Um corpo dessa natureza estava fatalmente destinado a aggravar os antecedentes historicos da formação do exercito. Na fileira, as praças de pret provinham do voluntariado e do recrutamento forçado. Essas duas fontes só forneciam gente do mais rudimentar estado de civilização, quase toda originaria das classes mais necessitadas e mais expostas ao contacto da escravidão. Nada mais facil do que desviar essa massa de um dever de que ella não tinha a consciencia perfeita.

Foi justamente o movimento politico contra a escravidão que abalou o terreno preparado entre os militares. Era a primeira grande questão nacional que surgia depois da guerra do Paraguay e da concentração da escola militar; a questão religiosa tinha-se agitado naquella mesma epocha, porem era uma questão que interessava mais



á consciencia do que á paixão politica dos cidadãos.

A escola militar tornou-se um foco de propaganda abolicionista e do seu seio sahiam officiaes que tomavam parte ostensiva em manifestações, que não podiam agradar ao governo. Já em abril de 1884, sob o ministerio Lafayette, por occasião da vinda ao Rio de Janeiro do jangadeiro cearense, Francisco do Nascimento, houve, como signal dos tempos, um incidente de indisciplina, provocado pelo tenente-coronel Madureira, que foi, dois annos depois, um dos proceres da questão militar.

Tendo a *Gazeta da Tarde* noticiado que esse jangadeiro fôra recebido festivamente na escola de tiro de Campo Grande, de que Madureira era commandante, o marquez da Gavea, ajudante general do exercito, ordenou áquelle official que informasse se tal noticia era verdadeira. Madureira declarou « que não podendo reconhecer competencia na repartição do ajudante general para inquerir do que se passava no servico interno da escola, que só era subordinada ao conde d'Eu, commandante geral da artilharia, entendia nada dever responder ». Gavea parece espantado da audacia dessa resposta: « Nunca na minha longa vida militar soffri um desacato de qualquer ordem que fosse », dizia elle numa representação ao ministro da guerra, « quanto mais uma insubor-



dinação caracterizada, uma offensa directa á minha autoridade, em cujo desempenho cumpria uma ordem de v. ex. » Madureira foi demittido do commando e reprehendido em ordem do dia. Gavea pedira que elle fosse punido « a bem da disciplina do exercito. »

A reacção do gabinete Cotegipe, que subiu ao poder em meados de 1885, excitou todas as energias abolicionistas. Entre os militares letrados havia uma corrente decidida de antipathia ao governo. Sob essa inspiração hostil, o espirito de indisciplina preexistente poderia gerar acontecimentos de summa gravidade, se um facto qualquer, da economia do proprio exercito, podesse ser pretexto para congregar grande numero de officiaes e cabceças bastantes audazes para ir até onde fosse preciso ir.

Mal se poderia imaginar que a fiscalização de uma companhia isolada de infantaria, com séde no Piauhy, fosse a causa inicial de tão profunda commoção.

Quando fiscalizava essa companhia, o então coronel Cunha Mattos verificou importantes extravios de fardamento. De tudo deu logo parte ao governo e baseado em documentos propoz que fosse nomeado um conselho para reconhecer os responsaveis daquelles factos, retirando-se do commando daquella unidade o capitão Pedro José de Lima, que nelles « parecia » envolvido. Alem



disso propoz ainda que esse conselho fosse composto de gente estranha á provincia, para a politica não intervir nos resultados.

Quatro mezes depois, chegou ao Rio uma queixa do capitão Lima contra o coronel, accusado de ter feito a inspecção rapidamente e deixado de denunciar correligionarios seus, implicados nos furtos. Os papeis subiram ao ministro, que mandou submeter o capitão a conselho de guerra. Dias depois se occupou desse assumpto na camara, o deputado Simplicio Coelho de Rezende, aconselhando o ministro a tomar precauções no caso alludido. Disse elle textualmente que Alfredo Chaves, apesar da sua capacidade, era novo na gerencia dos negocios da pasta e portanto precisava apalpal-os para não por o pé em terreno falso, porque os militares que se immiscuiam na politica, não só conheciam as regras da estrategia como tinham a argucia da raposa.

Veio então á imprensa o coronel Cunha Mattos e depois de discutir o assumpto declarou « não estar resolvido a levantar os insultos que da tribuna irresponsavel lhe dirigiu o Sr. deputado Coelho de Rezende, naturalmente por ordem de seu constante companheiro de solo no Piauly ». A allusão era ao capitão Lima. Depois desse artigo o deputado voltou á tribuna e atirou verdadeiras affrontas ao coronel, dizendo que elle « esteve ao soldo do Paraguay » e que « prisioneiro



de Lopez dirigira a artilharia inimiga contra as tropas brasileiras ».

O coronel escreveu segundo e terceiro artigo, concluindo por affirmar que todo o incidente provinha do erro do ministro, no despacho que dera ao seu relatorio. Então o ministro mandou advertil-o em ordem do dia e depois o deter quarenta e oito horas na sala do estado maior. Estavamos em fins de julho de 1886.

Accusado de ter deixado insultar um official superior, defendia-se o ministro, mostrando que tinha pedido a palavra ácerca do requerimento de informações, apresentado por Simplicio de Rezende a quem tinha contestado em apartes. Alem disso justificava os seus actos baseando-se no relatorio Cunha Mattos. « Mas ainda que não tivesse feito assim », perguntava Alfredo Chaves, « esse militar podia vir á imprensa censurar o seu ministro? » Para mostrar que não, citava um aviso recente, expedido a 26 de dezembro de 1884, pelo ministro liberal Candido de Oliveira, membro do gabinete Dantas, approvando a ordem do dia do ajudante general, que prohibia a qualquer official alimentar discussão pela imprensa, sem previa licença do ministro da guerra, ainda mesmo para justificar-se de accusações menos justas.

Todos os antecedentes erão a favor do ministro. Elle mostrou que uma serie de disposições



em vigor lhe indicava a punição que ordenou. O aviso de 4 de outubro de 1859, assignado por Sebastião do Rêgo Barros, ministro militar, declarava que « se torna digno da mais severa censura, independentemente das penas da lei, todo o militar que recorrer á imprensa para provocar conflictos e desrespeito aos seus superiores ». Por aviso de 9 de outubro de 1882, Carlos Affonso, ministro liberal, mandava fazer sentir ao mesmo coronel Cunha Mattos que devia observar o aviso Rêgo Barros de 1859. Em 1885, no anno anterior, sendo ministro Camargo, outro liberal, uma ordem do dia de 31 de julho chamava a attenção do exercito para o artigo 5º do regulamento disciplinar do mesmo anno e era recommendada a observancia dos avisos de 1859, de 14 de setembro de 1878, e de 9 de outubro de 1882, todos prohibindo a censura aos superiores e as discussões sobre assumpto de serviço militar.

O mais grave signal da borrasca que d'ahi ia provir foi dado por Pelotas no senado. Amigo do coronel Cunha Mattos, tomou desde logo a sua defeza, extranhou a punição que lhe foi comminada e declarou que os officiaes do exercito « deviam ver no que acabava de soffrer o seu camarada uma offensa a todos elles feita ». Continuando a tratar do assumpto, disse entender que « o official que é ferido em sua honra militar tem o direito imprescindivel de desaggravar-se ».



O Sr. Barros Barreto, senador por Pernambuco, ajuntou com bom senso que sim, « se as leis o permitissem », e Pelotas respondeu: « Eu não digo que as nossas leis o permitam; estou dizendo ao nobre ministro da guerra o que eu entendo que deve fazer um militar, quando é ferido em sua honra, e que fique sabendo o nobre senador de Pernambuco que quem está falando assim, assim procederá *sem se importar que haja lei que o vede*. Eu ponho a minha honra acima de tudo ».

Alfredo Chaves viu elaro o perigo dessa doutrina, com a qual Pelotas queria apresentar o coronel Cunha Mattos como punido por ter insultado um deputado que o ultrajara. Então declarou o ministro que o castigo não fôra devido ao que havia nos artigos contra Simplicio de Rezende mas porque, contra as disposições em vigor, que foram citadas, o coronel tinha diseutado pela imprensa, sem licença do ministro, acerca de assumptos militares.

Pode-se bem imaginar o effeito que deveria produzir entre os officiaes as palavras de um velho militar, cheio de tradições como Pelotas. No anno seguinte, já em plena effervescencia da questão militar, Cotegipe attribuia-lhe com razão a maior responsabilidade dos acontecimentos. Uma semente produz uma grande arvore e as palavras de Pelotas foram a semente da questão, pois o coronel Cunha Mattos nem pela imprensa, nem



por outro meio, protestou contra a punição que soffreu, dizia o presidente do conselho.

Entretanto, para mostrar quão illogico era o procedimento do velho soldado, mostrava Cote-gipe que elle falara assim em agosto, quando em maio, discursando no senado, dizia que o ministro da guerra se devia convencer de que « não temos exercito e que a sua disciplina é pessima ». Era o proprio Pelotas quem citava, para corroborar essa asserção, que num effectivo de 13.500 praças, houvera 7.526 prisões em 1884, incluindo nesse numero 54 officiaes.

Ainda não tinha passado de todo a impressão do incidente Cunha Mattos, quando outro surgiu ao sul e agora com signaes de gravidade maior. Como para entreter a questão, que poderia vir a extinguir-se sem peiores resultados, o tenente coronel Senna Madureira, commandante da escola de tiro do Rio Pardo, veio á imprensa, e sem previa licença do ministro publicou com data de 16 de agosto, na « Federação » de Porto Alegre, órgão republicano, um artigo, depois transcripto no *Jornal do Commercio*, discutindo assumptos militares, a proposito de accusação que lhe fizera no senado o ex-ministro da guerra, Franco de Sá. Nesse artigo Madureira revelava conhecimento do castigo imposto ao coronel Cunha Mattos. Por aviso de 4 de setembro o ministro da guerra mandou-o reprehender.



Ao contrario do coronel Cunha Mattos, Madureira não se conformou com a reprehensão. A 13 de novembro apresentou um memorial, que divulgou pela imprensa, pedindo ser submetido a conselho de guerra, com o fim de provar que fôra punido injustamente. Procurou mostrar que no incidente de 1884, relativo á visita do jangadciro-abolicionista á escola do Campo Grande, não desrespeitara « a pessoa veneranda do ajudante general » e disse queria agora justificar-se.

Estudado o requerimento na secretaria da guerra, dizia o respectivo parecer : « Recorrendo ás ordens do dia de 1880 para cá, encontramos vinte e quatro processos por faltas puramente disciplinares e em todos o conselho de guerra declarou-se incompetente para delles tomar conhecimento, sendo essas resoluções confirmadas pelo conselho supremo militar de justiça. » Madureira não commettera delicto para incidir em artigos de guerra, mas sim transgressões disciplinares, passíveis das penas do regulamento disciplinar, e a propria publicação do requerimento pela imprensa constituia falta dessa natureza.

O governo não concedeu o conselho pedido, por entender que se tratava de um julgamento administrativo e que submeter a questão a um conselho de officiaes seria dar a este autoridade para julgar de um acto do ministro.

Não só por sua bravura e illustração, mas tal-



vez por seu espirito irriquietao e tambem por suas idéas republicanas, Madureira era muito estimado entre os militares letrados, sobretudo da nova geração. Os seus preeedentes não abonavam nem o seu criterio de militar nem a sua disciplina. Em 1878, voltando de ser addido militar em Berlim, provocou a bordo de um paquete francez um incidente com um funcionario publico de França, de que resultou severa intervenção do commandante, que mais tarde o proprio governo do Brasil considerou justificada, depois da devida intervenção diplomatica.

Desde a guerra do Paraguay, Madureira se revelara infenso á subordinação militar e em 1868 pediu demissão do exereito. Informando ao governo ácerca do seu requerimento, dizia Caxias, commandante-chefe : « E' official de intelligencia e tem mostrado valor, *mas é muito insubordinado*, pelo que acaba de eumprir uma sentença, imposta pela junta militar, em consequencia de ter faltado ao respeito a um general deste exereito, debaixo de cujas ordens servia. Talvez seja por despeito que agora pede demissão e parece-me que ella lhe não deve ser concedida, não só porque não o julgo com direito adquirido, como mesmo porque tal concessão iria offender directamente á disciplina do exereito, alem de ser falso que tenha numerosa familia, pois é moço e solteiro. »



O procedimento de Madureira e a recusa do conselho de guerra grangearam-lhe grandes sympathias na classe. O fim de 1886 e o começo de 1887 constituem uma epocha de agitação militar e de repetidos attentados á disciplina. Com licença de Deodoro, commandante das armas e vice-presidente do Rio Grande do Sul em exercicio, grande numero de officiaes da guarnição de Porto Alegre reune-se publicamente para representar contra a doutrina do aviso de dezembro de 1884, expedido pelo ministro Candido de Oliveira e a que já alludimos.

Respondendo ao barão de Lueena, que considerou o procedimento de Deodoro um impulso de tudo sacrificar pelo interesse da classe, o coronel Cunha Mattos, que acabou inimizado com o fundador da republica, escreveu no *Jornal do Commercio* que esse procedimento tinha tido moveis de outra natureza, pois Deodoro, em materia de discussão de militares na imprensa, ia alem de Alfredo Chaves, tanto assim que, ainda commandante das armas e vice-presidente do Rio Grande em exercicio, « mandara submetter a processo um official subalterno por ter recorrido á imprensa para tratar de assumptos particulares ».

No anno seguinte, em 1887, orando no senado, Cotegipe fez identica refereneia á mutação de Deodoro : « Estes avisos » disse elle, « que constituem a arma de guerra para os que delles



se aproveitam, foram executados pelo proprio commandante das armas no Rio Grande do Sul e executados *com mais rigor*; e não se pediu nem foi trancada a nota do official ». E • concluiu dizendo ter os documentos do facto, que só não lia para não demorar na tribuna.

O coronel Cunha Mattos explicava o procedimento de Deodoro, dizendo que enquanto se desenrolava o incidente, iniciado pelo discurso de Coelho de Rezende, elle resolvia, no Rio Grande, destacar para S. Borja o alferes Andrade Neves, fazendo questão de que o seu acto fosse mantido a todo o custo. A pedido de Silveira Martins, porém, o ministro chamou o alferes ao Rio e não cedeu á energica reclamação que lhe fez Deodoro. Desde então este resolveu romper com o ministro, começando por negar-se a communicar a Madureira a advertencia que aquelle lhe fizera.

Cotegipe foi condescendente quanto pôde. Depois da reunião celebrada em Porto Alegre, escreveu a Deodoro, dizendo ter recebido communicação das occorrencias num officio em que Deodoro procurava justificar os promotores da manifestação collectiva contra as doutrinas e ordens existentes ácerca de discussões entre militares pela imprensa, e em que se declarava solidario com o pronunciamento provocado pela imposição do ministro da guerra, só não tendo tomado parte nessa iniciativa por causa do cargo que exercia.



Nessa carta dizia Cotegipe que as deliberações collectivas da officialidade iam influir prejudicialmente na disciplina do exercito ; hoje eram contra o ministro da guerra, amanhã seriam contra os commandantes, os generaes e teriamos então um exercito deliberante, incompativel com a liberdade civil. O consentimento de Deodoro para essas reuniões fôra um rastilho de polvora, que ateara a chamma em todos os pontos da provincia e em alguns outros do imperio. Lamentava que elle tivesse creado taes embaraços ao governo, mas não obstante seguia para o Rio Grande novo presidente, que esperava fosse por elle coadjuvado afim de cessar a agitação.

Alem disso, conhecendo as relações de intimidade que o Sr. Lucena lograra estabelecer com Deodoro, pediu-lhe Cotegipe que secundasse os seus esforços, aconselhando tambem por carta áquelle amigo. Acreditavam ambos, talvez, que essa intervenção podesse efficaamente lembrar a Deodoro as confidencias feitas por Cotegipe ao Sr. Lucena e que este devidamente referira em Porto Alegre.

Quando em 1885 o Sr. Lucena ia partir para o Rio Grande, como presidente da provincia, perguntou-lhe Cotegipe se conhecia Deodoro. E como o Sr. Lucena respondesse negativamente, Cotegipe aconselhou-o que procurasse fazel-o seu amigo, pois elle seria o 1.º vice-presidente que o teria de



substituir. E acrescentou que Deodoro era um homem de valor, que viria a ser « o nosso Caxias » e a quem tinha em mente dar um titulo, provavelmente de barão de Alagôas, provincia pela qual os conservadores haveriam de elege-lo senador, se antes não fosse possível elege-lo por outra circumscripção do imperio, igualmente propicia a esse fim.

Nada disso porem influiu no espirito de Deodoro, o qual respondeu a Cotegipe que não se arrepndia do que tinha feito e persistia nas suas opiniões. Então Cotegipe escreveu-lhe de novo, dizendo que nesse caso a divergencia era tão profunda que nenhum dos dois podia permanecer nessa posição prejudicial aos interesses do Estado, pelo que o prevenia de que estava substituido, esperando que a interrupção das suas relações officiaes não prejudicasse as de perfcita estima e consideração que lhe votava.

Regressando ao Rio, Deodoro não procurou Cotegipe, mas apesar disso teve commissão militar, sendo nomeado quartel-mestre general do exercito. Foi então que Silveira Martins procurou responsabilisal-o perante o supremo tribunal de justiça por actos praticados no governo provincial e fez-lhe no senado as mais acerbas accusações, de que o defendeu o Sr. Lucena, então presidente da camara.

Em fins de janeiro, convocou Deodoro para 2 do



mez seguinte a reunião militar que se realizou no theatro Recreio Dramatico, sob a sua presidencia, presentes cerca de duzentos officiaes. O publico enchia as galerias; era um comicio para deliberar. Ao lado de Deodoro assentavam-se como secretarios Madureira e José Simeão, de quem eram vizinhos á mesa Benjamim Constant e Cunha Mattos. Deodoro foi recebido entre aclamações e sem ser discutida foi approvada a seguinte moção :

« Os officiaes de terra e mar, presentes a esta reunião, não julgam terminado com honra para a classe militar o conflicto suscitado entre esta e o governo, emquanto perdurarem os effeitos dos avisos inconstitucionaes, que foram justamente condemnados pela imperial resolução de 3 de novembro ultimo, tomada sobre consulta do venerando conselho supremo militar.

2.º Pensam tambem que só a cessação de qualquer medida, tendente a perseguir os officiaes pelo facto de terem adherido á questão militar, poderá acalmar a irritação e o desgosto que reinam nas fileiras do exercito.

3.º Recorrem confiantes á alta justiça do augusto chefe da nação, para pôr termo ao estado de agitação em que se acha ainda a classe militar, que só provas de resignação e disciplina até hoje tem dado.

4.º Resolvem dar plenos poderes ao exmº. Sr. marechal de campo Manoel Deodoro da Fonseca;



presidente desta reunião, para represental-os junto ao governo de s. m. o imperador, no intuito de conseguir uma solução completa do conflicto, digna do mesmo governo e dos bríos da classe militar ».

Como depois declarou no senado o presidente do conselho, o governo só teve conhecimento desse documento pela leitura dos jornaes. « O ministerio não ficaria uma hora no poder », dizia CotePIPE, « se acaso fosse privado de ser o canal competente para levar a s. m. o imperador, qualquer petição ». Mas o requerimento tinha sido entregue ao imperador, affirmava o senador Franco de Sá. « Não sei, não vi, não estive presente, nem delle tive communição », garantia CotePIPE.

A resolução de consulta, a que refere a moção, fôra tambem uma ponte, que o proprio governo quizera ver aproveitada para resolver o incidente. Como desde as primeiras discussões havia quem sustentasse que os avisos eram contrarios à constituição, porque esta não restringia para os militares a liberdade de imprensa, o governo, ainda antes do memorial Madureira, submetteu o assumpto a estudo do conselho supremo militar. Disse depois CotePIPE no senado que de proposito ouvira este, em vez de ouvir o conselho de Estado, para que não se disesse que « os *casucas* não entendiam de legislação militar ».



Esse parecer e essa resolução consignavam uma doutrina muito especial, para ser applicada aos dois casos que tinham produzido a questão militar. Dizia a resolução que os militares, como quaesquer cidadãos, podiam discutir pela imprensa; mas declarava « contraria á disciplina toda e qualquer discussão pela imprensa *entre militares* sobre objecto de serviço »; de sorte que a inconveniencia de discutir um militar questões de serviço pela imprensa desaparecia, quando o outro contendor era civil, ainda que membro do parlamento ou funcionario publico, com immuniidades e recursos para aprofundar tal discussão.

Todos os agitadores politicos, republicanos ou não, sustentavam nessa epocha que a disciplina militar se limitava ao serviço dos quartéis e da força em acção, podendo os officiaes proceder livremente em tudo mais que tivesse relação com a vida publica, na qual deviam tambem collaborar como « cidadãos fardados ». Num paiz em que a disciplina militar não é cimentada por seculos de tradições e a politica constitue a paixão dominante da raça, essa doutrina seduzia particularmente todos os que ainda não tinham conhecido as difficuldades do governo. Viu-se depois que, chamados ao poder, os seus cultores foram, um a um, a começar por Deodoro, reconhecendo-lhe os perigos e mostrando praticamente, com a punição dos



que a applicavam, que seria impossivel resistir-lhe á accção dissolvente. ¹

Referiu Cotegipe que quando appareceu a resolução, baseada na consulta do conselho supremo, Deodoro e os officiaes que mais tarde assistiram á reunião do Recreio Dramatico, ficaram satisfeitos, pois o governo fazia conhecer que applicaria á respectiva doutrina aos casos passados, se os officiaes punidos requeressem o trancamento das notas; mas Cunha Mattos e Madureira continuaram a agitar. Sustentavam elles que o conselho supremo se baseara na constituição e se os avisos, que os punira, eram inconstitucionaes, deviam ser revogados *ex officio*.

Na polemica que se travou a esse respeito no *Jornal do Commercio* e a que já alludi, affirmou o Sr. Cunha Mattos que a primeira pessoa que falou a elle e a Madureira a respeito do trancamento das notas foi Benjamin Constant. O facto passara-se no escriptorio do advogado Alfredo Madureira, o qual confirmou de publico quanto referiu o general. Nessa occasião, continúa este, Benjamin censurou a elle e a Madureira, acabando por dizer-lhes: « Os senhores são uns tur-

¹ Quando chefe do governo provisório, Deodoro mandou prender o capitão, hoje coronel Saturnino Cardoso, que lhe fazia opposição politica num jornal publicado no Rio e intitulado « A Democracia ».



bulentos que querem fazer a republica; devem requerer o trancamento das notas ». Madureira respondeu em termos violentissimos e concluiu dizendo : « Cortem-me a mão, mas não requeiro ». A reunião dissolveu-se sem nada adeantar.

O facto é que os « turbulentos » acabaram arrastando Deodoro, Benjamim e todos os outros até o extremo da reunião do Recreio e depois ainda mais longe.

Alfredo Chaves, ministro da guerra, comprehendeu que já não lhe restava autoridade para dirigir o exercito, desde que parte consideravel da sua officialidade fazia comicios para deliberar acerca de actos do governo. Algumas transferencias que ordenara de nada valiam; ao contrario eram contraproducentes. Os officiaes transferidos espalhavam pelas guarnições ainda quietas a semente da insubordinação. O imperador aceitou a demissão do ministro da guerra e Deodoro foi tambem demittido de quartel mestre general do exercito.

Cotegipe confessou que realmentè nada fez deante da gravidade das reuniões celebradas no Rio e Porto Alegre. E' muito bom aconselhar « puna, prenda, corte cabeças, » dizia elle, mas na pratica muitas vezes nos vemos obrigados a mudar, para não saerificar mais altos interesses. Entretanto é para considerar que, conforme elle viu mais tarde, em questões fundamentaes ha



transigencias que nada salvam ; ou os principios têm realmente de ser salvos de prompto ; ou não de perccer, logo depois, na invasão crescente da tendencia opposta.

Parece transpareccr da discussão, que a esse respeito se feriu no senado, que Alfredo Chaves se demittiu, porque o ministerio não quiz acceitar as medidas por elle propostas para punir os promotores da reunião do Recreio. Quando as camaras se abriram, Octaviano provocou Cotegipe a falar, pois se dizia nas rodas intimas do governo que Alfredo Chaves « propuzera providencias energicas, ás quaes os seus collegas recusaram adhesão ».

Cotegipe confessou que « com effeito, surgindo divergencias ácerca da opportunidade de algumas medidas, propostas em referencia ao exercito, pelo seu collega Alfredo Chaves, entendeu estc que a sua permanencia no ministerio sem a decretação dessa medidas não lhe permittia continuar a prestar ao governo o apoio do seu talento e luzes ». Accrescentava o presidente do conselho que não podia dizer qual o objecto da divergencia. Desde que a questão era de opportunidade, ao governo cabia executar essas medidas, conforme entendesse mais conveniente aos interesses do Estado.

E' evidente que as providencias em questão deviam ser de profunda energia. Recordamos que uma vez, conservando com o barão de Mamoré,



que fôra ministro com Cotegipe, ácerca dessa phase da nossa vida politica, elle referiu-nos que Alfredo Chaves propuzera o fechamento da escola militar e que o imperador declarou categoricamente não concordar : « Não, senhor ; não, senhor ; vou mandar chamar o Severiano e tudo se arranja ». Referia-se o imperador ao general Severiano, commandante da escola militar e irmão de Deodoro.

Ribeiro da Luz, que succedcu a Alfredo Chaves interinamente na pasta da guerra, leu no senado um artigo de um jornal de S. Gabriel, transcripto pela *Federação* de Porto Alegre, noticiando uma reunião militar celebrada naquella cidade, sob a presidencia do coronel, depois general Candido Costa. Nessa reunião dizia aquelle jornal, « tratou-se da moção votada pelos militares da Côrte, a qual deu origem á retirada do ministro da guerra Sr. Alfredo Chaves, que, como se sabe, chegou a exigir a prisão de Deodoro, o que lhe foi negado pelo imperador ». Foi ali que se ouviram oradores de uma violencia inaudita, chegando um major a proclamar que não se devia appellar nem para o ministerio nem para o parlamento e sim para o imperador ou para a dynamite.

Era sob a pressão desses acontecimentos que se approximava em 1887 a epocha da abertura do parlamento. Madureira e Cunha Mattos persistiam



em não requerer o trancamento das notas e Deodoro, com os poderes da assembléa do Recreio Dramatico para procurar a melhor solução do conflicto, resolvia aguardar a chegada de Pelotas, que vinha tomar parte nos trabalhos do senado. De accordo com as suas expansões radicaes de agosto do anno anterior, Pelotas mostrou-se infenso á condição do requerimento, imposta pelo governo.

As primeiras semanas de maio passaram-se em conspirações. Num artigo que escreveu a respeito desse assumpto, referiu o general Serzedello certas peripecias em que foi parte.

Seguindo os acontecimentos, os republicanos acercaram-se dos militares e principalmente Quintino Bocayuva, que estava sciente de tudo, era inspirador dos officiaes descontentes. De São Paulo vinham emissarios confabular, entre outros Campos Salles, com quem o Sr. Serzedello se encontrou em casa de Aristides Lobo, onde lhe pediram que falasse francamente a Pelotas, o qual por elle tinha predilecção, a respeito da conveniencia de proclamar a republica, como consequencia do movimento militar que planejavam e anteviam triumphante.

O Sr. Serzedello teve com Pelotas a conferencia desejada, na qual lhe disse o general que o imperador já não governava nem podia governar e que nessas condições não havia instituição que



podesse resistir a um movimento militar victorioso. Quanto á republica, porem, concluiu Pelotas, « isso, virá depois; por ora é preciso o concurso de todos os camaradas ».

Passados dias, convocava o general uma reunião seereta, á noite, para o hotel em que morava e á qual compareciam Deodoro, Benjamim, seu irmão Mareiano de Magalhães, Madureira, o Sr. Serzedello, como representante da escola militar e um official por parte de eada um dos corpos da guarnição.

Diz o Sr. Serzedello que Pelotas foi conciso e eloquente, concluindo que era necessario pôr a tropa na rua e fazer a revolução, pois o imperador já não tinha vontade. Fez-se silencio, continúa o narrador, e então Pelotas indagou qual seria a posição da escola militar, que o respectivo representante declarou ser a vanguarda, mas esperando que fossem tiradas do movimento todas ás consequeneias. Novo silencio. Pelotas voltou-se para Deodoro, que estava ao seu lado, e batendo-lhe no hombro perguntou : « E o meu camarada como pensa ? » Deodoro fitou-o e respondeu promptamente : « Si tem de ser amanhã, que seja hoje ; estou prompto ».

Depois disso, havia apenas que discutir quando e de que modo Pelotas iria tomar o commando das forças ao lado de Deodoro. Comtudo elle ainda pcdiu que lhe deixassem livre o dia seguinte para,



como soldado e senador, dizer ao governo, da tribuna do senado, o que ia fazer.

Convem esclarecer desde já esse ponto, relativo á predisposição de Pelotas, nessa epocha, para a republica. Houve quem a contestasse. Foi o visconde de Ouro Preto, que impugnou o escripto do Sr. Serzedello, fundando-se em documento escripto por Pelotas em julho de 1890. Alludindo a um incidente occorrido na manhã de 15 de novembro com um official do exercito, seu filho, o general escreveu ao seu collega do senado imperial a seguinte carta :

« Illm^o. exm^o. sr. visconde de Ouro Preto — Nossas amistosias saudações, acompanhadas do desejo de que gose perfeita saúde.

« Lendo com o maior interesse o manifesto de v. ex., em que narra o que se deu e a parte que teve nos acontecimentos de 13 de novembro, vejo na referencia que faz, quando lembrava ao ministro da guerra, visconde de Maracajú, o cumprimento do seu dever, em relação a um official que faltara ao seu, o seguinte periodo :

« Esta revelação, confirmando suspeitas que já começara a sentir, clarearam-me a situação ; então tudo comprehendí ».

« O official a quem se refere v. ex. é meu filho ; as suspeitas, como me parece, são a meu respeito.



« Ha de permittir-me dizer-lhe alguma cousa com o fim de desvanecer taes suspeitas.

« O pronunciamento da guarnição do Rio, que deu em resultado a proclamação da republica, surpreendeu-me mais do que a v. ex. que d'elle teve aviso horas antes. Eu, porem, de nada soube até o momento em que o telegrapho nos transmittiu essa noticia ; recebendo nessa mesma occasião a nomeação de governador deste Estado, que aceitei para evitar perturbação da ordem publica, e talvez mesmo a guerra civil no Rio Grande do Sul.

« Não julgava possivel a republica enquanto visesse o imperador, e dahi a minha surpresa. Se de mim tivesse dependido a sua permanencia como chefe da nação, affirmo-lhe que não teria sido deposto. A republica teve contra si haver sido feita por um pronunciamento militar, representado pela quinta parte do exercito. A nação foi extranha a esse acontecimento, que aceitou como facto consummado. A sua indifferença foi injustificavel, como ainda agora está sendo deante de novas occorrencias, e as consequencias deste erro não se farão esperar muito.

« Aqui, uma sedição militar, em que tomam parte dous batalhões e a escola militar, tendo á sua frente o commandante das armas e general Julio Frota, depuzeram o delegado do governo, dr. Silva Tavares. E o governo não se achou com poder para punir os sediciosos. Até onde isso



irá, não se pode prever. E' este o estado da nossa cara patria.

« Dadas estas explicações, que julguei indispensaveis para desvanecer de seu espirito apprehensões infundadas a meu respeito, espero que, acreditando-me, aceite os votos que faço pela sua felicidade e prompto regresso.

« Sou, com a maior consideração, de v. ex. velho amigo affectuoso, obrigado servo. Visconde de Pelotas.

« Porto Alegre, 10 de julho de 1890 ».

Depois disso concluiu o Sr. Serzedello não ter affirmado que Pelotas estivesse resolvido a dirigir um movimento militar para derrubar a monarchia. Deixou ver, ao contrario, que, sem o desiludir quando lhe falou nesse sentido, Pelotas mostrara que essa transformação radical ficaria para mais tarde, convindo apenas naquelle momento reunir todos os elementos militares, entre os quaes havia alguns de valor que eram monarchistas.

Vamos voltar ao fio da narrativa para mostrar como continuava a proceder o velho general, que tres annos depois, quando o raio lhe cahia em casa, ferindo o seu interesse politico no Rio Grande, escrevia ao visconde de Ouro Preto, condemnando os pronunciamentos e as sedições militares, que mais que ninguem elle preparara.

Chegado ao Rio e feito centro das conspirações



contra o governo, decidiu publicar a 14 de maio com a sua e a assignatura de Deodoro, um manifesto « ao parlamento e á nação ». O coronel Cunha Mattos fez a esse respeito curiosas revelações, declarando que o passou a limpo, copiando-o de tiras de papel, enviadas pelo senador Dantas. Só mais tarde constou ao visconde de Pelotas que a redacção desse documento fôra da lavra do Sr. Ruy Barboza. O único homem politico a quem Pelotas mostrou o manifesto foi o conselheiro Francisco Antunes Maciel, que fez riscar esta phrase : « Se não, não ».

O mais terminava assim : « Não nos resta pois senão recorrer para a opinião do paiz, que desde o principio esposou a nossa causa, identica á delle; endereçar ao parlamento este derradeiro appello e protestar que havemos de manter-nos no posto de resistencia á illegalidade, que é o do nosso dever, do qual nada nos arredará emquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena. Havemos de ser consequentes como quem não conhece o caminho por onde se recúa sem honra. »

Refere o Sr. Cunha Mattos que o general José Simeão foi incumbido de levar esse documento á assignatura de Deodoro, o qual, estando em companhia do barão de Lucena, não o pôde ler, mas permittiu a publicação com o seu nome, prometendo assignal-o no dia seguinte.



A esse ponto respondeu depois o Sr. Serzedello, dizendo que o manifesto foi realmente escripto pelo Sr. Ruy Barboza e levado ao *Paiz* para ser publicado sem a assignatura dos generaes. Quintino Bocayuva recusou aceitar-o assim, ainda com a declaração de que os dous generaes tinham autorizado a publicação. Só depois disso, o manifesto foi authenticado com as assignaturas de Pelotas e Deodoro.

A reunião secreta, a que allude o Sr. Serzedello, já era posterior ao manifesto. Cotegipe declarara que se os officiaes não queriam requerer o truncamento das notas, as notas ficariam de pé até vir um ministerio que as mandasse retirar.

Informado de que Deodoro e outros militares conspiravam, Cotegipe recorreu ainda uma vez á intervenção do Sr. Lucena e pediu-lhe que aconselhasse o seu amigo e o dissuadissem de dar um passo tão perigoso. O Sr. Lucena aceitou a incumbencia, prevenindo porem a Cotegipe que se Deodoro lhe confiasse algum segredo não poderia trahir a essa confiança. Mas o general não fez mysterio ácerca de quanto se passava. Levou-o ao seu gabinete de trabalho, abriu uma gaveta e espalhou sobre a mesa uma porção de folhas de papel.

Eram adhesões de todas as guarnições do Brasil, só faltando Pernambuco, onde se achava o coronel Mallet. As guarnições punham-se ás



suas ordens e davam-lhe plenos poderes para obrar como conviesse. E elle pedia ao Sr. Lucena que dissesse a Cotegipe tudo quanto vira e ouvira, pois queria que o presidente do conselho tudo soubesse. Assegurava que dentro de pouco tempo o gabinete cahiria, mas que a vida de Cotegipe não correria risco, porque elle a garantiria ¹. Todo o seu odio, parecia recahir sobre Silveira Martins, a quem promettia sorte ingrata, ameaça que o Sr. Lucena acreditava não passar de uma explosão sem consequencias. Cotegipe, a quem o Sr. Lucena poz ao corrente de tudo, conhecia pois toda a gravidade da situação, quando a 18 de maio enfrentou o visconde de Pelotas na batalha decisiva que este annunciara aos conspiradores.

Iniciando o debate no senado, Cotegipe deu as razões pelas quaes o governo esperava que os officiaes requeressem o cancellamento das notas. Não se tratava de um mero capricho do ministerio, como então se propalava. Quem tem direito não pede favor, pede justiça. Esta é a praxe em todos os ramos da administração publica e no judiciario, explicava o presidente do conselho. Depois con-

¹ O chefe de policia, desembargador Coelho Bastos, teve conhecimento desses factos e desde o começo censurou a intervenção do Sr. Lucena, entendendo que se devia deixar o general fazer o que lhe aprouvesse, porque o governo contava com força para esmagal-o, ao menor signal de rebeldia.



cluia: « Dizem os regulamentos militares que uma ordem illegal, dada por um coronel a um official é cumprida; e este depois representa contra ella. Ora, uma ordem do governo, dada em virtude de lei, bem ou mal entendida, não estará nas mesmas circumstancias em que pode estar uma ordem do superior para o inferior? Fica-lhe mal representar? Não. Em que affecta os brios do exercito uma injustiça feita a um dos seus membros? Então não haverá acto de injustiça, praticada contra um militar, a respeito do qual o exercito não deva pronunciar-se ».

Respondeu-lhe Pelotas, assumindo a responsabilidade do manifesto que assignara com Deodoro no dia 14 e declarando que se despia das immuni- dades de senador, para que o governo o sujei- tasse a conselho de guerra. O final do seu discurso era um annuncio de revolta: « O nobre presi- dente do conselho sabe bem que foi uma revo- lução que fez abdicar o Sr. D. Pedro I, e o facto é hoje acceto. Peço encarecidamente ao Sr. presi- dente do conselho que reconsidere o seu acto, por amor deste paiz, não por satisfação a mim, que pouco ou nada valho; solva esta questão de um modo honroso e digno. Si o não fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar do nobre presidente do conselho confiar na força armada que tem á sua disposição. Taes serão as circumstancias que bem possivel é que ella lhe



falte. Reconsidere o nobre presidente do conselho o seu acto, pór amor deste paiz e quem sabe se por amor das instituições. »

Cotegipe replicou com eloquencia e firmeza, declarando que o governo apenas exigia a observancia de uma formalidade legal para fazer justiça a quem de direito. Uma das suas phrases decisivas foi esta: « Eu podia replicar ao nobre senador e dizer-lhe que o governo está no seu posto e o nobre senador não está no seu. » Depois fez appello ao passado e ás responsabilidades de Pelotas.

Lendo os annaes, sente-se que a atmosphera do seuado era oppressiva. Foi então que se levantou Saraiva e disse que apesar de ter evitado sempre discutir a questão militar, vinha perguntar se não haveria um meio de conciliar o governo e o exercito e concitou Cotegipe e Pelotas, bem como os seus amigos, a procurarem uma solução para crise tão assustadora.

O debate inspirou a intervenção de dois chefes liberaes, da qual resultou a moção, chamada na epocha a ponte por onde o ministerio passou arranhado. Ouro Preto contou na imprensa que foi elle quem de accordo com Silveira Martins offereceu espontaneamente a Cotegipe o concurso commum, afim de evitar a perturbação da ordem publica e uma mudança de ministerio ou de situação politica fóra das normas constitucionaes.



Apenas Cotegipe terminou o commovente discurso em que appellava para o passado glorioso de Pelotas, concitando-o a não se pôr á frente de uma sedição militar, Ouro Preto approximou-se e perguntou-lhe se o gabinete accitaria e autorizaria a mediação que elle e Silveira Martins offerciam. Depois de reflectir, Cotegipe respondeu : « Sim, pois não me viriam propor o que não fariam se, como eu, fossem governo ».

Depois disso os dous chefes liberaes foram procurar Pelotas á casa deste, e ahi discutiram. Occorreu-lhes primeiro a idéa de um projecto de lei, dando effeito retroactivo á imperial resolução de consulta de 3 de novembro de 1886, tomada sobre parecer do conselho supremo militar e favoravel aos officiaes, cujas notas queriam trancar. Mas esse expediente seria moroso e urgia conjurar a crise. Accordaram então em promover uma moção do senado, convidando ou aconselhando o governo a effectuar aquelle trancamento.

Encarregado de communicar a Cotegipe a solução achada, Ouro Preto procurou-o, sem o encontrar, mas lhe deixou dito que esperava a sua resposta até ás oito horas da noite, pois ás dez de novo deveriam ver Pelotas. Cotegipe respondeu a tempo, numa carta que dizia : « O ministerio accita o meio lembrado por v. ex., mas parece-me que devemos accordar previamente nos termos da moção ; e quem melhor a pode redigir do



que v. ex. ? E' o que lhe peço. Não approvo que della se possa concluir que o senado se constitua procurador para requerer em nome de terceiros. Zelando tanto a dignidade deste quanto zelo a do governo, desejo que a de ambos fique intacta. Leu o que disse o *Paiz*? E' natural que *desaponte* e por isso já de prevenção ataca os partidos e o parlamentarismo. A razão é clara: perde a monção de embarcar a republica em *agoas revoltas*. »

Redigida a moção, de accordo com Pelotas, foi remettida a Cotegipe, que a ella annuiu, reclamando apenas a mudança de uma palavra: « O senado *convida* » em vez de « o senado *aconselha* ». Silveira Martins foi encarregado de apresental-a, concebida nestes termos: « Requeiro que á vista da imperial resolução de 3 de novembro de 1886, tomada sobre consulta do conselho supremo militar de 18 de outubro do mesmo anno, o senado convide o governo a fazer cessar os effeitos das penas disciplinares, anteriormente á resolução impostas a militares por uso indevido da imprensa, fóra do caso especificado na consulta do conselho supremo como contrario á disciplina do exercito. S. R. — Silveira Martins ».

Devido á alludida polemica, provocada pelas revelações do Sr. Lucena ácerca da sua intervenção nessa crise, o Sr. João Alfredo veio a narrar o que por seu lado faziam o ministerio e os conservadores.



Passando no senado, nesse memoravel dia 18, pelo grupo em que elle se achava, Cotegipe chamou-o de parte e perguntou-lhe : « Que lhe parece ? » — « O caso é muito grave », respondeu, « mas não sem remedio ». Cotegipe ajuntou : « Commigo não creio ; com outro pode ser. Prepare-se para o governo ; talvez amanhã tenha de ser chamado para o meu logar ». — « Não, não ; v. ex. e só v. ex. deve resolver a questão e ha de resolvel-a com apoio de todos », concluiu o Sr. João Alfredo.

A' noite recebeu um bilhete de Cotegipe, que o chamava á secretaria ; ao Sr. Lucena, que se achava presente na occasião, expoz a gravidade da situação. Pelotas apresentara um *ultimatum*, com uma condição de que não prescindia, e Cotegipe recusava ceder, custasse o que custasse. Pediu então ao seu amigo que fosse ver se vencia ou modificava a resistencia de Deodoro e lhe trouxesse á casa a resposta. Como os contendores pareciam não querer ceder, o intuito do Sr. João Alfredo, pedindo a intervenção do Sr. Lucena junto a Deodoro, era que aquelle amigo podesse predispor e convencer o general, ligado a Pelotas e ainda mais influente que este.

Narra o Sr. João Alfredo como procedeu na conferencia em que se reunira o ministerio, cujos membros, bem como Paulino de Souza, todos já não existem. Votaram pela retirada do gabinete,



Belisario, Manioré, Mac Dowel e Castrioto; pela continuação Ribeiro da Luz, que acreditava estar o exercito fiel ao governo. Rodrigo Silva, que era ministro havia poucos dias, hesitava. Pediu então Cotegipe a opinião de Paulino de Souza, que votou pela retirada; mas, se fosse resolvido o contrario, indicava a conveniencia de uma sessão seereta no senado, na qual se verificasse que apoio tinha a proposta de solução conciliadora, offerecida pelos liberaes e se esse apoio era em termos e condições que dessem força ao governo.

Chegando a vez de pronunciar-se, disse o Sr. João Alfredo que a sessão secreta iria inquietar o espirito publico e dar ao caso signifição de maior gravidade, quando, pelo que já observara, lhe parecia que a solução pacifica teria o apoio geral. Achava que o senado era incompetente para tomar, por meio da uma moção, uma resolução de tal ordem, que no fundo seria uma censura. Preferia pois, que, manifestadas da tribuna as principaes opiniões do senado, o chefe do gabinete cedesse ao conselho e á mediação dos seus pares o que não tinha cedido por outros meios.

Acrescentou duvidar qua a justiça estivesse do lado do governo, pois o facto era que alguns militares estavam soffrendo penas disciplinares por actos que uma resolução imperial, posterior a esses actos, tinha deelarado licitos e innoentes. Dizia-se que a resolução não tinha effeito retroac-



tivo, mas era justo que tivesse, por ser uma disposição benéfica. Em todo o caso declarou que não se prendia aos apices do direito, maxime para evitar grandes males, como os que se annunciavam. Ao demais a questão já era de simples formalidade, desde que o governo declarava que mandaria cancellar as notas dos officiaes censurados, que assim requeressem.

O Sr. Lucena narrou de outro modo a sua intervenção junto a Deodoro, a pedido do Sr. João Alfredo. Segundo a sua versão, o Sr. João Alfredo previu a hypothese de ser chamado a organizar ministerio e mediu a enorme difficuldade de acceptar tamanha tarefa se persistissem os motivos que iam determinar a queda de Cotegipe. O que Deodoro e os militares exigiam era que o ministro da guerra retirasse os avisos de censura aos coroneis Cunha Mattos e Madureira. O governo não podia submeter-se a essa humilhação e já transigia, promettendo fazel-o se aquelles officiaes requeressem. Se esse requerimento fosse feito, via o Sr. João Alfredo que o seu caminho estaria desbravado, pois que deferiria a petição que o proprio Cotegipe já estava disposto a deferir. Pediu então o chefe pernambucano ao seu companheiro de representação que se incumbisse de verificar previamente esse ponto, perguntando a Deodoro se, naquelle caso, os seus companheiros fariam realmente essa petição.



O general respondeu que sim, que ao Sr. João Alfredo requereriam, mas a Cotegipe nunca; e tendo sido combinado que a resposta seria dada num bilhete com uma simples palavra *sim* ou *não*, o Sr. Pedro Corrêa, filho do Sr. João Alfredo, ficou á espera do Sr. Lucena e a seu pai transmittiu a resposta affirmativa.

O Sr. João Alfredo contestou que tivesse dado tal incumbência ao Sr. Lucena. O seu intuito era ajudar a solução da crise sem a retirada do ministerio, conforme aconselhou na reunião que o mesmo celebrou.

O Sr. Lucena, porem, sustentou que era pura e fiel expressão da verdade quanto referira em relação aos termos da incumbência, que lhe dera o Sr. João Alfredo junto a Deodoro, e concitou-o a publicar a carta que lhe deixara em casa, após ter visto o marechal.

O Sr. João Alfredo correspondeu ao apello e discutiu o artigo do Sr. Lucena com o intuito de contestar-lhe os fundamentos. A carta que recebera dizia assim : « Alfredo — Dou-te conta da commissão e não te espero porque já é tarde e não sei quando voltarás. O Deodoro assegura que se forés chamado a organizar o gabinete os officiaes requererão o cancellamento das notas, mesmo porque querem provar que o exercito não é indisciplinado e que se se collocou na posição em que se acha, tornando-se incompativel com o actual



gabinete, não foi por culpa sua. Assegura ainda que, dada a mudança, o governo deverá considerar terminada a questão e poderá contar inteiramente com o exercito — Lucena ».

A polemica ainda continuou entre os dous contendores, sem elemento novo, porem, que deva ser aqui consignado.

No dia 20, por ter sido feriado o dia 19, Silveira Martins apresentou a moção. Seguiu-se caloroso debate, iniciado por Franco de Sá. Nem elle, nem talvez a maioria da opposição liberal, tinham sido ouvidos ácerca da indicação, e esta, ao seu ver, envolvia uma censura ao gabinete, que não devia continuar, quando aliás o senado não podia intervir na questão por aquelle modo.

Octaviano discordou e lembrou que o parlamento, nos primeiros tempos do imperio, collaborou activamente com o governo em assumptos semelhantes e que só devido á influencia do partido conservador o seu papel foi cada vez se restringindo mais.

Percebe-se que a opposição liberal estava dividida em duas correntes, uma inspirada por Dantas, com Franco de Sá e o Sr. Candido de Oliveira, procurando embaraçar o governo; outra, com os negociadores da indicação, sustentados por Saraiva e Octaviano.

O discurso de Affonso Celso, depois visconde de Ouro Preto, foi notavel e muitissimo apoiado,



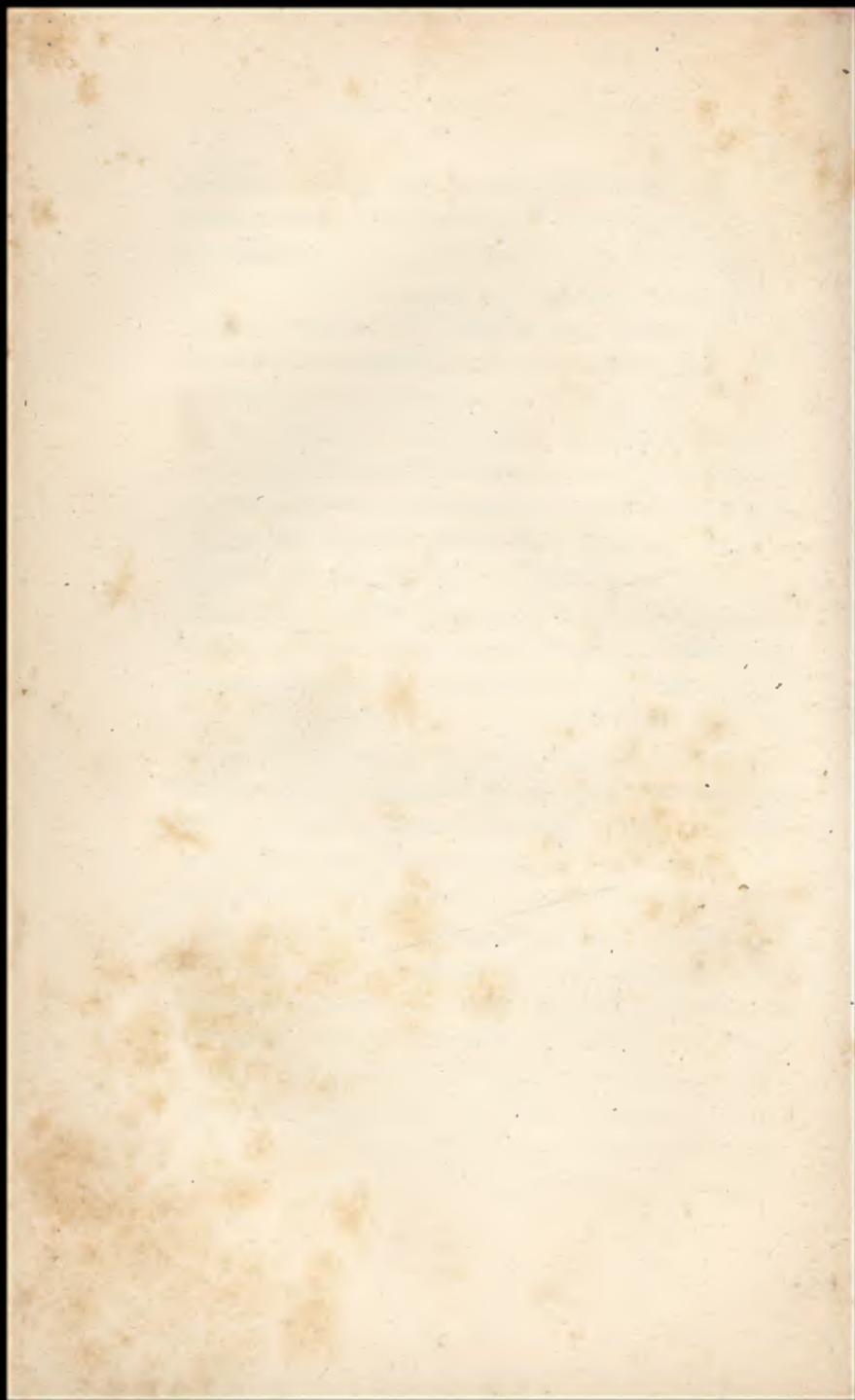
resumindo-se na declaração de que « o partido liberal não poderia querer o poder pelo caminho que lhe abrissem as espadas e as bayonetas do exereito; preferia o perpetuo ostracismo ».

Tão elevado quanto elle, foi Silveira Martins, que esteve num dos seus grandes dias de eloquencia. « Se existe erise, não é de partido, é das instituições », dizia elle e concluiu como Affonso Celso : « O partido liberal não assalta o poder por meio de pronunciamentos militares. »

Depois de ter ouvido os collegas, Cotegipe declarou que accedia aos conselhos do senado e em vez de se sentir rebaixado, sentia-se honrado, respeitando o prudente conselho de uma corporação, que pelo seu elevado caracter só os podia dar impareiaes.

A moção foi approvada. O ministerio ainda se manteve no poder quase um anno, até março de 1888, quando cahiu em consequencia de um motim, em que a maruja tomou parte ostensiva para protestar contra a prisão que um official de marinha reformado soffrera por engano. A erise não era realmente de partido, era das instituições. Logo que estas cederam á vitoria abolicionista, pouco mais de um anno depois desmoronavam de vez... e o tufão da indiseiplina militar, que as abalou e demoliu, ainda não cessou de soprar.





A REACÇÃO CONSERVADORA E A ABOLIÇÃO IMMEDIATA

O abolicionismo recebeu a derrota do ministerio Dantas como um desafio da reacção conservadora. O que até alli elle accitaria como uma concessão satisfactoria passou desde logo a ser considerado como uma migalha desprezivel, e a aneia da victoria definitiva, a abolição immediata, começou a dominar os espiritos. Como se verá adeante, o proprio Sr. João Alfredo reconhece hoje que foi um erro grave não ter concedido naquelle momento tudo quanto propunha o gabinete 6 de junho. E' verdade que o principio da propriedade eserava ficaria ferido na sua essencia, mas ferido já tinha sido elle em 1871, quando se invocava o principio do direito romano *partus sequitur ventrem*.

A reacção de 1885 era representada em grande parte pelos mesmos homens que se tinham op-



posto a Rio Branco, agora com o concurso de alguns dos seus collaboradores e de uma parte do partido liberal. Talvez ella fosse ainda mais desesperada, porque da primeira vez se procurava acautelar um valor que ainda não existia, em quanto neste momento se defendia uma cousa palpavel, viva, embora o seu valor estivesse em declinio. Eram Paulino, não admittindo que nada se tentasse e entendendo que se devia adiar qualquer plano, ainda o mais amadurecido e accitavel; Figueira, que ficará ao seu lado até o fim, embora venha a reconciliar-se depois com o autor da abolição immediata; Ferreira Vianna, ameaçador, prophetico, accusando o imperador de conspirador e eriminoso e tres annos depois *magna pars* na obra de 13 de maio, ao lado do Sr. João Alfredo, que não admittia sem indemnização a alforria dos sexagenarios.

Nenhum delles via que já era impossivel resistir, em fins do seculo dezenove, á evolução de uma idéa de igualdade humana e piedade christã; nenhum delles considerava que os sexagenarios libertados se poderiam transformar nas fazendas em elemento de estabilidade, exemplo de esperança para todos os escravos, cujo captiveiro poderia durar por mais algum tempo, apesar dessa onda aterradora que vinha rolando, rolando, e mais dia menos dia havia de quebrar-se com fragor. Os abolicionistas bradavam que se estava « dis-



« disputando a liberdade aos tumulos » e quando Saraiva se apresentou, com um arremedo do projecto Dantas, receberam-n-o como inimigo e assim o combateram. Dantas dizia que cahira, mas a idéa ficava de pé.

No seu discurso de apresentação ao parlamento Saraiva dava alfinetadas no seu antecessor. O novo ministerio « não tinha pacto nem com os conservadores nem com a coroa » e não fazia questão politica do projecto que viria apresentar, porque a seu ver as questões, que interessavam a toda a nação e a que um partido sósinho não poderia dar solução, deviam ser questões abertas. Era a politica inversa de Dantas, que só em torno do projecto aceitava questão de confiança.

Tal linguagem sorria aos conservadores, que pelo órgão de Andrade Figueira declaravam que Saraiva podia contar com as suas sympathias, e a dissidencia liberal fundia-se no bloco ministerial com a entrada de Affonso Penna, a quem Nabuco qualificava depois, num comicio abolicionista, « a alma damnada da dissidencia, em cujas mãos tinha sido posta a balança da justiça ».

Saraiva, porem, se dava ares de vir adeantar um grande passo para a solução do problema e invocava os seus antecedentes com o fim de mostrar que sempre essa questão o preocupara. Quando disserá, durante o ministerio 28 de março, que della não cogitava, era porque tinha em mãos a



reforma da eleição directa, sendo seu *leader* na camara Martinho Campos, cujas idéas eram oppostas ás suas. Era elaro que nessas condições o governo não poderia então tratar do assumpto, ainda depois de votada a lei da eleição directa. Pessoalmente sempre cogitara do problema e lembrava a carta que escrevera a Nabuco de Araujo em 1868, sustentando que não seriamos dignos da civilização moderna, emquanto mantivessemos a escravidão do homem e a escravidão do voto. E ainda convidado, antes de Dantas, a organizar ministerio, declinara dessa tarefa, justamente por não contar no parlamento com força para tratar da questão.

Esquecia Saraiva que se em 1884 a camara ainda era uma incognita a respeito desse assumpto, em 1885 já era uma evidencia, contraria ao principio da emancipação.

A 12 de maio a montanha paria o rato. Em nome do ministerio, Padua Fleury apresentava um projecto, elaborado de accordo com o governo. Por elle ficariam livres os escravos de sessenta e cinco annos, dos quaes dizia Saraiva que nessa idade pelo menos o valor venal devia cessar. Alem d'isso o projecto determinava que fosse feita nova matricula, em que a cada escravo fosse dado determinado valor, entre 1.000\$, para os menores de vinte annos e 200\$, para os de cincoenta a sessenta annos. Saraiva considerava a



fixação do valor na matricula como uma garantia contra os arbitramentos judiciaes em que os arbitros fossem abolicionistas.

Se a maioria liberal se desfalcava dos mais ardentés amigos do ministerio Dantas, por outro lado reforçavam-se as hostes do governo com o concurso dos conservadores, que em reunião, presidida por Paulino e pelo Sr. João Alfredo, deliberaram, contra o voto de Figueira, apoiar o projecto e encarregar o Sr. Antonio Prado de dirigir a minoria. Mas approvado o projecto na camara, os partidos voltaram ás suas respectivas fileiras e era o liberal que estava enfraquecido por um troço de opposição ao ministerio. Saraiva reconheceu que esta situação não podia nem devia durar; reuniu os collegas para consultal-os se o gabinete devia continuar no poder, tendo esperanza de reconstituir a antiga maioria liberal, em cujo nome fôra organizado, ou se era de prever um voto de desconfiança e nesse caso se devia demittir-se desde logo. O ministerio não contava reconstituir a maioria e votou pela demissão immediata, cujo pedido Saraiva apresentou ao imperador a 15 de agosto, fundando-o nestas mesmas razões.

Como Saraiva não indicasse successor, o soberano ouviu os presidentes das duas camaras e depois convidou Paranaguá a organizar gabinete; mas este declinou da honra, por ser solidario



com a resolução dos seus collegas demissionarios, os quaes entendiam que o estado da camara não permittia a formação de um ministerio forte. O imperador ouviu de novo os presidentes e da tarefa encarregou Cotegipe, que presidia o senado; Cotegipe acceitou e declarou ao parlamento que se empenharia para que o projecto Saraiva fosse approved de vez.

Os liberaes, agora unidos, recebiam Cotegipe na camara como um intruso. « Dissolva-nos! dissolva-nos! » gritavam de todos os lados. E o velho chefe conservador, sorrindo de bom humor, tirava os grandes oculos de tartaruga e fitava os adversarios em attitude conciliadora: « Para que dissolvel-os, se eu quero viver com os senhores! » Era admiravel de graça, de ironia, de promptidão nas suas replicas, aquelle velho de mais de setenta annos, que espalhava na effervescencia daquellas paixões a frescura da sua calma imperturbavel.

Talvez por ironia, o projecto Saraiva foi transformado em lei a 28 de setembro e com essa data como tal publicado. 28 de setembro era um dia consagrado como um dos marcos da cruzada e o abolicionismo considerou ironia ou sacrilegio que a lei retrograda se empavonasse com o mesmo distico glorioso. « Lei-placa » foi o epitheto com que desde logo a repudiaram.

Todo o periodo do ministerio Cotegipe foi uma



epoca de reacção. Sob o bastão de velho chefe o partido conservador apresentou-se na nova camara, cerrado como uma muralha, parecendo entender que bastava de concessões á corrente invasora. A essa immobilitade respondia o abolicionismo redobrando de audacia. A avalanche do norte rolava para o sul, trazendo no bojo todos os seus recursos revolucionarios. Já o *Jornal do Commercio*, que representava o espirito dos moderados, havia confessado, durante o ministerio Dantas, que « a pedra tinha rolado da montanha ». O ministerio teve de ceder um pouco e concordar com a abolição da pena de açoites, que os reaccionarios consideravam equivalente á abolição.

Os escravos fugiam em massa. Tal foi o exodo em S. Paulo que se chegou a calcular em dez ou doze mil o numero dos que desceram a serra do Cubatão e foram acoitados em Santos, onde, ao que se dizia, contavam com a benevolencia das autoridades. Já em fins de 1886 o Sr. Antonio Prado intimava o gabinete a modificar para melhor a lei do anno anterior e em 1887 promovia em S. Paulo uma grande reunião de fazendeiros, na qual foi adoptado o prazo de tres annos para a alforria geral dos escravos, considerando-se esse prazo como um periodo preparatorio para o desenvolvimento do trabalho livre. Tambem em fins de 1887 a maioria dos senadores liberaes apresentava um projecto, marcando a data de 31 de



dezembro de 1889 para a extinção da escravidão.

Esse movimento geral desanimava os fazendeiros, que começavam a convencer-se de que viria a ser difícil, quiçá impossível, a manutenção da ordem nas fazendas, sendo preferível dar liberdade aos escravos, na esperança de que não abandonassem o trabalho. Ao todo, elles eram então em numero de 720.000, conforme a matricula realizada em 1887. Os fazendeiros deviam desconfiar do concurso da força publica para a captura dos escravos fugidos, pois a semente revolucionaria germinava no exercito e o club militar, Deodoro á frente, animava-se a dirigir uma petição á regente, rogando que os soldados não fossem occupados em prender escravos fugidos ¹.

¹ E' este o texto da petição, datada de outubro de 1887:

« Senhora. — Os officiaes, membros do club militar, pedem a vossa alteza imperial venia para dirigir ao governo imperial um pedido, que é antes uma supplica.

« Elles todos que são e serão os amigos mais dedicados e os mais leaes servidores de sua majestade o imperador e de sua dynastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, elles que jamais negaram, em vosso bem, os mais dedicados sacrificios, esperam que o governo imperial não consinta que nos destacamentos do exercito que seguem para o interior com o fim, sem duvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das familias, os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem á escravidão, ou



Havia outro signal inquietador para os proprietarios de escravos, que revelava igualmente, da parte da princeza, uma curiosa comprehensão dos deveres de uma dynastia constitucional. Os jovens principes, seus filhos, publicavam um jornalzinho em Petropolis, no qual não se occultava sympathia pela causa abolicionista.

Deante de tudo isso o ministerio ainda resistia. Prohibia os comicios na praça publica e os abolicionistas convocavam um delles para defronte do quartel general do exercito, onde a policia o foi dissolver sob uma chuva de pedras, manejadas por gente que se escondia no jardim do campo de Sant'Anna; amarrava á sua sorte o chefe de policia da capital, Coelho Bastos, homem de

porque vivam cansados de soffrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e illuminado a alma.

.

« Por isso os membros do club militar, em nome dos mais santos principios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade christã, em nome das dôres de sua majestade o imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausencia choram lagrimas de saudade, em nome do vosso futuro e do futuro do vosso filho, esperam que o governo imperial não consinta que os officiaes e praças do exercito sejam desviados da sua nobre missão. »



grande autoridade, pintado como um verdugo, accusado de mandar raspar a cabeça dos escravos fugidos, que se encarregava de capturar e devolver aos senhores. E o presidente do conselho chegava a confessar no parlamento que se achava « como um commandante de fortaleza, atacado por todos os lados e não devendo desanimar a guarnição ».

De tudo se aproveitavam os abolicionistas e por traz delles os republicanos. Um dia, por engano, a policia prendeu um official de marinha reformado, cujo juizo não era muito seguro e que por isso mesmo não era distinguido. Foi quanto bastou para que a imprensa abolicionista provocasse uma violenta corrente de hostilidade contra a policia. Os motins succediam-se, sobretudo á noite, e officiaes de marinha, dirigidos por Wandenkolk, reuniam-se no club naval para inuitar marinheiros contra a policia. Toda a agitação visava a demissão de Coelho Bastos. O ministerio, porem, tinha em alta conta os serviços desse seu delegado e approvava os seus actos.

Referiu-nos um official de marinha que ao cessarem os motins a princeza desceu de Petropolis uma manhã e desembareou no arsenal. Era hora de estarem alli reunidos muitos officiaes, á espera de transporte para os navios. Logo que viram approximar-se a galeota, combinaram elles exprimir o seu descontentamento á regente,



mostrando-lhe expressiva carranca, no momento de fazer-lhe continencia. Alguns chegaram ao ponto de fital-a desse modo, sem levar á mão ao boné.

Por causa desse eloquente signal dos tempos, cuja importancia talvez tivesse sido explicada a sua alteza pelo seu dedicado veador, o chefe de divisão Salgado, então ajudante general da marinha, ou realmente por causa das suas tendencias em favor da abolição, certo é que a regente, na ausencia das camaras, que até aquelle momento tinham dado todo o apoio ao ministerio, procedeu de tal modo que forçou Cotegipe a demittir-se. Só certo documento, que nunca foi publicado, poderia de alguma forma explicar esse episodio da nossa historia.

O ministro da justiça, Samuel Mac Dowel, escreveu á princeza, dando conta dos motins e das providencias tomadas para reprimil-os. Respondendo a essa carta, a princeza « exprimiu-se de modo que o ministerio entendeu do seu dever e da sua dignidade pedir a sua demissão ». São palavras textuaes de Cotegipe no seu discurso do senado, dando conta da demissão do gabinete. Cotegipe não quiz dizer de que modo se exprimira a princeza; entretanto deixou perceber que o incidente fôra da maior gravidade. Apenas elle declarou que ao encontrar-se com a princeza esta lhe dissera que a medida principal para ser tomada pelo governo devia ser a



demissão do chefe de policia. Cotegipe respondeu-lhe que o chefe de policia tinha procedido sempre de accordo com o ministerio, sobre quem cahia qualquer censura que houvesse para irrogar-lhe. « Se refiro o facto por esta forma é porque não o posso referir de outro modo e por que me parece facto unico na nossa historia parlamentar », acrescentou o presidente do conselho.

Os liberaes consideraram o incidente como um novo attentado constitucional. Silveira Martins proclamava que o gabinete cahira, victima de uma conspiração de palacio e que a princeza se desfazia de um ministerio, que tinha o apoio da camara, para crear um ministerio seu, perturbando assim a economia interna dos partidos, a que a coroa devia ser extranha. O grande orador via nesse facto um perigo para o futuro; perguntava elle onde iriam os liberaes plantar a sua bandeira, se os conservadores desertavam a sua. « E' o caminho da revolução, porque o partido da liberdade não pode ficar atraz daquelle a quem naturalmente caberia a repressão. » E proferindo estas palavras, prognosticava que estava aberto o caminho de todas as reformas, até a federação.

Silveira Martins sustentava que a camara, que tinha apoiado Cotegipe, não poderia apoiar um gabinete de idéas diametralmente oppostas sem atacar todos os principios e subverter todas as noções da dignidade. A gloria da reforma caberia



não aos que á ultima hora hastearam uma bandeira que não lhes pertencia, mas aos que primeiro affrontaram as iras, as injurias, as calumnias e travaram lucta tremenda para fazer vingar o seu principio; a gloria da victoria dessas idéas havia de pertencer ao senador Dantas, que fôra o primeiro a trazer-as ao parlamento e a quem ninguém devia tirar o direito de realizal-as.

Por seu lado, na camara, Nabuco não pensava assim e dizia falar em nome dos liberaes que eram antes de tudo abolicionistas. Entendia elle que o momento não era para ouvir a voz dos partidos, a qual era tão impossivel distinguir, « á beira da catadupa dos destinos nacionaes, como seria impossivel perceber o zumbir dos insectos atordoados, que atravessam as quedas do Niagara ». Os escravos não eram liberaes e não faziam questão de ser salvos por este ou aquelle partido. Elle se collocava na mesma posição e o seu desejo seria que não se perdesse um minuto e se votasse por aclamação como na Convenção franceza. Si isso não era possivel, que ao menos se fizesse uma especie de sessão permanente. A princeza, a seu ver, cimentava em um dia a união do throno com o povo.

Mas Silveira Martins não via apenas o interesse da abolição e considerava que todas essas inversões das boas normas constituíam perigos para as instituições. « Amanhã ha-de querer-se que



venham os liberaes para a repressão », concluia elle, dir-se-hia que prevendo o futuro proximo da agitação republicana ; « mas elles não terão para isso a força precisa, porque nenhum partido é forte, nem digno de respeito, quando trafica com as suas idéas ».

Esta era tambem a opinião de Cotegipe. O poder cabia aos liberaes, pois ainda considerando que os conservadores tinham feito a lei de 1871, devia-se attender a que a abolição era uma medida muito mais radical, susceptivel de transformar os partidos. Do mesmo modo pensava Paulino, cujo discurso a 13 de maio é um modelo de discussão parlamentar. Elle entendia que os antecedentes da questão indicavam o partido liberal para resolvel-a e perguntava que resguardo podiam offerecer ao sobrano homens que pensaram hontem de um modo e procederam hoje de outro. Cultor da ironia, sob uma forma tanto mais pungente quanto desfarçada numa polidez impecavel, Paulino applicava essa censura a um honrado collega, de cujas palavras o senado talvez ja não se recordasse. E lia parte de um discurso do Sr. João Alfredo contra o projecto Dantas, onde se achava tudo quanto se poderia dizer para atacar a idéa da abolição immediata e sem indemnização.

A princeza nem pedira conselho a Cotegipe, como era de praxe, áccrea da successão ; orde-



nara-lhe simplesmente que convidasse o Sr. João Alfredo a ir ao paço e nas mãos do senador pernambucano entregou o poder¹.

¹ Dando eonta á camara dos deputados dos motivos que determinaram a demissão do gabinete, o barão de Cotegipe leu a seguinte earta, que dirigira á prineeza regente:

« Senhora. — O meu collega da justiça eommunieou-me, e eu apresentei ao conselho de ministros, a earta que vossa alteza imperial lhe dirigiu em data de 4 do eorrente sobre os disturbios oecorridos nestes ultimos dias.

« Resultando do seu eontexto que a v. a. imperial podem mereeer mais eredito outras informações que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionaes, não resta ao gabinete outro alvitre se não o de pedir, eomo pede, respeitosamente a v. a. imperial a sua demissão collectiva, sentindo comtudo ter de tomar essa resolução actualmente, quando temos a eonseieneia de que nem nos falta o apoio da verdadeira opinião publica, nem os reeursos necessarios para manter a ordem.

« Julgo não dever entrar em justificações e explieações por desnecessarias, visto como pareceriam ter por fim permanecer numa posição, que aeeitei unieamente por dedieação á eausa publica e obedieneia a s. m. o imperador. Digne-se vossa alteza dar-me suas ordens.

« Sou, senhora, eom o mais profundo respeito — de v. a. imperial. — Subdito muito reverente, Barão de Cotegipe. — 7 de março de 1888. »

A carta da prineeza não foi divulgada e dizia o chefe da opposição liberal, Sr. Antunes Maciel, fóra ella escripta em termos taes que deixava a cada um conjecturar que a eorrea estava sabindo da orbita das suas attribuições constitucionaes e queria introduzir no paiz um governo diferente do que « jurámos manter ».



Já vimos que em 1870, quando cahiu o ministerio Itaboraaly e da nova organização foi incumbido o marquez de S. Vicente, appareceu na lista dos ministros, na pasta do imperio, um novel deputado por Pernambuco, João Alfredo Corrêa de Oliveira, que havia sido presidente do Pará e tinha apenas trinta e quatro annos. Conta elle que foi o visconde do Rio Branco quem se lembrou do seu nome. Parece que a sua presumpção se confirma, porque logo que cahiu o ministerio S. Vicente, o visconde do Rio Branco, chamado para substituil-o, conservou na pasta do imperio o joven deputado.

Rio Branco sabia descobrir aptidões. O Sr. João Alfredo ia ser seu braço direito. Quando o presidente do conselho estava preso ao seu lugar no senado, elle era na camara mais que um ajudante de ordens, era um chefe que mandava. O seu empenho não era o debate em si, mas a direcção que lhe devia dar. Longe desses dias, ninguem pode imaginar o que havia de manobras, de intrigas, de artificios, de recursos inconcebiveis no curso dessas discussões, dessas tempestuosas tentativas de encerramento, no manejo dessas votações memoraveis.

Ha nas assembléas os homens de palavra e os homens de acção; os homens que se batem e os chefes que commandam. Muitas vezes, estes só expõem o proprio prestigio nos momentos de



perigo, em que é preciso arriscar a sorte do general como recurso decisivo. Mas elles carecem ter o olhar de relance; abranger no golpe rapido da vista todo o campo da acção; adivinhar onde pode estar a fraqueza das suas linhas e das linhas do inimigo, o ponto vulneravel da sua tactica. E' preciso ter a penetração do psychologo para lidar dia a dia com cada homem e descer-lhe ao fundo da alma, atravez dos seus rebuços; saber confiar e desconfiar, prometter e cumprir, lisonjear e seduzir. A preocupação deve ser a victoria; é preciso renunciar a todas as vaidades da eloquencia; desprezar-lhe os louros, preferir ao engodo dos seus trophéos a segurança de uma votação triumphante.

Foram estas qualidades que os homens de 1871 reconheceram no ministro do imperio e lhe valeram mais tarde a herança do chefe. As ultimas notas da eloquencia de Rio Branco ainda se perdiam no ambiente, infiltrando-o da seducção daquella magia, e o « *leader taciturno* » já estava certo do modo de operar em seguida. Chamavam-n-o assim, para perturbar a sua concentração de estrategista e prejudicar a proficuidade do seu esforço mudo contra a frieza e a argucia do chefe contrario, Paulino de Souza, que alem do prestigio do nome, sabia arregimentar homens, disciplinal-os e exercer sobre elles uma autoridade quasi sacerdotal.

Uma vez, na vizinhança da data de treze de



maio, lembrámo-nos de procural-o no seu retiro. Seria tão agradável ouvil-o recordar essas peripécias gloriosas em que andou envolvido...

Achamol-o hospitaleiro, affavel, com o mesmo encanto da palestra inexhaurível. Diz-se mais velho do que a apparencia mostra e sobretudo começa a revelar horror á exhibição. A sua ambição seria sumir-se, deixar que a velhice o fosse lentamente extinguindo, apagando-lhe o nome como uma luz que amortece.

Não se recusava a conversar, a dar o seu testemunho, embora acreditasse pouco no juizo da historia. Foi parte em tantos episodios da nossa vida politica ou os assistiu de perto, e depois viu os homens julgados, bem ou mal, com tanta injustiça, com tanto desacerto... Mas o seu empenho seria falar sem ser visto.

— Se não fosse a familia, o meu sonho seria acabar frade mendicante.

Mas nós insistiamos. O seu nome appareceria apenas nas ligações que tivesse com os factos e se dahi lhe vem algum relevo ninguem o pode diminuir nem augmentar e menos esconder.

A palestra foi-se iniciando assim e chegámos a approximar-nos da phase aguda da questão abolicionista. Dantas tinha organizado ministerio e procurava attrahir a boa vontade do Sr. João Alfredo; por mais francas que fossem as palavras com que era dissuadido dessa esperanza, não re-



cuava do seu caminho de sedução. Quando nomeou o novo presidente de Pernambuco, obteve que este, antes de partir para alli, fosse á casa do chefe conservador e lhe deixasse um cartão. Mais tarde pediu ao Sr. João Alfredo que auxiliasse de algum modo a eleição de Nabuco.

Respondia sempre o Sr. João Alfredo que apenas desejava garantias nas urnas; mas que não lhe era possível transigir com os adversarios, seindir o seu partido, ao qual queria encaminhar unido para a solução do problema.

Até então conservava lealmente a herança dos principios de 28 de setembro e considerava um perigo quebrar o mais importante delles, que era a garantia legal da propriedade escrava. Chegava a cogitar da hypothese de um emprestimo de indemnização, que servisse para pagar aos senhores 100\$ ou 200\$ por escravo libertado. Mas isso importaria numa somma de 70.000 ou 140.000 contos e taes cifras assustavam os estadistas do imperio. Aliás se foi convencendo mais tarde, pelo estudo da situação da lavoura, que ella só poderia ser ajudada por meios indirectos e que os recursos de que ella precisava só assim lhe deveriam ser fornecidos. Reconhece hoje o erro de não se haver adoptado a formula Dantas, que se tinha tornado popular e teria sido recebida pelo abolicionismo como um triumpho, deixando-o satisfeito da sua conquista, ao menos durante algum tempo.



Dantas nunca desesperou da collaboração que solicitava e chegou a revelar ao imperador que a esperava conseguir. E' que elle confiava demais no encanto das suas maneiras. Uma vez, encontrando-se com o Sr. João Alfredo na imprensa nacional, o imperador falou-lhe das esperanças do presidente de conselho. Passaram-se dias e, apesar do desengano que tinha dado a sua majestade, recebeu o chefe conservador um bilhete do camarista conde de Iguassú, que ainda conserva, com data de 18 de setembro de 1884, pedindo-lhe que apparecesse em S. Christovão. Repetiu então o Sr. João Alfredo ao soberano que não daria concurso algum ao ministerio.

— Neste caso, se as partes adeantadas dos dois partidos não se entendem, não ha esperança de fazer a reforma, concluiu sua majestade.

— Ha, senhor, e peço licença para dizer a vossa majestade de que modo.

Mostrou então o Sr. João Alfredo que o partido conservador tinha um chefe que poderia fazer cessar todas as suas divisões intestinas e sob cujas ordens elle e Paulino de Souza se reuniriam. Era o barão de Cotegipe, a quem considerava capaz de assumir a responsabilidade da tarefa.

— Bom; isso é negocio do seu partido. Entenda-se então com o Cotegipe, aconselhou o imperador.

Felizmente o momento era azado. Ia celebrar-se, dahi a poucos dias, o banquete annual, com que



por iniciativa do senador Corrêa se commemorava a data de 28 de setembro. O barão de Cotegipe, que costumava ridicularizar essa cerimonia, especie de culto da obra de 1871, comprometteu-se a comparecer e combinou com o Sr. João Alfredo uma declaração categorica ácerca da questão do dia. Na occasião dos discursos, parodiando a phrase de Thiers em relação á communa, o velho chefe atirou a ousada affirmativa, que estremeceu então o mundo politico : « O partido conservador quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil ».

Apressou-se então o Sr. João Alfredo e poz-lhe sobre os hombros o manto da autoridade incontrastavel, sagrando-o « pontifice magno da grey conservadora », para mostrar que o partido acolhia como dogma as palavras do novo lemma. Mas o dogma foi recebido na redacção do *Brasil* como a suprema heresia e Francisco Belisario não conteve na intimidade a irreverente explosão da sua surpresa.

No anno seguinte cahia o ministerio Dantas e Cotegipe aceitava a tarefa de levar ao senado o projecto obtido da camara pelo gabinete Saraiva. O Sr. João Alfredo recusou entrar na nova organização. Com esse procedimento lançou talvez no espirito do pontifice a suspeita de que já lhe aspirava a successão e deixou, sem nenhuma cautela, com a sua ausencia do Rio, o campo de influencia



da nova situação entregue á habilidade de Paulino de Souza. Foi aliás, sem nenhum calculo, um preparo efficaz do papel que os acontecimentos lhe aguardavam.

Mas nisso elle procedia por coherencia politica e melindre pessoal. Em primeiro lugar continuava a achar perigoso tratar da questão do elemento servil sem salvaguardar o principio da propriedade, que o Estado tinha assegurado e no qual a nação confiava. Entendia ao demais que Paulino de Souza devia tomar tambem a responsabilidade pessoal do novo governo, entrando na organização do ministerio. Se elle ficava em posição de dar homem por si, tambem o Sr. João Alfredo recusava acceitar uma pasta. Mas, para que não parecesse que fugia ás posições de menor importancia, compromettia-se a desempenhar a commissão que o gabinete lhe designasse e recebeu de bom grado a nomeação de presidente de São Paulo.

Cotegipe esqueceu de todo as palavras de 1884 e tomou o papel opposto de organizador da resistencia.

Voltando ao senado, já o Sr. João Alfredo trazia a convicção de que não era possivel parar. Com a acceitação do projecto Saraiva pelos dous partidos e a quebra do principio da propriedade escrava, que aquelle acto encerrava na essencia, sentiu-se com os braços livres para ir além. Declarou na scssão de 1887 que estava de accôrdo



com o Sr. Antonio Prado, membro demissionario do gabinete, para procurar no anno seguinte o presidente do conselho e estimulal-o a fazer alguma cousa. Confessara-se prompto a aceitar o que elle quizesse propôr como soluçào definitiva do problema.

No fim de 1887, nos primeiros dias de 1888, a propaganda abolicionista recrudesca de modo assustador. Em Pernambuco o ministro do imperio fôra derrotado nas urnas por Joaquim Nabuco, a quem os abolicionistas fizeram no Rio, quando elle voltou de Londres, uma entrada triumphal. No sul os senhores alforriavam escravos ás centenas e o abandono das fazendas começava a ser pregado e executado com bom exito em S. Paulo e no Rio.

Nessa situaçào, foi o Sr. João Alfredo chamado ao paço em março e incumbido de organizar ministerio. Quiz saber da princeza regente, antes de tudo, a razào real da queda do gabinete Cote-gipe.

— Simplesmente desaccôrdo no modo de considerar as ultimas desordens e as providencias dadas pelo governo, respondeu sua alteza.

Procurou então informar-se o Sr. João Alfredo se a questào do elemento servil não influira em nada para aquelle resultado e a princeza explicou :

— Não. Nesse sentido eu apenas havia dito ao



presidente do conselho que muito me custaria assignar a fala do throno sem fazer alguma promessa de reforma do elemento servil.

E ajuntou :

— O senhor bem vê que a opinião está muito adeantada ¹.

¹ No seu discurso de apresentação do ministerio, disse o Sr. João Alfredo que quiz saber da princeza as causas occasionaes da retirada do gabinete e que sua alteza lhe respondeu que « a julgar pelas declarações anteriores o facto seria inevitavel em maio, quando se reunissem as camaras, mas que se tinha antecipado em consequencia dos tumultos que occorreram naquella occasião, a respeito dos quaes, na apreciação das suas causas e providencias a tomar, sua alteza tinha em alguns pontos divergencias de opinião do ministerio ».

Parece que as declarações anteriores a que se referia a princeza, eram as declarações dos Srs. Prado e João Alfredo. Tendo passado do ministerio Cotegepe para o ministerio João Alfredo e querendo justificar não só a sua evolução, mas a evolução da camara, referiu Rodrigo Silva, no primeiro dia em que se discutiu o projecto da abolição immediata, que desde algum tempo a grande maioria dos deputados tinha mudado de idéas, pois que, na previsão de ser apresentada uma moção de confiança ao ministerio, teve elle de conversar com os membros de varias deputações, achando todos accordes em dar o mais decidido apoio ao ministerio, com tanto que a moção não contivesse referencia á questão do elemento servil.

Entretanto, replicando ao Sr. João Alfredo, disse Cotegepe que se alguém previa a demissão do ministerio para maio era a princeza. Sua alteza dissera-lhe mais de uma vez que conviria fazer alguma cousa em relação á questão servil e elle respondeu que não se recusaria a estudar a



Acceptando a incumbencia e nada avançando alem disso, partiu o Sr. João Alfredo para a casa do barão de Cotegipe, a quem se dirigiu sem preambulos ácerca dos melindres da sua missão.

— Meu amigo, ponhamos as cartas na mesa. Eu sou chamado a organizar o ministerio. O senhor conhece as minhas idéas em relação á escravidão; diga-me que auxilio me presta.

Cotegipe respondeu com firmeza :

— Organize e conte com os meus amigos ¹.

questão, principalmente depois do movimento que se tinha realizado em S. Paulo. Aguardava, porem, a reunião das camaras para apresentar algum projecto ou para declarar que não apresentava. Em todo o caso, cogitava da questão.

¹ Alberto Bezamat, deputado naquella epocha, escreveu no *Jornal do Commercio* que em fins de fevereiro de 1888 Cotegipe já esperava ter de demittir-se, mais dia menos dia. Na previsão desse successo, Bezamat, Alfredo Chaves e Rocha Leão, presidente do Rio de Janeiro, incumbiram o desembargador Abel Graça de saber do Sr. João Alfredo qual seria o seu programma, caso fosse chamado a organizar gabinete. Graça trouxe a resposta : escravidão mantida por cinco annos, findos os quaes, apprendizado por tres annos, consistindo este na permanencia obrigatoria do liberto para prestação de serviços, mediante salario modico, no estabelecimento ou logar em que o encontrar a abolição. Paulino considerou o programma digno de franco apoio e o seu pensamento foi communicado ao Sr. João Alfredo, o qual acrescentou que, se a princeza achasse o praso da escravidão muito longo, inverteria os termos do programma : tres annos de captiveiro e cinco de apprendizado.



Depois teve um desabafo das magoas de que se queixava.

Realmente nenhum dos seus amigos faltou. Da Bahia até o seu genro, Sr. Araujo Pinho, foi fiel ao gabinete.

Logo depois da formação do ministerio, o Sr. Prado, que para elle entrou, pediu licença para ir a S. Paulo, por dez ou quinze dias, afim de pôr os seus negocios em ordem. Lá adoeceu e demorou-se mais do que contava. Incumbiu-o o Sr. João Alfredo de, nesse tempo, formular um projecto de reforma, que o governo apresentasse ás camaras na sessão que se ia abrir em maio. Em 20 de abril, o finado Elias Chaves, cunhado do Sr. Prado, escrevia em nome deste ao presidente do conselho, remettendo o projecto, que o Sr. João Alfredo ainda conserva.

O art. 1.º consagrava a abolição immediata e o 2.º obrigava os libertos a trabalhar para os antigos senhores, mediante paga, e a residir durante dous annos nos muneípios onde se achassem na data da lei. Os demais continham minucias, providencias para assegurar o bom exito dessas medidas ; mas dizia Elias Chaves que o Sr. Prado só fazia questão do art. 1.º.

Por fim, quando se avizinhou a abertura das camaras, o ministerio tratou de formular as suas idéas. A questão, porem, tinha de tal modo dominado os espiritos que bastaram duas reuniões



para ficar definitivamente assentado o que se tornou em summa a lei de 13 de maio. Houve alguns ministros que propugnaram pela adopção de um artigo, declarando que o governo expediria regulamento no sentido de evitar a vadiação dos libertos e as desordens que por ventura elles promovessem. A idéa, porem, não vingou, prevalecendo a de se apresentarem projectos á parte, creando colonias correccionaes, assumpto de que realmente mais tarde Ferreira Vianna começou a occupar-se.

Foi o ministro do imperio, Costa Pereira, quem lembrou, e foi approvado, que se adoptasse a formula da lei franceza: « E' declarada extincta a escravidão no Brasil », a que a camara ajuntou as palavras « desde a data desta lei », porque as leis do imperio só tinham execução oito dias depois de publicadas na capital e tres mezes depois de divulgadas nas provincias. O projecto nem sequer foi sujeito ao exame da princeza regente ¹. Nas vesperas da abertura das camaras, porem, submetteu o Sr. João Alfredo á consideração de sua alteza a fala do throno que alli de-

¹ Em commentario publicado no *Jornal*, o deputado conservador dessa epocha, Alberto Bezamat, extranhou esta declaração, pois que, tendo sido apresentado como proposta do poder executivo, o projecto, segundo a constituição, deveria ser conhecido da regente, chefe daquelle poder.



via ser lida e que mereceu da regente a mais cabal e alegre aprovação. O topico relativo á questão servil dizia assim : « Confio que não hesitareis em apagar do direito patrio a unica excepção que nelle figura em antagonismo com o espirito christão e liberal das nossas instituições. »

Aliás, testemunha o Sr. João Alfredo que, sem faltar ao seu papel de soberano constitucional, a princeza, como já fizera em 1871, aninou sempre o gabinete a não recuar da sua missão, que ella acreditava inspirada na opinião publica.

Devemos interromper aqui a narrativa e as observações do Sr. João Alfredo, para relembra-rem em traços rapidos as peripecias que se passaram nas duas camaras entre 8 e 13 de maio. A apresentação da proposta do governo foi um acontecimento inolvidavel. Todos quantos lograram assistir a essa sessão memoravel conservarão sempre viva a lembrança daquella scena commovedora. Os arredores da camara estavam coalhados de gente e o edificio regorgitava de espectadores, que chegavam até o recinto. Sobraçando a pasta da agricultura, que lhe cabia interinamente na ausencia do Sr. Prado, apparece Rodrigo Silva, que sobe lentamente os degrãos onde se ergue a mesa e assenta-se á direita do presidente para ler a proposta da abolição immediata. A sua presença alli dava eloquente impressão do cami-



nho percorrido por aquella idéa. Era um ministro do gabinete Cotegipe o mensageiro do verbo final do abolicionismo. Sentia-se certa estranheza deante dessa transformação tão rapida, a que ninguem ainda se habituara, mas que era a consequencia do movimento da opinião paulista. O proprio Rodrigo Silva parece participar desse sentimento e as mãos lhe tremem enquanto lê o papel de que é portador. As suas ultimas palavras, porem, ja mal são ouvidas. Uma tempestade de applausos, de acclamações, rebôa na camara e transmite-se á rua, donde vem agora, renovada em repercussões que não cessam. O ministro desce ás bancadas e as ovações continuam.

Quando se faz silencio começa a falar Joaquim Nabuco, mas apenas para requerer que seja nomeada uma commissão especial de cinco membros, incumbida de dar parecer ácerca da proposta. Momentos depois o parecer é apresentado e o seu relator, Duarte de Azevedo, ministro com Rio Branco em 1871, declara que « a commissão está convencida de que não é possivel retardar um só momento a longa aspiração do povo brasileiro » e por isso requer dispensa de impressão e urgencia para que a materia entre na ordem do dia seguinte.

O regimento prescrevia o prazo de vinte e quatro horas para que as commissões se reunis-



sem com tempo de ouvir os interessados em cada assumpto. E' nesta disposição que se basêa Andrade Figueira para oppor-se ao requerimento. Vendo perdida a batalha final, dir-se-hia que elle quer que ao menos se respeitem as leis da guerra. Por mais antipathica que possa parecer a extranha figura desse homem, de pé, quase sósinho no meio dessa agitação, dessa ancia de triumpho dos que o vão vencer depois de dezeseite annos de resistencia, sem desfallecimento, ninguem lhe poderá negar uma coragem, uma devoção, uma energia, dignas da admiração de quantos sabem defender uma idéa. Uma das qualidades mais sympathicas aos espiritos que prezam a tolerancia é a audacia dos que ousam enfrentar as multidões nos momentos em que ellas são dominadoras, ás veses aggressivas e até tyrannicas. Figueira affronta a multidão que enche a camara : « a majestade daquelle recinto fôra convertida em circo de cavallinhos pela invasão de pessoas que lhe eram extranhas ». E' uma allusão ao Polytheama, onde habitualmente se realizavam os comicios abolicionistas. O proprio Nabuco reconhece a grandeza daquelle resistencia e chama a Figueira « coração de bronze ». Por fim ella era apenas um protesto vão. Diz Nabuco que os interessados são todos os senhores de escravos, a quem não é possivel esperar de Barra Mansa e Parahyba do Sul, e alem disso a disposição



do regimento não se refere ás commissões especiaes. Figueira replica que o regimento não distingue. A camara, porem, concorda com Nabuco e approva o requerimento Duarte.

No dia 9 Figueira faz um grande discurso de opposição e depois de ouvir mais dois oradores a camara resolve encerrar a discussão e vota o projecto por 83 votos contra 9. Com dispensa de todos os tramites regimentaes a redacção fica votada para a sessão de 10, na qual o projecto é definitivamente approved e remetido ao Senado. A impaciencia é tal que só dois oradores logram ser ouvidos, apesar de acolhidos na tribuna aos gritos de « votos! votos! », deante dos quaes tres, que se acham inscriptos, desistem da palavra. Sob proposta de Nabuco, a sessão é suspensa, « em consagração daquelle dia memoravel ».

No Senado a marcha do projecto participa do mesmo aqodamento. Dantas requer que seja nomeada uma commissão especial, que se reúne immediatamente e cujo parecer a assembléa fica esperando. Sem ser pronunciada uma palavra de discussão, esse parecer é approved e dispensado dos tramites regimentacs é dado para a ordem do dia 12, quando então Cotegipe pronuncia um discurso, destinado a ter grande repercussão. A 13 são realizadas as ultimas votações emquanto a princeza, que descera especialmente de Petropolis, espera no paço da cidade o autographo da



lei, que lhe é apresentada por uma comissão do senado, sendo Dantas relator. Paulino assignala o facto « para todo o tempo ser memorado nos annaes do nosso regimen parlamentar » e procura encurtar o seu discurso « para cumprir o seu dever de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta jerarchia ».

Repetem-se no senado as mesmas scenas da camara, os applausos ruidosos das galerias, que repercutem na rua, o recinto invadido por extranhos, os membros da Confederação Abolicionista trazendo coroas para Dantas e João Alfredo. Esse entusiasmo transborda pela cidade inteira, principalmente nos quarteirões centraes, onde musicas, dansas ao ar livre, illuminações, embandeiramento, prestitos, discursos, traduzem uma alegria como talvez nunca houvera assim. Durante dez dias a cidade vive em festas e dizem os velhos que nem por ocasião da maioridade nem á chegada da imperatriz nunca houve brilho igual.

Em ambas as camaras os poucos oradores que lograram pronunciar-se foram dos mais autorizados e quase todos confessaram que o ministerio encontrara feita a abolição. O Sr. Lourenço de Albuquerque, que era o homem de maior valor da dissidencia, declarava-se vencido e reconhecia que toda resistencia ja seria improficua e que o ministerio seria composto de loucos se tentasse oppor-se á onda. Vencido tambem se dizia Paulino,



conforme cuja opinião não era preciso muito atilamento para comprehender que quando se retirou o gabinete Cotegipe e formou-se o gabinete João Alfredo, a abolição estava feita, pois que a realza se associara á propaganda abolicionista. No seu entender o transitio pressuroso que tivera o projecto era apenas « uma apparencia de legalidade », que se queria dar a « uma medida na concepção e no alcance francamente revolucionaria ».

Cotegipe foi categorico neste sentido : « Tal foi a propaganda, tal a precipitação dos acontecimentos que venho aqui confessar e dizer que o ministerio actual não tinha outra cousa para fazer e cumpre que quanto antes isto se realizez. » No entender de Cotegipe foi o Sr. Antonio Prado quem deu o golpe de morte na escravidão com a assembléa dos fazendeiros paulistas e a proclamação do principio de que a força publica não podia capturar escravos fugidos nem as autoridades deviam prestar apoio aos proprietarios. « Portanto », concluia Cotegipe, « a extincção da escravidão não é mais do que o reconhecimento de um facto ja existente. »

Estas palavras foram pronunciadas no famoso discurso de 12 de maio, em que elle citou a notavel oração proferida na Bahia, dias antes, pelo Sr. Ruy Barbosa e na qual o futuro ministro do governo provisorio declarava que commettendo a



empreitada da abolição ao partido reactor, a coroa descarregava candidamente um golpe republicano nos seus proprios interesses. Tambem o Sr. Ruy Barbosa era de opinião que a regencia « apenas abrirea os olhos á luz meridiana e deixara de chicanar com os factos consummados ». Esta foi aliás a opinião que elle sustentou em 1889 no « Diario de Noticias », em celebre polemica com Ferreira de Araujo. Cotegipe tirou grande partido das palavras do Sr. Ruy Barbosa, cujas ligações politicas com o senador Dantas cram a esse tempo as mais intimas. Sem tornar muito preciso o seu pensamento, elle deixava entrever que se assustava da republica. Tanto o senado entendeu assim, que Jaguaribe lhe deu este aparte, recebido com apoiados : « Tenhamos fé nas instituições ; se ellas valem alguma cousa, não ha-de ser por falta de escravos que hão-de cahir ». Cotegipe dissera : « A verdade é que ha de haver uma perturbação enorme no paiz durante muitos annos, o que não verei talvez, mas aquelles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão. Se me engano, lavrem na minha sepultura este epitaphio : O chamado no seculo barão de Cotegipe, João Mauricio Wanderley, era um visionario. »

Foi justamente relembrando estes conceitos que o Sr. João Alfredo nos disse que lhe irrogaram



a facilidade do triumpho para diminuir-lhe o merito da tarefa. Aliás, em vista da dedicação com que a camara arrastara a impopularidade para sustentar a resistencia, elle não esperava obter a quase unanimidade que consagrou o projecto. Ainda hoje, quanto mais olha para traz e mede a responsabilidade que assumiu, mais tranquillo fica do acerto do seu proceder. Nos regimens representativos o merito dos estadistas, no que concerne ás reformas, consiste exactamente em conhecer o estado da opinião publica e segui-la. Nem por se ter opposto á lei dos cereaes, Roberto Peel, perfilhando-a depois, deixou de revelar comprehensão do dever. Resistir cegamente é ser obstinado e não é assim que deve proceder um conservador do liberalismo constitucional.

Mais tarde, quando cessaram as aclamações da victoria, que eletrizaram a capital, e propagaram-se como ondas de enthusiasmo altruistico na atmospheria de todas as provincias, a calma foi lentamente voltando e a politica e os interesses feridos começaram a inverter as correntes do sentimento publico, buscando assustar a nação com as consequencias do acto, que então já era considerado irreflectido. Uma vez disse a princeza ao Sr. João Alfredo :

— Veja se ha meio de contentar os fazendeiros. Elles queixam-se tanto...

Era então o momento em que Cotegipe, secun-



dados pelo Sr. Lafayette, pregava no senado a conveniencia da indemnização ¹.

Quando o imperador chegou, o presidente do conselho procurou colher-lhe as impressões. Notou logo, a bordo, que elle o abraçava. Era bom signal. Depois sempre o viu contente e dizendo que se tinha feito o que se devia fazer. Só uma vez, em momento de desanimo, declarou, ao contrario, que « se estivesse aqui talvez não se tivesse feito o que se fez ».

Em setembro de 1888, quando se ia encerrar o parlamento, o chefe do gabinete apresentou ao imperador a fala do throno, que devia ser lida. No topico em que se alludia á lei de 13 de maio, intercalou sua majestade, com a sua letra, no original que o Sr. João Alfredo ainda possui, estas palavras significativas: «... euja deeretação tanto me consolou das saudades da patria, minorando os meus soffrimentos physicos. »

Não podia haver nada de mais pessoal. Assistindo á leitura destas palavras, a princeza acoheu-as como o unico elemento de tranquillidade que lhe faltava:

— Fico muito contente que a lei de 13 de maio tivesse esta ultima sancção.

¹ Causou escandalo nessa epocha que para justificar a indemnização o Sr. Lafayette tivesse citado a opinião de Machiavel, de que os homens perdoam mais facilmente a quem lhes mata os pais do que a quem lhes rouba a fortuna



QUINZE DE NOVEMBRO

I.

A CONSPIRAÇÃO

« Venha já ». Dizia simplesmente assim um telegramma de S. Paulo, com a assignatura de Campos Salles e recebido em Campinas pelo Sr. Francisco Glycerio, poucos dias antes da proclamação da republica.

O telegramma ia encontrar o destinatario no seu escriptorio de advogado, uma hora mais ou menos antes da partida do trem. Num momento elle entreviu que alguma cousa grave teria occorrido em politica. Os republicanos paulistas andavam alvoroçados e já chegavam a S. Paulo informações de Aristides Lobo ácerca do rumo que as cousas iam levando no Rio.

Sem tempo para chegar á casa, que era afastada da cidade, o Sr. Glycerio pediu pelo telephone roupa para oito dias e annunciou á esposa uma viagem de interesse profissional, talvez á Barra



Mansa, querendo justificar com esta hypothese a marcha em direcção ao Rio. O trem partia para S. Paulo.

Poucas horas de distância separam as duas cidades. Por maiores que fossem os seus sonhos e ambições, aquelle homem, perdido em conjecturas, não poderia prever, apesar da sua audacia, o papel decisivo que os acontecimentos lhe reservavam num futuro tão proximo. No estreito circulo do seu partido já o consideravam chefe. Outros teriam maior nome, maior cultura, mais eloquencia, mais recursos para garantir-lhes a independencia; nenhum, porem, o excedia em actividade, em tacto, em aptidão para organizar o partido. Da mais modesta situação pessoal, « rabula da roça », como o chamavam para deprimil-o, elevava-se até ser considerado a maior influencia eleitoral do seu districto e chegara á assembléa provincial numa patrulha de correlligionarios. Quando a propaganda augmentou e as esperanças pareceram mais vivazes, pensou em distender o olhar, ver alguma cousa alem do campanario e verificar por si se as forças que poderiam existir mais longe, no ponto em que a resistencia poderia ser decisiva, eram ou não animadoras para o bom exito da republica, cuja proclamação constituia o sonho de tantos visionarios. Foi então ao Rio da Prata e viu todo o sul, principalmente o Rio Grande.



A irritação militar tinha chegado ao extremo durante o ministério Ouro Preto e os homens de acção do partido não hesitavam em augmental-a, aprofundando por todos os meios as dissensões entre o governo e os officiaes, certos de que só dahi a republica poderia surgir depressa e segura. O Sr. Glycerio era desses; formara entre os « homens praticos », que aceitavam todas as soluções para o triumpho. Mas quando o trem se afastava daquellas terras onduladas, cobertas de cafezaes, deixando para longe a casa, o escriptorio do rabula, a intriga eleitoral, o jornalzinho de propaganda, mal imaginava elle que o triumpho estava tão perto, que um novo campo de acção se ia abrir ao seu talento e á sua audacia e que em poucos annos chegaria a dispor sósinho do mando supremo, enfeixando nas mãos, embora nas dobras de uma creação artificial, todas as forças politicas da republica, o governo, o congresso, os governadores de Estado, que um dia o deveriam abandonar de chofre, deixando-o immerso na mais profunda desillusão, mas certamente esclarecido quanto ao valor das influencias fallazes do novo regimen, que tantas vezes cegam os homens.

Quinze annos depois ¹, com a cabeça toda branca, do novo theatro onde os acontecimentos o trouxeram, os seus olhos podem voltar para

¹ Foi em 1904 que ouvimos o Sr. Glycerio.



esse passado vizinho, com a tranquillidade de uma testemunha, e outra vez afundar até essa tarde de incertezas e presentimentos, em que o trem vinha de Campinas, deixando as terras onduladas e os cafezaes já despojados de fructo.

Realmente o senador de hoje, conservador, defensor da constituição e da ordem publica, contou-nos as peripecias em que se envolveu desde a tarde em que chegou a S. Paulo. Ahi o aguardavam Campos Salles e o Sr. Bernardino de Campos, que o poseram ao corrente das noticias mandadas por Aristides Lobo. A noite passou-se na confecção de um codigo de letras para as communicações que se iam estabelecer e em combinações ácerca do que seria preciso fazer em S. Paulo, se houvesse no Rio o movimento esperado.

Campos Salles tinha na maior conta o valor de Americo Brasiliense, a quem considerava uma especie de pontifice entre os republicanos paulistas. Foi idéa sua que devia ser elle o governador do Estado, e assim ficou combinado, bem como que seria substituido por Prudente de Moraes se fallhasse, como fallhou, a sua acquiescencia. Quando Campos Salles lhe foi falar, Americo Brasiliense achou que era loucura o que se estava tramando ¹.

¹ Recebida a carta de Aristides Lobo, sem perda de tempo Campos Salles reuniu os seus correligionarios



No dia seguinte, cêdo, o Sr. Glycerio deixava S. Paulo e á noite estava no Rio, onde Joaquim Pernambuco o aguardava na estação da estrada de

de maior responsabilidade e pol-os ao corrente de tudo, entendendo que deviam designar desde logo o homem que devesse assumir o governo de São Paulo, uma vez que fosse proclamada a republica. No seu entender o escolhido devia ser A. Brasiliense. A proposta foi combatida por considerarem alguns quase inocua a acção do indicado, naquelle momento da propaganda. Campos Salles insistiu, mostrando que a moderação de Americo teria a vantagem de tranquilizar os adversarios quanto aos intuitos dos republicanos, interessados em assegurar-lhes todas as garantias. A proposta foi approvada e o proponente encarregado de comunicar a indicação ao escolhido. Mas Americo nem deu tempo a Campos Salles de bem referir-lhe o que estava occorrendo; declarou em nada acreditar e não confiar no testemunho de ninguem. Na reunião que se seguiu com os outros republicanos, Campos Salles occultou essas circumstancias e declarou simplesmente que não era possível contar com aquelle correligionario para o posto que lhe tinha sido designado. Propoz, em substituição, Prudente de Moraes, que se achava em Piracicaba e foi unanimemente acceto. No dia 15 de novembro, quando chegaram as primeiras noticias do Rio e muita gente enchia as ruas dando vivas á republica, Campos Salles convidou a Prudente para irem juntos á casa de Americo. Foram, mas Americo não lhes appareceu, como não appareceu a ninguem até o dia 17, quando partiu para o Rio Campos Salles, que assim nos narrou essas occurrencias. Isso explica talvez porque, ao contrario de todos os republicanos paulistas em evidencia, Americo não repre-



ferro. Evitando maior conversa, Pernambuco indicou-lhe a meia voz um carro de praça e deu-lhe o endereço de Aristides Lobo, na rua Senador Vergueiro, esquina da travessa Cruz Lima, onde era esperado.

Aristides communicou-lhe o trabalho feito e avisou-o de que a 10 ou 11, de noite, devia ir com elle a uma conferencia decisiva com o marechal Deodoro, em casa deste, no campo de Sant' Anna. A' hora marcada chegou o Sr. Glycerio. Lá estavam Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Benjamim Constant, Solon, Cantuaria e o Sr. Ruy Barbosa. Iniciou-se a conversa. Benjamim Constant fôra autorizado a 9, no club militar, pelos camaradas com quem contava, a decidir qual a solução que os acontecimentos deveriam ter. Deodoro hesitava e havia muito tempo que o conciliabulo proseguia sem que elle proferisse a palavra definitiva, se encabeçaria ou não o movimento para proclamar a republica. Na sua opinião a questão era simplesmente militar e bastava ao exercito derrubar o ministerio.

Devia haver uma grande fé no valor daquelle homem, considerado assim o arbitro da situa-

sentou nenhum papel até a constituinte, vindo apenas a apparecer como governador de S. Paulo, após a demissão do governo provisorio e por occasião do golpe de Estado de 23 de novembro.



ção, para ser disputada com tal insistencia, naquelle momento, a cooperação da sua espada. Parcia que só elle poderia conduzir á victoria; que elle era antes uma bandeira, um signal de triumpho, que um homem para ir combater. Atirado num sofá, esvolto num « chambre », sem poder vestir-se, o peito arfava nas ancias de uma dyspnéa horrivel, que ás vezes o privava de falar. Aquella vida poderia fugir de repente ou, pelo menos, aquelle braço tremer por instantes, incapaz de commandar; dir-se-hia, porcm, que enquanto luzisse aquelle olhar e aquelle perfil dominador passasse ante os soldados, correria nas fileiras o fremito de uma seducção irresistivel e ninguem deixaria de segui-o.

Mais que outrem, Benjamim Constant assim pensava. Por maior que fosse a sua confiança nos elementos aggremiados, sentia que o golpe era incerto; era preciso uma grande audacia e sobretudo um grande prestigio deante da tropa para arcar contra sessenta e sete annos de tradições monarchicas e quase cincoenta annos de reinado. Por maior que fosse entre os officiaes a irritação contra o ministerio, por menos fortes que parecessem as probabilidades da successão dynastica, conferida a uma princeza, comtudo elle calculava quanto custaria decidir todo o exercito e toda a marinha a se entregarem inteiramente ao commando de um chefe revoltado. Se fosse impossivel



evitar a lucta, hypothese que entrava muito nos calculos, a capacidade e a influencia do commandante subiriam de ponto. Benjamim Constant tinha muito bom senso, estava acostumado a raciocinar e era fundamentalmente calmo. Por maior que fosse no momento a sua exaltação revolucionaria, elle não se podia enganar quanto ao conhecimento dos homens e avaliava na medida justa o valor decisivo dos predicados que só em Deodoro julgava encontrar; bem sabia que não bastava agitar, reunir em torno do seu nome devoções e esperanças, encarnar principios, representar idéaes. Naquelle instante era indispensavel uma espada numa mão acostumada a commandar e vencer. Benjamim Constant não desesperava. Embora a palavra não lhe fosse habitualmente viva, teve de repente um verdadeiro rasgo de eloquencia, exhortando Deodoro e concitando-o a proclamar a republica. Quando elle se calou, disse o marechal pausadamente: « Eu queria acompanhar o caixão do imperador, que está velho e a quem respeito muito. » Depois accrescentou, passando e repassando o dorso de uma mão contra a palma da outra : « Elle assim o quer, façamos a republica. Benjamim e eu cuidaremos da acção militar; o Sr. Quintino e os seus amigos organizem o resto. »

Todos entreviram um signal de victoria e já então se começou a falar de governo novo,



como se ella fosse certa. Deodoro interveio para declarar: « Eu quero ser ministro da guerra, seja Benjamim o chefe do governo. » Este foi o primeiro o protestar e com elle todos os companheiros; a ninguem, se não ao marechal, cabia aquelle posto. Deodoro insistia: « Não; seja então o Sr. Quintino. » Nova recusa, igualmente formal. Por fim era tão grande a insistencia e tão calorosa a unanimidade, que Deodoro accceitou o papel que lhe destinavam.

E' curioso que só então tenha surgido a preocupação de uma difficuldade séria, de um perigo talvez. Benjamim Constant mostrou-se apprehensivo quanto á posição de Floriano Peixoto, que, por seu cargo e influencia como militar, poderia constituir grave resistencia ao movimento. « Não ha difficuldade », atalhou Deodoro; nas questões militares, sempre que abordei Floriano, elle declarou-me logo que não se metteria em cousa alguma para derrubar ministerios. Uma vez, porem, pegando com dous dedos no botão da farda, accrescentou: « Seu Manoel, a monarchia é inimiga disto; se fôr para derrubal-a estarei prompto ». « Já vêm os senhores, concluiu Deodoro, que quem falava assim ha de acompanhar-nos. » Combinou-se então que Benjamim Constant procuraria entender-se com Floriano Peixoto e fazel-o vir conversar com Deodoro.

Era urgente, porem, tratar de escolher a op-



portunidade da acção, o dia conveniente ao desferimento do golpe. A 20 devia abrir-se a assembléa geral no paço do senado, onde se tinham de reunir a familia imperial, o ministerio e os representantes da nação. Planejou-se que nesse dia as tropas rebelladas cercariam o senado, prendendo a familia imperial e o ministerio. Era o principal; o resto viria depois.

No dia seguinte, em casa de Aristides Lobo, reuniam-se este, Bocayuva e o Sr. Glycerio para organizar o governo. As pastas ficaram distribuidas como depois aconteceu, menos a da marinha. Aristides Lobo e Bocayuva entendiam que o Sr. Glycerio devia ser o ministro da agricultura. Foi deante da sua recusa, baseada em que era indispensavel contemplar um rio-grandense, que os seus companheiros o dispensaram. Elle lembrava o Sr. Demetrio Ribeiro, enquanto os outros indicavam Julio de Castilhos ou o Sr. Assis Brasil. Predominou o nome do Sr. Demetrio, que o Sr. Glycerio conhecera no Rio Grande, apontado *primus inter pares* sem discrepancia de opiniões.

Nesta occasião lembraram-se todos com grande saudade de Francisco Belisario, cuja preciosa cooperação tinham como certo obter. Interrogado quanto aos fundamentos desse conceito ácerca do finado estadista, referiu-nos o Sr. Glycerio que desde 1888 tinha a segurança desse auxilio. Seu irmão, Jayme de Miranda, já fallecido, estava



nessa epocha numa estação de aguas, onde encontrara F. Belisario e o bispo de S. Paulo, D. Lino, de ambos sendo amigo. D. Lino, que era republicano, preveniu a Jorge de Miranda que Belisario « era dos nossos ». Não tardou que se entendessem e Jorge de Miranda ouviu do senador do imperio as mais categoricas declarações. Nada mais o prendia á coroa a não ser a sua dedicação pessoal a Paulino de Souza, seu primo e chefe politico; esperava, porem, vencer as delicadezas dessa situação e caminhar para a republica ¹.

Nessa reunião em casa de Aristides Lobo tratou-se da situação especial de Silva Jardim, cujas desavenças com Quintino Bocayuva se tinham

¹ O ministerio sete de junho tratou de agradar de modo especial a Francisco Belisario. Disse-nos o visconde de Ouro Preto que não desconfiava que elle tivesse inclinações republicanas; desconfiaria antes de Paulino de Souza. Procurara distinguir Belisario, porque era este o conservador que mais temia. Foi assim que logo nos primeiros dias de julho o nomeou conselheiro de Estado, cargo que elle aceitou, e em carta de 20 de setembro convidou-o para uma missão especial a Montevidéo com o fim de negociar com a republica do Uruguay uma convenção « que puzesse cobro ao grande contrabando na fronteira e obtivesse redução de direitos para varios generos da nossa producção, mediante concessões razoaveis ». A nomeação só não se effectuou, por que Belisario falleceu quase subitamente no dia 24. Tudo isso parece mostrar que elle já se tinha reconciliado com a monarchia.



tornado publicas. Ficou deliberado que nada lhe seria communicado, devendo porem o Sr. Glycerio avisar o Sr. Sampaio Ferraz, escolhido para futuro chefe de policia e intimo amigo do ardente propagandista. « E Silva Jardim ? » inqueriu o Sr. Sampaio Ferraz. O Sr. Glycerio informou-o do que tinha sido resolvido ; mas tão grande foi a insistencia do seu amigo que acabou deixando-lhe a responsabilidade exclusiva de communicar ou não o que acabava de ouvir. O Sr. Sampaio Ferraz, por fim, guardou o segredo e só na manhã de 15 de novembro, pela bocca do Dr. Hilario de Gouvêa, que era seu vizinho e voltava cêdo da cidade, soube Silva Jardim do que se estava passando.

— Mas por que essa reserva com um homem que tanto fizera pela propaganda republicana ?

— As divergencias de Jardim com Quintino eram muito vivas, respondeu o Sr. Glycerio, e a sua cooperação poderia trazer difficuldades á organização que projectavamos ; ao demais elle era muito impetuoso e receiavamos que o seu proprio ardor fosse inconveniente, num momento em que eram precisos união e espirito conciliador.

Emfim, a 15 de novembro tudo concorreu para o triumpho ; mas á tardinha ainda muitos republicanos andavam inquietos, na ausencia de um acto positivo que proclamasse a republica. De bocca em bocca passavam confiden-



cias, receios de uma desillusão. Dizia-se que depois do facto consummado os chefes do movimento militar tinham encarado a gravidade da situação e hesitavam em arcar com as responsabilidades de uma subversão do regimem. A manifestação da camara municipal nada valera se fosse essa a realidade. Nessas condições o Sr. Glycerio, que continuava na rua do Ouvidor, foi reunindo os que appareciam e todos dahi partindo á frente de muita gente dirigiram-se á casa de Deodoro. Lembra-se o Sr. Glycerio que entre os seus amigos iam os Srs. Alberto Torres e J. A. Magalhães Castro. Foi este quem falou em nome dos presentes, dcante de Benjamim Constant, que apparecera á janella. Era intuito dos republicanos provocar declarações e a resposta de Benjamim vinha justificar as apprehensões que elles nutriam. Este não fez nenhuma affirmação categorica e chegou a declarar que o novo governo consultaria em tempo a nação para que esta decidisse dos seus destinos ¹.

¹ Esse depoimento está de accordo com o do visconde de Ouro Preto, o qual declara que quando o general Deodoro lhe falou no quartel general annunciou que « ia levar ao imperador a lista dos novos ministros ». Não ha duvida, porem, que desde algum tempo o espirito de Deodoro se estava inclinando para a republica. Em carta que escreveu ao Sr. Lucena, durante o ministerio Cotegipe, dizia elle que recusara a candidatura senatorial pela Côrte,



Logo á noite, porem, o Sr. Glycerio estava tranquillo ácerca dos resultados da jornada. No instituto dos cegos, de que Benjamim era director, reuniram-se então os maioraes do dia e começaram a ser expedidos os actos preliminares de organização. Coube-lhe ir com o Sr. Rodolpho de Abreu levar ao marechal Deodoro os primeiros decretos para assignar. Lembra-se que ao ler o que nomeava o ministro da agricultura, Deodoro perguntou : « Quem é este ? » O Sr. Glycerio explicou, exaltando a proeminencia do Sr. Demetrio entre os correligionarios do Rio Grande. « Lá só conheci Castilhos, Assis Brasil e Ramiro ; mas vá lá », concluiu o marechal.

Nesse momento o triumphador do dia continuava arfando, dyspneico. Ainda hoje, referindo essas peripecias, o Sr. Glycerio lembra como uma

que lhe fôra proposta por Q. Bocayuva, porque não queria emprestar o seu nome para lemma de combate contra a monarchia, pois era sustentador do throno ; acrescentava entretanto já receiar que um dia pudesse chegar a todos os extremos, até a republica e principalmente até a abolição, pois o governo não devia empregar o exercito, como estava fazendo, em caçar escravos fugidos. Outro conspirador, de procedencia monarchica, que algum tempo antes de 15 de novembro tambem já se voltava para a republica, era o Sr. Ruy Barbosa. Em carta escripta ao senador Dantas a 2 de maio de 1889, escrevia elle : « Da republica disto apenas uma linha. Já disse a v. ex. que só a sua amizade me tem detido. »



maravilha a energia desse organismo, minado por uma doença tão funda e reerguendo-se de subito para uma acção tão prolongada e agitada. Na tarde de 14, bem se recorda, ia com Aristides Lobo pelo largo de S. Francisco, quando viu Benjamin Constant descer de um bonde. Estava desolado; um grande abatimento no semblante revelava a perturbação do seu espirito. « Venho da casa de Deodoro, disse elle. Creio que elle não amanhece e se elle morrer a revolução está gozada. Os senhores são civis, podem salvar-se; nós, militares, arrostaremos as consequencias das nossas responsabilidades. » Despediram-se contristados e Aristides Lobo e o Sr. Glycerio foram dormir a bom recato.

De manhã, o moribundo da vespera, aos olhos do Sr. Glycerio, parecia um redivivo.



II

A SEDIÇÃO MILITAR

Quatorze annos apenas. Ainda estão de pé quase todos os personagens desse dia de hontem, embora já hoje falem os tres que tiveram influencia decisiva no desfecho dos acontecimentos. A atmospheria ainda não está limpida, para que a luz da historia possa atravessal-a em todo o esplendor. As paixões, os resentimentos, as vaidades, os ciumes e as ambições enchem ainda o espaço, de onde a verdade um dia talvez possa surgir.

E' tão longo o processo da historia, que apenas é tempo para colher o depoimento das testemunhas. Como é muito raro o habito de escrever memorias, convem despertar reminiscencias ¹. No ardor do primeiro embate, sob o calor da victoria ou a desolação da derrota, o espirito é irresistivelmente arrastado num turbilhão de impressões muito vivas. Os homens falam como em pleno

¹ Este foi o primeiro dos artigos que publicámos sob o titulo « Reminiscencias » e appareceu a 15 de novembro de 1903.



theatro, sob a influencia do drama que representaram. Parece que a scena ainda não mudou, que os comparsas ainda estão presentes e que toda a acção se desenrola e agita, apaixonando a multidão de espectadores.

Quantos factos o tempo arrastou na sua corrente incessante... Por ella passaram decepções e desalentos, esperanças desfeitas e vaticinios confirmados, e vendo a corrente rolar, fugitiva e veloz, uns choraram de saudade, outros riram triumphantes.

Foi scismando assim, que nos approximámos de um dos grandes personagens desse dia, cujo vulto caracteristico, na mesma data, em 1889, apparecia em relevo nos lances rapidos de um drama politico com cujo desenlace elle não contava.

A figura do imperante ia-se apagando lentamente no declinio da velhice; para suppril-a surgia pouco e pouco um perfil indeciso, em que a nação receiava a debilidade feminina, e entre os dous, como uma expressão, de força, intelligencia, ambição de governo, levantava-se esse homem de vontade, que já apontavam como uma aspiração de chancellor, querendo preparar o advento de um reinado novo e sobre elle imperar como o seu obreiro victorioso.

Nem um dia foi preciso para que mudasse o scenario. Deante de uma sedição, pela madrugada



as tropas ainda se moveram ás suas ordens, ainda algum tempo parecia que iam obedecel-o e á tarde, entre lusco e fusco, o tinham preso num quartel. Depois o desterro, um manifesto á nação e a volta ao paiz, alguns signaes de reacção viva, a pureza da fé e a placidez da vida profissional em um escriptorio de advogado.

Foi ali que pela primeira vez e durante mais de duas horas, conversámos com o visconde de Ouro Preto. Entendia elle que tudo quanto nos poderia referir desde 1890 já estava publicado no seu livro ácerca do « Advento da Dictatura Militar no Brasil. »

Mas lhe ponderámos que ainda havia muito assumpto curioso em tudo quanto concernia aos antecedentes da revolução e á ascenção do gabinete 7 de junho ao poder. Lembravamo-nos, por exemplo, que falando no senado, Saraiva dissera que chamado pelo imperador, antes de Ouro Preto, mostrara a sua majestade os progressos da idéa republicana e encarecera a conveniencia de fazer a federação. « Sr. Saraiva, o senhor sabe que eu nunca fui obstaculo ás idéas adeantadas. » Foi esta a resposta do imperador ao velho chefe liberal. Porque então o chefe do gabinete que se organizou não seguiu esse caminho ?

— Em primeiro lugar, respondeu-nos o visconde, porque eu achava que a federação seria um erro e os factos me estão dando razão. Tinha



ficado assentado no congresso liberal, a cuja convocação aliás sempre eu fôra infenso, que ao primeiro organizador de gabinete ficaria livre, conforme as circumstancias aconselhassem, optar entre a federação e a autonomia das provincias, nos termos votados pelo mesmo congresso. Ao demais, na minha conversa com o imperador disse-me sua majestade que Saraiva não lhe falara na federação; nem eu falei ácerca da propaganda republicana.

Lamentámos então que o visconde não tivesse em tempo contestado a affirmação do seu collega.

— Lembra-se bem que essa declaração de Saraiva tenha sido feita no dia da apresentação do ministerio? E' possível que sim; mas o senhor comprehende que, ainda que assim fosse, não me convinha perder desde logo as suas boas graças ¹.

¹ Falavamos com auxilio da memoria por termos assistido á apresentação do ministerio no senado e na camara. Pode ser que, de facto, em parte estivessemos enganados. Pelo que consta dos annaes, disse o Saraiva ter declarado ao imperador que lendo os trabalhos do congresso liberal se tinha inclinado ao voto em separado. Acrescentou que não tratara da federação porque, como era entendida, ella se continha nesse voto em separado. Em summa queria os senadores e presidentes de provincias escolhidos por estas, sem cooperação alguma do governo. « Então sua majestade tornou-me », concluiu Saraiva: « O senhor sabe melhor que ninguem que eu nunca fui embaraço á vontade da nação, expressamente manifestada ».



Recordando-lhe nós que nesse tempo se tinha dito que Saraiva declarara não ter organizado ministerio por ter achado o terreno preparado para outrem, o visconde promptamente respondeu:

— Balelas. Se o imperador não creava difficuldades nem á federação, o Saraiva estava livre para organizar. A verdade é que elle não queria os precalços de iniciar uma situação, tarefa que tanto estragava um gabinete. Depois a successão lhe seria suave. Elle fugiu de referir-me o que se tinha passado na sua conferencia com o imperador; telegraphou-me que eu subisse pela barca e ao mesmo tempo desceu pelo trem do norte, de modo que nos desencontrámos e eu cheguei a Petropolis sem nada saber.

Nesse ponto alludimos á escolha dos ministros, recordando que se attribuiu a preferencia de certos nomes á intervenção da princeza e do principe consorte.

— Méra invenção, acudiu o visconde. Eu nunca fui aulico; rarissimamente fui ao paço e sempre por dever; só uma vez tive convite para um baile no palacio da princeza. Era de estylo que os organizadores de gabinete, depois de aceita a incumbencia, fossem apresentar os seus respeitos á herdeira do throno e eu submetti-me a essa regra. Antes de subir a Petropolis tinha conversado na *Tribuna Liberal* com varios amigos e a todos mencionei muitos nomes



dos que poderiam constituir o ministerio. Cheguei até a pensar em um conservador, para a pasta da agricultura, o Sr. Taunay, a quem sondei e que não acquiesceu ao meu desejo. O Sr. Maracajú era dos meus escolhidos. O imperador não fez objecção a nenhum dos nomes a que me referi, inclusive o do Sr. Ruy Barbosa. A surpresa que causou a escolha do Sr. Ladario foi devida á circumstancia de só lá em cima me ter decidido por elle. O homem de quem primeiro me lembrei foi Saldanha da Gama, apesar de ser então apenas capitão de fragata ; mas elle estava nos Estados-Unidos e, urgindo o tempo, eu não dispunha ¹ em Petropolis de codigo para telegraphar-lhe ; mandei então convidar o Sr. Elisario Barbosa, com quem tinha muito boas relações pessoaes, e s. ex. recusou, sob o fundamento de

¹ Mais de uma vez o visconde de Ouro Preto referiu-nos o seu desejo de convidar Saldanha para ministro e por isso a elle ainda alludimos nas « Reminiscencias » ácerca da vida do almirante, que publicámos no « Jornal do Commercio » por occasião de serem trasladados para o Rio os seus restos mortaes. Conversando, porem, connosco a esse respeito, disse-nos o Sr. Jaceguay que não sabia como explicar as declarações do visconde, pois que Saldanha se achava no Rio em junho de 1889. Realmente verifiquei que foi o barão do Ladario quem por aviso do mez de agosto desse anno o nomeou para representar o Brasil no congresso marítimo internacional de Washington, commissão em cujo desempenho se achava a 15 de novembro.



que não era homem de tribuna e por isso não poderia ser ministro parlamentar. Quando a sua resposta chegou, pedi inspirações ao almanach da marinha e decidi-me pelo companheiro que escolhi. Os liberaes estavam de accordo que vinha entregar as pastas militares aos militares. E' verdade que tomando essa resolução me inspirei no estado de indisciplina das classes armadas, a qual já vinha do manifesto Pelotas-Deodoro, chamado « manifesto dos dois generaes » ; do comicio militar do Recreio Dramatico, presidido pelo general Deodoro ; da demissão do chefe de policia Coelho Bastos, dada a pedido, mas sob evidente pressão militar.

Referiu-nos então Ouro Preto que o proprio Saraiva, que mais tarde d'elle dissentiu, apoiou esse alvitre, dando parabens por carta a Ladario e dizendo que sempre achara conveniente a idéa de nomear ministros militares.

E' curiosa a revelação, que nos fez o visconde, da causa a que attribue as maguas de Saraiva, a quem respeitava e a cujas indicações sempre attendera. Quando chegou a ultima lista triplice da Bahia, declarou-lhe o imperador que desejava escolher o Sr. Guahy. Ouro Preto surpreendeu-se e ponderou que essa escolha seria uma prova de desatenção da coroa ao ministerio, que era de esperar não a pudesse supportar. Dias depois, inostrando ceder, o imperador declarou



que nesse caso escolheria o Sr. Carneiro da Rocha. Foi quando interviu o presidente do conselho, pugnando pela escolha de Ferreira de Moura, cuja causa, ainda no momento de deixar o Rio de Janeiro, Saraiva lhe confiara. Moura, além de ter sido ministro como os seus competidores, fôra presidente da camara e tinha-se consagrado á educação de alguns conterraneos, que haviam dado lustre á sua provincia. O imperador insistia, não atinando porque, tendo elle deixado de escolher o Sr. Guahy, que era conservador, o presidente do conselho persistia em ter preferencia por um liberal contra outro liberal.

Foi então que Ouro Preto revelou que também occorria em favor de Moura o manifesto desejo de Saraiva, cujo apoio o governo tanto desejava conservar. Não podendo subir á Tijuca no dia da escolha, ainda escreveu ao imperador, insistindo ácerca deste assumpto, e mandou-lhe a carta aberta pelo barão de Loreto, ministro do imperio, dedicado a Saraiva, para que este pudesse ter um testemunho da sua lealdade. O imperador escolheu o Sr. Carneiro da Rocha, e ainda que o ministerio quizesse resistir até o fim, não o poderia fazer, porque estava na vespera de lançar um emprestimo de cem mil contos.

Apezar da corrente republicana e da corrente federalista, que também começava a augmentar, contava Ouro Preto com o effeito das suas refor-



mas, considerando-as sufficientes para satisfazer as aspirações liberaes.

Perguntámos ao ex-presidente do conselho se elle não sentira que o maior perigo consistia no solapamento dos quartéis, continuamente feito pelos republicanos e monarchistas radicaes. Já uma vez o general Deodoro causara grandes perturbações ao governo, ferindo — mais do que *arranhando* — o gabinete Cotegipe. Attribuia-se a uma manobra habil de Thomaz Coelho tê-lo retirado para Matto-Grosso, sob pretexto de uma missão de confiança. Por isso sempre se extranhou que subindo ao poder em junho, o novo ministerio se tivesse apressado em mandal-o voltar ¹.

— Eu sabia que a tarefa com o exercito não seria facil, explicou-nos o visconde. Mas não fui imprevidente e procurei cercar-me dos elementos que mais confiança me inspiravam. Tinha em grande conta o general Floriano, que meu irmão, quando ministro da guerra, promovêra a esse posto; apreciava muito o general Enéas, em cuja

¹ Declarou o Sr. Lucena que naquella epocha se chegou a attribuir ao conde d'Eu a missão a Matto-Grosso, sendo certo que nos dois ultimos annos da sua vida Deodoro falava do principe consorte com pronunciada antipathia, ao passo que em relação ao imperador continuava a exprimir-se com grande veneração.



firmeza confiava; augmentei o corpo de policia com gente escolhida; comecei a organizar a guarda nacional. Todas essas medidas não eram contra o exercito, mas contra o espirito de insubordinação que no meio d'elle pudessee resurgir e para reforçar a sua acção na defesa das instituições ameaçadas. O senhor sabe que me attribuiram planos levianos de que nunca cogitei, como fosse o de dissolver-o. Tanta sympathia me merecia a carreira das armas que a ella entregara o meu segundo filho, então alumno do collegio militar. A retirada, para fóra da capital, de um corpo de infantaria, que tanto foi explorada, foi feita sob proposta do general Floriano, por conveniencia do serviço. Mas não foi só isso o que na epocha se me attribuiu. Disseram então que eu cheguei a excluir do baile da ilha Fiscal os officiaes do exercito. Veja esta carta do barão de Sampaio Vianna, organizador da festa, ao meu official de gabinete, e a lista de nomes que a acompanha.

A carta é de 8 de novembro e remette a relação, « copia da que hontem remetti ao Sr. general Peixoto », diz o signatario. Esta compõe-se de quarenta e cinco nomes, o primeiro dos quaes é o marquez da Gavea e o ultimo o capitão José Eulalio da Silva Oliveira. Entre os outros figuram os generaes Floriano, Deodoro, Niemeyer, José Clarindo, Rio Apa, Simeão, os coroneis Leite de



Castro, Teixeira Junior, Ribeiro Guimarães, Benjamim Constant, João Neiva e o major Pires Ferreira. A lista fecha com a seguinte nota : « E mais vinte convites em branco remetidos ao Sr. general Peixoto. »

— Porque mandei vir o general Deodoro... continuou o visconde. Era de praxe que todo o organizador de gabinete, logo que terminasse a sua missão, fosse procurar o seu antecessor e indagasse dos compromissos do governo e das medidas que pudessem interessar a sua continuidade. Assim fiz, mas o Sr. João Alfredo nada me communicou e nenhuma referencia fez á missão Deodoro. Ao demais, havia muitas queixas ácerca do estado de saúde das tropas e principalmente de medidas de excessivo rigor empregadas pelo commandante-chefe. Depois especularam com o facto de eu não ter feito distincções ao general, mas comprehende que eu não o devia visitar sem que elle me procurasse. Tanto não lhe consagrava a menor desafeição que sempre assegurei ao ministro da guerra estar prompto para propôr que elle fosse agraciado com um titulo, apenas o seu relatorio nos chegasse ás mãos, o que nunca aconteceu.

Repetimos então a Ouro Preto outra critica que se lhe fazia, de ter sido indifferente a avisos de amigos, ácerca de tudo quanto se tramava, e de ter sempre respondido a todos com incre-



dulidade, senão com enfado. E a proposito referimos-lhe o que sabiamos de uma denuncia que nos constava ter-lhe sido feita por um chefe liberal, ex-presidente do conselho ¹.

— Não é verdade, atalhou o visconde. Só me chegavam aos ouvidos boatos, noticias de « ouvi dizer », sem a necessaria precisão. O meu proprio collega, Sr. Lourenço de Albuquerque, numa exposição que ao senhor vou confiar, refere que me avisou nesse sentido; mas contesto que tenha feito de modo tão categorico. Com-

¹ Uma pessoa da intimidade do Sr. Ruy Barbosa estava por este ao corrente da conspiração e de tudo avisou ao senador Dantas, em cuja intimidade tambem vivia. Ouvi isso da sua bocca em presença do Sr. Ruy Barbosa. Acrescentava essa pessoa que Dantas previniu a Ouro Preto. Não referiu em que termos foi feito o aviso, mas disse que o visconde não o recebera em muita conta. Tive outra informação dessa natureza de pessoa chegada a Thomaz Coelho. Referia esta que o general Cantuaria, então coronel, annunciara ao ex-ministro da guerra do gabinete João Alfredo, sob cujas ordens servira como commandante do corpo de policia, a gravidade da situação, e que, para não ter ares de querer prestar serviços e recomendar-se ás atenções do governo, Thomaz Coelho, em vez de procurar o presidente do conselho, preferiu acautelar o senador Dantas, de quem era collega na directoria do banco do Brasil. Dizia o nosso informador que Dantas explicou tudo a Ouro Preto e que este respondeu que isso era intriga dos conservadores. Foi tudo quanto referimos ao visconde.



prehende que pelo menos eu lhe teria perguntado o nome do informador. Ao demais, eu estava sempre a irquerir o general Floriano ácerca dos elementos da guarnição e as suas informações eram em tudo tranquillizadoras. Veja esta carta.

Sob os nossos olhos cahiu então uma folha de papel, carimbada de vermelho, com uma coroa imperial circumdada de um cinto fechado, em cuja lamina se liam as palavras : « Ajudante general do exercito. » A carta é datada de 13-11-89 e o seu primeiro periodo concebido nestes termos, inclusive o grypho : « Exm. amigo Sr. conselheiro. — A esta hora deve v. ex. ter conhecimento de que tramam *algo por ahi alem* ; não dê importancia tanta quanta seria precisa, confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta. » Depois ha uma linha em branco, tendo ao meio tres pontos, limitando um angulo, como nos signaes maçonicos e mais estas palavras a que se seguem outras de um pedido : « Agradeço inda uma vez os favores, que se tem dignado de dispensar-me ». A segunda pagina é em branco. As tres primeiras linhas da terceira contém : « De v. ex. menor criado, amigo certo e obrigadissimo », e na ultima linha a assignatura « Floriano Peixoto. »

— Depois, continuou o visconde, para entrar em um caminho de rigor, praticando violencias contra as pessoas, que os boatos apontavam



como envolvidas nos conciliabulos, eu teria de contar com a opposição do imperador. Vou narrar-lhe alguns factos, para que veja como elle entendia que se devia proceder em taes circumstancias. Indo ao paço uma vez, meu irmão, presidente do Rio de Janeiro, referiu-lhe que o fimado Campos da Paz annunciara uma conferencia republicana na praça publica, em Campos, e que elle dera ordens para não se effectuar tal conferencia. « Pois faz muito mal, Sr. Carlos Afonso. Devia deixar que falassem », atalhou o imperador. Ao que meu irmão retorquiu : « Perdão, senhor; enquanto eu fôr presidente do Rio de Janeiro, quem quizer fazer conferencias republicanas faça-as em theatros ou em outro lugar; na rua, não. » Outra vez, em uma das suas visitas semanaes, communicou-lhe Basson que os estudantes tencionavam commemorar o dia 14 de julho com manifestações ruidosas, destinadas a acabar na rua, e que a policia estava resolvida a reprimil-as. « Não faça isso, Sr. Basson; deixe os rapazes. »

Eis o imperador, acrescentou Ouro Preto. Isso era em relação aos republicanos; quanto aos militares, ajuntou, vou referir-lhe o seguinte, que é característico.

— Quando Benjamim Constant pronunciou deante de officiaes chilenos um discurso ineonveniente, contrario ao governo, eu perguntei ao



Sr. Candido de Oliveira, que era então ministro da guerra, como tinha procedido. « Retirci-me para não continuar a ouvir, » respondeu o meu collega. « Devia tel-o preso », retruquei, « só assim podcria ser corrigida a falta de um official que se pronuncia contra os seus superiores, deante delles e ainda mais de officiaes estrangeiros. Que juizo farão estes de nós? » Não me conformei com o occorrido e a esse respeito falei ao imperador. Era minha opinião que o marechal Miranda Reis estava cansado e devia ser substituido no commando da escola superior de guerra, onde o facto indisciplinar se tinha passado. Propuz que se nomeasse um official de valor; o meu preferido seria o marechal Floriano, se já não estivesse combinado que substituisse na pasta da guerra o Sr. Maracajú, cujos incommodos de saúde persistiam; lembrei o Sr. Niemeyer, que aceitaria, e apenas me pedira que o dispensasse da commissão no dia em que deixasse o poder. O imperador logo atalhou: « Quer o senhor desconsiderar o Miranda Reis, que tem tantos serviços e foi tão bravo na guerra? » Respondi que não era esse o meu intuito; mas que a sua idade e o serviço da casa imperial, de que era dignitario, não lhe permittiam cuidar melhor da sua função militar. Elle seria nomeado ajudante de campo do imperador, velha aspiração sua, e assim seria contentado. Feito



isto, o novo director, nos termos do regulamento, advertiria o tenente-coronel Benjamim Constant da sua falta; se elle mostrasse não attender, fal-o-lhia deante da congregação; se ainda ahi elle não comprehendesse o seu erro, nomear-se-hia um conselho de lentes e far-se-hia o seu julgamento.

— Imagine o que disse o imperador, continuou o visconde. « Qual, Sr. Ouro Preto, não vá por ahi. O Sr. acredita no resultado desse conselho? Lobo não come lobo. Olhe, o Benjamim é uma excellente creatura, incapaz de violencias, é homem de X mais B, e alem disso muito meu amigo; mande chamal-o, fale com franqueza e verá que elle acabará voltando ao bom caminho. » « Mas, senhor, ponderei, por ahi é que eu não devo ir; eu sou governo, e deante de um facto publico como esse, não sei como me posso entender confidencialmente com esse official antes que elle seja punido e convencido da sua falta. » Por fim consegui que fosse resolvido como eu entendia. Estavam as medidas para ser executadas, quando os acontecimentos se precipitaram.

Por causa desses embaraços creados pelo imperador, entendia o presidente do conselho que só em face da desordem poderia tomar a iniciativa das providencias. Ahi sim, porque era elle o responsavel pela ordem publica.



Por fim chegámos em nossa conversa ás vespéras da revolução. Todos os dias, na correspondencia do presidente do conselho, as cartas anonymas eram frequentes e rasgadas sem demora. Na manhã de 14 a primeira missiva que elle abria era desse genero e continha um aviso de que se tramava nos quartéis. Chegaram os jornaes e vinha no *Paiz* o celebre artigo de Quintino Bocayuva, intitulado « Do capitolio á rocha tarpéa ». No seu espirito formou-se uma ligação subita entre aquella denuncia e o pensamento daquelle escripto. Assaltou-o uma previsão de perigo. Veio para a cidade, reuniu os Srs. Maracajú, Candido de Oliveira e Carlos Affonso e com os tres concertou providencias ácerca das forças de terra do Rio e Nictheroy.

Ainda ahi dizia Maracajú que segundo as informações do general Floriano tudo marchava bem. Mas o presidente do conselho determinou que ficasse alerta a policia da provincia do Rio, que se concentrassem no quartel de Barbons todos os destacamentos das estações policiaes e viessem para a cidade um batalhão de infantaria, que estava na ilha do Bom Jesus, e o de artilharia, que estava na fortaleza de Santa Cruz. Essas ordens foram dadas pelo ministro da guerra ao ajudante general, que em pessoa devia communicar ao chefe do gabinete se ellas tinham sido ou não executadas. Acrescentava Ouro Preto



ter Maracajú declarado mais tarde que nessa ocasião o general Floriano lhe dissera : « Estamos sobre um vulcão ». Entretanto o ministro da guerra deixou de avisal-o immediatamente dessa phrase, tendo affirmado, na conferencia de horas antes, que segundo o general Floriano tudo marchava bem.

Facto é que o ajudante general não appareceu ao presidente do conselho e o então coronel Pêgo, commandante da fortaleza de Santa Cruz, no qual muito o governo confiava, chamado durante a tarde de 14, ficou retido no quartel general até a madrugada, sem que ordem alguma lhe fosse dada.

A' noite, quando o presidente do conselho começava a despachar a sua pasta, appareceu-lhe em casa o redactor-chefe do *Jornal do Commercio*, Souza Ferreira, indagando se era exacto que tinha sido expedida ordem de prisão contra o general Deodoro e para o embarque de varios batallhões. Esse encontro vem narrado no manifesto de 1890, que Ouro Preto nos fez ler, e está descripto assim :

« Respondi não serem veridicas essas informações e que nem o governo cogitara sequer de taes actos, por não haver motivos que os aconselhassem.

« O Sr. Souza Ferreira mostrou-se satisfeito com as seguranças que eu lhe dava, porque, no



seu conceito, taes ordens trariam as mais graves consequencias.

« — Que consequencias? perguntei.

« — Não seriam cumpridas.

« — O governo far-se-hia obedecer.

« — Não teria meios.

« — Meu caro Sr. conselheiro, já lhe affirmei e repito que não se lembrou o ministerio de mandar prender o marchal Deodoro, nem de fazer sahir da Côte nenhum dos corpos da guarnição; mas se as conveniencias do serviço publico o exigirem, não hesitarei em dar as ordens necessarias, sejam quaes forem as consequencias. Se fôr desobedecido, recorrerei aos batalhões que se conservarem leaes, recorrerei á marinha, recorrerrei á guarda nacional e ao povo; em todo o caso cumprirei o meu dever. Hei de manter o poder com dignidade ou resigno-o-hei.

« — Mas a dignidade não exclue a prudencia.

« — Tenho-a toda, quanta é possivel. De que actos de precipitação me arguem?

« — A prisão do general Deodoro seria uma imprudencia, insistiu o Sr. Souza Ferreira.

« — Mas já lhe disse que não a ordenei!

« — Por que não manda desmentir o boato pelo *Diario Official*?

« — Não o farei, porque isso me obrigaria a desmentir todas as balelas que a opposição se lembrasse de inventar. Desminta-o o *Jornal do*



Commercio, já que chegou ao seu conhecimento, se o julga necessario. Para isso o autorizo. »

— Pouco depois do Sr. Souza Ferreira sahir, disse-nos o visconde, chegou-me ás mãos uma carta do chefe de policia.

A carta dizia assim :

« Affonso — Previno-te que o 1.º regimento está em armas no respectivo quartel. Mandou dizer ao ajudante general que estava nessa attitude. Os chefes do exercito estão no quartel-general reunidos. Mandaram intimar ao regimento para se desarmar. Não sei o que farão. Julgo necessaria a tua presença aqui por todos os motivos. Estou na secretaria, mando o meu carro e espero-te com o meu ajudante que vai para acompanhar-te. — Teu do C., J. Basson, 14-11-89, ás 12 horas. »

Havia ainda este *post-scriptum* : « O guarda civico José Antonio Rodrigues, que foi chamar o respectivo commandante, indagando no quartel do 1º regimento onde morava este, foi ali preso e ficou. »

O visconde não demorou; sahiu de casa com o finado Gentil de Castro em procura de um bonde de S. Francisco Xavier e logo lobrigou as luzes de uma carruagem. Era a do chefe de policia, na qual entrou. Ás 3 horas estava na rua do Lavradio, onde a seu chamado foi ter o general Floriano, que a todos tranquillizou, mostrando con-



fiar na guarnição. Tomando o santo e a senha do dia, seguiu o presidente do conselho para o arsenal de marinha, enquanto o ajudante-general marchava para o quartel do campo, onde devia providenciar. Bateu, deu o signal combinado e a sentinella deixou-o entrar. Pediu para falar ao inspector e em dez minutos appareceu-lhe o Sr. Foster Vidal, fardado e de espada á cinta. Isso o animou; era signal de promptidão daquelles com quem mais contava. Veio a verificar depois que, ao contrario, era talvez signal de outra natureza; o inspector do arsenal tinha sido um dos presentes á sessão do dia 9 no club militar¹. Do arsenal mandou então chamar todos os collegas; Maracajú chegou já dia claro e aconselhou a ida para o quartel do campo, onde melhor se poderia animar a resistencia.

Ao approximar-se de aquelle sitio teve Ouro Preto uma pessima impressão; não viu o menor prepa-

¹ O almirante Foster Vidal declarou não haver em tempo algum assistido a qualquer sessão do club militar, cujas portas nunca transpoz, nem antes nem depois de 13 de novembro. Acudiu com tanta presteza, porque havia mezes installara uma campainha electrica á cabeceira da cama, campainha que o porteiro empregou, vendo alli apparecer aquella hora o presidente do conselho. Affirmou que a sedição o colheu de surpresa, tanto assim que no arsenal não havia uma só lancha com fogo, nem o pessoal disponha de um cartucho.



rativo de defesa ; nenhuma barricada, nenhuma bocca de rua guarneçada, nenhuma casa proxima occupada, para esperar os insurgentes que a cada momento deveriam alli apparecer. Chegando ao primeiro andar do edificio, teve um indicio da situação. O porteiro ou continuo, que ao avistal-o corria pressuroso a puxar o reposteiro, ficou indifferente vendo-o entrar.

Narrou-lhe então o general Floriano que mandara chamar o coronel Telles e este communi-cara-lhe que a sedição tinha rebentado e a ella não se podia oppôr.

— Por que não o prendeu? perguntou o Sr. Ouro Preto.

— Porque, se elle não voltasse viriam atacarnos sem demora, antes que tivéssemos tempo de providenciar, respondeu promptamente o general.

— A resposta pareceu-me procedente, confessou-nos Ouro Preto. Todos pareciam assustados, continuou, só o ajudante general estava calmo. Quando rêcebia as minhas ordens, ia serenamente aos officiaes a quem devia passal-as e falava muito baixo. Se me approximava, a sua voz se extinguia e logo havia motivo de deslizar para outro lado.

Dahi a pouco surgiam em frente ao quartel as vedetas do general Deodoro e tomavam posições. Mandou-as prender ; não o obedeceram. Logo che



gou o proprio general com as forças que o acompanhavam. Não se sujeitou a recebê-lo em conferencia, conforme lhe foi proposto. Só quando ordenou o ataque á artilharia que elle commandava e lembrou que muitas vezes no Paraguay a infantaria tomara a artilharia, deixando-lhe apenas tempo de fazer uma descarga, só então, quando o ajudante-general lhe declarou que lá estivamos em presença de inimigos e aqui de brasileiros, comprehendeu que até o auxiliar em quem mais confiava o tinha tambem abandonado ¹.

O visconde de Ouro Preto é muito cioso da altivez com que se portou nesse momento tragico. O que nunca pôde esquecer foi que o general Floriano lhe tivesse proposto dar-lhe sahida pelos fundos do quartel, sabendo que nesse momento já as tropas occupavam aquellas ruas e que o ia expôr a vexames e ludibrios. Quando o general Deodoro penetrou até junto a elle e lhe falou rudemente, referindo quanto soffrêra no Chaco, Ouro Preto retrucou-lhe : « Não soffreu

¹ Sob este fundamento, todo governo constituído, desde que fosse atacado por tropas rebeldes, deveria cruzar os braços e abdicar. Dois annos depois, occorrendo caso identico e sendo presidente da republica o ex-ajudante general, a solução foi differente. Não só a resistencia foi terrivel, como muitos dos vencidos, até praças de pret, foram fuzilados.



mais que eu, neste momento em que sou obrigado a ouvir-o. » Ahi refere o visconde que o general annunciou que ia levar ao imperador a lista dos novos ministros e que elle se considerasse preso até embarcar para a Europa. Nesse momento intervieram o general Floriano e o Dr. Pizarro, lente da escola de medicina, e a prisão foi relaxada.

Então o visconde se preparou para sahir; mas o Sr. Serzedello, que alli se achava, lhe pediu que se demorasse para evitar alguma scena desagradavel. Acceceu; mas tal foi a agglomeração, que em torno delle se formou, que protestou contra tal vexame e resolveu partir.

Na casa do seu cunhado, o fallecido barão de Javary, foi esperar noticias do imperador, a quem tinha telegraphado do arsenal, communicando a insurreição do regimento, e do quartel general, declarando já não haver quem o obedecesse e pedindo demissão¹. Ao receber o primeiro tele-

¹ E' este o telegramma : « Senhor — O ministerio, situado no quartel general da guerra, á excepção do Sr. ministro da marinha, que consta estar ferido em uma casa proxima, e deante das declarações dos Srs. generaes visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa, de que não inspira confiança a força que vêm e não ha possibilidade de resistir com efficacia á intimação de exoneração feita pelo marechal Deodoro, apesar das ordens que para resistencia se deram, vem depor nas mãos de vossa majestade o seu pedido de exoneração. »



gramma, o imperador, sem nada dizer, mandou preparar um trem e partiu ¹.

Sabendo que sua majestade estava no paço para lá se dirigiu. Encontrou á entrada o general Miranda Reis, fardado, a quem a sentinella não fez continencia. Referiu os factos ao imperador e insistiu na demissão que não lhe foi concedida. Declarando ser impossivel continuar no governo, foi então solicitado a indicar successor e lembrou Silveira Martins.

— Mas v. ex. não sabia que esse nome era uma bandeira de guerra contra o general Deodoro, cujo movimento estava victorioso?

— Declaro-lhe que até esse momento ignorava o estado das relações entre os dous ². Quando indi-

¹ Parece que de nenhum desses telegrammas o imperador teve conhecimento em Petropolis, pois conforme refere o commandante Pessoa, e ver-se-ha á pagina 302, sua majestade lhe disse que só no paço da cidade veio a ter conhecimento da gravidade da situação. Já ouvimos dizer algures que Motta Maia decidiu o imperador a descer, sem pôl-o ao corrente das circumstancias.

² Quando rebentou a primeira questão militar Madureira-Cunha Mattos, Deodoro, como já vimos, era 1.º vice-presidente do Rio Grande do Sul, e tendo-se recusado a cumprir um aviso do governo Cotegipe foi demittido. O Sr. Silveira Martins, a quem elle tinha ogeriza, atacou-o no senado o promoveu a sua responsabilidade perante o supremo tribunal de justiça. Se realmente, depois do triumpho, Deodoro ainda teve vacilações para proclamar



quei o chefe rio-grandense, pensava na força que lhe daria a grande amizade que o ligava ao visconde de Pelotas, irmanado a Deodoro desde o manifesto dos dous generaes.

a republica, como se vê do depoimento do Sr. Glycerio, e ainda á tarde Benjamim Constant não falava claro, é de presumir que a noticia da indicação de Silveira Martins tivesse produzido pessimo effeito em seu espirito. O chefe rio-grandense estava em viagem e os acontecimentos não admittiam esperar. Vem dahi talvez ter o conselho de Estado, reunido tarde da noite, aconselhado ao imperador incumbir Saraiva de organizar ministerio. Já de madrugada, conforme então escreveu, apesar de desconfiar que Deodoro teria resolvido proclamar a republica, Saraiva enviou-lhe a seguinte carta, pois que havia muita gente acreditando fosse intuito do marechal apenas mudar o ministerio : « Encarregado pelo imperador de organizar novo ministerio, não quero e não devo fazer cousa alguma sem entender-me com v. exa. » Esta carta não teve resposta. Aquella hora já devia estar quase impresso o *Diario Official* que annunciava a organização do governo republicano.

No seu livro « Sous la Croix du Sud » diz o principe D. Luiz qui foi exclusivamente o conde d'Eu quem lembrou a conveniencia de convidar Deodoro para uma conferencia. Escreve sua alteza : « Desde o primeiro momento, unico entre os que cercavam o imperador, elle teve a idéa de convidar para uma conferencia o general Deodoro, que ainda estava hesitante ácerca do emprego da sua victoria. Outros opposeram-se a essa suprema tentativa. Quando finalmente se resignaram a ella, já era tarde. »



Pouco depois de voltar á casa, Ouro Preto foi preso e conduzido ao quartel do 1.º regimento. O coronel Telles passou um recibo ao official que o conduzira. Já teve ensejo de referir que em geral foi bem tratado e encontrou officiaes mais instruidos do que suppunha. Só teve dous incidentes desagradaveis, que felizmente foram muito censurados no quartel. Um delles foi ser despertado, quando dormia, por um official, hoje general¹, e que lhe gritou : « Accorde e prepare-se, que mais tarde tem de ser fuzilado. » Ao que retrucou : « Só se accorda um homem para o fuzilar, mas não para o avisar que tem de ser fuzilado. O senhor verá que para saber morrer não é preciso vestir farda. »

Na vespera da sua viagem para o desterro, Bocayuva foi communicar-lhe, na prisão, a ordem do governo, accrescentando que assim era necessario para garantil-o melhor. No dia designado o commandante formou os officiaes e disse-lhe que escolhesse quem preferia para leval-o ao ponto do embarque. O visconde apontou o official que o tinha accordado. Notou que este se commovêra e empalledecia. Viu-o voltar sem demora, com as condecorações ao peito. Reconheceu que elle era arrebatado, entusiasta, mas não tinha máo coração.

¹ O general Menna Barreto.



No arsenal, deante dos que o cercavam, procurou-o o Dr. João Severiano da Fonseca, irmão do general Deodoro e declarou-lhe que este lhe mandava dizer que não se importasse com as noticias que tinham corrido de que havia elle, visconde de Ouro Preto, pedido garantias de vida, e podia afiançar-lhe que em todo o tempó daria testemunho de que o seu adversario se pórtara sempre no revez com altivez e nobreza.

— Quando cheguci a S. Vicente referiu-nos o visconde, lá estava o *Alagôas*; mas não podia communicar com o imperador, porque o meu navio estava de observação. Foi com grande commoção que recebi esta carta, que lhe vou mostrar.

A carta, de letra um pouco incerta, como se a mão tremêra, rezava assim : « Ouro Preto — Console-se, como eu, em servir lealmente o Brasil em todas as partes do mundo. Desejo-lhe excellente viagem e tomara falar-lhe o mais breve possivel. Tenho vindo excellentemente pelo lado physico. — Seu muito affeçoado, D. Pedro de Alcantara — Bordo do *Alagôas*, 10 $\frac{1}{2}$ horas da manhã de 30 de dezembro de 1889 ».

Ouro Preto chegou a Lisboa na vespera da coroação do rei D. Carlos. Nesse mesmo dia o imperador obrigou-o a ir vel-o, ainda com a roupa de viagem e ahi lhe disse : « Em summa estou satisfeito. E' á minha carta de alforria. Posso agora ir onde quero ». Semelhante estoicismo es-



pantou-o. A imperatriz queixava-se que a tinham retido muito tempo na tolda do *Parnahyba*, sujeitando-a a privações, que muito a incomodaram.

— Foi sempre assim o imperador, concluiu o visconde. Desculpava a todos. Quando fui levar-lhe o meu manifesto, recebeu-me dizendo : « Já li ; acho-o muito bom, menos num ponto. O senhor accusa o Maracajú. » Retorqui : « Não aceuso, narro factos. » O imperador acudiu : « Mas as conclusões que d'ali resaltam são accusações », e logo passou a enumerar os serviços do Sr. Maracajú, e a exaltar-lhe as qualidades.

Perguntámos por fim a Ouro Preto se todos esses factos o arredaram de vez do serviço publico.

— Na republica jámais pode haver lugar para mim. Só deante da occupação estrangeira nenhum brasileiro tem direito de indagar qual é a autoridade que representa bem ou mal a soberania da nação ; deve apresentar-se e servir. Não sei que importancia possa ter a origem da revelação que lhe vou fazer. Uma vez alguém, que se dizia muito intimo do general Floriano, procurou-me, dizendo que este desejaría ouvir a experiencia de homens antigos e logo começou a sondar-me ácerca da hypothese de eu consentir em um encontro. Cortei o assumpto. « Meu amigo », disse eu, « se alguma vez tivesse encontrado o general Deodoro e elle me estendesse a mão, apertal-a-hia sem esforço. A' presença do general Floriano só irci preso ».



III

O PAPEL DE FLORIANO

Resalta das revelações do visconde de Ouro Preto que até á ultima hora, na entrevista da repartição da policia, realizada na madrugada do dia 13, o marechal Floriano o tranquilizava, dizendo confiar na guarnição. No dia 13 elle escrevera ao presidente do conselho, assignando-se « amigo certo e obrigadissimo » e nessa carta, em que agradecia ainda uma vez os favores que lhe eram dispensados, dizia acreditar que o chefe do governo já devia « ter conhecimento de que tramavam algo por ahi alem, mas que não dêsse importancia a isso e confiasse na lealdade dos chefes, que estavam alerta ». No dia 14, quando o presidente do conselho conferenciou com o ministro da guerra, manifestando inquietações acerca do que se passava nos quartéis, esse declarou que o marechal Floriano o informara que « tudo marchava bem ». Apesar disso determinou o presidente que se tomassem providencias para concentração de forças e as suas ordens foram transmittidas pelo ministro da guerra ao ajudante general, que da sua execução devia intecirar



o chefe do governo. O ajudante general, porem, não appareceu ao presidente do conselho e chamando o commandante Pêgo ao quartel general, ahi o deteve até a madrugada, sem lhe dizer, como fôra reeommendado, que devia trazer o batalhão de artilharia da fortaleza de Santa Cruz para a cidade.

Em artigo publicado na imprensa, logo após a proclamação da republica, o Sr. Jaques Ourique, então coronel, depois general e secretario militar de Deodoro no governo provisorio, referiu que no dia 13 o marechal Deodoro mandou chamar o ajudante general do exereito, marechal de campo Floriano Peixoto, e o poz ao corrente das suas disposições para commandar uma revolta contra o governo. Aeresentava o Sr. Ourique que Floriano Peixoto ponderou que a seu ver os actos do governo não autorizavam ainda taes extremos e lembrou que talvez fosse preferivel fazer uma ultima tentativa junto ao gabinete. A tudo isso, porem, respondeu Deodoro que o movimento era irrevogavel e que já se aeliava á frente dos companheiros. São palavras textuaes da narrativa.

Convinha, pois, elueidar se emquanto assegu-
rava ao presidente do conselho, como seu amigo
certo, que algo se tramava, mas que não dêsse
importancia a isso e confiasse na lealdade dos
chefes, que já estavam alerta, o marechal Flo-
riano, na realidade, já estava maneomunado



com os revolucionarios para derrubar o governo,

Proeurámos então conversar neste sentido com o marechal Hermes da Fonseca, sobrinho e ajudante de ordens de Deodoro durante o governo provisório e delle ouvimos a confirmação do que escrevera o Sr. Jacques Ourique.

Referiu-nos o marechal Hermes que sendo naquella epocha capitão de artilharia residia em São Christovão em companhia de seu tio e sogro, Pedro Paulino da Fonseca, que depois foi senador. Era seu vizinho o marechal Floriano e facil seria a ambos com elle tornarem-se contraditórios. Foi o que fez Pedro Paulino da Fonseca, quando viu o rumo que tomavam as cousas. Procurou verificar, por entre as reservas da linguagem de Floriano, até que ponto elle conhecia o que se estava passando. Foi então que, para explicar as suas ausencias da casa de Deodoro, disse o marechal a Pedro Paulino: « Não tenho ido ver Manoel. Você sabe... essas historias... »

Tio e sobrinho comprehendiram desde logo que se Floriano já não sabia exactamente o que se preparava, tinha pelo menos um presentimento da situação. Isso mesmo o Sr. Hermes no dia 11 communicou a Deodoro, aconselhando-o a ter uma entrevista com o ajudante general.

Deodoro incumbiu-o de fazer o devido convite e quando Floriano sahia de casa pela manhã, o Sr. Hermes, que o espreitava, sahio tambem e



deu-lhe o recado. « Vou já », respondeu Floriano e descendo no campo de Sant' Anna entrou na casa de Deodoro.

Os dois generaes conversaram longo tempo e apenas Floriano sahiu, o Sr. Hermes colheu as impressões de Deodoro. Referiu-lhe este que fallara sem reservas e que Floriano admittira a hypothese de uma conciliação, offerecendo-se para entender-se com o presidente do conselho e obter um accordo que desviasse o curso dos acontecimentos e levasse a paz ao exercito descontente.

Deodoro retrucou que já não queria saber de palavras. O momento era de acção e ainda que só podesse contar « com quatro gatos pingados », por-se-hia á frente da revolta. Para mostrar que assim faria, fosse como fosse, sellou as palavras com o gesto habitual de passar e repassar o dorso de uma mão sobre a palma da outra. Então Floriano decidiu : « Emfim, se a cousa é contra os casacas, lá tenho ainda a minha espingarda velha. »

Como refere o Sr. Glycerio, na entrevista com Deodoro, a 10 ou 11, cogitou-se da posição de Floriano, ficando combinado que Benjamim Constant o procuraria e fal-o-hia ir conversar com Deodoro. Annos depois, é natural esse desencontro de datas, que muita gente confunde, dentro de um periodo muito mais curto, ás vezes até dentro de uma semana. Se a conferencia de



Deodoro com os chefes republicanos foi a 10 e se houve qualquer demora na visita de Benjamim Constant, é bem explicavel que Deodoro se tenha aproveitado, quanto antes, da intervenção do Sr. Hermes. O que fica provado, com o testemunho deste e do Sr. Ourique, é que a 13, pelo menos, já o general Floriano era ao mesmo tempo alliado de Deodoro e chefe das forças do governo, de quem recebia a cada instante as maiores provas de confiança, e que a 15, pela manhã, segundo o depoimento dos Srs. Serzedello e Lauro Müller, como adeante se verá, quer Benjamim quer Ouro Preto, cada um delles do seu lado contava com Floriano para dirigir o combate.



IV

NOVAS REVELAÇÕES

Vamos resumir, quase com as mesmas palavras, a exposição dos principaes factos de 15 de novembro feita pelo Sr. Lourenço de Albuquerque, logo após os acontecimentos, e confiada ao visconde de Ouro Preto que della nos forneceu copia.

Referiu o ex-ministro da agricultura que quando chegou á secretaria da guerra, ás oito horas, já um piquete de cavallaria das forças revoltadas apontava dos lados da estação da estrada de ferro. O presidente de conselho ordenou que as tropas sahissem do quartel, fossem ao encontro daquellas forças e as repelissesem. Apesar de reiterada, a ordem não foi cumprida, declarando aliás o ministro da guerra que a tinha transmittido ao ajudante general do exercito. Notou o Sr. Lourenço de Albuquerque que os chefes militares subiam e desciam escadas, entravam e sahiam, mas infelizmente nenhuma resolução tomavam. Parecia-lhe que tinham assistido ao ensaio daquelle terrivel drama e de antemão lhe conheciam o desenlace. Entrementes o marcehal Deodoro, em frente ao quartel general, mandava pedir uma



conferencia ao presidente do conselho, o qual lhe respondeu « não poder conferenciar com um general que commandava força armada contra o governo legal do seu paiz ». De si para si, o ex-ministro applaudiu e achou digna esta resposta, mas ficou em duvida a respeito da sua conveniencia e ainda depois perguntava a si mesmo se, realizada a conferencia, o curso dos acontecimentos não teria sido outro.

Informado do revez soffrido pelo ministro da marinha, o presidente do conselho ordenou muitas vezes que as tropas sahisses do quartel e dessem combate ás forças sediciosas, e como não fosse obedecido e continuassem as idas e vindas dos chefes militares, voltou-se para os collegas e proferiu estas palavras, que o ex-ministro da agricultura guardou de memoria : « Fomos miseravelmente trahidos; chamaram-nos para esta ratoeira afim de que não pudessemos organizar lá fóra a resistencia; antes me houvessem matado. » Depois de um momento de pausa acrescentou : « Os senhores são testemunhas de que as minhas ordens não têm sido executadas; estou errado, já não tenho que fazer. »

Sem poder affirmar, parecia ao Sr. Lourenço de Albuquerque que nessa occasião o ministro da guerra declarara que fóra por conselho do ajudante general que convidara o ministerio a reunir-se alli; o que sabe, porem, é que aquelle ministro



mostrou sempre completa despreocupação, como quem não reconhecia o perigo ou o julgava irremediável.

Nessas circunstancias, pouco depois das oito horas, o governo convocou os generaes que ainda se achavam junto a elle e apenas dous compareceram, Floriano e o barão do Rio Apa. O primeiro declarou que não havia esperança de vencer e o segundo com elle concordou. O ministro da guerra limitou-se a dizer : « A' vista do que acaba de informar o Sr. ajudante general, entendendo tambem que seria inutil combater. »

Floriano foi então encarregado de fazer constar a Deodoro que o ministerio pediria immediatamente demissão e quando nesse sentido se expedia telegramma ao imperador o marechal penetrou no pateo do quartel general e deu ordem de commando ás tropas, que o acompanharam, menos o corpo de bombeiros. Confessa o ex-ministro da agricultura que avisos não faltaram ao governo; no dia 12 declarou em conferencia ministerial saber de boa fonte que se preparava uma sedição militar. Em apoio dessa declaração, o ministro da marinha referiu o que se passara no dia 9 no club militar; mas os ministros da guerra e da justiça responderam que havia em tudo isso muita exaggeração e baseavam se principalmente em informações do ajudante general, « que inspirava ao ministerio 7 de junho a mesma confiança que ins-



pira agora ao governo provisório », escreve o Sr. Lourenço de Albuquerque. Atribuíam elles essas noticias a intrigantes, interessados em malquistar o exercito com o governo. O presidente do conselho tambem era ineredulo e propoz nessa mesma eonferencia que se procurasse melhorar as condições de reforma dos militares de terra, favor que o barão do Ladario pediu fosse estendido á marinha, reconhecendo embora que tal medida tinha o defeito de ser inopportuna. Como o Sr. Lourenço fizesse a mesma observação, o presidente do conselho respondeu que o governo devia ser superior ás intrigas.

Garante o ex-ministro da agricultura que nunca perebeu da parte do visconde de Ouro-Preto a menor prevenção contra a classe militar, cujos feitos muitas vvezes enaltecia.

Este escripto appareceu no *Jornal*, precedido destas palavras : « O Sr. Lourenço de Albuquerque pintou-nos, ainda mais viva do que está na exposição, a scena do seu encontro com o imperador no dia 15. Quando sua majestade lhe disse que resolvera chamar o Sr. Silveira Martins para organizar novo gabinete, s. exa. fieou pasmo, primeiro por saber que o escolhido ainda estava em viagem e os aeontecimentos não davam tempo para esperar; segundo porque sabia que esse nome era de um inimigo do marechal Deodoro. Alem disso, sabendo o que já tinha occur-



rido, ainda disse ao imperador : « Mas, senhor, me informaram que a republica já está proclamada. » Ao que o imperador respondeu com a mais surprehendente calma e bonhomia : « Se assim fôr, será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito, estou cansado, irei então deseansar. »

« Só a imperatriz e a princeza, acrescentou o Sr. Lourenço de Albuquerque, mostravam-se inquietas, consternadas. O conde d'Eu parecia tranquillo, dando a impressão de um indifferente. »

A' parte desta exposição, que lhe dizia respeito, e ás declarações do visconde de Ouro-Preto respondeu o viseconde de Maracajú, mostrando quanto fizera desde o dia 12, quando reassumira a pasta da guerra, após dous mezes de enfermidade. Confessa o ex-ministro que se é culpado de ter confiado em chefes militares que abandonaram o governo, culpado foi tambem o presidente do conselho, que até já tinha deecidido substituil-o no ministerio pelo ajudante general. Se não pareciam acertadas as providencias tomadas pelo ministro da guerra na manhã de 13, o presidente do conselho devia corrigil-as.

Refere Maracajú que apenas reassumiu as suas funcções e ouviu as apprehensões do chefe do gabinete, combinou com Floriano medidas de prevenção, como a retirada para fóra da capital de uma parte da guarnição que era suspeitada, inclusive alguns officiaes. Havendo maiores ru-



mores no dia 14, de novo conferenciou com o ajudante general e outras autoridades militares, mandando vir cartuchame para os batalhões e preparar cartuchos no arsenal para dezeseite boccas de fogo. Apesar da reserva com que foram tomadas, essas providencias foram divulgadas e a esse facto attribue o ex-ministro da guerra a precipitação do movimento.

Sabendo ás duas horas da manhã do levante do 2.º regimento, Maracajú foi para o quartel general e para alli mandou vir diferentes corpos e as dezeseite boccas de fogo. Ia depois disso ao arsenal de marinha, quando de lá recebeu chamado do presidente do conselho, a quem então deu contas das providencias tomadas, e pediu novas forças.

Ás seis e meia Ouro-Preto chegou ao quartel general e pôde verificar quanto estava feito. Si não havia barricadas, era porque ao governo cabia a offensiva contra as forças revoltadas, e se aquelle logar não era conveniente para a permanencia do governo, como lhe parecia ser o arsenal de marinha, era então naquelle arsenal que devia ter ficado o presidente do conselho e alli organizar a resistencia. O facto foi que a tropa que devia combater a sublevação com ella fraternizou e não ha valor nem estrategia capazes de vencer com elementos dessa ordem.

Concluiu o general extranhando que o seu col-



lega da agricultura o tivesse achado indifferente, ao que se passava, o que só se pode explicar por não lhe conhecer a indole calma. Extranheza igual lhe causou que o mesmo collega lhe attribuisse dubiamente ter convidado o governo, a conselho do Floriano, para reunir-se no quartel general.

Respondeu-lhe o Sr. Lourenço de Albuquerque que nem por um momento duvidou da sua lealdade e sempre lhe fez a justiça a que tem direito pelos seus honrosos precedentes e nobreza de character. Achou realmente que o seu collega mostrara sempre completa despreocupação, como quem visse o perigo e o reconhecesse irremediavel. Isso mesmo se conclue das declarações que Maracajú publicou; estima haver provocado a sua declaração de não ter convidado o governo para o quartel general, por indicação de Floriano, e remata o seu artigo, affirmando que a revolta triumphou, porque teve as sympathias senão o concurso activo do ajudante general, « depositario de toda a confiança do governo, que não conhecia ou não observava a maxima — confiar desconfiando sempre ¹. »

Ouro-Preto replicou a Maracajú. Realmente, vinte ou trinta dias antes da sua deposição, lhe

¹ Preceito attribuido a Floriano, como boa regra de governo.



chegaram boatos de sublevação militar ; mas entendeu que por meros rumores não devia tomar providencias duras, senão illegaes e violentas, sobretudo quando ainda na manhã de 14 o ministro da guerra lhe assegurava ter ouvido momentos antes, ao marechal Floriano, afirmações de que nada haveria. Não contesta que o seu collega houvesse tomado providencias para debellar a revolta ; assignala apenas que ellas foram inefficazes e isso mesmo o seu contendor confirma. Assim tambem não o culpa de ter confiado em chefes que faltaram a essa confiança, pois ninguém, mais do que elle proprio, foi illudido e desobedecido.

Não pode, porem, deixar de insistir em que o ministro da guerra o convidou para ir postar-se no quartel general do exereito « porque a sua estada alli animaria a resistencia ». Já citou a esse respeito o testemunho do Sr. Candido de Oliveira e agora pode transcrever uma carta do capitão de fragata Antonio Franeiseo Velho Junior (depois reformado em almirante), que declara ter assistido no arsenal de marinha ao convite que nos termos citados foi feito por Maracajú. Concluiu Ouro-Preto affirmando : « Por demais comprehendem todos que, sem motivo serio, eu não abandonaria o arsenal de marinha, onde sobre dispor de livre sahida pelo mar, achava-me ao lado de um homem como o barão do Ladario e



no meio de uma corporação, na qual contava varios amigos pessoas. »

Maracajú voltou ao assumpto. O caso do convite para a secretaria da guerra, ainda narrado como faz Ouro-Preto, em nada a este aproveita, porque não pode ser dado como causa do exito da revolução. Basta inquerir o que fez o presidente do conselho, em seis horas que permaneceu no arsenal de marinha, e o que alli organizou, no ponto que tardiamente se lhe afigurou estrategico. « Se é certo que insisti com s. exa. para vir para a secretaria da guerra », pergunta Maracajú, « se mais conveniente era ficar no arsenal de marinha, pôr em acção os elementos d'ahi; ahi preparar o ataque ou a defesa, porque me attendeu, porque não resolveu por si, não fez melhor, não ficou a cuidar do ponto que abandonou e vem agora dizer que era o mais seguro a escolher? »

A proposito desse incidente da sahida do arsenal de marinha para a secretaria da guerra, temos um depoimento pessoal que val a pena aqui mencionar.

Conversando longamente com o conselheiro Diana, que foi ministro dos negocios estrangeiros no gabinete Ouro-Preto, entre outras cousas, referiu-nos s. exa. que estando no arsenal de marinha, em companhia do presidente do conselho, do Sr. Candido de Oliveira e de Ladario, es-



te retirou-se, pedindo que o esperassem, pois ia ao arsenal de guerra combinar providencias com o respectivo inspector, coronel Fausto. Na ausencia de Ladario e enquanto conversava á parte com o seu collega da justiça, viu Ouro-Preto aproximar-se para dizer-lhes que tomassem ambos a mesma carruagem e o acompanhassem ao quartel do campo.

Sendo-lhe ponderado que talvez não fosse acertada aquella resolução, sobretudo na ausencia do barão do Ladario, o presidente do conselho atalhou, entrando sem demora no seu *coupé* : « Si ficarmos aqui hão de dizer que temos medo. »

Intervindo na polemica que se travou e estamos resumindo, o Sr. Serzedello Corrêa narrou episodios que merecem menção. O primeiro foi que o marechal Deodoro, já descendo as escadas do quartel general, lhe recommendou que ficasse alli á disposição dos ex-ministros, para attender ao que precisassem e tambem para que nada soffressem.

Os outros referem-se ao papel de Floriano. Conta o Sr. Serzedello que estando presente á apresentação do ministerio Ouro-Preto á camara dos deputados, apezar de fardado, acompanhou o padre João Manoel no seu grito de « abaixo a monarchia, viva a republica ». Alguem puxou-lhe o braço. Era Floriano, o futuro ajudante general, á paisana. O capitão acreditou que ia



ser censurado ou preso; mas o general, sorrindo, apenas lhe disse : « Como vai isso depressa, capitão ! »

A 15 de novembro, em marcha para o campo de Sant'Anna, pôde o Sr. Serzedello comprehender que Benjamim Constant esperava que houvesse combate. « Tenho um pesar », dizia-lhe o organizador do movimento, olhando para o contingente da escola superior de guerra que o acompanhava, « d'aqui a meia hora grande parte desses moços terá desaparecido ». Ao chegarem ao Mangue e não vendo Deodoro apparecer, perguntou o Sr. Serzedello : « O marechal não vem; quem commanda o combate? » Benjamim respondeu : « Tranquillisc-se; Deodoro está muito mal, mas se elle não vier, Floriano commandará. »

Num artigo publicado no *Jornal*, a 16 de outubro de 1911, escreveu o Sr. Ernesto Senna que quando Benjamim Constant chegou de madrugada ao quartel da 2.^a brigada, d'alli enviou uma mensagem a Floriano, da qual foi portador o alferes de cavallaria Eduardo de Moraes Junior. Dizia essa mensagem que as forças já reunidas appellavam para o patriotismo do ajudante general e lhe pediam que assumisse o respectivo commando, visto talvez ser impossivel que Deodoro se pudesse encarregar de tal missão por ter passado muito mal a noite. Noutro artigo de 22 do mesmo mez refere o mesmo Sr. Senna que



o Sr. Lauro Müller e um alumno militar, Sr. Antonio Brasil, que tinham ido avisar Deodoro do levantamento da 2.^a brigada, o encontraram em caminho e lhe disseram em nome de Benjamin que podia contar com o apoio de Floriano.





BANIMENTO DA FAMILIA IMPERIAL

I

O EMBARQUE

Desde o dia 13 a familia imperial estava prisioneira no paço da cidade. O major Solon, um dos proceres da revolução, tivera a incumbencia de intimal-a a retirar-se do Brasil e desempenhava a delicada missão de commandar a guarda do palacio. Por maior, porem, que fosse a confiança dos homens do novo governo nos effeitos do golpe que acabava de ser vibrado contra a monarchia, a presença do imperador causava-lhes grande inquietação. Elles sentiam que o prolongamento de tal situação poderia ser uma fonte de complicações. Todos os que tinham sido surprehendidos pela rapidez e violencia do « facto consummado »¹ poderiam talvez voltar da estu-

¹ A expressão « facto consummado » foi muito empregada na epocha, principalmente pelos que adheriam á republica por considerar que já não era possivel fazer cousa alguma pela monarchia.



pefacção que os havia « bestializado ¹ ». No imperador consistia o perigo.

Durante o dia de 16 o major Solon tinha apresentado ao imperador, em nome do governo provisório, a seguinte intimação :

« Senhor : — Os sentimentos democraticos da nação, ha muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reacção do character nacional contra o systema de violação, de corrupção de todas as leis, exercido em um gráo incomparavel pelo ministerio 7 de junho ; a politica systematica de attentados do governo imperial, nestes ultimos tempos, contra o exercito e a armada, politica odiosa á nação e profundamente repellida por ella ; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que, em todas as epochas, têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da patria ; a intenção manifestada nos actos dos vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolver-as e anniquilal-as, substituindo-as por elementos de compressão official, que foram sempre entre nós objecto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de hontem, cujas

¹ Descrevendo no « Diario Popular » de S. Paulo a jornada de 13 de novembro, disse Aristides Lobo que o povo assistia « bestializado » a tudo quanto se passava.



circunstancias conheceis e cujo character decisivo certamente podereis avaliar.

« Em face desta situação, peza-nos dizer-vol-o, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da familia imperial no paiz, ante a nova situação que lhe creou a resolução irrevogavel do dia 13, seria absurda, impossivel e provocadora de desgostos que a salvação publica nos impõe a necessidade de evitar.

« Obedecendo, pois, ás exigencias do voto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funcções publicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisorio espera de vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com a vossa familia, no mais breve termo possivel.

« Para esse fim se vos estabelece o prazo maximo de vinte e quatro horas que contamos não entareis exceder.

« O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisorio um navio com a guarnição militar precisa, effectuando-se o embarque com a mais absoluta segurança, de vossa pessoa e de toda a vossa familia, cuja commodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia, continuando se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura



até que sobre este ponto se pronuncie a proxima assembléa constituinte.

« Estão dadas todas as ordens, afim de que se cumpra esta deliberação.

« O paiz conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de abril de 1831.

« Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

« MANOEL DEODORO DA FONSECA. »

O imperador escreveu a seguinte resposta :

« A vista da representação escripta, que me foi entregue hoje ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir, com toda a minha familia, para a Europa, amanhã, deixando esta patria, de nós estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio seculo, em que desempenhei o cargo de chefe do Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas da minha familia, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

« Rio do Janeiro, 16 de novembro de 1889.

« D. PEDRO DE ALCANTARA. »

A princeza tambem respondeu :

« E' com o coração partido de dôr que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e



do paiz que tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir, e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos.

« Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

« ISABEL, CONDESSA D'EU. »

Na noite de 16, Bocayuva, Benjamim, Aristides, Wandenkolk e o Sr. Ruy Rarboza estavam reunidos na sala do quartel general, esquina da rua Visconde da Gavea. A familia imperial constituia o assumpto magno do conciliabulo. Era talvez meia noite quando o ministro da guerra dalli sahiu e foi ao seu gabinete, que ficava do lado do campo, no meio do edificio. Lá trabalhava o tenente-coronel Mallet, que desde a vespera servia ás suas ordens. O ministro chamou-o á parte. Vinha incumbil-o de uma commissão melindrosissima.

Referiu então ao seu auxiliar as preocupações do governo. Era preciso resolver a situação da familia imperial, cuja permanencia no paiz augmentava as difficuldades do momento. Bem poderia ser que mudassem as disposições do imperador e dos seus para executarem a intimação de exilio que lhes tinha sido notificada pelo major Solon e a que toda a familia imperial declarara submeter-se. A hora do embarque tinha grande importancia no meio das inquietações do momento. Havia o proposito de não maltratar o im-



perador e a hypothese de uma resistencia desesperada á ultima hora desasocegava o governo. Havia ainda outros perigos no ar. O marechal Hermes, commandante das armas da Bahia, até aquelle instante era infenso á proclamação da republica e queria apenas a deposição do ministerio Ouro Preto; entretanto, o marechal Deodoro não se animava a demittil-o, não achava forças para faltar ao respeito que se habituara a tributar ao mais velho dos seus irmãos.

Nessa emergencia, áquella hora, tinham deliberado os ministros do governo provisorio mandar vir á sua presença o conde d'Eu, que ficaria preso como refem até que a familia imperial chegasse á Europa. Era essa a incumbencia que Benjamin Constant vinha dar ao tenente-coronel Mallet.

Acatada a ordem recebida, passou este a pedir instrucções ao ministro ácerca das graves hypotheses que poderiam surgir. A missão era delicadissima. « Se o conde resistir, negando-se a acompanhar-me? Se a princeza o ajudar na resistencia, agarrando-se a elle, fazendo uma scena de desespero, como uma esposa a quem arrancam o marido? Como devo, então, proceder? » Estas perguntas pareceram graves de mais e o ministro quiz que ellas fossem levantadas deante dos membros do governo. Acompanhou-o Mallet á sala onde estavam todos reunidos.



Ahi, cada um de per si se ia pronunciando ácerca das difficuldades imaginadas. As cousas não se devcriam passar como imaginava Mallet; tudo correria de modo a assegurar o bom resultado da ordem dada. Entretanto, o official queria uma palavra definitiva e todos mostravam-se hesitantes.

Nesse momento batem á porta da sala. Era o almirante reformado, Jaceguay, que chegava preso, acompanhado do capitão de artilharia Almachio. Essa prisão tinha sido ordenada á noitinha, em virtude de informações prestadas pelo ministro da marinha, segundo as quaes estavam desembarcando muitos marinheiros, chegando a correr o boato de que o almirante se ia pôr á frente de uma contra-revolução. Apenas se achou deante dos que o tinham mandado prender, perguntou o Sr. Jaceguay, com expressão de espanto, porque o queriam alli. Todos eram seus velhos conhecidos, alguns talvez amigos, de sorte que não era sem certo constrangimento que se começavam a trocar explicações.

A porta, porem, ficara entreaberta e Mallet, cuja conversa estava interrompida, notou que, de fóra, o major Lassance, mordomo do conde d'Eu, acenava, chamando-o. Havia muitas horas que alli se achava para falar ao ministro da guerra, que o mandara esperar. Era seu intuito informar o governo da situação do conde, e, como fosse ca-



marada de Mallet, passou a antecipar-lhe as suas confidencias. Tirou do bolso umas tiras de papel, que começou a ler. O escripto estava redigido em fôrma de perguntas e, sem ter visto a letra, Mallet suspeitou que ellas tivessem sido, senão escriptas, pelo menos inspiradas pelo conde d'Eu.

Havia em todas a preocupação exclusiva dos interesses materiaes da familia imperial. Seriam o imperador e os seus atirados na Europa sem recursos? Os seus bens seriam confiscados ou delles poderiam dispôr? A' semelhança do que acontecera em 7 de abril, quando foi exilado o primeiro imperador, seria conferida uma pensão á princeza?

Estas perguntas trouxeram grande luz ao espirito de Mallet. Naquelle dia já o conde d'Eu se tinha dirigido officialmente ao ministro da guerra, pedindo licença para retirar-se do paiz e declarando que não teria constrangimento em continuar a servir no exercito « sob qualquer fôrma de governo ¹. » Desde que o esposo da futura

¹ E' este o officio do conde d'Eu :

« Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. — Illm. e exm. Sr. — Rogo a v. ex^a. me conceda exoueração do cargo de commandante geral de artilharia, que exerço desde 19 de novembro de 1865 e licença para retirar-me para fóra do paiz.

« Diz-me a consciencia que sempre servi á nação brasileira lealmente na medida de minhas forças e intelligen-



imperatriz assim procedia, era de presumir que, respondidas satisfactoriamente aquellas perguntas, sua alteza auxiliasse o governo a remover as difficuldades do embarque.

Formulando esse raciocinio, voltou Mallet á sala onde estavam os ministros e declarou-lhes : « Já não ha embaraços; está resolvida a questão. » Expostos os seus fundamentos, pediu aos Srs. Ruy Barbosa e Bocayuva que viessem com elle ver o Sr. Lassance. Fecharam-se os quatro em outra sala, onde Bocayuva leu em voz alta as perguntas que o mordomo trazia. A todas responderam os dous ministros, em nome do governo, no sentido favoravel á familia imperial. « Quando sua majestade e os seus chegarem á Europa lá

cia, e procurei guardar justiça para com os meus commandados.

« Della me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do exercito brasileiro. Si não fossem as circumstancias, que, hem contra a minha vontade, me obrigam a sahir do paiz, e que são conhecidas de v. ex^a., estaria prompto a continuar a servir, dehaixo de qualquer forma de governo, á nação que por tantos annós me acolheu no seu seio, cumulando-me de honras e enchendo-me de immorredouras saudades e cuja prosperidade e gloria serão sempre um dos meus mais ardentes anhelos.

« Deus guarde a v. ex^a. — Illm. Ex^o. Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro da guerra. — *Gaston d'Orleans* (Conde d'Eu), marechal do exercito brasileiro. »



encontrarão os fundos que o governo vai mandar pôr á disposição de sua majestade », concluíram os ministros. Depois, falando de parte a Mallet, acrescentaram em voz baixa : « O senhor vai tratar do assumpto; offereça um, dous, tres mil contos, emfim o que fôr preciso. »

Ficou então combinado que a familia imperial embarcaria antes da madrugada e que Mallet devia partir immediatamente para o paço da cidade em companhia do Sr. Lassance, afim de expor as resoluções do governo. Quando chegaram, lá estava o major Solon commandando a guarda. A grade de bronze que dava accesso á escadaria principal estava fechada e o Sr. Lassance teve de entrar pela portaria das damas, que abria sobre a face da praça, onde hoje se acha a estatua de Ozorio. Mallet esperava, conversando com o major Solon, quando um criado desceu e abriu a pesada grade; aproximou-se então e viu que o conde d'Eu e o Sr. Lassance appareciam no alto da escada. « Suba, Sr. Mallet » disse o conde em voz alta.

Nesse momento chegava o coronel José Simião, trazendo a communicação de que se estava lavrando o decreto que conferia ao imperador o credito de 3.000 contos de réis para as suas despesas de viagem e installação no estrangeiro. Com elle subiu Mallet, que depois de comprimentar o conde d'Eu, disse-lhe estas palavras :



« Vossa alteza já deve conhecer pelo Sr. Lassance de que modo respondeu o governo ás perguntas que lhe foram transmittidas. Agora, ao subir, fui informado pelo coronel José Simeão de que a esta hora está sendo lavrado o decreto que concede a sua majestade o imperador 5.000 contos de réis para as suas despesas. »

A princeza, que apparecêra tambem ao lado do esposo, interrompeu promptamente a Mallet: « Nós não fazemos questão de dinheiro. O que me custa é deixar a patria, onde fui creada e tenho as minhas affeições. E' isto o que mais lamento perder; não o throno, nem ambições, que não tenho. »

Sem retrucar ás naturaes expansões da princeza, voltou Mallet ao seu ponto principal, dizendo esperar que o ajudassem a realizar o embarque antes da madrugada. De dia poderia haver inconvenientes e necessidade de providencias desagradaveis, que porventura se tornassem necessarias para assegurar a ordem e resguardar as pessoas da familia imperial. Rogava, pois, a sua majestade que embarcasse quanto antes.

Respondeu então o conde d'Eu que já havia dito ao conde da Motta Maia que acordasse o imperador. « Como? » interrompeu vivamente a princeza, « embarcar sem meus filhos, que ainda estão em Petropolis? » E a voz quebrou-se em pranto: « Não sigo sem meus filhos. » Mallet



comprehendia aquella angustia e procurava suavizal-a, garantindo á princeza, em nome do governo e por sua honra pessoal, que a familia imperial não deixaria o porto sem que todos os principes estivessem a bordo. Para segurança da sua palavra ia sahir com o Sr. Lassance e juntos diriam ao governo quaes as providencias precisas para a vinda dos principes.

Effectivamente, logo depois, chegaram ambos ao quartel-general em companhia de José Simeão. Ahi communicou Mallet o compromisso que assumira em relação aos principes e immediatamente foram passados telegrammas para Petropolis, ordenando a sua vinda, formando-se, para trazel-os, um trem especial da linha do norte, e ordenando-se, por cautela, que nas estações houvesse força para protegel-os.

Foram então combinadas as ultimas providencias para o embarque no cáes Pharoux, onde devia atracar uma lancha do arsenal de guerra. Era o ministro da marinha, Wandenkolk, quem dava as ultimas ordens : « Leve todos para bordo do *Parnahyba* », dizia elle a Mallet. « Não sei se o commandante estará a bordo; mas está aqui o capitão-tenente Serrano, que o acompanhará e assumirá o commando, se fôr preciso. »

Os dous partiram sós, de carro, em direcção ao paço. Quando dalli sahira, momentos antes, Mallet tinha pedido ao major Solon que preparasse



o terreno, ordenando ao povo que evacuasse a praça. A multidão era consideravel, affluia ás ruas proximas, e estendia-se pela rua Direita a fóra. O carro descia pela rua da Alfandega e, quase ao chegar á Bolsa, era tão compacta a massa de povo que já não podia passar. Mallet deu ordeu de avançar e o caminho só se foi abrindo, quando da cada portinhola, um punho agalado apontou um revólver. Depois veio uma patrulha de cavallaria que reçonhecendo os officiaes os acompanhou até o paço.

Num momento estava Mallet no salão, onde todos esperavam o imperador. O desejo deste era ouvir missa no dia 17 em companhia da familia imperial; entretanto os acontecimentos se precipitavam, de modo a consagrar esse dia a um fim tão diverso. A princeza, o conde d'Eu, D. Pedro Augusto, o visconde da Penha e o general Miranda Reis eram os unicos circumstantes. Ninguem falava; apenas os soluços da princeza quebravam aquelle silencio augusto. Mallet inclinou-se, saudando a todos. Parcciam horas os minutos daquela tragedia. Pouco e pouco trocaram-se as primeiras palavras. D. Pedro Augusto indagava se podia levar todas as suas malas; o visconde da Penha achava meio de dizer a Mallet que nunca podera fazer nada pelo corpo a que ambos pertenciam; a princeza voltava a perguntar pelos filhos e ouvia as seguranças que



Ihe dava Mallet ácerca das providencias tomadas para que no dia seguinte todos se achassem a bordo.

De repente os olhares se voltaram. Era o imperador. Vestia casaca e trazia o chapéo na mão. Vinha ao seu lado o conde da Motta Maia. Foi entrando e falando sem rodeios : « Que é isto ? Então vou embarcar a esta hora da noite ? » Mallet ádeantou-se e respondeu com ar muito respeitoso : « O governo pede a vossa majestade que embarque antes da madrugada. Assim convém. » — Que governo ? perguntou o imperador. — O governo da republica, acudiu Mallet.

Seguiu-se então um dialogo :

— Deodoro tambem está mettido nisso ?

— Está, sim, senhor. E' elle o chefe do governo.

— Estão todos malucos.

Depois continuou o imperador :

— Não sou negro fugido. Não embarco a esta hora.

Respondeu Mallet :

— E' que se temem manifestações inconvenientes e essas precauções são todas para maior segurança da familia imperial.

— Que manifestações ?

O Sr. Jaceguay, cuja prisão não se tornara effectiva e a quem fôra permittido despedir-se do imperador, pediu licença para intervir, ajudando a decidil-o :



— Não, meu senhor. Vossa majestade deve embarcar. Realmente temem-se manifestações desagradáveis dos estudantes.

— Quem faz caso de estudantes!?! objectou o imperador.

Dos que deviam partir só faltava allí a imperatriz, que por fim appareceu ao lado de uma das suas damas.

Antes, porem, de abandonarem o salão, ouviram-se tiros na praça. Descendo para ver o que era, soube Mallet que quinze marinheiros acabavam de ser presos allí pelo major Solon. Em baixo achava-se então o alferes França, que era portador do decreto do governo, estabelecendo a somma destinada ao imperador. Insistia para entregal-o em mão, mas Mallet o procurou dissuadir desse intuito, com o fim de não augmentar novas peripecias á scena decisiva que se estava desenrolando. O major Solon quiz que o alferes entregasse o decreto; Mallet porem não consentiu, deixando-o retirar-se queixoso.

Quando de novo subiu, encontrou Mallet a mesma impressão de perplexidade e duvida. Tudo estava disposto para a partida; entretanto, ninguem se dispunha a deixar o velho solar, que tinha visto fundar e crescer a monarchia. O conde d'Eu, porem, cedia ás insistencias de Mallet, ajudando o imperador a dar os primeiros passos. Todos o seguiam e o velho soberano des-



thronado ia descendo lentamente as escadas, mas repetindo sempre o estribilho, com que primeiro protestara contra as condições em que lhe impunham o exilio : « Não embarco, não embarco a esta hora como negro fugido. »

A' porta do paço, aberta sobre a praça deserta, havia apenas o carro que trouxera os officiaes incumbidos de embarcar o imperador. A sofreguidão com que tudo tinha sido feito não lhes deu tempo de pensar em conducção para toda a comitiva. O trajecto era porem tão curto, até o cáes fronteiro, que o conde d'Eu quiz seguir a pé. Só por instancias do imperador, cedeu em tomar lugar junto a este, a imperatriz, a princeza e D. Pedro Augusto, que já haviam entrado na caruagem. Esta começou a mover-se a passo e todos a acompanhavam a pé. « Os senhores hão de arrepender-se, Sr. Mallet », vaticinava a princeza.

No Pharoux estava atraçada a lancha do arsenal de guerra, cuja unica guarnição consistia em quatro alumnos da escola militar. Das pessoas presentes só o marquez de Tamandaré declarou que acompanharia a familia imperial até a bordo. Alem delle e dos exilados embarcaram o commandante Serrano e um official de fazenda. O major Solon, que viera até o cáes, ficou inebuido de comunicar aos ministros que até alli tudo correria bem.



E depois? Grandes eram as inquietações de Mallet. O ministro da marinha, até a última hora, mostrava os maiores receios ácerca do que poderia acontecer no mar. Havia navio de guerra onde ainda não se tinha logrado arrear a bandeira imperial. O Sr. Jaceguay era chamado ao quartel-general no meio de boatos de contra revolução; marinheiros que desembarcavam revelavam sentimentos de antipathia ao movimento da vespera e ainda ha pouco o major Solon fôra obrigado a prender quinze delles, junto ao paço.

A noite era chuvosa; tornava-se impossivel, na escuridão, distinguir os navios; ninguem da lancha conhecia a posição certa de cada um delles. Tacteava-se nas trevas, lobrigando aqui e alli os pharóes de bordo. Aproximavam-se de um e logo reconheciam que não era o *Parnahyba*. Porfim a lancha chegou perto deste. « Arreie a escada! » gritou Mallet. « Quem vem lá? Quem manda arrear a escada? », perguntaram do portaló. « Arreie a escada! » repetiu com força Mallet, annunciando a sua autoridade.

A lancha pôde emfim atracar. Serrano pulou primeiro, galgando a base da escada para dar a mão ao imperador. A escuridão era quasi completa; apenas uma pequena lampada espalhava na escada tenue claridade. Ajudado de um e outro lado por Mallet e Motta Maia, em vão o imperador diligenciava passar da lancha á escada.



Com um pé sobre a borda da pequena embarcação, dobrava-se para a frente, procurando livrar a cabeça de um golpe contra a tolda. O grande vulto, a fraqueza das pernas, a incerteza dos movimentos, tudo embaraçava o imperador. Entre a lancha e a escada poderia elle cahir e seria quase impossivel salvá-o. Mallet via com horror a perspectiva desse desastre e comprehendia que estaria moralmente perdido se occorresse tal desgraça. Não faltaria quem lhe attribuisse a ignominia de ter afogado o imperador. Na afflicção desse momento angustioso, resolveu que se elle cahisse ao mar cahiria tambem, para salvá-o ou morrer. Ligou-se ainda mais a elle e com o impulso que lhe emprestou um marinheiro conseguiu por fim pô-lo livre sobre a escada.

Dahi o commandante Serrano levou o imperador até a tolda do navio. Foi então a vez da princeza, que subiu sem auxilio, guiada pelo conde d'Eu e seguida por Mallet. O embarque da imperatriz foi igualmente penoso, pois, como se sabe, ella claudicava de uma perna. O marquez de Tamandaré ajudou-a até em cima.

Apenas todos reunidos, Mallet já não viu o official de quarto que os recebera. O commandante não estava. Então, conforme fôra ordenado pelo ministro da marinha, Serrano assumiu o commando. Chuviscava e a frouxa luz que havia a bordo mal deixava distinguir as pessoas. Convi-



II

DO RIO À ILHA GRANDE

Madrugador habitual, bem cêdo, na manhã de 17, o capitão de fragata José Carlos Palmeira chegava á janella da sua casa na Fabrica das Chitas. Um vendeiro vizinho, que lia um jornal, deu-lhe bom dia, perguntando-lhe se o *Parnahyba* ia partir em viagem, conforme noticiava aquella folha. Comquanto na vespera, á noite, o almirante Wandenkolk lhe tivesse dito que nada havia de novo e o autorizasse a ir dormir em casa, o commandante Palmeira, á vista de tal noticia, apressou-se em vir para a cidade. Pouco depois das sete horas chegava ao cáes Pharoux, onde encontrou o 1.º machinista de bordo. Este contou-lhe que, morando no morro do Castello, viu cedinho que o *Parnahyba* mudara de lugar e fumegava no Pôço; por isso viera para o cáes, com o intuito de ir a bordo saber o que havia.

Tomaram os dous um bote mercante e chegaram ao navio. O immediato, que o veio receber, referiu-lhe que não tinha podido mandal-o chamar e que o capitão-tenente Serrano tinha assumido o commando do navio.



Trocadas estas primeiras palavras, logo se aproximou do commandante o marquez de Tamandaré, que não podia disfarçar a grande commoção que o dominava. Toda a familia imperial estava na tolda, em frente ao portaló, onde o commandante acabava de apparecer. O marquez, chorando, foi apresental-o ao imperador, que o recebeu declarando conheccl-o de ha muito tempo.

Quando falámos ao commandante Palmeira, já reformado no posto de vice-almirante, vivia elle retirado numa rua tranquilla de Botafogo. Tinha cerca de setenta annos, pequeno de estatura e debil de compleição. As mãos já lhe tremiam, mas havia no seu falar uma grande vivacidade e nas suas maneiras uma singelleza captivante. Aquella scena ficou-lhe no espirito como uma lembrança que não se póde apagar, talvez como a mais funda impressão da sua vida. Amigo de infancia do almirante Wandenkolk, seu capitão de bandeira, estava escalado para seguir na divisão do norte com destino ao Pará. O almirante apenas lhe dissera que não iria para o norte, accrescentando uma vez « que não podia ver Pedro II ».

A revolução colheu-o na ignorancia dos seus preparativos, embora soubesse por Wandenkolk que era possivel um pronunciamento contra o ministerio Ouro Preto. Na manhã de 15 de no-



vembro chegou a bordo, quando por ordem do ministro Ladario já os marinheiros tinham desembarcado no arsenal. Mais tarde um escaler vindo de terra trouxe noticias de que o ministro fôra ferido e falava-se em republica no campo de Sant'Anna. Aceitou os factos como todos os soldados que tinham sido surprehendidos pela revolução. Obediente á nova ordem de cousas, não podia entretanto esquecer o seu respeito ao imperador, a quem tinha servido desde os primeiros dias da sua carreira. Quando elle lhe estendeu a mão, beijou-a, e homenagem igual tributou á imperatriz. Concluiu o velho marinheiro com uma expressão de orgulho e amargura: « Oh, elle conservava-se o mesmo homem, pairando sempre á mesma altura e esteve assim até o ultimo momento em que o vi! »

Foi sob a impressão desse encontro commovedor, que o commandante desceu á camara, onde o immediato lhe pôde então referir minuciosamente tudo quanto se tinha passado. Estavam, de noite, socegados á bordo, quando veio ordem de preparar para partir de madrugada. De madrugada chegou a lancha com Mallet e Serrano, conduzindo a familia imperial; Serrano assumiu o commando e a ultima palavra era aguardar communicação da hora em que deviam partir para a Ilha Grande, onde o *Alagôas* devia tomar os exilados.



Eram nove horas da manhã quando chegou a bordo o 1.º tenente Cunha Gomes, ajudante de ordens do ministro da marinha, portador das ultimas instrucções verbaes. Recommendava o ministro que depois de receber os principes, filhos da princeza Isabel, largasse o *Parnahyba* para o seu destino, conservando á vista o *Alagôas*, que deveria vir á altura da Raza, onde encontraria o *Riachuelo* para o comboiar. No mais, recommendava o governo, que a familia imperial fosse tratada com todo o acatamento, sendo-lhe dispensadas todas as attencões que ella merecia em tão penosa situação.

— Ha rancho a bordo? perguntou o ajudante de ordens.

— Nada, que ninguem pensava deixar o porto, respondeu o immediato.

Só a uma hora da tarde chegou a bordo o indispensavel para a refeição de tantas pessoas; a familia imperial, porem, que não tinha almoçado, preferiu esperar o jantar, recusando antes qualquer alimento.

Os principes tinham vindo pouco depois de nove horas e eram acolhidos pelos pais com tocante expansão de ternura. Logo que tudo ficou prompto a bordo, a *Parnahyba* levantou ferro e partiu barra fóra. Magnifica viagem. Todo o tempo o imperador não tirava os olhos da costa, falando de instante a instante com o commandante ácerca



dos panoramas novos que surgiam — as enseadas, as pontas de terra, toda a orla escura que corria ao longe, onde as praias morriam. Ninguém lhe ouvia uma queixa, a menor allusão aos acontecimentos da vespera. Dir-se-hia que ia alli um simples passageiro, indifferente ao que os homens estavam fazendo contra elle, havia dias, e que tudo o que o interessava, tudo o que o prendia era a terra na sua nudez selvagem, com as galas entre as quaes elle nascera, o céu sempre azul, as montanhas altivas, as angras tranquillias, os coqueiracs alinhados nas arcias longinquas, que fugiam para traz e se estendiam alem, cada vez mais brancas, entre o cinzento das terras e o azul do mar.

De mulheres não era de esperar a mesma serenidade. A imperatriz ia chorosa, queixando-se do frio que a esperava e tanto a faria soffrer. A princeza não occultava a sua magua; amava tanto o Brasil e não sabia se poderia voltar; ignorava o que tinham feito, ella e seu marido, para serem tratados assim.

Uma vez, descendo á camara do commandante para repousar, sentada num sofá, repetia a princeza as suas queixas. O conde não se envolvia na politica e toda a familia imperial confiava tanto na dedicação de Deodoro que ainda mal podia comprehender como elle se tinha posto á frente de um movimento para expulsal-a do paiz.



Ajudado por essa confiança que a princeza lhe revelava, animou-se o commandante a formular a sua alteza as razões que eram apontadas como causa da sedição. Ellas consistiam principalmente no proposito attribuido ao governo imperial de querer o aniquilamento do exercito, plano que começava a ser executado com a reorganização da guarda nacional e a retirada de batalhões da capital. Mas a princeza retrucava, repetindo que o conde não se envolvia na politica e accrescentando que elle não entraria em nenhuma combinação contra o exercito, pelo qual tinha tanta estima.

Depois da princeza foi D. Pedro Augusto quem se utilizou da camara do commandante para repousar. Alli se conservou elle até pouco antes do jantar. Já então eram francas as suas manifestações de desordem cerebral. De vez em quando mandava chamar o commandante, tomava-lhe as mãos, mostrando na face angustiosa a expressão do delirio. Nunca fizera mal a ninguem, entretanto o queriam matar; confiava-se ao commandante, pedia-lhe que vigiasse por elle, que o salvasse. Palavras de conforto e carinho davam-lhe a custo certa tranquillidade, permitindo ao commandante voltar ao seu posto.

Emfim, ao cahir da tarde, fundeava o *Parnahyba* em frente á Ilha Grande e ahí foi servido o jantar. A camara era pequena para conter a todos



e a mesa escolhida foi a da praça de armas, refeitório habitual dos officiaes. Devia haver appetite, pois era essa a primeira refeição do dia; contudo, uma grande tristeza dominava todos os animos. Só o imperador conservava o mesmo ar natural, indifferente a tudo o que acontecera, conversando prazentiramente como nas circumstancias ordinarias da vida. Ainda ahí D. Pedro Augusto se mostrava inquieto, o que fez a imperatriz chamar-o de medroso. « Então », acudiu o commandante, « sua alteza não sahe a sua majestade o imperador, que nunca deu prova de medo. » Para comprovar o seu conceito, referiu então o official o accidente que se passou na fortaleza de Santa Cruz, ao tempo da questão Christie, num dia em que o imperador fazia uma visita de inspecção e aconteceu que, sem as devidas precauções, disparasse uma peça de artilharia. Dizia-se naquella epocha que houve generaes do sequito imperial que mostraram susto excessivo. « Lembra-se disso? » interrogou o imperador com curiosidade, passando logo a referir minuciosamente as circumstancias do facto.

Quando findou o jantar, já o *Alagôas* tinha fundeado a pequena distancia do *Parnahyba*, cuja missão portanto estava finda. O imperador, a imperatriz e a princeza embarcaram num escaler com o commandante; os outros exilados distribuiram-se noutras embarcações em companhia



de officiaes. De bordo só levaram uma cadeira da camara, que a princeza desejou e lhe dava grande commodo para a viagem. O conde d'Eu confiou ao commandante cartas que deviam ser entregues ao Sr. Ramiz Galvão, preceptor dos principes.

A bordo do *Alagôas* a demora foi curta. O imperador, a imperatriz e a princeza abraçaram o commandante. Apertando-lhe a mão demoradamente, disse-lhe sua majestade que continuasse a servir ao paiz. Depois, como ultimas palavras formulou os seus votos ácerca do futuro: « O meu maior desejo é ter noticias na Europa de que tudo se passou sem derramamento de sangue. »

Dentro em pouco, depois de meia noite, o *Alagôas* suspndia ferro e o *Parnahyba* o seguia á distancia, até a altura da Raza, onde o *Riachuelo* fumegava. Na tarde de 18 o cruzador fundeava no porto e á noite o commandante Palmeira entrava no quartel general, onde deu conta da sua missão ao ministerio, que ancioso esperava informações.



III

A TRAVESSIA

Cerca das tres horas da tarde de 16, estava o commandante do *Alagôas*, Sr. José Maria Pessoa, no escriptorio da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, quando vio entrar o respectivo gerente, o subdito inglez Byrne, que immediatamente o chamou à parte. Era um homem calmo, que não trahia facilmente no rosto o seu estado d'alma; agora, porem, a sua commoção era evidente. « Não ha brasileiros no Brasil », foram as primeiras palavras que articulou com firmeza e magoa, olhando em face o commandante Pessoa. Depois continuou : « Ouça e fique calado. Tenho uma commissão muito grave para confiar-lhe. Vou dizer-lhe que ordens tem. »

Sem demora, passou Byrne a referir que vinha de uma conferencia com o ministro da marinha ácerca do embarque do imperador e sua familia. No dia seguinte, ás 11 horas da manhã, devia o *Alagôas* achar-se em condições de partir. Já havia carga recebida a bordo, mas era preciso que o navio della se desembaraçasse sem perda de tempo, tomando o carvão necessario para uma



longa travessia até S. Vicente, primeiro porto em que deveria tocar, antes de chegar a Lisboa. Em nenhum ponto da costa do Brasil era permitido fundear. Devia-se fazer provisão de mantimentos de primeira qualidade e já se havia providenciado para que fossem postos a bordo gado e caça. Era indispensavel ver quanto antes um cozinheiro de primeira ordem. Nada deveria faltar para o tratamento de pessoas habituadas a tanto bem estar.

Não havia um minuto para perder. Era sabbado, e no domingo, ás onze horas da manhã, o *Alagôas* suspendia o ferro, deixando a Saúde para ir fundear no Pôço. Já então o commandante Pessoa tinha em mãos o seguinte officio :

« Companhia Brasileira de Navegação a Vapor. Rio, 17 de novembro de 1889. — Em cumprimento das instrueções reebidas hontem do governo provisório, deve seguir hoje á tarde o vapor *Alagôas*, de seu commando, conduzindo a familia imperial para o porto de Lisboa, segundo informação verbal.

Preeipitada como é a sahida do vapor, não é possível prever as necessidades dessa viagem ; por consequencia, recommendo-lhe que faça tudo quanto for possível á confortabilidade de todos os viajantes.

Deve tocar no porto de S. Vicente para receber

carvão, o que previnirei por telegramma. Em Lisboa entender-se-ha com os correspondentes da companhia, Srs. Knowles, Raves & Co., que fornecerão carvão e o mais que for necessario ao vapor.

Havendo cargas ou passageiros em Lisboa comvem recebê-los, não sobrecarregando porem o vapor. Saúde e fraternidade — Illmo. Sr. commandante, José Maria Pessoa.

« B. BYRNE, gerente. »

Fundeando no Póço, ahi ficou o navio apenas o tempo necessario para receber a bagagem que tinha ido em duas falúas e depois se verificou ser composta, em parte, de cousas desnecessarias, havendo falta de roupas brancas e roupas indispensaveis aos filhos do Conde d'Eu. O general Beaurepaire Rohan e o barão de Mamoré foram a bordo, pensando lá encontrar o imperador, de quem esperavam despedir-se. A meia hora depois de meio dia o *Alagôas* deixava o ancoradouro e transpunha a barra, levando o commandante as seguintes instrucções do ministro da marinha :

« Ao Sr. commandante do vapor *Alagôas* — Siga vm. deste porto, logo que estiver prompto, com destino á enseada de Abrahão (Ilha Grande) a encontrar-se com o cruzador *Parnahyba*, do qual receberá o Sr. D. Pedro de Aleantara e sua familia e mais pessoas que o acompanharem, o que feito



deixará imediatamente a dita enseada com destino ás proximidades da Ilha Raza, devendo encontrar ali o couraçado *Riachuelo*, que o seguirá de perto, regulando a marcha do navio de seu commando, de maneira que não perca de vista o dito couraçado, trazendo durante a noite luz ou luzes que o façam distinguir. Sua navegação deve ser dirigida com todas as cautelas, attendendo ao grande calado de 22 pés do dito couraçado.

Fique vm. sciente que não pode nem deve tocar em porto brasileiro, sendo sua proxima escala S. Vicente para refazer-se de combustivel e dahi fará derrota para Lisboa. Desembarcando alli D. Pedro de Alcantara e familia, regresse a este porto.

Vai a bordo o 1.º tenente da armada João Augusto de Amorim Rangel em serviço do ministerio da marinha, a quem vm. abonará um conto de réis para despesas.

Recommendo a vm. a maior deferencia de tratamento a D. Pedro de Alcantara e familia. Saúde e fraternidade. — *Eduardo Wandenkolk*. Rio de Janeiro. Ministerio da marinha, 17 de novembro de 1889. »

Ao anoitecer fundeava o *Alagôas* na enseada de Abrahão e algum tempo depois, já noite fechada, começava a receber os criados da familia imperial e da comitiva e a bagagem miuda que viera no



Parnahyba. Tinham ido a bordo, desde o Rio, os barões de Loreto e Muritiba, que com suas esposas acompanhariam a familia imperial. A todo o momento se esperava o imperador. A curiosidade e a anciedade cresciam. Por fim, cerca de onze horas da noite, rumor de remos em acção indicava escaleres que se aproximavam; vinham do lado do *Parnahyba*; devia ser a familia imperial.

Tudo estava preparado para a recepção. Em falta de luz electrica, havia uma fileira de lampadas em toda a escada, que assim ficava bem clara. Infelizmente, o vento soprava fresco e o mar se agitava, de sorte que a atracção dos escaleres se tornava penosa. Todos, porem, pareciam calmos; só a imperatriz chorava, mostrando quanto lhe custavam aquellas peripecias. Foi esta aliás a unica vez que a tanto chegou a sua commoção. No portaló, o commandante recebeu a todos. Com elle fizera o conde d'Eu a famosa viagem ao norte, acompanhado de Silva Jardim. Da princeza era elle tambem conhecido, pois em mão de sua alteza, que voltava de Minas, fôra elle, na estação do Campo, entregar as primeiras cartas que daquella viagem lhe mandava o esposo.

O commandante Pessoa guarda muito vivas as impressões desses dias inolvidavcis, que correram entre a Ilha Grande e o Tejo. Documentos, retra-



tos, objectos, que lhe ficaram como lembrança, tudo elle conserva e zela com apreço. Não era possível encontrar testemunha mais fiel, depoimento mais insuspeito ácerca dessa travessia. Sem ouvir a cada instante as expansões da familia imperial, tinha entretanto ensejo de presenciar algumas, surprehender outras embora sem querer, bem como de assistir a episodios curiosos, que em taes circumstancias não se lhe poderam apagar da memoria.

Foi o seu primeiro encontro com D. Pedro Augusto que lhe deu logo a segurança de que ia ter grandes cuidados. « Você é o commandante Pessoa? » perguntou-lhe abruptamente o principe, que logo continuou : « Você tem cara de bom homem. Como é que se encarrega disso, de dar cabo da familia imperial? » O commandante prontamente comprehendeu que o principe tinha perdido a razão e para de algum modo tranquilizal-o entendeu que lhe dava boas indicações de si proprio, mostrando-se como conhecido de um membro da familia imperial. « Vossa alteza não me conhece; mas o Sr. conde d'Eu, que viajou comigo para o norte, pode dizer-lhe quem eu sou. » Mais tarde ia o commandante Pessoa verificar que essa recommendação era para D. Pedro motivo de maior desconfiança.

Logo que recebeu todos a bordo, tratou o commandante de accommodal-os como fosse melhor,



Offereceu a sua camara ao imperador, mas sua majestade a rejeitou, com receio de ficar dormindo em cima, quando no outro hemispherio ia encontrar o inverno. Foram o conde d'Eu e seu filho primogenito que se utilizaram desse aposento, fazendo-se em baixo, para o imperador, de dous camarotes um. Pouco tempo demoraram esses arranjos e á meia noite estavam todos recolhidos. Meia hora depois o *Alagôas* se fazia ao largo, em busca da ilha Raza, e toda a noite viajou.

« E o *Parnahyba*? » perguntámos nós. « O *Parnahyba* », respondeu o commandante, « marchava muito de vagar, como sabe, e foi ficando atraz. »

— Pelo que vejo, commandante, o senhor teve nas mãos um grande poder.

Comprehendendo o alcance das nossas palavras, acudiu o Sr. Pessoa :

— Contaram-me que o visconde de Ouro Preto costuma dizer que a republica esteve nas minhas mãos, pois se eu tivesse levado o imperador para a Bahia, o proprio marechal Hermes o haveria de acolher e lá se levantaria a resistencia. Na verdade, o *Alagôas* acabara de limpar o casco e tinha excellente marcha; se eu quizesse fazer rumo para a Bahia, nem o *Parnahyba*, e ainda menos o *Riachuelo*, que estava na Raza, poderiam crear-me obstaculos.

Nem por um momento, porem, o commandante



Pessoa pensou em tal. Fiel aos que lhe tinham confiado o navio, alheio á politica, podia doer-se da sorte do imperador, mas de modo algum seria agente de qualquer reivindicação. Alem disso nem o mais leve signal lhe indicava que o imperador não estivesse resignado.

De manhã cedo, aos primeiros clarões do dia, o *Riachuelo* estava junta á Raza. Era seguir agora a rota combinada. Trocados os signaes, fizeram-se ao largo os dous navios, que navegaram sempre á distancia de poucos metros até á altura da Bahia. Cada dia essa dependencia se tornava mais penosa; o *Alagôas* poderia adeantar muito, mas as instrucções mandavam attender á marcha do cou-raçado. O imperador incommodava-se com essa lentidão. « Quantas milhas faz o *Riachuelo*? » perguntava. « Sete, oito, » respondia o commandante Pessoa. « Só?... Mas elle andava dezeseis. »

Mais de uma vez teve o *Alagôas* ordem de parar, porque o *Riachuelo* precisava fazer concertos; ora eram desarranjos na machina, ora nas caldeiras. Conversando uma vez a esse respeito, visivelmente aborrecido, disse o imperador ao commandante: « Diga a esse moço, que vem a bordo, que se o *Riachuelo* é honraria, eu dispenso; se quer dizer receio, eu não quero voltar. O Brasil não me quer, vou-me embora. »

Persistindo as cousas assim, já ao norte da



Bahia deliberou o commandante Pessoa fazer este signal ao couraçado : « Grande necessidade continuar viagem só » ; ao que teve esta resposta : « Deliberação amanhã de manhã. » Effectivamente, no dia seguinte veio a bordo um official que falou ao 1.º tenente Magalhães Castro, já então substituindo o 1.º tenente Rangel, que adoecera. Mandava declarar o commandante do *Riachuelo* que durante o dia guardasse o *Alagôas* a mesma distancia observada até alli; mas á noite fosse augmentando a marcha até abandonar de vez o encouraçado.

Corria agora emfim o *Alagôas*, livre dessa guarda formidavel, que tantos dias o detivera á meia marcha. Sem duvida a monotonia de bordo não ia mudar; mas a certeza de avançar, a esperança de chegar mais depressa faziam certo bem aos animos abatidos. Alguns dias depois, a costa estava bem longe; começava o dominio do azul, que cansa os viajores — o céu e o mar, que parecem não findar, unidos na longinqua confusão, onde apenas o sol os separa.

Terra! Surgia ainda um resto de terra, perdido no oceano. Era Fernando de Noronha, ultimo pedaço do Brasil que os olhos dos banidos podiam agora ver. Foi o principe do Grão Pará quem se lembrou de mandar-lhe um derradeiro adeus. « Vamos soltar um pombo! » gritou a criança, radiante da sua idéa carinhosa.



Escreveu-se ás pressas um bilhete, que todos assignaram. Um criado foi á capoeira e colheu uma das aves que lhe pareceu mais vigorosa, capaz de transpor mais celere a distancia em que a ilha ficava. Ligou-se o papelinho á aza do pombo e da borda do navio um forte impulso impelliu-o para a terra que fugia. Os olhares alongaram-se, esperando acompanhar a longa trajetoria; mas o pombo abriu as azas impotentes e cahiu, sumindo-se no mar. Como elle, todos quantos eram destinados á cozinha de bordo tinham as azas cortadas.

A vida de bordo ia assim deslizando, e parecia, a quem observasse o imperador, que se estava fazendo uma viagem commum. Elle e a imperatriz passavam as horas em duas cadeiras de junco da Madeira, que eram os assentos mais confortaveis de bordo. Sempre que podia, o commandante vinha ver o imperador e responder ás suas perguntas incessantes. Elle passava o dia junto a uma mesinha, que foi posta perto do portaló e onde tinha livros e papeis. Nada se passava no horizonte que não lhe despertasse a attenção. Ao principio eram a costa, as regiões deante das quaes se estava passando; depois, a marcha do navio, as observações do meio-dia, a direcção que seguiam todas as velas avistadas no mar. « Irá para o Brasil? Virá do Brasil? perguntava sempre o imperador deante de cada embarcação que descobria.



Perturbava porem frequentemente essa paz e tranquillidade de bordo a agitação de que era victima D. Pedro Augusto. Cada dia augmentava a sua desconfiança do commandante. Parecia que a invocação que este fizera na Ilha Grande, do conhecimento do conde d'Eu, a quem dera como fiador para o tranquilizar, lhe augmentava a exacerbação do espirito. O commandante chegou a dizer á imperatriz que tinha esta suspeita. « Pode ser », respondeu sua majestade, « plantaram a discordia na familia. Infelizmente é verdade que elles não se gostam. » Um dia, estava o commandante conversando com o imperador, quando o principe foi chegando de vagar e perguntou-lhe em face : « Quanto lhe pagaram para dar cabo da familia imperial? » O imperador não tinha de certo a precisa noção do estado do pobre enfermo, tal a dureza de expressão com que o repelliu, levantando-se a meio da cadeira. O conde da Motta Maia, a quem todos attendiam muito, inclusive o imperador, aproximou-se então de D. Pedro e fel-o retirar, lembrando-lhe que « sua majestade não se podia incomodar. »

Outra vez, o delirio chegou a tal ponto, que o commandante soffreu uma aggressão. Conversava elle com o barão de Muritiba, quando D. Pedro investiu inesperadamente, lançando-lhe as mãos ao pescoço para estrangulal-o. Não foi sem difficuldade que o commandante se defendeu, preci-



zando afastal-o com violencia. Deante desse excesso, expoz elle ao imperador os perigos que estava correndo e chegou a falar em deter o principe num camarote. Felizmente, porem, todos se combinaram para evitar esse rigor e desde então passou D. Pedro a ser incessantemente vigiado.

A janella do camarote foi fixada com parafusos e, apesar disso, havia permanentemente, do lado de fóra, dous homens para evitar que elle a conseguisse forçar. Uma das suas preocupações era correr o navio por toda a parte, para ver se descobria armas, que suppunha escondidas; mas por todos os lados os criados o seguiam. De repente, viam-n-o parar e apontar um ou outro: « Já vi o retrato deste sujeito na galeria da policia ». A unica arma, que conseguiu apanhar, foi um compasso do commandante, de que se muniu e que por felicidade um criado tomou.

Pobre principe! Nos horrores do delirio tudo se lhe afigurava crime, perseguição e morte. As acções mais comezinhas, as figuras mais tranquillias, as cousas mais innocentes ganhavam aos seus olhos proporções de assombro. Um vidro de tintura de iodo, que o tenente Magalhães Castro trouxera do *Riachuelo*, continha o veneno que devia fulminar a todos. Ao almoço e ao jantar seguia com cuidado o serviço dos pratos e só se servia do que o commandante ja tivesse comido. Na vespera da chegada a Lisboa, a limpeza de



bordo, a pintura dos escaleres, eram preparativos para a fuga da tripulação, que ia abandonar o navio em alto mar, deixando os prisioneiros sós, o tempo preciso para a explosão das caldeiras, preparada de ante mão para fulminal-os.

Contra todos esses perigos procurava o príncipe precaver-se como podia. Apanhou um salva-vida americano, desses que se enchem soprando, e passava os dias com elle sobre o thorax, escondendo-o debaixo das roupas. Acreditava que a bordo ninguem o socorreria; em nenhuma daquellas caras descobria um signal de piedade e salvação; todos eram algozes. Appellava então para o mar, que levasse a homens menos duros os seus gritos de soccorro. Uma vez por outra viam-n-o atirar ás ondas garrafas bem arrolladas, a que confiava esperançado as suas denuncias e as suas supplicas. Duas dellas foram depois colhidas, uma em Mundahú, no Ceará, outra em Camaragibe, nas Alagóas.

Cada noite, suppunha que ia ser a ultima da sua vida. As insomnias o atormentavam, tendo chegado a passar setenta e duas horas sem dormir; ás vezes era preciso dar-lhe chloral. Ao recolher-se, á noite, despedia-se de todos e sahia amedrontado, esperando accordar na eternidade. No dia seguinte, quando os tres principes menores o viam apparecer, zombavam, na sua innocencia, dos temores do pobre allucinado : « En-



tão, ainda não foi esta noite? E' hoje!» repetiam-lhe rindo.

Diziam a bordo antigos criados do paço que era velha essa mania de perseguição, agora exacerbada. Tinha o principe ás vezes tanto medo que se mettia em baixo da cama, escondendo-se de imaginarios perigos. Uma dessas crises foi tão forte, que elle teve de ser isolado na chacara do Bom Retiro, na floresta da Tijuca.

Do imperador, porem, de cuja fraqueza intellectual tantas vezes se falou nos ultimos tempos do seu reinado, nunca percebeu o commandante o menor signal dessa decadencia. A sua famosa memoria conservava-se admiravel e todos os dias, á mesa, elle a ostentava na palestra habitual. Os dous officiaes de marinha, que iam a bordo, proeuravam evitar a familia imperial e fazer vida á parte; mas o imperador fez questão que, não só elles, mas tambem o commandante, se assentassem á mesa, onde só não vinham a princeza e as duas damas que a acompanhavam. Quando se dirigia aos officiaes, o imperador só lhes falava das familias, dos parentes que conhecia, interrogando-os ácerca de viagens navaes e disorrendo a respeito da vida do mar. Nem uma palavra quanto aos acontecimentos, nem uma vez o nome de Deodoro ou de nenhum outro dos seus companheiros.



Apenas duas vezes, fóra da mesa, o commandante o ouviu alludir á politica. Falava-se do curso que os acontecimentos tinham levado a 15 de novembro, quando elle interveio, com certo tom de censura e de queixa : « Grande parte das noticias que foram para Petropolis pelo telegrapho eu só vim a lér quando estava no paço. Se eu soubesse que as cousas tinham tamanha gravidade, ter-me-hia retirado para Minas. » De outra vez, imaginava-se a hypothese de uma viravolta, de um fracasso da republica e perguntaram-lhe se elle estaria prompto a voltar ao throno. « Sim ; se me chamarem, eu volto », foi a sua resposta.

A 2 de dezembro, dia dos annos do imperador, o commandante ornou como pôde o refeitório e apresentou um jantar escolhido. A' sobremesa tomou-se ehampanha e foi apresentada ao imperador uma saudação que o barão de Loreto escrevera e todos sem excepção assignaram. O imperador acolheu-a satisfeito e respondeu a todos, « bebendo pela prosperidade do Brasil ».

As maiores palestras do imperador eram com André Rebouças, o celebre engenheiro que tomou o encargo de acompanhar a bordo do *Alagôas* os filhos da princeza e lá ficou para acompanhar a familia imperial. Falavam, discutiam horas seguidas, sem que o imperador parecesse nunca



molestado com os modos desabusados de Rebouças, cujas pernas, estendidas para um e outro lado, ás vezes para cima, chegavam quasi a tocá-lo. Os demais viajores não mostravam igual tolerancia para o original companheiro. O conde e a princeza pareciam estimá-lo, mas a adoração que a esta elle tributava chegava a tornar-se incommoda. A imperatriz tambem achava importante tanta dedicação e procurava resguardar-se da companhia de Rebouças.

Das pessoas da comitiva ninguem estimava o abnegado engenheiro, nem elle apreciava a devoção. Julgavam-n-o um intruso. O conde da Motta Maia não podia vê-lo e nem pediu aposento para elle, no hotel em que todos se acolheram, quando chegaram a Lisboa. Rebouças não atinou com a desfeita ou a despezou; tomou quarto á sua custa e alli ficou, fiel, desinteressado, desvanecido da bondade do imperador, escravo da sua gratidão á princeza, cujo acto em 13 de maio o fanatizara para o resto da vida.

De toda a comitiva era Rebouças o mais exaltado nas suas manifestações contra os homens e as cousas de quinze de novembro. Aliás, eram frequentes as expansões dos demais ácerca dos acontecimentos. Só do imperador não se ouviam nem commentarios, nem queixas. A imperatriz tambem se mostrava resignada, e uma vez, falando ao commandante Pessoa, lembrou a trage-



dia de Queretaro e recordou o infortunio da sua prima, a imperatriz desthronada do Mexico. « Poderia ser peor », concluia D. Thereza Christina.

A princeza conservou em toda a viagem um ar de profunda tristeza; parecia inconsolavel da sua sorte, e muitas vezes, nas suas expansões, alludia com amargura a muitos a quem mais particularmente beneficiara e que, entretanto, não lhe tinham apparecido nos dous dias que ficou no paço.

O conde d'Eu mostrava-se tranquillo e sobretudo cuidava dos filhos. Durante todos os dias da viagem arvorou-se em mestre-escuela, velava sobre elles com grandes extremos e severa disciplina. Os principes tinham horas rigorosas de accordar e recolher, para o banho, o recreio e as licções. A respeito dos incidentes de bordo, elle sempre achava meios de instruil-os, chegando o seu apuro até os levar á machina e explicar-lhes o que podia estar ao alcance de intelligencias tão novas. De politica falava pouco; comtudo, o commandante o pôde ouvir uma vez a esse respeito. O 15 de novembro não fôra para elle uma surpresa. Desde a guerra do Paraguay via a republica caminhar entre as fileiras do exercito e não occultou as suas impressões ao imperador. Aconselhou-o que enfraquecesse as forças regulares de terra e apparelhasse a guarda nacional; mas o imperador não o quiz ouvir.



Passava assim o tempo e cada dia augmentava a curiosidade de noticias do Brasil. Emfim, no 1.º de dezembro aportava o *Alagôas* a S. Vicente, trazendo no mastro a bandeira que nos dous primeiros dias da republica tinha sido desfaldada na camara municipal do Rio. Era uma imitação do estandarte americano, com listas verdes e amarellas e um canto azul com estrellas brancas. Ahi recebeu o commandante telegramma do ministro da marinha, ordenando-lhe que, emquanto o imperador estivesse a bordo, içasse no mastro grande a bandeira imperial. O cumprimento dessa ordem foi saudado com uma salva de palmas.

De Lisboa chegava tambem um telegramma do rei, offerecendo um dos paços reaes para hospedagem da familia imperial. O imperador declarou promptamente que não accitava o offerecimento; mas a princeza insistia com carinho, chamando-o sempre « papai », discutindo as razões pelas quaes não deviam recusar aquella prova de amizade. Mas o imperador cortou o assumpto com vivacidade : « Não ha papai, nem meio papai; não accéito, não vou. »

Depois de recebidas as visitas officiaes, o imperador e todos que o acompanhavam desceram á terra com o fim de ouvir missa. Por tudo quanto pôde observar, verificou o commandante que a familia imperial estava desprovida de dinheiro.



Cento e sessenta mil réis foi a quantia de que o imperador dispoz para deixar aos pobres e de quinze libras esterlinas, que o commandante Pessoa emprestou e recebeu em Lisboa, careceu ahi o conde d'Eu para pagar um telegramma. Deve ter sido este o telegramma pelo qual o imperador recusou a doação de 5.000 contos¹.

Tomadas as provisões de bordo, rancho fresco, agua, carvão e lastro de pedra, deixou o *Alagôas* S. Vicente e seguiu no outro dia. Feito o rumo para Lisboa, já se tinham passado sessenta ou setenta milhas, quando o commandante verificou ainda um vez que o imperador de nada se esquecia.

Na noite da sahida da Ilha Grande, entre as poucas palavras alli trocadas, perguntara o imperador ao Sr. Pessoa : « O Sr. já viu alguma vez o pico de Teneriffe? — « Não, senhor. » — « Pois desta vez passe perto que ha de gostar; é muito bonito. E' uma paizagem pittoresca e ás vezes tem-se alli oportunidade de ver camellos recebendo carga. » Nunca mais alludiu o imperador a essa idéa. Agora, já longe de São Vicente, voltou elle ao assumpto : « Não se esqueça do que lhe disse quando sahimos da Ilha Grande. Vamos ver Teneriffe. »

¹ Com o cambio ao par, que foi mantido nos primeiros dias da republica, essa somma correspondia a cerca de quatorze milhões de francos.



A communicacão desse episodio causou contrariedade á eomitiva imperial; eram setenta milhas perdidas e todos aconselhavam ao commandante que se fizesse desentendido e continuasse na sua rota. O Sr. Pessoa, porem, não teve animo de faltar ao imperador; mudou de rumo e por fim se aproximou das Canarias. O *Alagôas* passou tão perto que ninguem se arrependeu do desvio; alem das bellezas do panorama puderam todos observar os exercicios que desse momento se faziam a bordo de uma eorveta de guerra americana.

Lisboa, emfim! As praias de Cascaes e Estoril desenhavam-se ao longe com o fundo eescuro, pedregoso e esteril; entre os pharóes da barra uma faixa de espuma passava fervendo, bordando de branco as aguas verdes do Tejo, que vinham crespas de longe, rolando para o mar. Paço d'Areos surgia com a easaria espaçada e a torre de Belem despontava á beira mar como um enfeite mourisco, cortado em filigrana, rendilhado de arabeseos. A cidade ia-se erguendo, augmentando, estendendo, nas collinas risonhas, onde um maeição de arvoredo mareava na paizagem a tapada da Ajuda. E por traz do esplendido panorama espalhava-se a sombra austera de Cintra, em eujos eimos de verdura, como um ninho mysterioso, o castello da Pena espiava para o



mar, onde tinham passado as quinas gloriosas, que foram ao oriente e ao occidente descobrir e dominar novos mundos. De um delles estava vindo agora para o exilio um neto

Daquelles reis que foram dilatando
A Fé, o Imperio...

No mar salvavam as fortalezas; de terra surgiam depois galeotas, onde vinham o rei, o ministerio, os grandes da côrte, um sequito luzidio e apparatuso, para prestar ao imperador de posto honras de soberano. Antes que tudo isso apparecesse, o descjo do imperador, apenas o *Alagôas* fundeava, era desembarcar sem demora, libertar-se de todo o apparatuso, de todas as formalidades de que se via ameaçado. Só o empenho da familia e de todos os que o acompanhavam o fez recuar desse intento. Era tão grande, porem, a sua pressa, que nem deu tempo ao rei de subir ao *Alagôas*. Quando a galeota atracou, estava prompto para descer, como fez, apoiando a mão no hombro do commandante, que logo voltou ao portaló para dar igual auxilio á imperatriz.

Antes de deixar o navio, o imperador tinha pedido ao commandante uma lista de toda a tripulação do *Alagôas*, a quem quiz gratificar, tendo



em attenção a categoria de cada um. A creatura mais humilde de bordo era um homem, extranho á equipagem, tomado para cuidar do gado, durante a viagem. Até d'elle o imperador se lembrou : « Falta o homem que trata dos bois ; não o esqueça. »

Durante toda a travessia o commandante fizera quanto estava ao seu alcance para tornar menos penosa a viagem da familia imperial. Ficou-lhe a impressão de que toda ella não teve o menor motivo de queixa. Em frente a Fernando de Noronha, a 24 de novembro, o imperador e todos os seus offereccram-lhe os retratos em grupo. O conde d'Eu, que ahi tambem figurava, deu-lhe em Lisboa, a 9 de dezembro, uma photographia especial « em lembrança das viagens realizadas em circumstancias infelizmente bem differentes » ; e o proprio D. Pedro Augusto, que depois do desaparecimento do *Riachuelo* parecia melhor, tambem lhe deixou o retrato « em signal de muito especial estima ». Agradecendo-lhe, disse-lhe o commandante Pessoa a brincar : « E era a mim que vossa alteza queria esganar... »

Foi de cinco dias a demora em Lisboa. Sempre que havia um momento de folga, o commandante ia á terra, onde o informavam que o imperador passava bem. Una vez, entrando na igreja dos Jeronymos, lá o encontrou com toda a fami-



lia imperial diante do tumulto de Alexandre Her-
culano, cujos dizeres repetia ao barão de Loreto,
para que este os registrasse num livro de notas.
Foi ahí que recebeu do imperador o convite para
jantar em sua compahnia no hotel Bragança. De-
pois do jantar, o imperador entregou-lhe um re-
logio de ouro com esta inscripção : « D. Pedro de
Alcantara e sua familia a José Maria Pessoa. Rio,
17 de novembro de 1889 », pedindo-lhe depois
que passasse ás mãos do immediato e do piloto
de bordo, Srs. Az evedo e Severino Santos, um
alfinete de gravata e um par de botões que lhes
destinava.

Estava finda a missão. De volta, já o *Alagôas*
retomava o seu character de navio mercante : car-
gas, passageiros, escalas, saúde, policia, alfan-
dega, todas as preoccupações e cuidados a que o
perito marinheiro já se habituara em annos se-
guidos de labuta. D'essa delicada commissão
nada lhe ficou de proveito pessoal, nem largas
gratificações, nem honras militares, que depois se
baratearam. Ella era imposta como um encargo
do officio e assim foi aceita e executada, com
lealdade aos que a ordenavam, com bondade para
os que iam soffrendo. Ha uma cousa, porein, que
se conserva immorredoura na lembrança desse
homem, preciosa testemunha de tão grande episo-
dio da nossa historia. E' a sombra desse imperador
destronado, seguindo para o exilio como um



philosopho alheio ás paixões do mundo, informando-se das alturas do sol e das paizagens da costa, sem ter, de tudo que ficava, nem uma queixa... e nem uma esperança.



IV

A DOAÇÃO

O incidente da doação de cinco mil contos de réis ao imperador tem sido assumpto de demorada controversia. Conforme o testemunho de Mallet, vê-se que o imperador, enquanto esteve no paço não reeebeu o decreto que regulava a materia. Mallet esteve alli duas veses e só da primeira foi acompanhado por José Simeão, mas sem ver o imperador. Ahi José Simeão apenas informava que o decreto estava sendo lavrado, e esta communicação Mallet transmittia á princeza e ao conde d'Eu. Depois disso voltou ao quartel general, donde de novo veio ao paço, sem José Simeão, e só então falou ao imperador sem alludir áquelle assumpto.

Entretanto mais tarde, revogando esse decreto, o governo provisório, no mesmo acto, baniu a familia imperial, fundando-se, entre outros motivos, em « que o Sr. D. Pedro de Alcantara, depois de *acceitar e agradecer aqui* o subsidio de cinco mil eontos para ajuda de custo de seu estabele-



cimento na Europa, *ao receber, das mãos do general que lh'o apresentou*, o decreto onde se consigna essa medida, muda agora de deliberação, declarando recusar semelhante liberalidade. » É, como se verá adiante, o equívoco reproduzido num discurso do Sr. Ruy Barbosa em 1907, no qual o general José Simeão figura entregando ao imperador o decreto da doação. Aliás, nesse mesmo discurso diz o Sr. Ruy Barbosa « não ser exacto ter dito alguma vez que sua majestade acceitara o decreto, mas que a familia de sua majestade o acceitou. Esta é a verdade », conclue s. exa. Assim, pois, o proprio Sr. Ruy Barbosa desinentiu em 1907 o primeiro « considerando » do decreto de banimento, assignado por todos os membros do governo provisório.

O general Lassance sempre negou que o imperador tivesse tido a menor intervenção nesse assumpto. Logo a 17 de novembro, respondendo á *Gazeta de Noticias*, publicou elle o seguinte artigo :

« Não fui falar ao governo provisório em nome do imperador. Fui apenas indagar em que se cifravam as intenções do governo quanto ás garantias estatuidas a favor dos membros da familia imperial, nos tratados de casamento e leis respectivas, bem como sobre os seus direitos a alguns bens particulares. Não apresentei lista alguma com verbas detalhadas orçando em cinea



mil contos. Fui apenas pedir informações e não fui em nome do imperador.

« Os Srs. conde e condessa d'Eu deliberaram embarcar de madrugada, antes de ter conhecimento do decreto relativo á quantia de cinco mil contos, como podem attestar os Srs. general Simcção e tenente-coronel Mallet; essa deliberação foi tomada por considerações muito diversas.

« Não assignei contracto algum. O decreto do governo provisorio foi todo espontaneo e só foi entregue ao imperador quando este já se achava a bordo da canhoneira *Parnahyba*. O portador foi um capitão do exereito. Este decreto nenhuma relação teve com o embarque do imperador, que deliberou embarcar de madrugada em virtude do que lhe foi transmittido pelo tenente-coronel Mallet, em nome do governo provisorio.

« Faço a publicação destas linhas a bem da verdade. »

Em data de 20 de novembro voltou o Sr. Lasance á imprensa, nestes termos :

« Fui espontaneamente ao quartel-general na noite de 16, por ver que S. A. o Sr. conde d'Eu estava muito incommodado por causa de um grande compromisso que tinha com o Banco do Brasil. Esse compromisso poderia ser solvido uma vez que fossem garantidos os seus direitos ás propriedades particulares, os tratados de casamento e leis respectivas. Mas, S. A., por expe-



riência em sua família, nutriu receios, e por isso estava incommodado pelo dito compromisso.

« Convencido de que tudo se poderia arranjar, porque confiava na generosidade da nação brasileira, representada pelo governo provisório, resolvi ir ao quartel-general informar-me se alguma deliberação se havia tomado sobre confiscação dos bens da família imperial.

« Para este fim organizei umas notas concernentes a artigos de contractos matrimoniaes, leis e regulamentos respectivos, de que eu tinha conhecimento, por ser o mordomo de S. A.; nelas mencionava serviços de S. A. a Sra. D. Isabel, que permaneceu vinte e cinco annos neste paiz, depois de casada, que esteve tres vezes á testa do governo da nação e que teve a fortuna de assignar as duas leis que igualavam a condição dos nascidos no Brasil, serviços estes que não tiveram a fortuna de prestar suas altezas, as princezas D. Francisca, D. Januarina e D. Leopoldina, as quaes, não obstante, em virtude dos contractos matrimoniaes, receberam seus patrimonios.

« Nessas notas, que estiveram em mão do Exmo. Sr. Quintino Boeayuva, não existe uma só verba de divida nem um só nome de eredor.

« Eu não podia cogitar em pedir favores extraordinarios como esse de pedir dinheiro para pagamento de dividas da família imperial, quando ia



pedir informações sobre direitos adquiridos, isto é, se seriam garantidos a favor dos membros da família imperial os tratados de casamento e leis respectivas, bem como sobre os seus direitos a alguns bens particulares. Esta é que é a verdade.

« A família imperial, na emergência em que se achava, nunca pediria dinheiro, e nem eu me embarcaria de semelhante incumbência. Quem foi comunicar a generosa e espontânea deliberação do governo provisório foi o general José Simeão, que me causou admiração.

« Não nego que o Sr. conde d'Eu, quando embarcou, já sabia pelo Sr. general Simeão que o governo provisório havia resolvido dar cinco mil contos à família imperial, porém afirmo que quando esse general chegou a palácio para dar notícia de tal concessão já sua alteza tinha resolvido embarcar de madrugada e eu já tinha comunicado essa resolução ao Sr. tenente-coronel Mallet, que para tal fim fôra comigo a palácio e lá me aguardava, sendo nesta ocasião encontrado o Sr. general Simeão que, com o Sr. Mallet, foram por mim levados à presença de sua alteza, tendo então lugar a comunicação sobre a generosa concessão do governo provisório. »

Em maio de 1907 este assumpto voltou á baila. No discurso a que nos referimos, pronunciado no senado em data de 16, e em resposta a um es-



cripto do Sr. Andrade Figueira, assim se exprimiu o Sr. Ruy Barbosa :

« Não é exacto nem consta ao orador haver dito alguma vez que sua majestade acceitara o decreto que lhe concedia 5.000:000\$, de ajuda de custo, mas que a familia de sua majestade o acceitou. Esta é a verdade. Estava o orador no quartel-general do exercito na noite de 16 de novembro, que precedeu a do embarque do Sr. D. Pedro II, sob preoccupações muito graves, quando lhe annunciaram a presença de um servidor da familia imperial, o Sr. Lassance. Acudiu ao chamado.

« Expoz-lhe então o Sr. Lassance que as circumstancias pecuniarias do Sr. D. Pedro II eram summamente difficeis e melindrosas; que as dividas do imperador importavam em uma quantia consideravel; que a situação da familia imperial, obrigada a sahir do paiz em circumstancias taes, era vexatoria e desagradavel. Ouvido isto, o orador procurou o seu collega de governo, o Sr. Quintino Bocayuva, que por sua vez ouviu o Sr. Lassance, e perguntou-lhe quanto seria preciso ao imperador para se desempenhar com os seus credores, se a cifra de 5.000:000\$ seria sufficiente.

« Respondeu o Sr. Lassance que 5.000:000\$ bastavam.

« O orador chamou os outros eollegas presen-



tes e o Sr. Francisco Glycerio, que se achava tambem no quartel-general. Ficaram todos seientes do que se passava, ouvindo todos o emissario.

« Deliberou-se se se devia ou não adoptar essa medida que, sendo por um lado a expressão da magnanimidade da revolução, era ao mesmo tempo de grande alcance politico pelas difficuldades que resolvia. Immediatamente foi accedido o alvitre, chamando o orador uma pessoa, não se recorda, mas suppõe ter sido o Sr. Rubem Tavares, funcionario do ministerio da agricultura, para lavrar o decreto, que acto continuo foi assignado.

« Incumbiu o governo a um general do exercito de levar este decreto ao seu destino.

« O decreto foi entregue nas mãos do Sr. conde d'Eu. Ao voltar ao quartel-general, communicou o emissario que o principe, esposo da herdeira da corôa, havia recebido o acto do governo com manifesta satisfação e com agradecimento, dizendo que outra cousa não esperava dos seus amigos Benjamin Constant e Quintino.

« Por menos verosimil que isto pareça, foi o que ao governo communicou o emissario, um militar incapaz de faltar á verdade.

« Sabe-se o que succedeu depois. O decreto ficou na posse de quem o havia recebido.

« Não sabe o orador se sua majestade teve nessa occasião conhecimento do facto; teve-o, po-



rein, a sua familia. Se os escrupulos de sua majestade honram-n-o, o aeto do governo provisorio não é motivo nem para ira, nem para desprezo de nenhum dos seus membros.

« Sua majestade podia ter comprehendido os seus deveres de homem altivo, sem que os membros do governo provisorio faltassem aos seus.

« Saiba o senado, saiba o paiz que o aeto do governo provisorio não foi espontaneo; foi pro-voeado por um aeto que veio do seio da familia imperial. »

Como já dissemos, ha um equivooco na narrativa do Sr. Ruy Barbosa, o que aliás é natural, depois de passados deoito annos. Conforme refere Mallet, o general José Simeão não foi portador do decreto, mas da communicação, autorizada pelo governo provisorio, de que o papel estava sendo escripto. De facto, a communicação foi feita ao conde d'Eu em presença da prinieza, a qual aeolheu a noticia eom palavras de nobreza, conforme o depoimento de Mallet.

Essa reetificação tambem está consignada em artigo publicado pelo general Lassanee no dia 18 de maio de 1907 e que val a pena aqui reproduzir :

« Um trecho do diseurso pronunciado ontem no senado pelo Exm. Sr. conselheiro Ruy Barbosa, a respeito do banimento da familia imperial, obriga-me a vir pela quarta vez á imprensa para contestar o que, por equivoeco ou má fé,



se allega de ter a familia imperial commettido a vil humilhação de mandar por mim pedir, na noite de 15 de novembro, recursos para solver compromissos, incumbencia essa de que eu nunca me encarregaria.

« S. Ex. deve recordar-se que nessa occasião eu tinha em mão uma relação, pelo que depois inventaram ser essa relação de compromissos da familia imperial.

« O unico compromisso da familia imperial era apenas com o Banco do Brasil, o que não podia constituir relação.

« O fim da minha ida ao quartel general tinha por base o conteúdo dessa relação, que S. Ex. deve-se recordar, que constava dos compromissos outorgados pela nação em virtude de contractos ante-nupciaes approvados pelos poderes constituidos, seguindo-se a esses compromissos os serviços inolvidaveis prestados por S. A. a Sra. D. Isabel nas tres vezes que, com tanto brilho, exerceu a regencia do Imperio, bem como os relevantes serviços prestados na paz e na guerra por S. A. o Sr. conde d'Eu, como marechal do exercito, serviços esses prestados sem S. A. auferir vantagens pecuniarias.

« O meu fim, portanto, foi informar-me se o governo provisorio respeitaria ou não esses direitos civis outorgados pelos contractos ante-nupciaes e nunca pedir esmola.



posso admitir é que S. Ex., preocupado com a grande responsabilidade que pesava sobre si e com os trabalhos intellectuaes para estabelecer o novo governo, pouca attenção prestou-me, tomando o pedido de informações que ali me levou por pedido de dinheiro, transmittindo essa infeliz idéa aos seus intimos. »

O acto da entrega do decreto, a que allude o general Lassance, foi descripto pelo *Novidades*, jornal que se publicava no Rio em novembro de 1889. De tudo isso se apura que, até o momento de partir a familia imperial, ninguem por parte do governo provisorio tinha communicado directamente ao imperador o facto da doação, sendo natural acreditar que o conde d'Eu e a princeza o tivessem deixado na ignorancia do assumpto. O ultimo emissario do governo ao imperador, o tenente França, deixou o *Parnahyba* antes do imperador ler o decreto que lhe fôra entregue. Eis o que narra o *Novidades* :

« Tendo o governo da republica brasileira encarregado o tenente de infantaria Jeronymo Teixeira França de entregar a D. Pedro de Alcantara o decreto em que era regulada a doação de \$ 5.000.000 \$ concedida para as despezas de viagem e installação na Europa do ex-imperador e sua familia, solicitou aquelle official do arsenal de marinha uma lancha, e, acompanhado pelo tenente Agostinho Rosauero de Almcida, que com-



mandava uma escolta de vinte homens, dirigiu-se ás quatro horas da madrugada de 16 para bordo do cruzador *Parnahyba*, onde se achava embareada a familia deposta.

« Ao entrar a bordo do *Parnahyba*, encontrou elle sentados em semi-circulo o Sr. D. Pedro de Aleantara e quase todos os membros de sua familia. Achavam-se todos pallidos; a consternação, a angustia profunda, manifestavam-se visivelmente em todas as physionomias. D. Pedro de Aleantara, se bem que muito impressionado, conservava-se aparentemente tranquillo, e sua cabeça, parecendo não querer curvar-se ao peso da idade e da impressão angustiosa que o dominava, mantinha-se levantada, ostentando altivez e nobreza de character. Acereando-se do grupo que se achava no tombadilho, o tenente França curvou-se respeitosaente, mas sem exaggero, e disse o seguinte a D. Pedro de Aleantara :

« — O governo concedeu-me a honra de vir respeitosaente depor nas vossas mãos o documento que aqui apresento.

« — Que governo? perguntou D. Pedro, mostrando absoluto esquecimento de tudo quanto se passara.

« — O governo do Brasil, repetiu simplesmente o official.

« — Mas esse documento o que é? perguntou D. Pedro, hesitando receber a folha de papel em



que fôra lavrado o 1.º decreto dos Estados Unidos do Brasil e que lhe offercia de braço estendido o encarregado dessa missão espinhosa.

« — Este documento, contestou-lhe, é o decreto que regula o futuro de vossa familia.

« — O decreto que regula?... replicou D. Pedro em duvida.

« — O futuro de vossa familia, acrescentou o portador do governo, completando a sua primeira phrase.

« Em seguida, vendo que o Sr. D. Pedro de Alcantara hesitava ainda em acceitar o papel que lhe era estendido, acrescentou o tenente França com entonação convicta :

« — Podeis, senhor, acceitar este documento; elle é muito honroso para vossa pessoa.

« Foi então que o Sr. D. Pedro de Alcantara se decidiu a acceital-o, proferindo a seguinte phrase :

« — Está bom, dê cá.

« Em seguida desejou o tenente França boa viagem a toda a familia, fez uma cortezia e dirigiu-se ao portaló para tomar a lancha, que estava atracada a boreste do *Parnahyba*. »



VINTE E TRES DE NOVEMBRO

A DISSOLUÇÃO DO CONGRESSO

A 23 de novembro de 1891, o Rio acordava sob o espanto de acontecimentos gravíssimos. Havia vinte dias o presidente da republica tinha dissolvido o congresso nacional e decretado o estado de sitio, declarando entretanto que continuaria a governar com a constituição mutilada. De todos os pontos do paiz choviam adhesões ao seu acto; governadores, guarnições, politicos militantes, endereçavam-lhe telegrammas calorosos. Um dos signatarios dessas missivas entusiasticas, governador de um Estado, sentia tanto a majestade do poder dictatorial, que se declarava seu subdito.

Não durou muito tempo a grandeza sonhada. Do mesmo modo que a 15 de novembro, tudo se mudou como num lance de magica. A omnipotencia da vespera, vacillante pela madrugada, já pela manhã se desfazia. A differença era que,



dous annos antes, toda a força abandonara o monarcha, cujo governo não pôde sustentar a lueta que queria acceitar; agora, era um acto de abdicção, aconselhado pelas incertezas de uma vida combalida por doenças, mas que se consummava arrancando lagrimas e imprecações de co-lera aos que preferiam morrer junto ao chefe que idolatravam.

Ao lado do velho soldado, cuja estrella fôra sempre tão luzente e de subito se offuscava, estava o homem que desde janeiro dirigia a sua politica e encarnava a maior confiança que já a alguém no Brasil fôra dado merecer do chefe do Estado. Todo o paiz acreditava que o barão de Lucena era o governo e a sua reputação de homem de vontade attrahia para a sua pessoa não só a disciplina dos que queriam obedecer, como tambem os odios dos que se queriam insurgir. Certamente elle nunca sonhara o papel que fôra chamado a representar. A sua presença alli nascia de um acto de devoção pessoal, embora originada na politica militante. Depois da catastrophe, elle ficou fielmente ao lado do amigo que se sacrificara, até que o viu morrer numa longa agonia de quatro mezes. Nunca mais o seu nome appareceu, a não ser em incidentes de politica local. Hoje, a sua vida é a de um actor retirado do theatro onde imperou. Parece que o encanta esse mergulho de silencio e obscuridade, que o envolve



na paz da familia; quando delle nos aproximamos, porem, sentimos no fundo da sua alma a paixão das luctas passadas; elle vibra e renasce do fundo das suas decepções e das suas saudades; as scenas se reanimam, os personagens voltam a mover-se e a falar, e tudo o impulsiona e sacode, como se o fizessem voltar ás agitações predilectas do seu espirito.

Foi para ouvil-o a respeito desses acontecimentos, que o procurámos um dia na sua ampla e singella residencia de São Clemente. Começou o Sr. Lucena por contar-nos o seu encontro com Deodoro em 1890, quando, vindo assumir uma vara de direito no Districto Federal, delle recebeu hospedagem no Itamaraty. Ao dar-lhe parabens pela facilidade com que tudo se tinha resolvido a 15 de novembro, foi interrompido pelo general:

— Isso foi um mal; a nação ficou attonita e as opiniões divergentes não se puderam pronunciar. Ainda ha de haver revoluções, e o sangue que não correu a 15 de novembro ainda ha de correr.

Depois Deodoro falava das suas incertezas, da sua angustia deante do quartel-general. Lembra-se dos seus impetos, do seu desespero, ordenando tres vezes a seu sobrinho Pedro Paulo, o qual guardava o portão do lado interior, que abrisse depressa, não podendo admittir que elle



o desattendesse. E ajuntava : « Os minutos de incerteza que passei em frente ao quartel-general valeram por todos os annos da minha vida. »

Conhecida a intima ligação pessoal entre o Sr. Lucena e Deodoro, que não tinha entre homens politicos nenhum que lhe inspirasse semelhante confiança, é facil comprehender como após a demissão em massa dos ministros do governo provisorio, o poder foi ter ás mãos do antigo presidente do Rio Grande do Sul.

Explica elle que a erise do governo provisorio não foi por causa do porto das Torres, como então se disse; mas sobretudo por causa da concessão da companhia « Hydraulicas ». O ministro da agricultura, Sr. Glycerio, propoz que o general assignasse um decreto garantindo juros de 100.000:000\$ ouro para essa empreza, a quem seriam entregues o local onde está o arsenal de marinha e a ilha das Cobras, eujas officinas e demais repartições ella construiria em outro lugar, nos terrenos que o governo viesse a adquirir para esse fim. O general negou-se a assignar esse decreto, e considerando a facilidade que os seus ministros sempre tiveram em dar concessões, achou opportuno insistir por seu lado para que se fizesse mais uma, destinada á construcção do porto das Torres, no Rio Grande do Sul.

O ministerio não quiz attendel-o e Deodoro per-



sistia em não ceder no caso da « Hydraulicas ». Vendo a questão nesse pé, o Sr. Lucena procurou harmonizal-os e foi ao congresso de S. Christovão para falar aos ministros. Lá só encontrou o Sr. Wandenkolk, que muito se esforçava pela concessão da « Hydraulicas ». O almirante mostrou-se intransigente e declarou que não havia accordo possível, sem que fosse assignado antes o decreto relativo á garantia de cem mil contos. Deante do mallogro dessa tentativa o general accitou a demissão, que os ministros já tinham pedido, e annunciou ao Sr. Lucena que precisava dos seus serviços, declarando-lhe categoricamente que, se elle recusasse o governo, resignaria a presidencia, caso fosse eleito.

Desde então grande lucta se abriu no congresso contra o governo. Quando essa parecia ter chegado ao seu auge, acarretando funestas consequências, houve uma conferencia entre o Sr. Lucena, Campos Salles e Quintino Bocayuva. O ministro offerencia tudo á opposição, inclusive deixar o poder se aquelles chefes lhe garantissem uma politica sem represalias ; mas insistindo Campos Salles que elle permanecesse no governo, como uma das garantias do accordo, foi combinado que entrassem para o ministerio os Srs. Bernardino de Campos e Ubaldino do Amaral. A solução parecia satisfazer até aos mais exaltados e teve o apoio de Aristides Lobo ; mas os Srs.



Glycerio e Prudente de Moraes mostraram-se irreductiveis.

Uma das condições exigidas pelo Sr. Lucena era que fossem retirados da ordem do dia alguns projectos que reputava ou inconstitucionaes ou inconvenientes, mencionando-se entre os primeiros alguns que tinham sido vetados e estavam sendo reproduzidos na mesma scssão, contra expressa disposição constitucional. Entre os outros figuravam o da precedencia do casamento civil ao religioso e o que prohibia o uso de condecorações.

A proposito deste, referiu-nos o Sr. Lucena que era enorme a agitação nos quartéis por causa da medida proposta. Uma vez, todos os corpos da guarnição estiveram preparados para fazer um pronunciamento deante do congresso, levando com as respectivas insignias as bandeiras que tinham sido condecoradas por feitos de guerra dos respectivos batalhões. Deodoro soube em tempo do que se passava e abafou promptamente o desastrado plano; mas, apesar disso, os exaltados continuavam a trabalhar no mesmo sentido e diziam que haviam de leval-o avante « sem o velho saber ».

A resposta que Prudente de Moraes deu ás combinações em andamento foi pôr immediatamente na ordem do dia um dos projectos impugnados pelo Sr. Lucena. Ainda assim Campos



Salles voltou a reatar as negociações; mas numa carta da epocha, cuja copia nos leu, e dirigida a Cesario Alvim, o Sr. Lucena logo previu que elle perdia o seu esforço, e a proposito da sua intervenção fez as mais ealorosas refereneias á sua superioridade de vistas e elevação de espirito.

No meio de tantas difficuldades a saúde do general era a mais precaria possivel. Uma vez, no mez de setembro, o Dr. Murtinho avisou o Sr. Lucena de que o doente, ataeado de uma gripe, corria serio riseo de vida, podendò sueumbir de um momento para outro. Tres dias passou o general em estado comatoso. Nada fazia aereeditar que elle resurgisse, pode-se assim dizer.

Foram tres dias de angustia. Não foi possivel guardar segredo absoluto da desgraça imminente; a cousa transpirou e desde logo se começou a cospirar para que o general Floriano não assumisse o governo, na sua qualidade de vice-presidente. Um politico, ainda hoje militante e de autoridade cada vez maior, proeou o Sr. Lucena, propondo-lhe connivencia nesse plano. « Eu e os meus amigos já temos feito algum trabalho nos quartéis », informava elle.

— Mas que solução pode achar o senhor fóra da successão constitueional? perguntou-lhe o Sr. Lucena.

— O Sr. Quintino Boeayuva, respondeu o interloeutor.



O Sr. Lucena calou-se.

— Não lhe serve? Então o marechal Almeida Barreto.

O Sr. Lucena continuava calado.

— Não lhe servem esses? Seja então v. ex. Marchando unidos, os nossos Estados, dictarão a lei á republica, concluiu o proponente.

Por sua vez, o general Floriano teve aviso do que se passava e pelo seu amigo, senador Pires Ferreira, de tudo mandou prevenir ao Sr. Lucena. Este encarregou o ministro da marinha, almirante Foster Vidal, de entender-se com o vice-presidente e assegurar-lhe a lealdade constitucional dos ministros, pedindo-lhe ao mesmo tempo que, por seu lado, fosse contraminando o que estavam fazendo nos quartéis.

De novo appareceu-lhe o general Pires Ferreira, em nome do vice-presidente, para agradecer-lhe o aviso e dizer-lhe que, no caso de successão legal, o futuro chefe do Estado desejava vivamente tê-lo ao seu lado no governo. O Sr. Lucena declarou que não poderia acceitar a incumbencia e rogava ao marechal que desde logo fosse pensando na escolha dos novos ministros.

Quando o mallogro das tentativas de Campos Salles e a insistência de Prudente de Moraes demonstraram que não havia accôrdo possível com o congresso, resolveu-se Deodoro a dissolvê-lo. Fiado nos antecedentes referidos, que o tinham



posto em contacto indirecto com o marechal Floriano, entendeu o Sr. Lucena que o devia pôr ao corrente de tudo. Ao principio Deodoro se oppoz.

Em vez de reconstituir esse episodio, entregou-nos o Sr. Lucena uma copia da carta que em 1.º de novembro escreveu a Cesario Alvim, então presidente de Minas, com quem mantivera assidua correspondencia naquella epocha. Essa carta foi escripta logo após a entrevista com o marechal e conserva a vivacidade da scena que se passou.

A carta reza assim :

« Rio, 1º de novembro de 1891 — Exm. Sr. Dr. Cesario Alvim. — Toda a esperanza de accordo volatilizou-se ! O Sr. Prudente de Moraes e o seu *fidus Achates* oppõem-se energicamente a que elle se realize ! Na presidencia do senado aquelle se tem mostrado de uma parcialidade admiravel ! No incidente occorrido com o coronel Pedro Paulino nada ha que justifique o seu procedimento !¹

¹ O Sr. Prudente de Moraes Filho contestou os conceitos do barão de Lucena, mostrando que o congresso constituinte approvou unanimemente um voto de reconhecimento ao presidente e mais membros da mesa, pela sua imparcialidade na direcção dos trabalhos, e que o senado, em setembro de 1893, dirigiu uma mensagem ao seu vice presidente, Prudente de Moraes, para assignalar o apreço que o tinha por sua correcção e imparcialidade.



« Quando presidente do congresso constituinte, todos viram que elle, nem uma só vez sequer, chamou á ordem os oradores que se excediam na tribuna, atirando injurias e improperios ao chefe do poder executivo, o fundador da republica, a quem, exclusivamente, elle e os seus amigos devem o que hoje são.

« Quem não se recorda com indignação do procedimento que teve para com o generalissimo, communicando-lhe a sua eleição para presidente da republica por meio de um officio, em que se assignava nas alturas, e punha o endereço na ultima linha e — o que é mais singular — lhe marcava dia e hora em que devia comparecer para prestar o compromisso constitucional?!

« Pois não era de estylo, não era um acto de cortezia, tratando-se de poder a poder, que se nomeasse uma commissão para dar-lhe sciencia da eleição, e saber d'elle o dia e a hora em que lhe aprazia prestar o alludido compromisso, sobretudo tendo-se em attenção que o generalissimo era um homem enfermo?!

« Mas isto não é tudo. Quem tambem não se recorda com pasmo e tristeza do modo affrontoso por que tratou o mesmo generalissimo, quando se apresentou para tomar posse do cargo, obrigando-o a permanecer por quase meia hora em pé, offegante, no meio da multidão que enchia a sala de entrada no pavimento terreo, e o que



é mais censuravel, abandonando a cadeira presidencial para ir com os seus secretarios em commissão receber o vice-presidente e deixando o generalissimo isolado na mesa como espargo no monte ?! ¹.

« Pois, já se viu em tempo e parlamento algum o presidente de uma assembléa se constituir em commissão com os seus secretarios para ir receber os representantes de outro poder? E se isso era permitido, por que não procedeu de igual modo com o presidente da republica ?

« Como é que um homem, que occupa posição tão elevada, desce a actos que um simples parti-

¹ O Sr. Prudente de Moraes Filho contestou tambem a exactidão dessa referencia, citando os annaes da constituinte, donde consta que o respectivo presidente nomeou commissões especiaes para receberem o presidente e vice-presidente da republica. Lê-se nessa citação: « Sendo introduzidos no recinto pelas commissões acima nomeadas, os Srs. Manoel Deodoro da Fonseca, presidente eleito da republica, e Floriano Peixoto, vice-presidente eleito da republica tomam assento á mesa, o primeiro á direita e o segundo á esquerda do presidente do congresso. »

O barão de Lucena redarguiu, dizendo que a commissão foi nomeada quando Deodoro já se achava no edificio do congresso e que houve demora em ir recebê-lo. Continuou a affirmar que a mesa do congresso abandonou o seu logar para receber Floriano e que o facto foi presenciado por todos que, como elle, alli se achavam.



cular, por maior que fosse o seu despeito, se eximiria de praticar? O senador Quintino Bocayuva, referindo-se ao modo por que as cousas vão correndo, prophetiza, segundo me consta, como inevitavel, a dissolução ou a deposição.

« Desejando evitar que essa prophécia se realize propuz ao generalissimo ir eu pessoalmente entender-me com o marechal Floriano Peixoto, para obter d'elle que fosse assumir a presidencia do senado, afim de impedir que o Sr. Prudente de Moraes dêsse para ordem do dia os projectos de lei não sancionados, contra a litteral disposição da constituição, e dest'arte precipitasse os acontecimentos.

« O generalissimo, depois de ouvir-me e guardar silencio por algum tempo, disse-me:

« — Não vá; você não conhece Floriano Peixoto; eu não direi que elle seja um cobarde, porque seria fazer-lhe uma injustiça; mas elle é homem dotado de uma natureza toda passiva, e se tem a coragem collectiva, e cumpre bem o seu dever, não tem, porem, a individual, e fique certo de que, se elle se compenetrar da necessidade que temos do seu apoio, se atirá abertamente nos braços da opposição.

« — Mas, generalissimo, retorqui eu, de duas, uma: ou nós estamos fortes, e neste caso não devemos receiar que a opposição com o marechal á frente « ponha a procissão na rua », porque a



aniquilaremos, ou estamos fracos, e então melhor será que não se prolongue por mais tempo a nossa agonia, e que tudo se decida logo por uma vez.

« Em logar de responder ao meu dilemma, elle ergueu-se da cadeira em que estava assentado, e com voz alterada disse-me :

« — Não posso por mais tempo supportar esse congresso : é de mister que elle desappareça para a felicidade do Brasil ; prepare o decreto de dissolução, e não se importe com Floriano Peixoto.

« Voltei ainda á carga, demonstrando-lhe a necessidade que tinhamos de esgotar toda a nossa prudencia e longanimidade, para que em tempo algum nos accusassem de violentos e precipitados; que elle reflectisse que o marechal Floriano Peixoto, alem de ser vice-presidente da republica, era de mais a mais o presidente nato do senado e uma alta patente no exercito, e, conseguintemente, não podia deixar de ser ouvido e consultado, principalmente em relação á medida extrema, que elle, generalissimo, estava disposto a tomar. Acrescentei estar persuadido de que o marechal Floriano Peixoto, que tem se esquivado de tomar parte nas deliberações do governo, que tem se retrahido ao ponto de ausentarse por tanto tempo da capital federal, e de não ter comparecido uma só vez ao senado para presidil-o, estimaria assás não ser consultado sobre tão



graves assumptos, para depois allegar, com justa razão, que era sem motivo algum suspeitado pelo governo e considerado adversario, quando nenhum acto havia ainda praticado que o fizesse suppor tal.

« Ouvindo estas ultimas considerações, que tiveram grande peso em seu espirito, o generalissimo, mostrando-se mais calmo, disse-me:

« — Uma vez que entende que isto é conveniente, faça-o; mas vá só, não leve comsigo nenhum dos seus collegas, porque em presença de testemunhas Floriano não se abrirá, nem lhe falará eom franqueza.

« Eis-me, pois, na rua de Santa Alexandrina, em casa do marechal Floriano Peixoto, hoje primeiro de novembro, dia de todos os santos. Lá o encontrei a conversar com o senador pelo Ceará, major Manoel Bezerra de Albuquerque. Depois que este se retirou para ir ao senado, segundo annunciou, declarei ao marechal o fim principal da minha visita, e em seguida fiz a exposição fiel e detalhada de todos os actos da administração do governo constitucional, confrontando-os com os actos do congresso.

« A tudo quanto disse e expuz, elle nada objectou, e, ao contrario, reconheceu que o governo tinha carradas de razão para se queixar do congresso, cujo procedimento era em sua opinião merecedor de censura; que isto mesmo havia,



por vezes, manifestado a varios de seus membros, e, ainda ha pouco, ao que acabava de sahir de sua casa.

« — Mas, marechal, prosegui, surprehende-me muito o que acaba de dizer-me. Elles proclamam á bocca cheia que têm v. ex. do seu lado, como chefe, e que tudo quanto praticam é inspirado por v. ex.

« — Eu sei, eu não ignoro que elles assoalham isto, mas não é verdade. Se eu os recebo e os acolho em minha casa, é com o fim de aconselhal-os á moderação e tolerancia, e isto mesmo faço, para que outros, menos prudentes e assizados, não os desencaminhem e os façam tresmalhar.

« Voltando ainda á minha exposição, accrescentei que todo o mal que a republica estava experimentando provinha principalmente dos Srs. Glyccrio e Prudente de Moraes, que não perdoavam ao generalissimo, aquelle, queixas antigas do tempo em que era governo, e este o mallogro de sua candidatura á cadeira presidencial; que elle, marechal, não ignorava os esforços que eu havia envidado para trazel-os a um congraçamento, levando a minha abnegação ao ponto de offerecer-lhes a minha demissão e dos meus collegas, e tudo isto em pura perda; que a situação cada vez mais se complicava, porque o congresso persistia no proposito de não dar orçamento ao governo, ou dal-o em condições taes, que forçaria



o mesmo governo a assumir a dictadura financeira, afim de incorrer mais tarde em crime de responsabilidade; que a restauração, na qual ninguem a principio falava, já ia adquirindo muitos adeptos, que ousavam ir até a propaganda; que naquelle momento o governo estava preocupado com a proxima vinda do principe D. Augusto a bordo de uma fragata austriaca, e querendo continuar, elle interrompeu-me para dizer-me estas palavras:

« — Sobre este ponto tem muita razão para receiar qualquer cousa, pois sei que os sebastianistas conspiram e conspiram porque contam com a marinha, da qual deve v. ex. desconfiar.

« Ouvindo esta declaração tão formal e positiva, respondi:

« — Marechal, em vista desta vossa asseveração, não podeis recusar a vossa cooperação em favor da republica; eu vim, cheio de confiança em vosso patriotismo, sollicital-a. Consta-me que amanhã o Sr. Prudente de Moraes, que está sendo neste momento o algoz da republica, inconsciente ou perversamente, dará para a ordem do dia da proxima sessão o veto opposto á lei sobre crimes de responsabilidade, contra a clara, expressa e terminante disposição da constituição, e isto com o fim de poder denunciar o presidente da republica. Pois bcm, se elle isto fizer, eu vos annuncio da parte do generalissimo que o con-



gresso será dissolvido. Considerae nas graves consequências que dessa medida podem decorrer e dissei-me se podeis permanecer impassivel e indifferente ante a ameaça de uma tamanha catastrophe...

« Perguntou-me : Que posso eu fazer para conjurar tão grande desgraça ?

« Eu lhe respondi : Sois o presidente nato do senado ; ide presidil-o amanhã.

« — Mas, retorquiu-me, eu não posso sahir á rua ; não vê como o meu nariz está ainda vermelho e inflammado ? Suggira-me outro alvitre.

« — Occorre-me agora mesmo um, que, me parece, lhe convirá.

« — Qual ? perguntou.

« — Encarregue a algum dos seus amigos, deputado ou senador, de elaborar um projecto de lei, interpretando o artigo constitucional, referente aos projectos de lei não sancionados, *ad instar* do que outrora se praticou a respeito do acto adicional, e, qualquer que seja a interpretação adoptada, o governo toma o compromisso de acceital-a.

« Bem lembrado, disse-me elle ; hoje mesmo conversarei com alguns amigos a esse respeito, e tudo se fará como deseja.

« — Sr. barão, proseguiu, agradeço a v. ex. o ter vindo á minha casa, para solicitar o meu fraco apoio ; eu não sou mais amigo do Sr. mare-



chal Deodoro, desde o dia em que elle duvidou da minha lealdade : mas sou seu camarada, sou militar, e antes de tudo, sou brasileiro. V. ex. pôde assegurar ao Sr. generalissimo, que me terá sempre a seu lado em toda e qualquer emergencia ; eu sou carneiro de musica de batalhão ; para onde vai a musica, para lá vai o carneiro ¹.

« — Marechal, respondi, agradeço-lhe penhoradissimo estas suas palavras ; ellas me causam neste momento muito prazer, porque provam que

¹ A esse respeito, o general Cunha Mattos escreveu o seguinte : « O marechal Floriano, então, conspirava francamente. Admira que indo o marechal todas as noites ao encontro do visconde de Pelotas, nas Laranjeiras e acompanhado de secretas, o Sr. barão não soubesse o que o mesmo fazia. Não quiz o Sr. barão contar o que se passou na conferencia com o visconde de Pelotas, em que o general Deodoro declarou que ia mandar bloquear o Rio Grande, que se sublevava, e matar á fome a população. Na noite do dia dessa conferencia ouvi do marechal Floriano, ao saber do que se passara : « Bloqueados estão elles *terra marique*. »

O Sr. Serzedello Corrêa referiu-nos o seguinte ácerca da cumplicidade de Floriano na conspiração. Nas proximidades de 23 de novembro, os Srs. Serzedello, Sampaio Ferraz e mais um ou dois outros adversarios da situação procuraram o marechal, que os ouviu sem nada dizer de importancia. No momento de sahirem os visitantes, elle deteve um instante o Sr. Serzedello, que dos tres ou quatro era o unico militar, e segredou-lhe : « Não temos infantaria ; volte sosinho para conversarmos. »



eu andei bem inspirado resistindo aos que me persuadiam que eu não dêsse perante v. ex. este passo, que elles reputavam inutil e improficuo. Agora, só peço a v. ex. que não durma sobre o caso ; o momento é critico ; Catilina bate ás portas de Roma, e considere que o senador Manoel Bezerra, que daqui ha pouco sahiu, já levou, sem duvida, para o senado a noticia da nossa conferencia, e que, a esta hora, a opposição esteja combinando algum golpe...

« — Vá tranquillo, disse-me por ultimo, exponha tudo o que se passou entre nós ao Sr. generalissimo e fique descansado que nós salvaremos a republica.

« Eis a exposição fiel e quase textual desta notavel conferencia.

« O generalissimo, ao saber de todos os pormenores della, ficou confuso, e limitou-se a dizer-me : « Esperemos ».

« Basta por hoje. Seu collega e amigo affectuoso. — B. DE LUCENA. »

A leitura desta carta revelava um ponto curiosissimo, que nunca foi apurado. Perguntámos então ao Sr. Lucena que fundamento tinha para acreditar na viagem de D. Augusto com o fim de tocar no Brasil, e elle respondeu que o nosso ministro em Vienna, o finado Gurgel Valente, escrevera ao governo, avisando-o de que D. Augusto em-



barcara numa corveta de guerra austriaca, que devia tocar na Bahia e no Rio. O Sr. Justo Chermont, que era ministro das relações exteriores, teve a esse respeito duas conferencias com o ministro da Austria, procurando obter que o principe não desembarcasse nos nossos portos. O facto é que a corveta chegou á Bahia, pouco depois de 23 de novembro, e logo depois partiu para aqui, donde arribou sem demora. Uma prova circumstancial da viagem de D. Augusto é que, tendo o imperador morrido em Paris a 7 de dezembro, foi elle o unico membro da familia imperial que não assistiu sequer aos seus funeraes.

Esclarecido esse incidente, procurámos saber que impressão teve o governo depois de dissolver o congresso.

— Nós não eontavamos com reacção forte, acudiu o Sr. Lucena, e, realmente, todos os governadores e guarnições logo se pronunciaram; applaudindo o acto. Apenas o Sr. Lauro Sodré telegraphou dizendo que ficaria no governo, se o golpe de Estado não tivesse envolvido a revisão da constituição; mas, desde que o faziã, elle desejava ser substituido. Os Srs. Paes de Carvalho e Chermont devem lembrar-se disso, e o Sr. Ara-ripe talvez possua o original desse telegramma ¹.

¹ O Sr. Lauro Sodré respondeu ao Sr. Lucena, mostrando que dissentira do acto do governo e o condemnara sem



Depois da conferencia do dia 1.º, o Sr. Lucena procurou Floriano pouco antes de 15. Parecia-lhe conveniente conseguir que elle assistisse á parada das tropas no Itamaraty, ao lado do presidente, e obteve que o general Deodoro escrevesse um bilhete a Floriano, convidando-o. O proprio Sr. Lucena foi portador desse bilhete. Uma das filhas de Floriano, que recebeu o ministro, disse-lhe que seu pai não estava em casa ; mas o Sr. Lucena deixou a missiva. No dia 15 o marechal era esperado com grande interesse, quando chegou um official da sua parte, sem trazer nada escripto, mas com um simples recado para Deodoro, par-

restricções. Declarou que só expedira um telegramma ao ministro do interior para dizer que « saberia cumprir o seu dever, defendendo a constituição e a republica ». Aos Srs. Paes de Carvalho e Chermont telegraphou para mostrar qual a situação em que o Estado se achava e referir que o seu procedimento tivera o applauso das classes armadas e da opinião publica, já lhe tendo sido feita uma grande manifestação popular. A propria opposição passara a apoiá-lo. Se o Sr. Paes de Carvalho quizesse, assumisse a responsabilidade de desencaminhar os destinos do Estado.

Como documentos comprobatorios transcreveu o Sr. Sodré as respostas dadas ao senado e camara do Pará, nas quaes declarou que « tanto quanto o senado lamentava profundamente o acto do presidente da republica, que era um golpe vibrado contra o codigo politico da União » e que por isso o « condemnava ».



ticipando-lhe que Floriano não podia comparecer, « porque a farda que tinha não estava capaz ».

Já passados doze annos depois dos acontecimentos, o Sr. Lucena confiava mais no que estava escripto do que na sua memoria e por isso confiou-nos a carta em que explicou a Cesario Alvim porque tinha sido dissolvido o congresso :

« Exm. amigo Dr. Cesario Alvim — Do contexto de minhas cartas, embora resumidas, devia prever, que mais cedo ou mais tarde a dissolução do congresso se havia de impôr, como uma necessidade á salvação e á estabilidade da republica... Ei-lo, pois, dissolvido, como deverá já ter sabido pelo telegrapho. Fiz tudo quanto pude para conjurar o emprego dessa medida extrema, pela qual é principalmente responsavel o Sr. Prudente de Moraes, que nada tem de prudente quando o odio ou o interesse pessoal o inspiram !

« E, de feito, solicitei aos Srs. Campos Salles e Quintino Bocayuva uma conferencia, pedindo-lhes a sua intervenção para impedirem que o congresso proseguisse na vereda tortuosa que estava trilhando ; offereci ao mesmo Sr. Campos Salles a minha exoneração e a dos meus collegas, com o fim de pôr termo ás divergencias entre o congresso e o poder executivo ; acceitei o accordo, que este me propôz primeira e segunda vez ; vendo que a opposição em suas diatribes visava exclu-



sivamente a minha pessoa e me condecorava até com o titulo de chanceller, para ferir e humilhar o generalissimo, que dizia ser um manequim em minhas mãos, pedi a este que me dispensasse de continuar a prestar-lhe os meus serviços, e por ultimo recorri á intervenção do marechal Floriano Peixoto, que nada fez, ou nada pôde conseguir dos seus amigos, apesar da segurança que me deu: Vá tranquillo, que nós salvaremos a republica.

« E, entretanto, isto não é tudo. Na occasião de apresentar ao generalissimo o decreto de dissolução do congresso, tornei a pedir-lhe a minha demissão e a dos meus collegas, como o unico remedio capaz de conjurar a crise, fazendo-lhe sentir que, exonerando-nos, elle não prestaria sómente um serviço ao paiz, mas a nós tambem, a nós que continuaríamos a ser o que eramos — seus amigos leaes e dedicados — e que jámais imitariamos o procedimento de alguns de seus passados collaboradores, os quaes, ao deixarem o seu governo, se transformaram para logo em adversarios implacaveis!

« Quer saber o que elle me respondeu?

« Então os senhores querem abandonar-me? querem expôr-me á humilhação de ser forçado a acceitar um ministerio imposto pelos Srs. Glycerio e Prudente de Moraes? Não basta a opposição por estes levantada a duas tentativas de accordo



a que accedi, sacrificando o meu amor proprio? Não sou eu, porventura, responsavel pelos actos do governo? Como se pretende tolher-me o direito de conservar um ministerio que merece a minha inteira confiança? ¹

¹ Num artigo publicado no *Jornal do Commercio* a 4 de setembro de 1909 e em resposta a Quintino Bocayuva, o Sr. Lucena repetiu que a dissolução do congresso foi acto da exclusiva iniciativa de Deodoro, a quem não conseguiu demover desse proposito. Nesse artigo o Sr. Lucena relembra com mais largueza as rasões que lhe deu Deodoro para praticar aquelle acto e recusar a demissão pedida pelos ministros. Dizia Deodoro :

« — Querem, então me abandonar? Ignoram, que o congresso prepara contra mim uma denuncia, logo que for rejeitado o veto por mim opposto á lei de responsabilidade? Ignoram, que a discussão daquelle veto, na actual sessão legislativa, importa em um attentado contra a constituição, que clara e terminantemente prescreve que só na *sessão seguinte* poderá ella ter logar? Ignoram, que o congresso não me dará lei de orçamento, e se me der, será em condições taes, que não poderei governar, a menos que queira incorrer nas diversas penas da lei de responsabilidade, que elle atropeladamente procura votar? Ignoram, que me é cassada a faculdade de abrir creditos, mesmo para despesas feitas, e nenhuma verba é para esse fim decretada? Ignoram que elle leva o espirito mesquinho de opposição ao ponto de supprimir a verba para carros dos ministros, aliás parcamente remunerados?

• Não, accrescentou, isto que temos ahi não é um congresso legislativo, mas um ajuntamento anarchico, que deve desaparecer para a felicidade do Brasil.



« Não, generalissimo, respondi-lhe, longe de mim e de qualquer dos meus collegas a idéa de abandonal-o ; não deve esperar isto de nós, estaremos sempre a seu lado e inorreremos consigo se preciso fôr. Pedindo-lhe a demissão do ministerio, não tive outro intuito senão o de lhe deixar ampla liberdade para tomar o alvitre que melhor lhe parecesse nesta difficil conjunctura ; por minha bocca falaram o patriotismo e a amizade, e não o receio de compartilhar da sua responsabilidade ; mas uma vez que colloca a questão neste terreno, dê por não feito o meu pedido.

« O generalissimo passou então a ler a mensagem á nação e o decreto de dissolução do con-

« De que me tem servido a minha longanimidade, accetando propostas de accôrdo para a recomposição do ministerio ?

« Diariamente, sou alli injuriado, sem protesto do presidente do congresso, dizendo-se até que tenho as *unhas aduncas* por escorvar nas arcas do thesouro nacional. E' isto supportavel ?

« Não se trata, presentemente, da minha pessoa, que está acima dos improperios, quaesquer que sejam, mas dos altos interesses da nação, que não podem ser sacrificados aos odios de ambiciosos e despeitados.

« Mantenho, pois, a minha resolução, porque não entrevejo outro expediente para salvar a republica, contra a qual conspiram os que não a acceitaram, e os que a procuram explorar. »



gresso, e acabada a leitura voltou-se para mim, e disse-me : Falta neste decreto um artigo.

« — Qual ? perguntei.

« — O da minha renuncia do cargo de presidente da republica, e acrescentou : Eu só me mantereí no poder até a reunião do novo congresso ; é de mister que isto fique bem expresso.

« Não deveis fazer uma semelhante declaração, que desvirtuaria inteiramente o vosso acto, respondi eu. E demais, accrescentei, mantendo, como mantêdes, a constituição, e não assumindo, como não assumis, a dictadura, é obvio que desde que renunciáis ao cargo, deveis immediatamente passal-o ao vosso substituto.

« — Tem razão, continuou elle ; mas fique assentado entre nós que em maio, reunido o novo congresso, eu lhe enviarei a minha renuncia e declararei na mensagem que me demitto, para *me vuir a mim mesmo*, porque não quero que este meu acto seja jamais invocado como preccedente, para autorizar futuras dissoluções do congresso.

« Isto vos fará honra, e vos recommendará ao juizo e aos louvores da historia, respondi.

« Eis a exposição fiel do que se passou em relação ao tremendo golpe, provocado pela ambição e pelo despeito, e eu só lamento neste momento, que esta medida, da qual assumo a mais plena e inteira responsabilidade, não tivesse sido tomada, quando a aconselhei, isto é, no



mesmo dia da prestação do compromisso constitucional.

« Todas estas desgraças, que hoje deploramos, eu as prognostiquei¹. Quem não via que o congresso não podia fazer nada mais de proveitoso

¹ No artigo citado em nota anterior escreveu a este respeito o Sr. Lucena :

« O que occorreu em 3 de novembro de 1891 eu o previ, solicitando a Deodoro a dissolução do congresso constituinte no dia seguinte ao do encerramento dos seus trabalhos.

• Eu então lhe ponderava que aquelle congresso, dividido como estava em duas fracções inconciliaveis, não podia imparcialmente desenvolver as theses constitucionaes e praticar nada de bom e proveitoso á republica ; que, eleito por leis dictatoriaes, elle já tinha preenchido a sua missão ; que agora, que iamós entrar no regimen da ordem e legalidade, cumpria que a nação enviasse novos mandatarios, eleitos por leis que garantissem o voto, e accrescentei que a disposição transitoria da constituição, convertendo o congresso constituinte em congresso ordinario, era um verdadeiro attentado contra a soberania nacional e um acto de immoralidade, porque não era licito aos congressistas votarem em proveito proprio.

« Elle aceitou as minbas ponderações e ordenou-me que preparasse os respectivos decretos. No dia seguinte mandou-me chamar ao Itamaraty e declarou-me que tendo bem meditado sobre o caso se abstinha de tomar tal deliberação.

« Retirei-me dizendo-lhe : O que recusais fazer hoje sereis forçado a fazel-o amanhã sem razão justificativa, desde que acceitaes a legalidade do attentado. »



àõ paiz ; que elle não se achava mais em condições de decretar as leis organicas da republica com espirito de justiça e imparcialidade ; que já estava dividido em partidos, em consequencia da eleição presidencial e da demissão do ministerio da dictadura ; que o general Glycerio ameaçava o governo com opposição a todo transe ; que a disposição enxertada na parte transitoria da constituição, prescrevendo que o congresso constituinte se convertesse em congresso ordinario e fosse indissolúvel, era simplesmente uma immoralidade, porque não devia legislar em proveito proprio ; que agora, que se entrava no regimen da constituição e da legalidade, era justo que a nação fosse chamada a eleger os seus representantes, para mais fortalecer essa mesma constituição elaborada por mandatarios eleitos sob o regimen de uma dictadura, etc., etc. ?

« O generalissimo bem conhecia a situação ; mas, apesar de profundamente magoado das picardias do Sr. Prudente de Moraes e da violencia da opposição, deixou-se dominar sempre por sua longanimidade até que foi preciso tomar a resolução tão grave quanto patriótica que adoptou.

« Sim, é difficil avaliar o mal que fez á republica e á nação aquelle fatal congresso !... Aconselhe aos seus amigos que elejam homens de real



merecimento. O campo é vasto; ha muito onde escolher. Estamos elaborando uma lei eleitoral, que garanta plenamente a manifestação do voto. Pretendemos reduzir o numero dos deputados. No regimen federal e presidencial não ha necessidade de uma camara tão numerosa.

« O acto da dissolução do congresso tem sido bem recebido por todo o paiz. Ainda não tivemos necessidade do emprego de medidas violentas; presumo que o estado de sitio ficará sómente no papel e que dentro de poucos dias desapparecerá.

« Seja sempre feliz, e mande as suas ordens ao collega e amigo — B. de Lucena. »

Outra copia dessa correspondencia com Cesario Alvim pode esclarecer o caso que por fim decidiu o general Deodoro ao golpe de Estado.

« Rio, 7 de novembro de 1891 — Exm. amigo Dr. Cesario Alvim — Em minha carta anterior deixei de lhe communicar o que de particular occorreu, em relação ao motivo que fez precipitar o acto da dissolução do congresso, e essa lacuna vou agora preencher-a do modo mais succinto que me for possivel.

« A minha conferencia com o marechal Floriano Peixoto foi um desastre, um grande erro, e razão teve o generalissimo em se oppôr, a principio, a que ella tivesse lugar. E realmente, ella só serviu para encorajar a opposição, que logo se julgou senhora da situação, persuadida que o



governo se achava nos ultimos apuros e não resistiria ao embate de um golpe violento. E foi convencidos disto que os chefes opposicionistas, sem perda de tempo, trataram de chamar a postos os seus correligionarios e combinaram entre si apresentar na camara uma denuncia contra o presidente da republica.

« Mas, não tendo ainda o senado, nem a camara, tomado conhecimento do veto opposto á lei de responsabilidade, o Sr. Prudente de Moraes, infringindo a constituição, o deu logo para ordem do dia da sessão seguinte, e nesse dia, antes de submettel-o á discussão, mandou com antecedencia extrahir todas as respectivas copias, assignou o officio de remessa á camara e fez immediatamente seguir pelo correio do senado, dando disto conhecimento á mesa da camara pelo telephone, e sómente depois de tomada esta ultima providencia foi o veto submettido á discussão e rejeitado !

« *Incredibile dictu !...*

« Nesse memoravel dia discutia-se na camara o orçamento da fazenda, em tereceira discussão, e contra o habitual costume achava-se presente grande numero de deputados governistas.

« Observando isto, a opposição usou de um stratagema, que por mal executado a prejudicou no seu intento, e consistiu em retirar-se do recinto quasi totalmente, levando a inepecia ao



ponto de convidar até adversarios para acompanhá-la, sob o pretexto de que naquelle dia não se votaria a materia em discussão.

« A insistencia com que era feito tal convite deu lugar a que os governistas suspeitassem que qualquer cousa se tramava, e desde então resolveram manter-se em suas cadeiras.

« Mais tarde, um deputado governista, tendo necessidade de ir a uma das salas conferenciar com alguém, ouviu rumor de vozes em uma sala contigua, e dirigindo-se para lá deparou com todos os opposicionistas, que haviam abandonado o recinto, os quaes, vendo-se descobertos, com a maior *sans façon* voltaram a occupar as suas cadeiras !...

« Não restava mais duvida ; havia *mouro na costa* ; conspirava-se contra o governo... E de feito, quando menos se esperava, eis que um deputado opposicionista se levanta da sua cadeira e, interrompendo o orador, pede a palavra pela ordem, e, sendo-lhe esta concedida, disse que, constando-lhe achar-se sobre a mesa a lei votada ácerca dos crimes de responsabilidade, já devolvida pelo senado, requeria que fosse ella immediatamente submettida á discussão e á impressão, sendo interrompida a ordem do dia até que a mesma lei fosse votada !

« Avalie o clamor que suscitou esse esdruxulo requerimento ! Os governistas já não falavam, gri-



tavam!... O Dr. Bernardino de Campos, que presidia a sessão, ficou perturbadissimo, e com difficuldade conseguiu manter a ordem e impôr silencio; mas, interpellado de novo e procurando tergiversar, foi afinal forçado a declarar que a lei em questão ainda não havia sido devolvida á camara, e por isso considerava prejudicado o requerimento. Não tivesse sido açodado aquelle deputado, e o estratagema surtiria todos os seus effeitos, porque, passados poucos minutos, a lei de que se trata era apresentada á mesa da camara.

« Em vista de tudo quanto se passou nesse triste dia, quer n'uma, quer em outra casa do congresso, e que eu lhe refiro como me foi referido, entendeu o generalissimo que não devia ter mais contemplação com um congresso que descia a expedientes tão baixos, e ordenou que o decreto de dissolução do mesmo congresso, que já estava assignado, mas retido, fosse levado no mesmo dia ao *Diario Official*.

« A dissolução do congresso é, pois, obra do Sr. Prudente de Moraes, que abusou de um modo descommunal do alto cargo de que estava revestido! Quem diria, jámais, que esse homem, que se mostra a todos tão grave, tão scio, tão circumspecto, fosse capaz de representar papel tão pouco digno de sua posição social e politica?

« Ah! meu caro collega, em nosso Brasil não



ha falta de homens intelligentes e illustrados ; a falta que ha é de homens de character e patriotas!... Já se foi o tempo, em que illustres cidadãos, elcitos senadores ou deputados, vinham declarar ao paiz que as respectivas eleições eram nullas, porque lhes faltava a idade legal !

« Não desesperemos, porem ; no meio dessa multidão, que nos contempla, não pode deixar de haver homens de real merecimento e que passam despercebidos. O nosso dever é procural-os, chamal-os, attrahil-os ao seio da republica, para que esta possa realizar as esperanças dos que a fundaram e dos que a ella sinceramente adheriram... Politica larga, sem exclusivismos partidarios e moralizada, deve ser o nosso lemma. Cerremos ouvidos ás injurias ; sofframos com prudencia as injustiças, que tanto doem, e prosigamos em nosso caminho, preocupados sómente da felicidade e grandeza do nosso estremecido Brasil.

« Seja sempre feliz. — Seu collega e amigo, —
B. DE LUCENA. »

Depois dessas explicações ácerca das origens do golpe de Estado tratámos de saber quaes eram as idéas predominantes no governo quanto á reforma da constituição. Dissolvido o congresso cabia ao governo esboçar as ideas principaes de reforma da constituição. A que Deodoro considerava capital era a da unidade da magistra-



tura. Elle costumava mostrar, á margem do projecto confeccionado pelo governo provisório, as observações que escrevera, pleiteando-a. Depois era seu grande empenho que os officiaes da activa fossem privados de aceitar cargos de eleição popular. Confessava ter verificado no exercicio do governo que o desempenho desses cargos era incompativel com a disciplina militar. As terras devolutas e as minas deveriam pertencer á União; a camara dos deputados seria reduzida á metade dos seus membros, havendo como no senado igualdade de representação por Estado. Essa denominação ou a das antigas provincias não era questão decidida; mas Dcodoro, embora partidario da autonomia administrativa, tendia muito para fortificar a unidade politica.

Emquanto o governo começava a cogitar desses assumptos, principiaram a sentir-se os primeiros rumores de conspiração. Apareciam denuncias e Julio de Castilhos foi o primeiro a dar aviso de que se tramava na guarnição do Rio Grande, pedindo medidas repressivas em relação a certos officiaes. O ministro da guerra, general Frota, irmão do senador de igual nome, era inimigo pessoal do finado chefe rio-grandense e tinha collocado alli muitos desaffectedos seus. O Sr. Lucena procurava attender ás reclamações de Castilhos, mas o generalissimo declarava que não faria politica com o exercito. Tão cega era a sua confiança nos cama-



radas que, quando o ministro lhe falava dos perigos a que o governo estava exposto, respondia que « ninguém ousaria pôr o pé fóra da fileira. »

Então reconstruiu o Sr. Lucena as peripecias que se passaram desde 22 até a manhã de 23. Aquelle dia foi domingo. Logo cedo, ao abrir o *Jornal do Brasil*, então dirigido pelo conselheiro Rodolpho Dantas, deu com os olhos num artigo de Joaquim Nabuco que muito o impressionou. Era um dialogo entre um soldado republicano e um soldado monarchista. Assaltou-o a idéa de que aquillo era um signal de rebate. Todas as suas informações, em que ainda hoje aerecita, o levavam a crer que D. Augusto se estava approximando do Brasil. Partiu sem demora para ver Deodoro, a quem encontrou muito incommodado. Lá estava o almirante Foster Vidal, ministro da marinha, que se mostrava pesaroso. Alguns officiaes de marinha, de patente superior, tinham endereçado por seu intermedio uma reclamação collectiva ao presidente da republica, já não se lembra ácerca de que assumpto, e o presidente resolveu não só os prender, como os mandar processar ¹.

¹ Eloquente lição decorre dessa mudança dos tempos. O signatario do manifesto dos dois generaes, auctor das representações do club militar á princeza regente e da assembléa do Recreio Dramatico ao imperador, condemna-se á si proprio e a todos que o tinham seguido, e considera



Neste momento já tinham chegado noticias de que rebentara a revolução no Rio Grande, sendo então resolvido que o almirante Foster Vidal seguisse para Montevideo em missão que se prendia a esse acontecimento. Para substituil-o, lavrou-se decreto nomeando Saldanha da Gama. Chegando ao Itamaraty para ser empossado no cargo, ponderou esse almirante que em semelhante conjunctura os seus serviços seriam muito mais proficuos como chefe do estado maior. Prevaleceu a sua opinião, continuando a pasta com o Sr. Foster Vidal.

Já os operarios da estrada de ferro central se tinham declarado em parade. Essa noticia, porem, só chegou ao conhecimento do Sr. Lucena ás duas horas da tarde. Ja eram quatro horas dadas quando lhe foi possivel ir á estação central providenciar ácerca de assumpto tão grave, substituindo o director. Quando voltou ao Itamaraty, Deodoro participou-lhe que havia ordenado a prisão de Wandenkolk e Bocayuva. Os navios de guerra surtos no porto tinham sido tomados pelo almirante Mello e seus amigos. Fazia-se noite e desde então o Sr. Lucena não arredou pé do palacio. O

agora, chefe do Estado, aliás fóra da constituição, quanto é pernicioso e inconciliavel com o exercicio de um governo regular esse regimen de soldados politicos e de exercitos deliberantes.



seu primeiro cuidado foi acautelar a Armação, pois o haviam informado de que os navios estavam desprovidos de munição. Immediatamente telegraphou nesse sentido para Nietheroy ao governador Portella.

Um accidente fatal veio ainda complicar a situação. A' meia noite o general Deodoro teve uma dyspnéa horrivel, depois da qual adormeceu. O seu estado de saúde continuava a ser muito grave. No dia 15 fôra preciso ajudal-o a montar e apoar do cavallo, sacrificio a que timbrou em sugerir-se, porque tinha recebido aviso do ministro em Paris, o Sr. Piza, de que nesse dia, caso se expuzesse, seria assassinado por anarchistas estrangeiros, acoitados no Rio para esse fim.

Emquanto o general dormia, Saldanha telephou, pedindo um batalhão de infantaria para tomar de abordagem um dos navios revoltados. O Sr. Lucena incumbiu um ajudante de ordens de transmittir á Frota a requisição de Saldanha. Aquelle, porem, respondeu que só a attenderia se recebesse ordem directa do presidente da republica. O Sr. Lucena mandou então dizer-lhe que o presidente dormia e não havia tempo para perder. O ministro da guerra continuou a resistir e veio em pessoa ao palacio para o declarar. Viuse ahi forçado o Sr. Lucena a pedir ao almirante que esperasse.

Só ás 6 horas da manhã o general despertou.



« Por que não me acordou ? » forão as suas palavras, quando o Sr. Lucena lhe narrou o occorrido. « Não tive coragem, depois da sua dyspnéa », respondeu o ministro. Sem demora, Deodoro foi ao telephone, falou para todas as fortalezas, para a ilha das Cobras, e deu-lhes ordens terminantes de resistencia ; depois abriu tranquillamente uma gaveta, tirou um revólver e carregou-o, dizendo: « Só entrarão aqui sobre o meu cadaver. »

Confessa o Sr. Lucena que essa scena o abalou. O estado de saúde de Deodoro era a unica cousa que o aterrava. Ia ferir-se uma lucta terrivel e de um momento para outro elle poderia succumbir, não em combate, mas victima de uma commoção violenta, a que não tinha forças para resistir. Vislumbrou então a guerra civil e pensou que os navios revoltados poderiam ir para o norte ao encontro de D. Augusto. Deodoro não estava em estado de enfrentar tamanhos perigos e doia-lhe vél-o sacrificar-se. Assim como lhe tinha pedido que não dissolvesse o congresso e o acompanhara depois sem hesitação, deliberou rogar-lhe que abandonasse o poder, confiando-o ao seu substituto, então forte e vigoroso. Desenvolveu-lhe todos esses receios, todos esses argumentos e supplicas e concluiu dizendo: « Você quiz mencionar no decreto de dissolução um artigo consignando a sua renuncia ; pois bem, faça-a definitiva agora. »



João Barbalho e Araripe estavam presentes e a tudo assistiam. Quando o Sr. Lucena acabou de falar, Deodoro levantou-se, pôz as mãos sobre a mesa, inclinando-se ligeiramente para a frente e, de cabeça baixa, reflectiu algum tempo. Depois, voltou-se, erecto, e ordenou a um dos seus ajudantes: « Lamenha, diga a Saldanha que julgue sem effeito as ordens dadas e venha falar-me. » E fitando outro: « Lobo Botelho, mande preparar o *landau* e vá dizer a Floriano que me venha falar. » Dirigindo-se então a todos, declarou: « Já não sou presidente da republica e vou pedir a minha reforma. »

Foi uma desolação. Os commandantes de corpos, que estavam presentes, ficaram indignados. Carlos Ferraz não se continha, praguejava; João Telles, a um canto, mordida um lenço convulsivamente. Havia quem chorasse de raiva e desespero, e não faltou quem propuzesse resistir a todo transe, fazendo um pronunciamento que annullasse a deliberação tomada.

O palacio começou a ser invadido por amigos e quem sabe se por desaffectedos. Eis que chega o marechal Floriano. O coronel Lobo Botelho encontrara-o de « chambre », tomando café, espantado da resolução « de Manoel ». Foi direito a Deodoro e abraçou-o. Ahi mesmo, este pediu-lhe a reforma. O Sr. Lucena pensou em ir ao thesouro despedirse dos empregados e principalmente recolher



papeis que eram seus. Floriano aconselhou-o: « Não vá ; não se exponha. »

Quizemos saber que impressão deixou então Floriano ao Sr. Lucena : se lhe parecia penalizado da situação de Deodoro, ou se ao contrario parecia receber a herança como um justo triumpho.

Acha o Sr. Lucena que era difficil ou quase impossivel surprehender-lhe no semblante inalteravel o que porventura sentisse. Lembra-se apenas que estando quase a seu lado quando o general Argollo delle se approximou, o ouviu dizer baixinho : « Agora que triumphámos, haja toda moderação; nada de excessos. »

No dia seguinte, Deodoro, que se tinha recolhido a uma casa da rua do Riachuelo, requereu reforma, fez comprar uma grande lata, nella encerrou todo o seu fardamento e insignias, e declarou que ia mandal-a arremessar ao mar. Dias depois sustentava a ordem. Acredita o Sr. Lucena que, dcante de medidas tomadas contra camaradas a quem queria muito bem e que sempre o procuravam, elle chegou a pensar na hypothese de ter de tentar novo golpe. Certo é que a sua saúde todos os dias declinava e foi-lhe aconselhado o retiro de Petropolis. Em fins de março ou começo de abril dalli desceu, cada vez peor, com as pernas monstruosamente infiltradas.

O medico aconselhou-o a que, de manhã cedinho, subisse lentamente a rua Taylor. Tres vezes foi o



paizana e dispensaram as honras militares a que tinha direito. Apesar disso, ainda pararam o seu enterro em frente ao quartel-general, nesse mesmo lugar onde elle passara « minutos de incerteza, que valeram por todos os annos da sua vida ». Ahi, a voz de um orador lembrou a audacia do seu feito...

Assim acabou o novo Caxias, que o barão de Cotegipe prophetizara e que suppondo servir á sua classe lhe havia immolado affectos, honras, socego e ainda a vida.



Sr. Lucena buscal-o á rua Senador Vergueiro, afim de o levar á penosa jornada. A ultima foi no primeiro dia depois da reforma dos treze generaes, que em abril de 1892 escreveram a Floriano, lembrando-lhe que devia mandar proceder á eleição presidencial. Eram sete horas. Na descida, chegando á rua da Gloria, Deodoro parou algum tempo; olhou fixamente a rua da Lapa e voltou depois os olhos para o mar. A physionomia animou-se de uma vivacidade extranha; o olhar faiscava; as narinas arfavam; a barba parecia agitar-se; e todo o rosto inflammava-se daquella expressão fascinadora, que nunca terá esquecido quem lhe houver soffrido o dominio. Dir-se-hia que o seu espirito voava numa allucinação violenta. De repente, como se delirasse, começou a exclamar, em voz de commando: « Onde está essa infantaria que não marcha? Onde está a cavallaria que não avança? E esses navios de fogos apagados? » Depois, como se baixasse á realidade: « Hei de escrever uma carta ao Sr. Floriano e ao Sr. Mello, dizendo-lhes que elles são os homens mais poderosos desta terra e praticam actos que eu não teria nem a coragem, nem o poder de praticar! »

Passada essa agitação, entrou no carro, voltou á casa, sempre afflicto, e no dia seguinte perdeu a fala para sempre, até morrer a 22 de agosto.

Cumpriram-lhe o ultimo desejo. Vestiram-n-o á



INDICE

<i>Introdução</i>	5
A lei de 28 de setembro	11
Os liberaes e a eleição directa	35
A evolução abolicionista. O ministerio Dantas	55
A questão militar	111
A reacção conservadora. A abolição immediata	163
Quinze de Novembro :	
I. — A conspiração	199
II. — A sedição militar	214
III. — O papel de Floriano	243
IV. — Novas revelações	248
O banimento da familia imperial :	
I. — O embarque	261
II. — Do Rio á Ilha Grande	280
III. — A travessia	288
IV. — A doação	312
Vinte e tres de novembro :	
A dissolução do congresso	325



20,00



